e-ISSN 2238-6912

AUSTRAL

Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais

Brazilian Journal of Strategy & International Relations

Porto Alegre, v.14 n.28 | Jul./Dez. 2025

NERINT
Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais
- Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PPGEEI-UFRGS
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais
Faculdade de Ciências Econômicas (FCE)

Austral	Porto Alegre	v.14 n.28	p. 1-263	Jul./Dez. 2025

Sobre a Revista

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais é um veículo essencialmente acadêmico, ligado ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Seu foco plural busca contribuir para o debate da ordem política e econômica internacional a partir da perspectiva dos países em desenvolvimento.

A revista publica artigos originais que estejam relacionados às áreas de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais, com especial interesse em assuntos relacionados a países em desenvolvimento e à Cooperação Sul-Sul – seus problemas securitários; os desenvolvimentos políticos, econômicos e diplomáticos dos países emergentes; e suas relações para com as potências tradicionais – em inglês, português ou espanhol. O público-alvo da revista consiste em pesquisadores, especialistas e estudantes de pós-graduação em Relações Internacionais. A revista busca assegurar a publicação de autores de cada um dos grandes continentes do Sul (Ásia, América Latina e África), de modo a estimular o debate e a difusão de conhecimento produzido nessas regiões. Todas as contribuições são submetidas a uma rigorosa avaliação científica.

Indexadores

Este trabalho foi apoiado pelo
Programa de Apoio à Edição de Periódicos (PAEP) - UFRGS

Equipe Editorial | *Editorial Team*

Editor | *Editor*

Leonardo Granato (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Editor Associado | *Associate Editor*

Érico Esteves Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Fundador Editor | *Founding Editor*

Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Conselho Editorial | *Editorial Board*

Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Chris Landsberg (University of Johannesburg, África do Sul)
Eduardo Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil)
Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Gelson Fonseca Jr. (Ministério das Relações Exteriores, Brasil)
Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)
Marcelo Milan (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Marco Cepik (Universidade de Brasília, Brasil)
Ruchita Beri (Institute for Defence Studies and Analyses, Índia)

Assistentes de Edição | *Editorial Assistants*

Cássio Donato Monteiro D'Ávila (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Igor Estima Sardo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Felipe Werner Samuel (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Conselho Consultivo | *Consultative Board*

Adam Habib, África do Sul
André Luiz Reis da Silva, Brasil
Antonio Jorge Ramalho, Brasil
Beatriz Bissio, Brasil
Bertrand Badie, França
Boris F. Martynov, Rússia
Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Brasil
Carlos Schmidt Arturi, Brasil
Celso Amorim, Brasil
Cristina Soreanu Pecequilo, Brasil
Guilherme Thudium, Brasil
Henry Kam Kah, Camarões
Ilter Turan, Turquia
Isiaka Alani Badmus, Nigéria
José Ariosa Pérez, Cuba
José Miguel Quedi Martins, Brasil
Liu Youfa, China
Lotfi Kaabi, Tunísia
Lucas Kerr de Oliveira, Brasil
Mamoudou Gazibo, Canadá
Marcos Costa Lima, Brasil
Maria Regina Soares de Lima, Brasil
Mehdi Parvizi Amineh, Países Baixos
Monica Hirst, Argentina
Nilton César Fernandes Cardoso, Cabo Verde
Sean Burges, Canadá

AUSTRAL

©Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais - UFRGS

Capa: Eduardo Faustini and Guilherme Geremias da Conceição
Diagramação: Felipe Werner Samuel

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais está disponível online em português e inglês em: www.seer.ufrgs.br/austral

Contato
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)
Av. João Pessoa, 31 - CEP 90040-000
Porto Alegre/RS - Brasil
Phone: +55 (51) 3308 7988
E-mail: austral@ufrgs.br

www.seer.ufrgs.br/Austral
Cataloging-in-Publication (CIP)

Austral : Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais = Brazilian Journal of Strategy & International Relations / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, CEGOV/FCE.
- v. 14, n.28 (Jul./Dez. 2025). – Porto Alegre: NERINT-CEGOV/PPGEEI-FCE/UFRGS, 2012-

Semestral.

e-ISSN 2238-6912

1. Political Science. 2. International Relations. 3. International Politics. 4. Diplomacy. 5. Developing Countries.

CDU 327

Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

AUSTRAL

Volume 14, Número 28 (Jul./Dez. 2025)

Sumário

Editorial 7

A Relação Brasil-China com Lula e com Bolsonaro: Aproximação e Distanciamento Através do Discurso 10
Paulo Afonso Brardo Duarte e Lucas Braga Dutra

Mudança de Lugar: a Nova Ordem Internacional e o Brasil 53
Luiz Augusto Faria

A Política Externa do Governo Bolsonaro para Israel: O Jogo de Dois Níveis e a Influência Pentecostal 73
Mohammed Nadir e Pedro Henrique Thuler de Oliveira

A Incorporação de Normas de Segurança como Estratégia Japonesa para Alcançar Poder Global: uma Análise de Conteúdo de Documentos da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) 107
Surwandono Surwandono, Ratih Herningtyas e Rizkii Dian Nursita

Abordagens de Cooperação do Leste Asiático para a América Latina e Caribe: Os Casos de Japão, China e Coreia do Sul 141
Carlos David Zavarce Velasquez

A Liberdade de Mobilidade da CEDEAO e suas Implicações para a Segurança Nacional da Nigéria 179
Ayodeji Aduloju e Abimbola Opanike

Impasse Político e Intervenção da ONU na Costa do Marfim 205
Henry Kam Kah

O Construtivismo Social em RI Pode Moldar as Políticas Externas? Um Caso das Relações Coreia do Norte-China 230
Anmol Mukhia

Parceiros 253

Normas de Submissão / Números Anteriores 257/259

A responsabilidade do conteúdo dos artigos é de seus respectivos autores.
The responsibility for the content of the articles is of their respective authors.

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.14, n.28 Jul./Dez. 2025

EDITORIAL

2025 foi ***o*** ano de acontecimentos impactantes! As ações do Presidente Donald Trump, em seu novo mandato, abalaram certezas, narrativas políticas e certas teorias acadêmicas do campo das Relações Internacionais. Foi o caso, especialmente, daquelas que constituíam um *mapa mental*, criadas no mundo anglo-saxônico para legitimar um sistema hegemônico, segundo Williams Gonçalves.

O ruído ensurdecedor dos acontecimentos, para muitos considerados imprevisíveis, avança em paralelo ao silêncio da análise interpretativa. A ideia do Fim da História, de Francis Fukuyama, apregoando o triunfo do liberalismo político e econômico e da globalização, marcou o pensamento de toda uma geração. Mesmo o Choque de Civilizações, do menos otimista Samuel Huntington, argumentava que a Civilização Ocidental estaria apoiada nas duas margens do Atlântico Norte, e que a OTAN seria seu elemento basilar. Onde foi parar esse mundo idealizado?

Tudo isso evaporou subitamente, gerando uma situação de forte insegurança estratégica, que converge para o conceito de *Multipolaridade Instável*, que formulamos a partir da eclosão da Guerra Russo-Ucraniana. E os primeiros atingidos foram os próprios aliados dos Estados Unidos, como a OTAN, os países europeus e a Ucrânia. A narrativa de que Trump age por impulsos, é imprevisível e sem estratégia, desconsidera que ele é um empresário, com habilidade para ações arrojadas, visando reverter o declínio sistêmico norte-americano. Procura desarticular o sistema multilateral existente e atua com foco na geoeconomia, que busca desestruturar nações competidoras e subordinar as aliadas. Ele está premido pelo prazo da eleição de meio de mandato, e se sua política terá sucesso ou não, só o tempo dirá.

Muitos estadistas e acadêmicos acreditam se tratar de uma missão impossível, mas o que todos demonstram é uma confusão estratégica, com ações e alianças improvisadas, que evoluem permanentemente. Trata-se do lado *Instável* da nova Multipolaridade. Compreender a realidade (e as possibilidades) subjacentes constitui uma tarefa complexa e urgente, num mundo em que todos temem chamar as coisas pelo seu nome. Como ponto de partida, é necessário abandonar as ilusões e narrativas geradas pelo fim da Guerra Fria e analisar as relações político-militares, a revolução tecnológica e seu impacto social, as transformações demográficas e as mudanças climáticas

em curso. E, sobretudo, o novo padrão decisório no campo político, militar e econômico, como se observou na Venezuela, onde a estratégia de *Regime Change* foi substituída por *Change inside the Regime*.

Nesse contexto, publicamos aqui um conjunto de artigos sobre a posição internacional do Brasil, sobre o Japão e a Ásia Oriental, sobre a África Ocidental e um artigo teórico, dando voz, particularmente, a autores do Sul Geopolítico (Terceiro Mundo). Os autores são professores-pesquisadores de grandes universidades do Brasil, de Portugal, do Reino Unido, do Japão, da Indonésia, da Índia, da Nigéria e dos Camarões, com uma amplitude de abordagens e temáticas.

A visão de autores do Sul Geopolítico ajuda a enriquecer a percepção acadêmica e estratégica com relação aos temas analisados, materializando os objetivos permanentes da *AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. Isso é crucial num momento em que o cenário mundial evolui para um somatório de conflitos, que já se configuram em tensões militares, em um cenário de forte imprevisibilidade. Já o Brasil, foi bastante afetado pelas mudanças em curso, num mundo em que os cenários geoeconômicos constituem a nova realidade. Portanto, mais do que nunca, é imprescindível que a Academia produza com urgência análises crítico-realistas, levando em conta a dinâmica da nova situação mundial, visando produzir ferramentas necessárias aos tomadores de decisão e à própria sociedade.

***

Nessa edição temos o imenso prazer de comunicar à comunidade acadêmica que a *AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* foi reclassificada pela CAPES como nível **A2**, retroativamente a 2021-2024. Outra novidade é a ascensão do Professor Érico Esteves Duarte à posição de Editor Associado, uma vez que o Professor Marco Cepik se transferiu para a Universidade de Brasília, mas permanece como Conselheiro Editorial da revista.

Agradecemos o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRGS, por meio do Programa de Apoio à Editoração de Periódicos (PAEP), bem como a toda equipe que trabalhou na editoração e tradução, em particular aos Assistentes de Edição Cássio Donato Monteiro D'Ávila e Igor Estima Sardo, com a colaboração de Felipe Werner Samuel. Agradecemos também aos nossos qualificados pareceristas e à Professora Cristina Soreanu Pecequilo pela revisão das traduções. O trabalho de equipe dos pesquisadores do NERINT/UFRGS tem permitido manter a regularidade e a qualidade da AUSTRAL.

Paulo Visentini

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.14, n.28, Jul./Dez. 2025 | p.10-52

A RELAÇÃO BRASIL-CHINA COM LULA E COM BOLSONARO: APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO ATRAVÉS DO DISCURSO

Paulo Afonso Brardo Duarte[1]
Lucas Braga Dutra[2]

1. Introdução

Desde a década de 1960, há no Brasil uma busca por diversificação de parceiros comerciais e novos aliados, com o objetivo de ampliar o poder de barganha brasileiro, sendo esta busca conhecida como "Política Externa Independente" (Amorim e Ferreira-Pereira 2021). O presidente Lula já mostrava seu interesse em manter esta tendência em seu primeiro governo, como se observará mais à frente durante a análise de seus discursos. De acordo com De Oliveira (2004), no início do primeiro mandato de Lula, o "governo brasileiro, ainda que com possíveis ênfases diferenciadas, mantém a perspectiva de diversificação". O próprio presidente menciona a característica do Brasil como um "país global" e se refere à China, em especial, como um país "decisivo" para a integração do Brasil no cenário mundial (De Oliveira 2004).

Entretanto, o adversário foi eleito em 2018 com, entre muitas outras, a promessa de mudar as relações internacionais do Brasil, voltando-as para os

1 Universidade Lusófona, Porto, Portugal and Universidade do Minho, Braga, Portugal. E-mail: pauloduarte@eeg.uminho.pt. ORCID: 0000-0003-1675-2840.

2 Universidade do Minho, Braga, Portugal. E-mail: lucas.honda@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0007-8331-7175.

países do Norte, em especial os Estados Unidos da América, com o qual o seu eleitorado mais se identifica política e culturalmente.

Segundo Gonçalves e Teixeira (2020, 192), "o governo brasileiro de Jair Bolsonaro inaugurou inédita direção de política externa, nunca antes vista em qualquer parte do mundo: uma política externa movida exclusivamente por motivações ideológicas, sem compromisso com qualquer concepção de interesses nacionais". Nesta direção de política externa, o governo brasileiro buscou um alinhamento automático com o então governo norte-americano de Donald Trump, de maneira que não se levasse em conta os interesses nacionais na relação do Brasil com os Estados Unidos, o que se mostrou verdade quando o governo norte-americano não tratou o Brasil com a mesma prioridade, podendo-se citar o exemplo da não reciprocidade por parte dos Estados Unidos no que diz respeito à autorização de entrada de cidadãos estadunidenses no Brasil sem visto (Medeiros 2022). O que havia era apenas um simples alinhamento ideológico devido à admiração que o presidente Bolsonaro tinha pelas ideias e pela figura de Trump. Costa e Bernardi (2020) observam a relação de Bolsonaro com Trump, que é corroborada pela adoção do mesmo *modus operandi* utilizado na rede social Twitter ao se tratar da pandemia de COVID-19, crise que foi politizada por ambos os presidentes, que a utilizaram de pretexto para adotar um discurso anti-China.

Assim, o período do governo Bolsonaro veio a representar uma ruptura na tradição da política externa brasileira (Gomes Saraiva e Costa Silva 2019), impactando as relações sino-brasileiras na medida em que o governo brasileiro buscou um alinhamento maior com países que rivalizavam com a China, tendo o presidente Bolsonaro demonstrado pouco interesse na relação com o país asiático, o que pode ser observado em atitudes como a indecisão com relação à participação do Brasil no leilão da tecnologia 5G da empresa chinesa Huawei e o alinhamento de Bolsonaro com o discurso anti-China (Amorim e Ferreira-Pereira 2021), incluindo uma acusação feita pelo presidente brasileiro de que a China estaria fazendo uma "guerra química e bacteriológica" durante a pandemia de COVID-19 e a recusa da compra de vacinas da empresa chinesa Sinovac Biotech.

A literatura observada apresenta comparações entre as relações sino-brasileiras na era do Partido dos Trabalhadores (PT) e no governo Bolsonaro (Damacena 2021; Bueno 2023; Soares 2023). Encontraram-se também análises comparativas entre os governos da era PT e de Bolsonaro no que diz respeito ao multilateralismo (Mota 2023) e também com uma abordagem discursiva, sendo, entretanto, em relação ao contexto dos BRICS (Silva e Holleben 2022) e não exclusivamente sobre as relações sino-brasileiras. Por outro lado, a literatura analisada mostra que a história da relação entre Brasil

e China passou por diversas fases. De acordo com Becard (2011), entre 1949 e 1974 o Brasil tinha o objetivo de aumentar a lista de parceiros econômicos e a China precisava reconstruir o país após ter passado por uma guerra civil. Em 1993 estabeleceu-se uma parceria estratégica entre os dois países, culminando entre 2003 e 2011 numa relação mais madura entre Pequim e Brasília (Duarte et al 2024). Grassi (2020) buscou delimitar o que se entende por "parceria estratégica" no Brasil, trazendo conceitos e contribuições de diversos autores. Já Amorim e Ferreira-Pereira (2021) apresentam aspectos da parceria estratégica entre os dois países e apontam as mudanças sofridas por essa parceria entre os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Jair Bolsonaro.

De Oliveira (2004) aborda a política externa de Lula, argumentando que esta é mais voltada para a cooperação com os países do Sul Global, e González García (2020) aborda a guerra comercial entre China e Estados Unidos, explicitando a rivalidade entre os dois países e como essa rivalidade impacta não só as economias norte-americana e chinesa, mas também as dinâmicas da economia mundial. Esses estudos demonstram uma trajetória complexa e dinâmica das relações sino-brasileiras, que vão além de uma simples relação comercial. Eles destacam aspectos históricos, mudanças políticas, desafios econômicos e a importância crescente dessa parceria no cenário global, oferecendo uma base para se explorar o estado atual da relação bilateral sino-brasileira. A parceria estratégica entre os países, que em 2023 celebrou seu 30º aniversário, é frequentemente reconhecida pela literatura como um modelo de cooperação Sul-Sul (Cardoso 2013; Ferreira-Pereira e Duarte 2023). De fato, não só a economia é crucial na relação Brasil-China (Jenkins 2012; Hiratuka e Sarti 2016), mas também um senso compartilhado de que as instituições mundiais se tornaram obsoletas, necessitando assim ser reformuladas para melhor acomodar os interesses dos países em desenvolvimento (Abdenur 2014; Hopewell 2014). A literatura oferece análises perspicazes sobre as diferentes relações dos governos brasileiros com a China (Santoro 2020; Vasquez 2022), e os principais investimentos no país ao longo dos anos (Garcia 2020; Silva 2022).

No entanto, levando-se em conta a literatura observada, ainda não foi encontrada uma análise comparativa que utilizasse o discurso como forma de entender as diferenças entre as relações sino-brasileiras entre os chefes de Estado em questão, de maneira que percebe-se uma lacuna na literatura. Face ao exposto, acredita-se que o presente artigo possa contribuir para a compreensão de como líderes com diferentes posições ideológicas podem mudar o curso da parceria estratégica entre Brasil e China, observando-se o papel que o discurso pode desempenhar em uma relação bilateral tão

importante para ambos os países.

Este artigo procede, assim, a uma análise comparativa entre as políticas externas do Brasil em relação à República Popular da China durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Jair Messias Bolsonaro usando como base teórica a tradição francesa de Análise do Discurso (AD). Pretende-se entender como os governos, com suas diferentes políticas externas se comportaram relativamente à relação com a República Popular da China através de falas dos chefes de Estado durante seus respectivos mandatos. Utilizando-se da análise de falas de ambos os chefes de Estado através de categorias da AD francesa, o presente artigo buscará responder à seguinte pergunta: Como Lula e Bolsonaro influenciaram as relações sino-brasileiras através das políticas externas de seus governos?

A baliza temporal desta análise se dará durante os dois primeiros mandatos de Lula da Silva, entre 2003 e 2010 e a administração Bolsonaro, de 2019 a 2022. Optou-se, assim, por deixar de fora o terceiro mandato de Lula, já que este ainda está em curso, sendo previsível, contudo, que a postura do Presidente face à China se mantenha inalterável. Desse modo, serão analisados mandatos completos e não parciais. O artigo utilizará uma metodologia qualitativa, com base em discursos oficiais dos líderes brasileiros da Biblioteca da Presidência da República, notícias do jornal O Globo e da Agência Brasil, vídeos dos canais BBC News Brasil e Estadão na rede social YouTube e publicação do perfil oficial de Jair Bolsonaro na rede social Instagram como fontes primárias e em artigos e livros como fontes secundárias. A metodologia permite observar significados por trás dos enunciados através da análise de diferentes categorias da AD francesa.

Optou-se por esta metodologia por esta permitir extrair significados dos discursos no que diz respeito a ideologias. Como será dito na parte da fundamentação teórica, a ideologia tem um papel importante no discurso na AD francesa, ainda mais quando se fala de discurso político. Desta maneira, é necessário que se considere que todo discurso político é, necessariamente, ideológico. Adicionalmente, a ideologia é uma das categorias de análise da tradição francesa de Análise de Discurso que será utilizada neste artigo, o que também justifica a escolha da AD francesa como metodologia.

Gregolin argumenta que "empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu" (1995, 20). A autora também afirma que com a análise de discurso pode-se realizar uma análise interna, ou seja, analisar o que o texto diz e como ele diz, e uma análise externa, ou seja, por que ele diz o que diz (Gregolin 1995). Desta maneira, a metodologia pode ser útil para se entender o sentido construído nos textos

produzidos pelos presidentes brasileiros em seus discursos para se entender o que cada um deles diz e por que diz o que diz.

Embora as falas de Bolsonaro expressas em vias mais informais - tais como as redes sociais, mas também em declarações mais impulsivas à mídia - apontem para uma retórica mais assertiva face à China, a verdade é que os discursos oficiais não refletem necessariamente a mesma retórica. Pelo contrário, eles indicam um tom bem mais apaziguador do que seria de esperar por parte de Bolsonaro face à China. A nossa hipótese para o fato de, curiosamente, as falas formais de Bolsonaro não corroborarem o distanciamento face à China produzido nas suas falas informais tem a ver sobretudo com a política relativamente constante e de longo prazo do Itamaraty em matéria de política externa. Afinal de contas, a China é um parceiro de longo prazo, com o qual o Brasil tem uma relação única na esfera econômica, mas também no campo da geopolítica, nomeadamente na defesa do Sul Global conjuntamente com a China. Por outro lado, compartilhamos da visão de Santoro (2022) de que a determinação dos atores e lobbies subnacionais brasileiros (tais como uma facção dos Ministérios da Agricultura e da Economia do governo Bolsonaro) em manter bons laços com a China, embora desafiando a agenda e os pontos de vista do próprio Bolsonaro, foi fundamental para manter o tom relativamente apaziguador dos discursos oficiais de Bolsonaro face à China.

Feita esta ressalva, podemos assim encontrar dois ethos distintos por parte de Bolsonaro, que os usa a depender da formalidade da situação, de maneira que se pode dizer que Bolsonaro tem um ethos flutuante. Neste artigo estes ethos distintos serão chamados de Ethos Agressivo e Ethos Democrático.

O Ethos Agressivo é utilizado em veículos de mídia, como em entrevistas a repórteres, coletivas de imprensa e publicações em redes sociais. Este ethos se caracteriza pelo uso de uma linguagem mais agressiva, com críticas contundentes, muitas vezes de maneira desrespeitosa e tem o intuito de desqualificar um adversário político ou o próprio interlocutor. Já o Ethos Democrático é utilizado em situações mais formais, como em discursos oficiais e se caracteriza por um tom mais conciliador, que ressalta características positivas das relações entre o Brasil e outros países. Já Lula não apresenta tal flutuação em seu ethos, de maneira que pode-se dizer que ele tem um ethos mais consistente, pois se apresenta com tom conciliador tanto em situações formais, quanto em entrevistas a veículos de mídia, pelo menos no que diz respeito às relações do Brasil com outros países.

A análise será dividida em uma fundamentação teórica baseada em categorias de análise de discurso segundo o dicionário de AD de Charaudeau

e Maingueneau (2004), uma análise contextual, uma análise refinada das enunciações e uma conclusão. Este estudo parte da hipótese de que Lula, que tem uma inclinação ideológica mais voltada para o marxismo e uma tendência a priorizar mais as relações entre países do Sul Global, tenha buscado uma aproximação entre Brasil e China, com a intensificação do comércio e da cooperação entre os dois países; ao passo que Bolsonaro, com inclinações ideológicas mais voltadas para o liberalismo econômico e uma identificação maior com a identidade norte-americana, tenha buscado um afastamento com o país asiático, levando a um esfriamento das relações sino-brasileiras durante seu governo, embora mantendo, a nível oficial, o continuum de política externa do Itamaraty. Este esfriamento pode ser justificado pela intenção de Bolsonaro de ser uma liderança política considerada "de direita" e "conservadora", o que implica em uma identificação com a cultura e a identidade norte-americanas, em especial com as ideias da agenda do ex-presidente Donald Trump. Desta forma, Bolsonaro tenta agradar a seu eleitorado com o distanciamento da China.

2. Fundamentação Teórica

Para entender como ambos os presidentes se posicionaram face à relação do Brasil com a China, serão analisadas as seguintes categorias: **ethos**, **contexto** e **ideologia**.

A primeira categoria a ser usada nesta análise será o **ethos**. De acordo com o Dicionário de Análise do Discurso de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2004), o "*ethos*" é um termo da retórica antiga e "designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e, principalmente, em análise do discurso, em que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal" (Charaudeau e Maingueneau 2004).

Para a Análise do Discurso Francesa, o *ethos* representa a imagem construída e desejada pelo locutor sobre si mesmo durante o discurso, se direcionando a um público-alvo específico pré-determinado. É importante considerar que esta categoria "trata-se da imagem de si que o orador produz em seu discurso, e não de sua pessoa real" (Ibidem).

Lembra-se que todo discurso é inserido em um **contexto**, com tempo e espaço definidos. De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2004), "o contexto de um elemento X qualquer é, em princípio, tudo o que cerca esse elemento" e "quando X é uma unidade linguística (de natureza e dimensões

variáveis: fonema, morfema, palavra, oração, enunciado), o entorno de X é ao mesmo tempo de natureza linguística (ambiente verbal) e não-linguística (contexto situacional, social, cultural)". Desta maneira, o contexto será a segunda categoria a ser analisada neste artigo.

Outra categoria a ser analisada será a **ideologia**, considerando-se que para a AD de tradição francesa todo discurso carrega consigo uma ideologia, esta categoria tem extrema importância, principalmente quando se trata de discursos em um contexto político, como aqueles que serão analisados neste artigo.

No contexto da escola francesa, há um consenso, nos anos 60 e 70, em definir ideologia como "um sistema global de interpretação do mundo social" (Aron 1968, 375 apud Charaudeau e Maingueneau 2004) que é dotado de "uma existência e de um papel históricos no seio de uma sociedade determinada" (Althusser 1965, 238 apud Charaudeau e Maingueneau 2004). É importante considerar que "a ideologia como sistema de representações se distingue da ciência pelo fato de que nela a função prático-social predomina sobre a função teórica (ou de conhecimento)" (Althusser 1965, 238 apud Charaudeau e Maingueneau 2004).

Também de acordo com o Dicionário de Análise do Discurso de Charaudeau e Maingueneau (2004), o **enunciado** "trata-se de um acontecimento único, aberto à repetição, à transformação e à reativação". No entanto, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua e nem o sentido podem esgotar inteiramente, porque está ligado à situação que o provoca e às consequências ocasionadas pelo enunciado. Assim, todo enunciado pressupõe outros, uma vez que está inserido num conjunto para desempenhar um papel no meio de outros (Ibidem). Este conceito não pode ser confundido com o conceito de **enunciação**. Na verdade, segundo Beneviste (1974, 80), "A enunciação é singular e irrepetível, o acontecimento tem data e lugar determinado" (apud Charaudeau e Maingueneau 2004). Em concreto, a enunciação consiste na "colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização", que o autor opõe a enunciado, "o ato distinguindo-se de seu produto" (Charaudeau e Maingueneau 2004).

Assim, a análise, através da observação dos **enunciados** em diferentes **enunciações**, terá como objetivo entender: 1) as imagens apresentadas pelos presidentes de si mesmos com o **ethos**; 2) a situação que cerca o discurso utilizando o **contexto**; e 3) as intenções dos governos no que diz respeito à relação com a China através da **ideologia**.

3. Análise

A análise será dividida em duas partes, a Análise Geral, que comentará os enunciados a serem interpretados e de que maneira eles corroboram a hipótese estabelecida e a Análise Refinada, que pontuará as enunciações dos discursos nas quais os enunciados mencionados e as ideias apresentadas se encontram. O Corpus da análise será dividido em linhas para facilitar a localização das enunciações e se encontrará na íntegra no anexo, ao final deste artigo.

3.1. Análise Contextual

Em seus discursos, Lula costuma ressaltar a característica estratégica da parceria entre Brasil e China, de maneira a reforçar o interesse em estreitar os laços com o país asiático. Assim sendo, um conceito importante a se prestar atenção é o de **parceria estratégica**, que é comumente utilizado nas relações internacionais de maneira imprecisa, sem que haja um entendimento muito claro do que uma parceria estratégica significa. Grassi (2020) ressalta o uso recorrente da expressão pela diplomacia brasileira e a crítica que se faz devido à falta de critério para a utilização do termo, atentando-se ao fato de que "todos não podem ser prioritários" (Lessa e De Oliveira 2013 apud Grassi 2020).

Pode-se considerar como parceria estratégica para as relações internacionais brasileiras aquelas que se encaixem na seguinte definição, segundo Grassi (2020, 634): "Relações bilaterais prioritárias, estabelecidas com os principais parceiros regionais ou globais, [que podem] possuir agendas mais abrangentes, podendo passar por um amplo espectro de meios (político-institucionais, diplomáticos, econômico-comerciais, militares, tecnológicos, sociais e/ou culturais)" e que "são formadas a partir de interesses comuns em variadas áreas e se destacam por fatores históricos, geopolíticos, geográficos e/ou identitários; não geram obrigações vinculantes; dependem do reconhecimento do outro como parceiro essencial, de um sentimento recíproco de amizade e confiança, de identidades comuns que fortaleçam as relações, de interesses e/ou desafios compartilhados e do aumento do diálogo" (Grassi 2020, 643).

Ao ressaltar a parceria sino-brasileira como estratégica, Lula apresenta, ao mesmo tempo, um ethos amigável com relação à China e a ideologia de seu discurso. O ethos de Lula se mostra amigável ao se referir aos chineses usando a palavra "amigos" e preza pela diversificação de relações comerciais e pela busca de aliados no chamado Sul Global, sem ter os países do Norte como principal foco, o que também é ideológico, pois apresenta o desejo de seu governo de não ser dependente dos países do Norte e de ter relações mais

estreitas com os países do Sul.

As falas de Lula também se dão em um contexto, que, no caso das enunciações analisadas, é o contexto de seus dois primeiros mandatos (2003-2010), quando o Brasil tinha uma crescente aproximação com países asiáticos, especialmente com a China, tendência observada desde a década anterior, quando o governo Itamar Franco definiu a Ásia como uma das prioridades da diplomacia brasileira, perspectiva a qual o governo Fernando Henrique Cardoso deu continuidade (De Oliveira 2004). No referido contexto, o Brasil também estabelecia acordos com diferentes países do Sul Global. De acordo com Amorim e Ferreira-Pereira (2021), a busca por relações mais no eixo Sul-Sul foi estimulada pela ausência de competitividade direta e pela presença de metas comuns, o que facilitou parcerias políticas. O acesso a novos conhecimentos tecnológicos e capitais e a diversidade de Parcerias Estratégicas cultivadas pelo Brasil no início do século pretendia promover um equilíbrio em relação às grandes potências para reformar a ordem internacional e aumentar a influência do país a nível mundial (Ibidem). Desta maneira, os discursos de Lula se inserem em um contexto de diversificação de parcerias e aproximação com os países asiáticos, especialmente a China, a principal economia emergente da região, com a qual o Brasil possui uma parceria estratégica.

No que diz respeito às falas de Bolsonaro, é importante lembrar da nova direção de política externa mencionada anteriormente, na qual a afinidade ideológica de Bolsonaro com o então presidente norte-americano Donald Trump levou a um alinhamento com os Estados Unidos, principal rival da China, com Bolsonaro vindo a adotar um discurso pró-Estados Unidos e, consequentemente, anti-China (Almeida 2023). Bolsonaro apresenta um ethos de proximidade com os norte-americanos, de maneira a agradar seu eleitorado, desde o início de seu governo, quando, após encontrar o presidente Trump em uma visita aos Estados Unidos, diz estar "apaixonado" por Donald Trump (Maia 2019). Esta fala apresenta uma ideologia na medida em que aproxima o governo brasileiro da identidade norte-americana e das ideias defendidas por Trump, que são consideradas como "conservadoras" e pertencentes à cultura dos Estados Unidos. Além disso, tal enunciação insere-se no contexto de polarização política vivido tanto nos Estados Unidos, onde Trump rivalizava com o Partido Democrata, quanto no Brasil, onde Bolsonaro rivalizava com Lula e seu partido, o Partido dos Trabalhadores.

Dentre as atitudes de Bolsonaro que causaram um afastamento em relação aos chineses, ressaltam-se os episódios em que o presidente brasileiro fez as enunciações observadas nesta análise. São eles: 1) A afirmação de que as negociações sobre a tecnologia 5G da chinesa Huawei estariam "fora do radar" (BBC News Brasil 2019), o que sugeriu a indecisão do governo brasilero

sobre a participação brasileira no leilão referente à implantação da tecnologia da Huawei no Brasil; 2) A acusação velada de Bolsonaro contra a China de que o país asiático estaria fazendo uma guerra bacteriológica ao criar o vírus SARS-CoV-2, que causou a pandemia de COVID-19 em 2020; e 3) A recusa em comprar a vacina CoronaVac da empresa chinesa Sinovac Biotech.

Estes três episódios, analisados do ponto de vista das categorias da Análise do Discurso francesa revelam um ethos hostil de desconfiança em relação às intenções da China em relação ao Brasil, além de revelarem a ideologia de Bolsonaro, que é contrária ao estreitamento das relações com os países do Sul e mais identificada com a relação do Brasil com os Estados Unidos e com a identidade norte-americana.

Entretanto, o contexto da fala sobre as negociações com a Huawei estarem "fora do radar" difere do contexto das outras duas. Isto se dá devido a este primeiro episódio ter ocorrido antes do início da pandemia de COVID-19, durante uma viagem de Bolsonaro à China, em 2019. O contexto na qual esta enunciação se insere, é da guerra comercial entre os Estados Unidos de Donald Trump e a China, que, segundo González García (2020), perturbou a dinâmica da economia mundial como um todo e estava relacionada à ambição tecnológica dos dois países. Desta maneira, a implantação da tecnologia chinesa no Brasil, por ser contrária aos interesses norte-americanos, passava a ser contrária também aos interesses do governo brasileiro.

Já no que diz respeito às outras duas enunciações, ambas se inserem no contexto da pandemia de COVID-19, na qual o vírus SARS-CoV-2, detectado pela primeira vez na província de Wuhan, na China, propagou-se pelo mundo causando uma crise sanitária e econômica global em 2020. Quando Bolsonaro veladamente acusa a China, o país que mais teve crescimento do PIB em 2020 (Paraguassu 2021), de usar o vírus como arma para promover uma "guerra bacteriológica" (Estadão 2021) sem ter provas disso, ele apresenta um ethos agressivo de acusação e desconfiança com relação à China e revelando, também, uma ideologia anti-China, de maneira a representar o país asiático como uma ameaça global, se alinhando com o discurso do "vírus chinês", de Donald Trump (Rogers, Jake e Swanson 2020).

O mesmo pode ser dito em relação à recusa de comprar as vacinas chinesas da SinoVac (Verdélio 2020), chamada por Bolsonaro de "vacina de João Dória", um de seus adversários políticos, uma vez que isso revela de maneira tácita uma preferência pelas vacinas concorrentes, sendo, neste contexto, vacinas desenvolvidas e produzidas por empresas norte-americanas e europeias. Assim, percebe-se novamente um ethos de desconfiança com relação à China, o que reforça a ideologia anti-China mencionada anteriormente, pois busca um afastamento do país asiáatico de maneira a colocá-lo como uma ameaça, já que a vacina de origem chinesa não é bem

vinda por ser alvo de desconfiança, mesmo em um momento em que cidadãos brasileiros perdiam suas vidas justamente por causa da falta de uma vacina que poderia combater a doença que causava a crise sanitária em questão.

Entretanto, quando se trata de situações mais formais, como reuniões presidenciais, Bolsonaro opta por utilizar o Ethos Democrático, respeitando a constância da política do Itamaraty. O uso do Ethos Democrático pode ser verificado na abertura do "Seminário Empresarial Brasil-China: 45 anos construindo laços bilaterais", ocorrido em Pequim, em 2019 (Bolsonaro 2019a), e na reunião com o Presidente da China, Xi Jinping, no Palácio Itamaraty, também em 2019 (Bolsonaro 2019b), ocasiões em que o Presidente brasileiro usou um tom mais moderado e até mesmo amigável devido à presença de membros do governo chinês e do Presidente Xi Jinping.

Por uma questão de formalidade, Bolsonaro afirma sentir-se honrado e feliz pela oportunidade do encontro com Xi Jinping e com a delegação chinesa. Bolsonaro também agradece ao Presidente da China pelo posicionamento em defesa da soberania brasileira na Amazônia (Bolsonaro 2019a; Bolsonaro 2019b). Estas atitudes, além de respeitarem a formalidade da situação, estão em consonância com a política externa adotada pelo Brasil, que cultiva uma relação amistosa com a China há décadas.

É importante ressaltar que ao usar o Ethos Democrático, Bolsonaro não apresenta sua própria ideologia, mas sim a do Itamaraty, que está mais voltada para a colaboração com a China, se comparada à orientação ideológica do então presidente brasileiro. Já no que diz respeito ao contexto, durante seu governo, Bolsonaro demonstrava interesse na exploração de nióbio e de grafeno no Brasil (Gov.br 2021). Assim, o presidente diz ver "com entusiasmo" a cooperação entre Brasil e China para a exploração e o desenvolvimento do uso desses recursos durante um discurso em meio à visita do presidente chinês ao Brasil em 2019 (Bolsonaro 2019b). Além disso, o presidente brasileiro entrou em conflito com o presidente francês, Emmanuel Macron, após este relativizar a soberania do Brasil na Amazônia (Soares e Gullino 2019). Neste conflito, a China demonstrou um posicionamento a favor do respeito à soberania brasileira, gesto que levou Bolsonaro a agradecer aos chineses nos dois discursos formais analisados.

3.2. Análise Refinada

Nesta parte, serão indicadas as enunciações feitas pelos dois presidentes através da transcrição de suas falas. Optou se por se manter a transcrição fiel às falas dos enunciadores; assim, a indicação das palavras que caracterizem um desvio das normas culta da línguas portuguesa, bem

como das palavras que tenham sido pronunciadas de forma equivocada ou em formas de contração, serão indicadas através do uso de aspas simples e fonte em itálico, desta forma: '*palavra*'. A transcrição completa dos discursos utilizados nesta análise estará nos anexos ao final do artigo.

A primeira categoria a ser analisada será o ethos. O ethos de Lula será analisado primeiro, de maneira a seguir a ordem cronológica dos governos, com o de Bolsonaro vindo logo a seguir. Como dito anteriormente, o ethos de Lula é amigável à China e preza pelo estreitamento das relações entre os dois países através da cooperação e da intensificação do comércio entre Brasil e China.

O ethos amigável de Lula, usado para mostrar o desejo de aproximação com a China, pode ser observado nas seguintes enunciações:

> (1) "...estou convencido de que a aproximação com a Ásia e, em particular com a China, será decisiva para o Brasil realizar esse destino maior". (Corpus 4, linha 8)
>
> (2) "Meus amigos da China..." (Corpus 5, linha 1)
>
> (3) "Eu acredito que estamos vivendo, no dia de hoje, mais um momento auspicioso na relação China-Brasil". (Corpus 5, linha 6)
>
> (4) "Gostaria inicialmente de manifestar minha satisfação em ver tantos empresários chineses e brasileiros reunidos nesta pujante e dinâmica cidade de Xangai". (Corpus 5, linha 10)
>
> (5) "São encontros como este que farão que nossa parceria estratégica seja mais do que uma realidade política ou diplomática e adquira também substância comercial e econômica". (Corpus 5, linha 12)
>
> (6) "A China é um país de história milenar; o Brasil é uma nação comparativamente jovem; geograficamente estamos distantes. Mas, nos unem os mesmos anseios de desenvolvimento e de justiça social". (Corpus 5, linha 15)
>
> (7) "Somos dois grandes países em desenvolvimento que procuram integrar-se nas correntes internacionais de comércio e investimento sem abrir mão da autonomia de nossos processos decisórios". (Corpus 5, linha 18)
>
> (8) "Acabo de chegar de Pequim, onde mantive encontro extremamente proveitoso com o presidente Hu Jintao". (Corpus 5, linha 42)
>
> (9) "Repito, aqui, o que afirmei ao Presidente desta grande nação: China e Brasil não possuem contenciosos de qualquer espécie, seja no plano político, seja no econômico. Juntos, podemos somar esforços

> e trabalhar pelo nosso desenvolvimento em absoluta liberdade". (Corpus 5, linha 57)
>
> (10) "Quero dar os parabéns ao governo chinês, aos empresários chineses, aos empresários brasileiros, pelos acordos que nós vamos assinar hoje." (Corpus 7, linha 54)
>
> (11) "Nós queremos nos transformar em duas grandes economias. E para que isso aconteça, nós precisamos ter coragem de, a cada dia, renovar e fortalecer a nossa parceria." (Corpus 7, linha 68)
>
> (12) "Esta é uma ocasião propícia para compartilhar com os senhores algumas reflexões sobre a parceria estratégica entre a China e o Brasil, analisando os desafios que enfrentamos nesses tempos de transformações no plano internacional." (Corpus 8, linha 4)"
>
> (13) "A China e o Brasil são dois gigantes unidos pelo desejo permanente de melhorar as condições de vida de nossas populações. Pelos nossos interesses e dimensões estamos destinados a nos encontrar, unidos, em diversos tabuleiros da cena internacional e em diversas coalizões." (Corpus 8, linha 41)

No que diz respeito à ideologia, a de Lula representa a não submissão aos países desenvolvidos, os ditos "do Norte", de maneira a valorizar a cooperação entre países do Sul, como pode ser observado nas seguinte enunciações:

> (14) "É assim que, na minha opinião, o Brasil precisa proceder. Nós temos a América do Sul, nós temos a China, nós temos todo o mundo asiático, nós temos o Oriente Médio, nós temos a Índia e temos a África, e é uma obrigação política, moral e histórica nossa estreitar cada vez mais a relação com o continente africano, não podemos esquecer isso". (Corpus 4, linha 1)
>
> (15) "...estou convencido de que a aproximação com a Ásia e, em particular com a China, será decisiva para o Brasil realizar esse destino maior". (Corpus 4, linha 8)
>
> (16) "São encontros como este que farão que nossa parceria estratégica seja mais do que uma realidade política ou diplomática e adquira também substância comercial e econômica". (Corpus 5, linha 12)
>
> (17) "*'Daí'* a importância de nossa aliança estratégica — não só para intensificar nosso relacionamento recíproco, mas para modificar as regras injustas que, hoje, presidem o comércio internacional". (Corpus 5, linha 20)

(18) "Hoje, a pauta começa a diversificar-se. Estamos exportando aço, veículos, autopeças, celulose, óleo de soja, suco de laranja e outros produtos de maior valor agregado". (Corpus 5, linha 24)

(19) "Além da importância econômica, o turismo é especialmente valioso como instrumento de aproximação entre povos e culturas. O conhecimento mútuo permitirá que nossas relações se aprofundem e diversifiquem". (Corpus 5, linha 36)

(20) "Coincidimos, em particular, quanto à importância de pautarmos nossas relações por um conjunto de quatro princípios e objetivos: do fortalecimento da confiança política, em pé de igualdade; o aumento do comércio em bases mutuamente vantajosas; a intensificação da cooperação em foros internacionais e nas negociações multilaterais; e o aprofundamento do conhecimento e do intercâmbio entre as sociedades civis". (Corpus 5, linha 45)

(21) "A imprensa nacional e internacional observa com atenção e expectativa este novo capítulo no relacionamento entre os dois maiores países em desenvolvimento do Oriente e do Ocidente". (Corpus 5, linha 53)

(22) "Ao celebrarmos 30 anos de relações diplomáticas, chineses e brasileiros se redescobrem com os olhos voltados para um futuro de crescente cooperação". (Corpus 5, linha 55)

(23) "Repito, aqui, o que afirmei ao Presidente desta grande nação: China e Brasil não possuem contenciosos de qualquer espécie, seja no plano político, seja no econômico. Juntos, podemos somar esforços e trabalhar pelo nosso desenvolvimento em absoluta liberdade". (Corpus 5, linha 57)

(24) "...vocês estão dando uma contribuição inestimável para que a gente possa construir, neste século XXI, uma outra história da Humanidade. A história em que China e Brasil nunca mais serão esquecidos na roda de conversa dos países ricos..." (Corpus 7, linha 56)

(25) "O mundo multipolar que emerge no século XXI vai nos encontrar atuando no centro do processo decisório global com uma perspectiva multilateral." (Corpus 8, linha 38)

Relativamente ao contexto, pode-se dizer que a crescente cooperação entre Brasil e China no final do século XX e no início do XXI foram propícios para a realização dos seminário "Brasil-China: Um Salto Necessário", no Rio de Janeiro, em 2003, "Brasil-China: uma Parceria de Sucesso'', em Xangai,

em 2004 e, mais tarde, o "Seminário Brasil-China: Novas Oportunidades para a Parceria Estratégica" (Da Silva 2009a), em Pequim, realizado em 2009 e a inauguração do Centro de Estudos Brasileiros em Pequim, também ocorrida em 2009 (Da Silva 2009b), ocasiões nas quais as enunciações de Lula analisadas foram ditas. Além disso, ressalta-se a busca por diversidade de parcerias no mesmo período. Desta maneira, este contexto pode percebido em:

> (26) "Nós temos a América do Sul, nós temos a China, nós temos todo o mundo asiático, nós temos o Oriente Médio, nós temos a Índia e temos a África, e é uma obrigação política, moral e histórica nossa estreitar cada vez mais a relação com o continente africano, não podemos esquecer isso". (Corpus 4, linha 1)
>
> (27) "Eu acredito que estamos vivendo, no dia de hoje, mais um momento auspicioso na relação China-Brasil". (Corpus 5, linha 6)
>
> (28) "No ano passado, a China foi o terceiro maior país de destino para as exportações brasileiras. Soja e minério de ferro têm sido os produtos tradicionais em nossas vendas para este país. Hoje, a pauta começa a diversificar-se. Estamos exportando aço, veículos, autopeças, celulose, óleo de soja, suco de laranja e outros produtos de maior valor agregado". (Corpus 5, linha 22)
>
> (29) "Ao celebrarmos 30 anos de relações diplomáticas, chineses e brasileiros se redescobrem com os olhos voltados para um futuro de crescente cooperação". (Corpus 5, linha 55)
>
> (30) "Este é um momento especial das relações entre a China e o Brasil. Comemoramos 35 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre nossos países e reforçamos nossa parceria estratégica." (Corpus 7, linha 1)
>
> (31) "Em jantar na noite de ontem com o presidente Hu Jintao, constatamos mais uma vez a grande coincidência de posições entre o Brasil e a China nos foros internacionais na área econômica, comercial e financeira e também o potencial para ampliação da já extensa cooperação bilateral." (Corpus 7, linha 45)
>
> (32) "Somos economias dinâmicas e complementares. Por essa razão temos podido intensificar a cooperação em diversas frentes..." (Corpus 8, linha 11)

Neste momento serão analisadas as falas de Bolsonaro, a começar pelo seu ethos, que é agressivo, não se preocupando com a opinião chinesa sobre

si e buscando um afastamento da China em relação ao Brasil, o que pode ser observado em:

> (33) "Não, isso aí... Por enquanto, fora do radar". (Corpus 1, linha 2)
>
> (34) "Depois do elogio do Trump ontem, estou cada vez mais apaixonado por ele". (Corpus 2, linha 1)
>
> (35) "É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou nasceu porque um ser humano ingeriu um animal inadequado. Mas está aí. Os militares sabem o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que não estamos enfrentando uma nova guerra? Qual o país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês". (Corpus 3, linha 1)
>
> (36) "- A vacina chinesa de João Dória". (Corpus 6, linha 1)
>
> (37) "- O povo brasileiro NÃO SERÁ COBAIA DE NINGUÉM" (Corpus 6, linha 5)

A próxima categoria a ser analisada se trata da ideologia. Relativamente à ideologia de Bolsonaro, pode-se dizer que esta está alinhada com o discurso anti-China de Donald Trump em ambos os contextos analisados. Portanto, a ideologia pró-ocidente e, principalmente, pró-Estados Unidos de rejeição à China pode ser percebida nas seguintes falas:

> (38) "Não, isso aí... Por enquanto, fora do radar". (Corpus 1, linha 2)
>
> (39) "Depois do elogio do Trump ontem, estou cada vez mais apaixonado por ele". (Corpus 2, linha 1)
>
> (40) "É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou nasceu porque um ser humano ingeriu um animal inadequado. Mas está aí. Os militares sabem o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que não estamos enfrentando uma nova guerra? Qual o país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês". (Corpus 3, linha 1)
>
> (41) "- A vacina chinesa de João Dória" (Corpus 6, linha 1)
>
> (42) "- Diante do exposto, minha decisão é a de não adquirir a referida vacina". (Corpus 6, linha 8)

Já em relação ao contexto, as falas de Bolsonaro analisadas se inseriram nos dois contextos mencionados anteriormente, o da guerra comercial entre

Estados Unidos e China e da pandemia de COVID-19, dando especiais significado às palavras e justificando a ideologia exposta anteriormente, o que pode ser observado nas seguintes enunciações:

(43) "Não, isso aí... Por enquanto, fora do radar". (Corpus 1, linha 2)

(44) "É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou nasceu porque um ser humano ingeriu um animal inadequado. Mas está aí. Os militares sabem o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que não estamos enfrentando uma nova guerra? Qual o país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês". (Corpus 3, linha 1)

(45) "- O povo brasileiro NÃO SERÁ COBAIA DE NINGUÉM". (Corpus 6, linha 5)

(46) "- Não se justifica um bilionário aporte financeiro 'num' medicamento que sequer ultrapassou sua fase de testagem". (Corpus 6, linha 6)

(47) "- Diante do exposto, minha decisão é a de não adquirir a referida vacina". (Corpus 6, linha 8)

Agora serão apresentadas falas em que Bolsonaro usa o Ethos Democrático, respeitando os membros da delegação chinesa presentes e a política do Itamaraty. As seguintes enunciações exemplificam o ethos utilizado:

(48) "Senti-me muito honrado por ocasião da calorosa hospitalidade que recebi na minha visita ao Estado da China. A visita foi extremamente produtiva, alcançamos resultados concretos com a assinatura de vários acordos." (Corpus 9, linha 2)

(49) "Estou feliz com a oportunidade de mais esse encontro, para tratarmos de uma extensa agenda bilateral." (Corpus 9, linha 6)

(50) "Vejo com entusiasmo a cooperação entre o Brasil e China para explorar e desenvolver o uso de nióbio. Também estou otimista com a possibilidade de expandir a cooperação para o grafeno." (Corpus 9, linha 16)

(51) "Congratulo o governo chinês pela disposição em aumentar as importações de produtos brasileiros." (Corpus 9, linha 27)

(52) "Agradeço, mais uma vez, a Vossa Excelência, a posição adotada pelo governo chinês por ocasião de recentes questionamentos sobre

soberania brasileira e Região Amazônica. Muito obrigado mais uma vez." (Corpus 9, linha 36)

(53) "...senhor Hu Chunhua, eu quero agradecer as palavras do seu embaixador no Brasil reconhecendo a nossa soberania sobre a região Amazônica, no episódio ocorrido há pouco, por ocasião do encontro do G7. Muito obrigado ao governo chinês." (Corpus 10, linha 1)

(54) "A satisfação de estar aqui não tem preço. Estou honrado e feliz. E essa presença é uma prova concreta de que nós queremos, sim, mais que ampliar, diversificar todo o nosso ambiente de negócio." (Corpus 10, linha 6)

(55) "Estou muito feliz de estar aqui e, hoje à tarde, terei o prazer de pessoalmente apertar a mão do senhor presidente Xi, demonstrando que o novo governo está perfeitamente alinhado com os negócios da nossa... que nós estamos alinhados em mais coisas, além da questão comercial." (Corpus 10, linha 24)

No que diz respeito à ideologia, Bolsonaro, ao utilizar o Ethos Democrático, reflete a ideologia do Itamaraty em vez da própria, o que pode ser constatado nas seguintes falas:

(56) "A visita foi extremamente produtiva, alcançamos resultados concretos com a assinatura de vários acordos. Instruí meus ministros a darem pronta execução aos acordos firmados com a China." (Corpus 9, linha 3)

(57) "Reitero a Vossa Excelência meu convite para visita sua ao Brasil em data oportuna." (Corpus 9, linha 8)

(58) "O governo brasileiro continuará acolhendo os investimentos chineses no Brasil, em áreas de interesse mútuo e de acordo com a legislação em vigor. O Brasil está construindo um ambiente de negócios muito mais receptivo a investidores externos. Empresas chinesas têm tido participação importante nas ações do Programa de Parceria de Investimento..." (Corpus 9, linha 20)

(59) "Congratulo o governo chinês pela disposição em aumentar as importações de produtos brasileiros. É importante que avancemos em matéria de certificação de aeronaves civis, bem como em questões sanitárias e fitossanitárias." (Corpus 9, linha 27)

(60) "De nossa parte, retiramos a suspensão sobre dez estabelecimentos chineses de pescado. Esperamos que as autoridades sanitárias de

nossos países 'adote' cada vez mais medidas para ampliar o acesso aos respectivos mercados, com diversificação das exportações." (Corpus 9, linha 32)

(61) "A satisfação de estar aqui não tem preço. Estou honrado e feliz. E essa presença é uma prova concreta de que nós queremos, sim, mais que ampliar, diversificar todo o nosso ambiente de negócio." (Corpus 10, linha 6)

(62) "Empresários de maneira geral, dada a reunião que tivemos rapidamente no dia de ontem e outras que teremos no desenrolar dessa jornada, meu muito obrigado a todos vocês pela confiança em nosso Brasil. Nós nascemos para caminharmos juntos na questão comercial, entre outras." (Corpus 10, linha 20)

(63) "Estou muito feliz de estar aqui e, hoje à tarde, terei o prazer de pessoalmente apertar a mão do senhor presidente Xi, demonstrando que o novo governo está perfeitamente alinhado com os negócios da nossa... que nós estamos alinhados em mais coisas, além da questão comercial." (Corpus 10, linha 24)

Relativamente ao contexto, em seu governo, Bolsonaro destacava o interesse na exploração de nióbio e grafeno. Além disso, o presidente brasileiro esteve em conflito com o Presidente da França, que relativizou a soberania brasileira na Amazônia. Este contexto pode ser observado nas seguintes enunciações:

(64) "Vejo com entusiasmo a cooperação entre o Brasil e China para explorar e desenvolver o uso de nióbio. Também estou otimista com a possibilidade de expandir a cooperação para o grafeno." (Corpus 9, linha 16)

(65) "Agradeço, mais uma vez, a Vossa Excelência, a posição adotada pelo governo chinês por ocasião de recentes questionamentos sobre soberania brasileira e Região Amazônica. Muito obrigado mais uma vez." (Corpus 9, linha 36)

(66) "...senhor Hu Chunhua, eu quero agradecer as palavras do seu embaixador no Brasil reconhecendo a nossa soberania sobre a região Amazônica, no episódio ocorrido há pouco, por ocasião do encontro do G7. Muito obrigado ao governo chinês. Para nós, não têm preço esse reconhecimento público e suas palavras sobre essa região tão importante para o mundo e para o Brasil." (Corpus 10, linha 1)

4. Conclusão

O presente artigo procurou responder à seguinte questão de investigação: Como Lula e Bolsonaro influenciaram as relações sino-brasileiras através das políticas externas de seus governos? Procurou-se perceber as diferentes maneiras como os dois presidentes brasileiros se comportaram face à relação entre Brasil e China durante seus governos através da análise de falas de ambos utilizando a tradição francesa de Análise do Discurso.

Após a investigação dos enunciados e da correlação destes com os argumentos expostos, foi possível observar, com a análise do ethos e da ideologia de cada presidente dentro de diferentes contextos, que o presidente Lula, desde seu primeiro mandato, buscou uma aproximação maior com a República Popular da China, ao passo que o presidente Bolsonaro preferiu manter uma postura mais distante do país aiático, demonstrando desconfiança e optando por aproximar-se mais dos Estados Unidos da América, que rivalizam com a China, apesar de respeitar a política de Estado do Itamaraty e de ter consciência da importância da relação do Brasil com a China, de maneira que não buscou necessariamente um rompimento com o país asiático.

Lula, seguindo uma tendência observada em governos anteriores, trabalhou de maneira a contribuir com o estreitamento dos laços entre o Brasil e o país asiático, tanto com o aumento do comércio entre os dois países, quanto na cooperação para o desenvolvimento de tecnologias e no intercâmbio cultural e de conhecimento. O líder do Partido dos Trabalhadores se mostrou aberto à cooperação com a China, incentivando a evolução da parceria estratégica entre as duas economias emergentes e aproximando os dois países tecnológica e comercialmente.

Em contrapartida, Bolsonaro teve como foco de sua política externa a relação com os Estados Unidos de Donald Trump, afrouxando os laços entre Brasil e China ao mostrar desconfiança e um desejo de afastamento. Ao adotar tal postura, Bolsonaro acabou por dar pouca importância à parceria estratégica sino-brasileira, causando desentendimentos entre as diplomacias brasileira e chinesa, acusando a China de maneira infundada e obstaculizando o avanço da cooperação tecnológica entre os dois países.

Pode-se afirmar então que a análise das falas de ambos os líderes brasileiros permitiu corroborar a hipótese de que o presidente Lula, por razões ideológicas, buscou uma aproximação e uma evolução da parceria estratégica do Brasil com a China, aumentando o fluxo de comércio e o intercâmbio de conhecimento entre os países, enquanto Bolsonaro, também por razões ideológicas, optou pelo caminho contrário, distanciando os países e estimulando a desconfiança com relação à China, não colaborando com o

estreitamento de laços na parceria sino-brasileira. Contudo, importa sublinhar que a posição retórico-discursiva não se reflete, no caso do governo Bolsonaro, na ausência de relações políticas ou na quebra da parceria estratégica com a China, principalmente no campo econômico. Ao contrário do que se poderia esperar, a julgar pela retórica anti-China que caracterizou a presidência de Bolsonaro, os laços sino-brasileiros se mostraram resilientes. Por exemplo, o comércio bilateral não apenas resistiu a impactos mais severos, mas também se fortaleceu rapidamente, com a retomada dos fluxos comerciais de antes da pandemia de Covid-19, de acordo com o Ministério da Economia do Brasil, segundo o qual "os fluxos comerciais bilaterais em 2020 cresceram 3% em relação a 2019, com um valor global de US$ 102,5 bilhões" (2021, para.2). Mas o mais surpreendente é que, apesar das tentativas de Bolsonaro de forjar uma parceria mais próxima com o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao mesmo tempo em que buscava diminuir o comércio com a China, as exportações para os Estados Unidos (o segundo maior comprador do país) caíram consideravelmente. De fato, entre janeiro e setembro de 2020, o Brasil exportou US$15,1 bilhões e importou US$18,2 bilhões, totalizando US$33,4 bilhões em fluxos comerciais. Esses números mostram US$ 11,2 bilhões a menos na soma das operações, uma queda de 25% em comparação com os US$ 44,6 bilhões do período anterior (em que o Brasil enviou US$ 22,1 bilhões em exportações para os EUA e comprou US$ 22,5 bilhões em importações) (Gazeta do Povo, 2020).

Além disso, a pandemia mostrou como o Brasil precisa da China "para respirar". Em outras palavras, tal como muitos outros países, o Brasil apercebeu-se de como é dependente da China em termos de equipamento médico. É precisamente aí que os atores e interesses domésticos mostram a sua agência face à agenda política e ideológica anti-China do então Presidente Jair Bolsonaro. Por sua vez, a China passou com sucesso no teste de Bolsonaro, apesar de alguns atritos controversos em que a diplomacia chinesa se distanciou da sua tradicional posição de baixo perfil e respondeu assertivamente às críticas levantadas pelos bolsonaristas. Em suma, a paciência pragmática da China, ao mesmo tempo que vê Bolsonaro como a exceção e não a regra na longa Parceria Estratégica Sino-Brasileira, também mostrou a falta de uma estratégia coerente do Brasil em relação à China, em comparação com os interesses e objetivos consistentes de longo prazo de Pequim em relação ao Brasil.

Futuros trabalhos sobre o assunto podem explorar outras categorias da tradição francesa de análise do discurso, além de procurar entender de que maneira os discursos feitos em campanhas eleitorais dizem sobre a opinião do eleitorado de cada um dos políticos no que diz respeito às relações entre

Brasil e China. Outra possibilidade é a análise de discursos das equipes de governo de cada um dos presidentes em relação à parceria entre os dois países. Seria recomendável que futuros trabalhos sobre o tema procurem investigar por que motivos o Brasil tem se revelado reticente face à adesão à iniciativa Cinturão e Rota, apesar de a parceria estratégica sino-brasileira ser das mais avançadas do mundo e apesar de o terceiro mandato de Lula da Silva ter procurado reforçar laços face à China em vez do que havia sucedido na administração Bolsonaro. Por ora, a resistência do Itamaraty em aderir ao Cinturão e Rota tem a ver menos com a pressão dos EUA e mais com os benefícios concretos que a Iniciativa parece trazer para o Brasil.

Apêndice

O presente anexo contém a transcrição das falas referidas neste trabalho.

O número do corpus será indicado no título do mesmo, sendo seguido de um ponto ".", e o número da linha será indicado à esquerda do texto, sendo seguido de um parêntese fechado ")".

1. Coletiva de imprensa durante a visita de Bolsonaro à China em outubro de 2019:

1) Repórter: "A 'Huawei' é bem-vinda no Brasil?"

2) Bolsonaro: "Não, isso aí... Por enquanto, fora do radar."

FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=vV4Xi-CizJA Canal BBC News Brasil. Acesso em 26 de novembro de 2023

2. Fala de Bolsonaro em notícia do jornal "O Globo":

1)"- Depois do elogio do Trump ontem, estou cada vez mais apaixonado por ele."

FONTE:https://oglobo.globo.com/economia/bolsonaro-diz-estar-cada-vez-mais-apaixonado-por-donald-trump-23845889

3. Bolsonaro em uma cerimônia oficial em Brasília, 5 de maio de 2021.

1)"É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou nasceu porque um ser

2)humano ingeriu um animal inadequado. Mas está aí. Os militares

sabem o que é

3)guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que não estamos enfrentando uma

4)nova guerra? Qual o país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês."

FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=5UY1-6l4Ddo Canal Estadão Acesso em 11 de dezembro de 2023.

4. Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de Abertura do Seminário Brasil-China: "Um Salto Necessário" – BNDES, Rio de Janeiro, 30 de abril de 2003. In: Palavra Internacional do Brasil, 02/05/2003. Disponível em: http://www.relnet.com.br .

1)"É assim que, na minha opinião, o Brasil precisa proceder. Nós temos a América do

2)Sul, nós temos a China, nós temos todo o mundo asiático, nós temos o Oriente Médio,

3)nós temos a Índia e temos a África, e é uma obrigação política, moral e histórica nossa

4)estreitar cada vez mais a relação com o continente africano, não podemos esquecer

5)isso. (...) Tenho repetido que a América do Sul será prioridade em meu governo, pois

6)estou convencido de que o desenvolvimento pleno do Brasil só será possível como

7)parte da integração do continente como um todo. (...) E se temos uma vocação

8)regional, somos, também, um país global. Da mesma forma que a integração nacional

9)passa pela integração regional, estou convencido de que a aproximação com a Ásia e, 10)em particular com a China, será decisiva para o Brasil realizar esse destino maior."

FONTE: De Oliveira H. A. (2004) "Brasil-China: trinta anos de uma Parceria Estratégica." Revista brasileira de Política Internacional. https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000100002

5. Trecho do discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do seminário "Brasil-China: uma Parceria de Sucesso'' em Xangai, China, 26 de maio de 2004.

1)Meus amigos da China, Vice-Prefeito de Xangai, Representante comercial para a

2)América Latina do governo chinês, Ministros, Governadores, Parlamentares,

3)Empresários e investidores chineses, Empresários e investidores brasileiros (...)

4)(...) Eu acredito que estamos vivendo, no dia de hoje, mais um momento auspicioso

5)na relação China-Brasil. É importante que tenhamos bastante clareza e muita

6)humildade para sabermos que, antes de nós, muitos trabalharam para que pudéssemos

7)viver este dia. E eu espero que daqui a trinta anos outros empresários, outros

8)governantes, ao visitarem a China tenham a dimensão de que o que nós estamos

9)plantando terá frutificado o triplo ou, quem sabe, até mais do que já conquistamos até

10)o dia de hoje. (...)

11)(...) Gostaria inicialmente de manifestar minha satisfação em ver tantos empresários

12)chineses e brasileiros reunidos nesta pujante e dinâmica cidade de Xangai.

13)São encontros como este que farão que nossa parceria estratégica seja mais do que

14)uma realidade política ou diplomática e adquira também substância comercial e

15)econômica. (...)

16)A China é um país de história milenar; o Brasil é uma nação comparativamente

17)jovem; geograficamente estamos distantes. Mas, nos unem os mesmos anseios de

18)desenvolvimento e de justiça social. Somos dois grandes países em desenvolvimento

19)que procuram integrar-se nas correntes internacionais de comércio e investimento

20)sem abrir mão da autonomia de nossos processos decisórios. 'Daí' a importância de

21)nossa aliança estratégica – não só para intensificar nosso relacionamento recíproco,

22)mas para modificar as regras injustas que, hoje, presidem o comércio internacional.

23)Senhoras e senhores empresários, No ano passado, a China foi o terceiro maior país

24)de destino para as exportações brasileiras. Soja e minério de ferro têm sido os

25)produtos tradicionais em nossas vendas para este país. Hoje, a pauta começa a

26)diversificar-se. Estamos exportando aço, veículos, autopeças, celulose, óleo de soja,

27)suco de laranja e outros produtos de maior valor agregado.

28)(...) Desejamos dar continuidade aos planos conjuntos de investimento. Com grande

29)satisfação, concluímos, em Beijing, um entendimento para facilitar investimentos

30)chineses na recuperação e expansão de parte da malha ferroviária brasileira. Vi,

31)também com grande alegria, que muitas das empresas aqui representadas estão

32)levando adiante projetos de empreendimentos conjuntos em áreas variadas, como as

33)da siderurgia, da exploração de petróleo, da produção de alumina e de bens de

34)consumo diversos. Celebro também os avanços nos entendimentos para facilitar o

35)fluxo de turistas entre os dois países. Tive, ontem, a confirmação pelo presidente Hu

36)JinTao que a China concedeu ao Brasil o status de destino turístico autorizado. As

37)operadoras e agências de viagens darão início prontamente a seus trabalhos para

38)promover o turismo em ambas direções. Além da importância econômica, o turismo

39)é especialmente valioso como instrumento de aproximação entre povos e culturas. O

40)conhecimento mútuo permitirá que nossas relações se aprofundem e diversifiquem.

41)Senhoras e senhores empresários, Acabo de chegar de Pequim, onde mantive

42)encontro extremamente proveitoso com o presidente Hu JinTao.

43)Coincidimos, em particular, quanto à importância de pautarmos nossas relações por

44)um conjunto de quatro princípios e objetivos: do fortalecimento da confiança

45)política,

46)em pé de igualdade; o aumento do comércio em bases mutuamente vantajosas; a

47)intensificação da cooperação em foros internacionais e nas negociações

48)multilaterais; e o aprofundamento do conhecimento e do intercâmbio entre as

49)sociedades civis. Como tive a oportunidade de assinalar em meus contatos em

50)Pequim, com lideranças do setor público e do setor privado, o interesse gerado por

51)esta visita pode ser considerado absolutamente inédito. Trouxe à China uma

52)delegação integrada por um grande número de ministros, governadores,

53)parlamentares. Acompanham-me mais de quinhentos empresários. A imprensa

54)nacional e internacional observa com atenção e expectativa este novo capítulo no

55)relacionamento entre os dois maiores países em desenvolvimento do Oriente e do

56)Ocidente. Ao celebrarmos 30 anos de relações diplomáticas, chineses e brasileiros se

57)redescobrem com os olhos voltados para um futuro de crescente

cooperação. Repito,

58)aqui, o que afirmei ao Presidente desta grande nação: China e Brasil não possuem

59)contenciosos de qualquer espécie, seja no plano político, seja no econômico. Juntos,

60)podemos somar esforços e trabalhar pelo nosso desenvolvimento em absoluta

61)liberdade.

FONTE: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/10-mandato/2004/26-05-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-do-seminario-brasil-china-uma-parceria-de-sucesso20192019/view

6. Publicação de Bolsonaro na rede social Instagram no dia 21 de outubro de 2020:

1)- A vacina chinesa de João Dória:

2)- Para o meu Governo, qualquer vacina, antes de ser disponibilizada à população,

3)deverá ser COMPROVADA CIENTIFICAMENTE PELO MINISTÉRIO DA

4)SAÚDE e CERTIFICADA PELA ANVISA.

5)- O povo brasileiro NÃO SERÁ COBAIA DE NINGUÉM.

6)- Não se justifica um bilionário aporte financeiro 'num' medicamento que sequer 7)ultrapassou sua fase de testagem.

8)- Diante do exposto, minha decisão é a de não adquirir a referida vacina.

FONTE: https://www.instagram.com/p/CGm5PzxBnWT/?utm_source=ig_web_copy_link

Acesso em 24 de novembro de 2023.

7. Trecho do discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Seminário Brasil-China: Novas Oportunidades para a Parceria Estratégica - Pequim, 19 de maio de 2009.

1)(...) Este é um momento especial das relações entre a China e o Brasil. Comemoramos

2)35 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre nossos países e reforçamos

3)nossa parceria estratégica. Intensificou-se o comércio bilateral. Está cada dia mais

4)claro o potencial de expansão dos investimentos entre os dois países. Nossos governos

5)têm trabalhado intensamente para fortalecer nossa parceria. Mas é necessário uma

6)participação mais ativa dos meios empresariais. Por isso fiz questão de viajar

7)acompanhado por expressiva delegação de homens de negócios. Senhoras e senhores,

8)Desde o início desta década, o comércio entre a China e o Brasil cresceu a uma taxa

9)anual média de mais de 40% ao ano. No último ano, chegou a 55%. A China passou a

10)ser, em 2009, o maior parceiro comercial brasileiro. Nossas trocas continuaram

11)crescendo – mesmo durante a crise – a despeito da recessão que se abateu sobre o

12)mundo. As exportações brasileiras para a China estão concentradas em produtos

13)como soja, minério de ferro, petróleo e celulose. São produtos importantes.

14)Queremos incrementar essas exportações. Mas é necessário diversificá-las para

15)garantir a expansão do fluxo de comércio bilateral no longo prazo. Temos de agregar

16)valor a estes produtos. Isso depende da ação conjugada dos governos, removendo

17)barreiras, e dos empresários, exercendo sua criatividade. Assim reduziremos o risco

18)que a volatilidade dos preços das commodities poderá ter na economia e no

19)emprego. Avançar na cooperação entre autoridades sanitárias dos dois países é

20)fundamental pare esse objetivo. Isso dará impulso à venda de

outros produtos como

21)a carne, por exemplo. A diversificação também envolve produtos de maior

22)sofisticação tecnológica. É o caso dos aviões da Embraer, que apesar de estarem

23)entre os principais produtos de exportação brasileira, ainda são pouco conhecidos na

24)China. Merecem destaque a experiência da Petrobras na perfuração de petróleo em

25)águas profundas e nossa pujante indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, de

26)motores e de compressores. A experiência brasileira com biocombustíveis oferece

27)alternativa eficiente e limpa para a circulação de automóveis, e a co-geração de

28)energia. Aí também a aplicação de tecnologia a produtos básicos valorizará nosso

29)comércio. No setor de serviços há grande potencial de cooperação, sobretudo na

30)informatização de grandes sistemas.

31)(...) Assinei, recentemente, decreto que regulamenta o estabelecimento de Zonas de

32)Processamento de Exportações, criando grandes oportunidades para a instalação de

33)indústrias chinesas no Brasil, voltadas para o comércio internacional.

34)Podemos ampliar muito nossa Parceria Estratégica mediante a ampliação dos

35)investimentos diretos. Os acordos firmados entre o Banco de Desenvolvimento da

36)China e instituições brasileiras como a Petrobras e o BNDES permitirão a

37)participação chinesa em importantes projetos no Brasil. Também gostaríamos de ver

38)mais presença chinesa no mercado de capitais. Por isso, convido os bancos e os

39)investidores a olhar mais para o mercado e para as empresas brasileiras. O mercado

40)de títulos da dívida brasileira é totalmente aberto para os investidores estrangeiros.

41)Há também crescente mercado para investimentos em títulos privados e ações. O

42)governo brasileiro trabalhará com os setores competentes do governo chinês para

43)viabilizar esses investimentos.

44)Senhoras e senhores,

45)Em jantar na noite de ontem com o presidente Hu Jintao, constatamos mais uma vez

46)a grande coincidência de posições entre o Brasil e a China nos foros internacionais

47)na área econômica, comercial e financeira e também o potencial para ampliação da

48)já extensa cooperação bilateral. Para essa cooperação, estamos elaborando o Plano

49)de Ação Conjunta com vistas a orientar nossas ações nos próximos cinco anos. Será

50)amplo programa de cooperação, construído com base em amplas consultas entre os

51)governos e os diversos setores da sociedade civil dos dois países. Convido a todos os

52)nossos amigos empresários a participarem desse esforço e tenho certeza de que desse

53)seminário sairão muitas contribuições.

54)(...) Quero dar os parabéns ao governo chinês, aos empresários chineses, aos

55)empresários brasileiros, pelos acordos que nós vamos assinar hoje. Tenho certeza de

56)que vocês estão dando uma contribuição inestimável para que a gente possa

57)construir, neste século XXI, uma outra história da Humanidade. A história em que

58)China e Brasil nunca mais serão esquecidos na roda de conversa dos países ricos, ou

59)porque seremos tão ricos quanto eles, ou porque eles dependerão de muitas coisas

60)que nós saberemos produzir. E vocês não imaginam o prazer, a satisfação de nós

61)começarmos a sentir que nós somos grandes, que nós temos importância, e que

62)ninguém nunca mais vai sentar à mesa de negociação dizendo: "Não precisamos

63)convidar China e Brasil, porque eles são pobres". Nós estamos aprendendo a gostar

64)de sermos ricos. Nós estamos aprendendo a gostar de levar benefícios para a parte

65)mais pobre da nossa população. E nós sabemos, China e Brasil – e os dois governos

66)sabem – que ainda temos que fazer muito para consolidar um padrão de vida

67)adequado para o nosso povo. Uma coisa o mundo tem que ter certeza: não há volta.

68)Nós queremos nos transformar em duas grandes economias. E para que isso

69)aconteça, nós precisamos ter coragem de, a cada dia, renovar e fortalecer a nossa

70)parceria. Muito obrigado.

FONTE: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/audios/lula-audios-2010/19-05-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-encerramento-do-seminario-brasil-china-novas-oportunidades-parceria-estrategica-pequim-china-21min43/view Acesso em 11 de janeiro de 2025.

8. Trecho do discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração do Centro de Estudos Brasileiros Pequim-China, 19 de maio de 2009.

1)(...) É uma honra visitar uma das mais reconhecidas instituições acadêmicas da China

2)e de toda a Ásia, cuja excelência é reconhecida em todas as áreas de pesquisa a que se

3)dedica. Manifesto minha satisfação de estar presente na abertura do

Centro de Estudos

4)Brasileiros da Academia de Ciências Sociais da China. Esta é uma ocasião propícia

5)para compartilhar com os senhores algumas reflexões sobre a parceria estratégica

6)entre a China e o Brasil, analisando os desafios que enfrentamos nesses tempos de

7)transformações no plano internacional. Há 35 anos, a China e o Brasil estabeleceram

8)relações diplomáticas, iniciando uma cooperação que se fortaleceu sobretudo nos

9)últimos anos. Com base na amizade e no respeito mútuo, aperfeiçoamos

10)continuamente nossos canais de diálogo e avançamos lado a lado no

11)desenvolvimento de importantes projetos. Somos economias dinâmicas e

12)complementares. Por essa razão temos podido intensificar a cooperação em diversas

13)frentes, como nas áreas de energia, de aviação e de exploração de recursos minerais.

14)Temos uma bem sucedida cooperação em ciência e tecnologia, com o emblemático

15)programa de satélites, cujos benefícios estendemos a outros países em

16)desenvolvimento. O comércio bilateral vem alcançando números recordes a cada ano

17)e nos mantemos empenhados em ampliar e diversificar nosso intercâmbio. Em 2009

18)a China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil. Temos, ainda, o

19)desafio de explorar reciprocamente o imenso potencial de investimentos que nossas

20)economias oferecem. O dinamismo da relação entre China e Brasil pode ser aferido

21)de várias maneiras. Num contexto marcado por forte ênfase na diplomacia

22)presidencial, a interação entre Chefes de Estado é um indicador importante das

23)prioridades. Dou-lhes um exemplo: de julho de 2008 ao final de 2009 o Presidente

24)Hu Jintao e eu teremos nos reunido em nove ocasiões. Nesses encontros e agora

25)nesta visita que faço a Pequim, renovamos a determinação de seguir aprofundando a

26)parceria entre China e Brasil. Prova desse firme propósito é a decisão que tomamos

27)de elaborar um Plano de Ação Conjunta que, de forma concreta, lançará novas bases

28)para uma ampla cooperação no período 2010-2014. Senhoras e senhores, Ao longo

29)desses 35 anos de amadurecida convivência, China e Brasil vêm mostrando ampla

30)convergência de interesses e prioridades na busca de um desenvolvimento sustentado

31)e na construção de uma ordem internacional mais justa. O sistema internacional

32)passa hoje por grandes transformações. Os países em desenvolvimento têm

33)conseguido desempenhar um papel cada vez mais ativo nas instituições

34)internacionais e nas discussões sobre a reforma da governança global. Como duas

35)grandes nações em desenvolvimento, participamos de mecanismos como os Brics, o

36)G-5, o G-20 comercial e o G-20 financeiro, o que nos permite intensificar o diálogo

37)sobre grandes temas da agenda internacional. Já foi o tempo em que apenas

38)reagíamos aos acontecimentos. O mundo multipolar que emerge no século XXI vai

39)nos encontrar atuando no centro do processo decisório global com uma perspectiva

40)multilateral.

41)(...) A China e o Brasil são dois gigantes unidos pelo desejo permanente de melhorar

42)as condições de vida de nossas populações. Pelos nossos interesses e dimensões

43)estamos destinados a nos encontrar, unidos, em diversos tabuleiros da cena

44)internacional e em diversas coalizões. Muito obrigado.

FONTE: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/20-mandato/2009/19-05-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-inauguracao-do-centro-de-estudos-brasileiros/view

9. Trecho do discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante reunião com o Presidente da República Popular da China, Xi Jinping - Palácio Itamaraty, 13 de novembro de 2019.

1)Bom dia.

2)Senti-me muito honrado por ocasião da calorosa hospitalidade que recebi na minha

3)visita ao Estado da China. A visita foi extremamente produtiva, alcançamos

4)resultados concretos com a assinatura de vários acordos. Instruí meus ministros a

5)darem pronta execução aos acordos firmados com a China.

6)Estou feliz com a oportunidade de mais esse encontro, para tratarmos de uma extensa

7)agenda bilateral.

8)Reitero a Vossa Excelência meu convite para visita sua ao Brasil em data oportuna.

9)Continuaremos a trabalhar juntos, ao longo dos próximos anos, para ampliar a

10)cooperação entre nossos países.

11)Acabamos de conduzir o maior leilão de petróleo da história, saudamos as duas

12)empresas chinesas que participaram do mesmo.

13)O Brasil espera, nas próximas décadas, estar entre os maiores produtores de petróleo

14)do mundo. Queremos seguir aprofundando a cooperação econômica e comercial na

15)exploração e produção de petróleo e gás, mineração e energias renováveis.

16)Vejo com entusiasmo a cooperação entre o Brasil e China para explorar e

17)desenvolver o uso de nióbio. Também estou otimista com a possibilidade de

18)expandir a cooperação para o grafeno.

19)Como bem apontou Vossa Excelência, em nosso recente encontro na China, temos

20)importantes 'complementariedades' na área de investimento. O governo brasileiro

21)continuará acolhendo os investimentos chineses no Brasil, em áreas de interesse

22)mútuo e de acordo com a legislação em vigor. O Brasil está construindo um

23)ambiente de negócios muito mais receptivo a investidores externos. Empresas

24)chinesas têm tido participação importante nas ações do Programa de Parceria de

25)Investimento, que inclui concessões e privatizações, ferrovias, portos e aeroportos,

26)assim como o projeto de óleo e gás, mineração e energia.

27)Congratulo o governo chinês pela disposição em aumentar as importações de

28)produtos brasileiros. É importante que avancemos em matéria de certificação de

29)aeronaves civis, bem como em questões sanitárias e fitossanitárias. Nossos mercados

30)agrícolas registraram, em 2019, grandes avanços, em termos de abertura. Aumentou

31)o número de produtores de carne brasileiros habilitados a exportar para a China.

32)De nossa parte, retiramos a suspensão sobre dez estabelecimentos chineses de

33)pescado. Esperamos que as autoridades sanitárias de nossos países

'adote' cada vez

34)mais medidas para ampliar o acesso aos respectivos mercados, com diversificação

35)das exportações.

36)Agradeço, mais uma vez, a Vossa Excelência, a posição adotada pelo governo chinês

37)por ocasião de recentes questionamentos sobre soberania brasileira e Região

38)Amazônica. Muito obrigado mais uma vez.

39)Tudo que diz respeito à parte da Amazônia que está dentro do território brasileiro é

40)assunto de soberania nacional. O Brasil é exemplo mundial ao conciliar preservação

41)do meio ambiente e produção agropecuária.

42)O governo brasileiro está examinando medidas para isenção de vistos a nacionais

43)chineses em visita ao Brasil.

44)Por ora, muito obrigado.

FONTE: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-reuniao-com-o-presidente-da-republica-popular-da-china-xi-jinping-palacio-itamaraty

10. Trecho do discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Abertura do Seminário Empresarial Brasil-China: 45 anos construindo laços bilaterais - Pequim, China, 25 de outubro de 2019.

1)(...) Queria primeiro dizer, senhor Hu Chunhua, eu quero agradecer as palavras do seu

2)embaixador no Brasil reconhecendo a nossa soberania sobre a região Amazônica, no

3)episódio ocorrido há pouco, por ocasião do encontro do G7. Muito obrigado ao

4)governo chinês. Para nós, não têm preço esse reconhecimento público e suas palavras

5)sobre essa região tão importante para o mundo e para o Brasil.

6)A satisfação de estar aqui não tem preço. Estou honrado e feliz. E

essa presença é

7)uma prova concreta de que nós queremos, sim, mais que ampliar, diversificar todo o

8)nosso ambiente de negócio.

9)(...) Queremos negócio com o mundo todo. O fato de o Brasil há pouco, depois de 20

10)anos, ter assinado o acordo do Mercosul com a União Europeia é uma prova disso.

11)E encerrando, prezado senhor Hu Chunhua, decidimos há poucos dias, ouvindo o

12)nosso ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, isentá-los de visto por

13)ocasião de turismo em nosso Brasil e viagens de negócios. O nosso governo

14)demonstra, dessa maneira, a confiança no seu país. Queremos, além de negócios,

15)mais chineses nos visitando.

16)Um pouco ao teu lado, temos uma pequena grande mulher, a nossa ministra da

17)Agricultura, que não é a primeira vez que vem à China, num curto espaço de tempo,

18)cada vez mais ampliar o nosso agronegócio com os senhores, trazendo, em última

19)análise, a garantia alimentar pela quantidade, pela população do seu país.

20)Empresários de maneira geral, dada a reunião que tivemos rapidamente no dia de

21)ontem e outras que teremos no desenrolar dessa jornada, meu muito obrigado a todos

22)vocês pela confiança em nosso Brasil. Nós nascemos para caminharmos juntos na

23)questão comercial, entre outras.

24)Estou muito feliz de estar aqui e, hoje à tarde, terei o prazer de pessoalmente apertar

25)a mão do senhor presidente Xi, demonstrando que o novo governo está

26)perfeitamente alinhado com os negócios da nossa... que nós estamos alinhados em

27)mais coisas, além da questão comercial.

28)Muito obrigado a todos.

FONTE: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-abertura-do-seminario-empresarial-brasil-china-45-anos-construindo-lacos-bilaterais-pequim-china.

Referências

Abdenur, A. (2014). "China and the BRICS Development Bank: Legitimacy and Multilateralism in South–South Cooperation." IDS Bulletin 45, no. 4 : 85–101. 16

Almeida, J. (2023). "The Issue of Brazilian Foreign Policy in the 2022 Presidential Campaign." Caderno CRH 36.

Amorim, S, and L. C. Ferreira-Pereira. (2021). "Brazil's Quest for Autonomy in Asia: The Role of Strategic Partnerships with China and Japan." Revista Brasileira de Política Internacional 64, no. 2: 1-21.

BBC News Brasil. (2019). "Bolsonaro Speaks in China on Privatisation of State-Owned Enterprises, Trade War and the Amazon." YouTube video, 24 October 2019. Available at https://www.youtube.com/watch?v=vV4Xi-CizJA. Accessed 14 January 2024.

Bolsonaro, Jair. (2019a). "Speech by the President of the Republic, Jair Bolsonaro, During the Opening of the Brazil-China Business Seminar: 45 Years Building Bilateral Ties." Beijing, China, 25 October 2019. http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-abertura-do-seminario-empresarial-brasil-china-45-anos-construindo-lacos-bilaterais-pequim-china.

Bolsonaro, Jair. (2019b). "Speech by the President of the Republic, Jair Bolsonaro, during a meeting with the President of the People's Republic of China, Xi Jinping." Itamaraty Palace, Brasília, 13 November 2019. http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-reuniao-com-o-presidente-da-republica-popular-da-china-xi-jinping-palacio-itamaraty.

Bolsonaro, Jair. (2020). "João Dória's Chinese vaccine." Instagram, 21 October

2020. https://www.instagram.com/p/CGm5PzxBnWT/

Bueno, M. (2023). "The Advances and Setbacks of Sino-Brazilian Relations during the Lula (2003-10) and Bolsonaro (2019-22) Administrations." Unipampa Institutional Repository. Available at https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/7856. Accessed 15 January 2024.

Cardoso, D. (2013). "China-Brazil: A Strategic Partnership in an Evolving World Order." East Asia: An International Quarterly 30, no. 1: 35-51.

Charaudeau, Patrick, and Dominique Maingueneau. (2004). Dictionary of Discourse Analysis. São Paulo: Editora Contexto.

Costa, A. and Bernardi, A. (2020). "Populist Responses to the Coronavirus Crisis: Analysis of Donald Trump and Jair Bolsonaro's Tweets." Political Observer | Revista Portuguesa de Ciência Política (Portuguese Journal of Political Science), no. 14.

Da Silva, Luiz Inácio Lula. (2004). "Speech by the President of the Republic, Luiz Inácio Lula da Silva, at the Closing of the Seminar 'Brazil-China: a Successful Partnership'." Presidency of the Republic, Press and Publicity Secretariat, Shanghai, 26 May 2004. Available at http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/10-mandato/2004/26-05-2004-speech-by-the-president-of-the-republic-luiz-inacio-lula-da-silva-at-the-closing-of-the-seminar-brazil-china-a-successful-partnership20192019/view. Accessed on 4 December 2023.

Da Silva, Luiz Inácio Lula. (2009a) "Speech by the President of the Republic, Luiz Inácio Lula da Silva, Closing of the Brazil-China Seminar: New Opportunities for Strategic Partnership." Beijing, China, 19 May 2009. Available at: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/audios/lula-audios-2010/19-05-2009-speech-by-the-president-of-the-republic-luiz-inacio-lula-da-silva-closing-of-the-brazil-china-seminar-new-opportunities-strategic-partnership-beijing-china-21min43/view. Accessed on 20 January 2025.

Da Silva, Luiz Inácio Lula. (2009b). "Speech by the President of the Republic, Luiz Inácio Lula da Silva, during the inauguration ceremony of the Centre for Brazilian Studies." Beijing, China, 19 May 2009. Available at: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/20-mandato/2009/19-05-2009-speech-by-the-president-of-the-republic-luiz-inacio-lula-da-silva-during-the-inauguration-ceremony-of-the-centre-for-brazilian-studies/view. Accessed on: 20 January 2025.

Damacena, A. (2021). "Relations between Brazil and China: From Pragmatism to Ideology." International Connections 2, no. 1.

De Oliveira, H. A. (2004). "Brazil-China: Thirty Years of a Strategic Partnership." Brazilian Journal of International Politics: 7–30.

Duarte, P., Tavares, A., Gasparyan, A., Costa, C., Palmeira, J., & Medeiros, S. (2024). "Sino-Brazilian Cooperation in Analysis: Bilateralism, Multilateralism and Minilateralism". Janus.net, e-journal of international relations. 15(2). Thematic Dossier – "Brazil - China Relations: The Rise Of Modern International Order". December 2024, pp. 37-59. https://doi.org/10.26619/1647-7251.DT0324.2

Estadão. (2021). "Bolsonaro Suggests that China Created Pandemic to Launch a 'Chemical War'." YouTube video, 6 May 2021. Available at https://www.youtube.com/watch?v=5UY1-6l4Ddo. Accessed 3 January 2024.

Ferreira-Pereira, Laura C., and Paulo A. B. Duarte. (2023). "The South Atlantic in China's Global Policy: Why It Matters?" In The Palgrave Handbook of Globalisation with Chinese Characteristics: The Case of the Belt and Road Initiative, edited by Duarte, P. Leandro, F. and Galán, E. 703-720. Singapore: Palgrave.

Garcia, Ana Saggioro. (2020). "China's Investments in Brazil, South Africa, and India: Institutional Arrangements, Actors, and Impacts." Revista Tempo do Mundo, no. 22: 149–174.

Gazeta do Povo (2020). "Less US, more China: how the pandemic affected Brazil's trade relations." 3 November 2020, Available at: https://www.gazetadopovo.com.br/economia/relacoes-comerciais-brasil-china-eua-pandemia/ Accessed on 20 January 2025.

Gomes Saraiva, M, and Costa Silva, Á. V. (2019). "Ideology and Pragmatism in Jair Bolsonaro's Foreign Policy." International Relations, no. 64: 117-137.

Gonçalves, W, and Teixeira, T. (2020). "Considerations on Brazilian Foreign Policy in the Bolsonaro Government and US-Brazil Relations." Sul Global 1, no. 1: 192-211.

González García, J. (2020) "Causes, Evolution, and Prospects of the Trade War for China." Economic Analysis 35, no. 89: 91–116.

Gov.br (2021). "President Bolsonaro and Minister Marcos Pontes Visit Latin America's Largest Graphene Production Plant." Ministry of Science, Technology and Innovation , 9 July 2021. Available at: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2021/07/presidente-bolsonaro-e-ministro-marcos-pontes-visitam-maior-planta-produtiva-de-grafeno-da-america-latina. Accessed on 16 January 2025.

Grassi, J. (2020). "Strategic Partnership in International Relations: Theoretical Contributions and the Brazilian Case." Brazilian Journal of International Relations 8, no. 3: 616-650.

Gregolin, M. (1995). "Discourse Analysis: Concepts and Applications." Alfa: Journal of Linguistics. Available at: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/a5c2926e-0a7e-4409-8482-72796850f972/content. Accessed on 4 July 2024.

Hiratuka, C, and Sarti, F. (2016). "Economic Relations between Brazil and China: Analysis of Trade Flows and Foreign Direct Investment." Revista Tempo do Mundo 2, no. 1: 83-98.

Hopewell, K. (2014). "Different Paths to Power: The Rise of Brazil, India and China at the World Trade Organisation." Review of International Political Economy 22, no. 2: 311-338. Available at: https://doi.org/10.1080/09692290.2014.927387. Accessed on 1 July 2024.

Jenkins, R. (2012). "China and Brazil: Economic Impacts of a Growing Relationship." Journal of Current Chinese Affairs 41, no. 1: 21–47. Available at: https://doi.org/10.1177/186810261204100102. Accessed on 3 July 2024.

Maia, G. (2019). "Bolsonaro Says He Is Increasingly Fond of Trump." O Globo, 31 July 2019. Available at https://oglobo.globo.com/economia/bolsonaro-diz-estar-cada-vez-mais-apaixonado-por-donald-trump-23845889. Accessed on 26 January 2024.

Medeiros, G. (2022). "Relations between Brazil, China, and the United States: The Management of the Covid-19 Pandemic." Brasília: University Centre of Brasília.

Brazilian Ministry of Economy. (2021). Available at: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/novembro/relacao-entre-brasil-e-china-provou-ter-resiliencia-na-pandemia-afirma-joao-rossi

Mota, J. (2023). "Multilateralism in Brazilian Foreign Policy: Lula da Silva versus Jair Bolsonaro." Master's thesis, University of Minho.

Paraguassu, L. (2021). "Bolsonaro Insinuates that China May Have Created Coronavirus and Speaks of 'Bacteriological Warfare'." Reuters, 5 May 2021. Available at https://www.reuters.com/article/idUSKBN2CM1ZB/. Accessed 11 December 2023.

Rogers, K, Jakes, L, and Swanson, A. (2020). "Trump Defends Using 'Chinese Virus' Label, Ignoring Growing Criticism." New York Times, 18 March 2020. Available at https://www.nytimes.com/2020/03/18/us/politics/china-virus.html. Accessed 11 December 2023.

Santoro, M. (2022). "Brazil–China Relations in the 21st Century: The Making of a Strategic Partnership." Singapore: Palgrave Macmillan.

Silva, A, and Holleben, R. (2022). "From Lula to Bolsonaro: Discursive Ruptures and Continuities in Brazilian Foreign Policy towards the BRICS (2003-2020)." Monções 11, no. 22: 200-226.

Silva, Bárbara Fortes Pontes da. (2022). Foreign Direct Investment in the Brazilian Electric Power Sector. Available at: http://hdl.handle.net/11422/16919.

Soares, J. and Gullino, D. (2019). "After Macron's Speech, Bolsonaro Government Says Brazil's Sovereignty Is Not Up for Debate." O Globo, 26 August 2019. Available at: https://oglobo.globo.com/brasil/apos-fala-de-macron-governo-bolsonaro-diz-que-soberania-do-brasil-nao-esta-em-discussao-23906394. Accessed on 16 January 2025.

Soares, T. (2023). "The Change in Brazil's Foreign Policy towards China under the Temer and Bolsonaro Administrations in Comparison to the Lula Administration and Its Impact on Subnational Diplomacy between China, Rio de Janeiro, and Pernambuco."

Sorato, D. (2023). "A Comparative Analysis of Brazilian Foreign Policy in the First Six Months of the Bolsonaro and Lula III Administrations." Orbis-Quarterly Bulletin of LEPEB/UFF 1, no. 3: 17-21.

Vazquez, K. (2022). "Brazil-China Relations: Contestation, Adaptation, or Transformation?" In The China Question, edited by Dragan Pavlicevic and Max Talmacs, 201-222. Singapore: Palgrave Macmillan.

Verdélio, A. (2020). "Bolsonaro Says Federal Government Will Not Purchase CoronaVac Vaccine." Agência Brasil, 21 October 2020. Available at https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-10/bolsonaro-diz-que-governo-federal-nao-comprara-vacina-coronavac. Accessed 24 November 2023.

RESUMO
Este artigo pretende fazer uma análise comparativa entre as relações sino-brasileiras do ponto de vista brasileiro durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Jair Messias Bolsonaro através da análise de falas de ambos os presidentes durante seus respectivos governos. A análise baseada na tradição francesa de Análise do Discurso busca entender como os dois presidentes se comportaram frente à relação entre Brasil e China durante seus governos. Este estudo parte da hipótese de que houve um desejo de aproximação da relação entre os dois países durante o governo de Lula e uma tentativa de distanciamento, pelo menos nas falas informais do Presidente Bolsonaro, que não foi, contudo, corroborada pelas suas falas formais.

PALAVRAS-CHAVE
Lula, Bolsonaro, Discurso, Brasil, China

Recebido em 26 de janeiro de 2024
Aprovado em 17 de fevereiro de 2025

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.14, n.28, Jul./Dez. 2025 | p.53-72

MUDANÇA DE LUGAR: A NOVA ORDEM INTERNACIONAL E O BRASIL

Luiz Augusto Faria[1]

"As grandes decisões que movem o mundo são tomadas em outros lugares, longe da nossa mesa. É preciso construir vínculos próximos em nossa região para sermos ouvidos no plano internacional. Os desafios que enfrentamos como humanidade exigem, mais do que nunca, esforços coletivos e propostas inovadoras."

Pepe Mujica, **Carta a Lula**[2]

1. Introdução

"O Brasil está de volta" é uma frase repetida em diversos meios de comunicação internacionais desde que Lula assumiu a presidência pela terceira vez e retomou a agenda internacional do país. Integrante do BRICS, líder na América Latina, com fortes vínculos com a África e a Ásia e bem recebido pela Europa e pelos Estados Unidos (EUA), o país sul-americano possui um vasto horizonte de possibilidades em um momento em que a história se abre a novas perspectivas. Após séculos em que seu centro esteve localizado em uma das potências culturais europeias do Atlântico Norte, a configuração da ordem internacional hegemonizada pelo Ocidente encontra-se em processo de decomposição. Sua substituição é algo que está em disputa nos movimentos dos Estados e das forças sociais que atuam em nível global (Cox 2002).

Para avaliar esses desafios e examinar suas implicações para a mudança na inserção internacional do Brasil, este texto abordará a fratura da ordem mundial hegemonizada pelos EUA e o declínio de sua fase de dominação

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: lufaria@ufrgs.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6324-4104.

2 *"Las grandes decisiones que mueven al mundo se toman en otras partes, lejos de nuestra mesa.* ***Es necesario construir cercanía en nuestra región para hacernos oír a nivel internacional.*** *Los desafíos que tenemos como humanidad necesitan más que nunca esfuerzos colectivos y propuestas innovadoras."* (José "Pepe" Mujica is former President of Uruguay.)

unilateral iniciada na década de 1990, após o fim da União Soviética (URSS). Em seguida, buscará situar o interesse nacional brasileiro na possível transição da condição periférica para a de um ator com maior autonomia e influência global. Para tratar dessa possibilidade, será necessário avaliar as relações do Brasil com seus vizinhos da América Latina e do Caribe, considerando de que forma elas podem contribuir para o reposicionamento internacional do país. Por fim, o trabalho examinará os condicionantes internos da política externa, identificando o papel da luta de classes entre as diferentes forças sociais que definem a formação social nacional, sua vontade de poder no sistema mundial e suas alianças internacionais no processo de reposicionamento na hierarquia global.

2. Da Desordem a uma Nova Ordem

Para compreender o problema, é necessário adotar a perspectiva analítica que Braudel (1987) denominou *longue durée*, isto é, os séculos ao longo dos quais a história e a economia mundial evoluíram. Observa-se uma recorrência de longos períodos de estabilidade e expansão, sempre seguidos por períodos de crise, que passaram a definir a forma como o capitalismo internacional se desenvolve. Os acontecimentos contemporâneos indicam que estamos vivendo um desses momentos de transformação. A ordem internacional foi atingida por uma de suas grandes crises históricas, movimento recorrente desde sua formação no século XVII. As origens desse sistema, como demonstrou o pensador francês, remontam a um período muito anterior, quando, nos interstícios da Europa feudal, a instituição do mercado evoluiu até se configurar em espaços nacionais sob o domínio de uma nova classe social de mercadores e banqueiros: a burguesia. Nesse processo, a classe burguesa assumiu o poder nos Estados nacionais em processo de formação, colocando-se em seu centro, e internacionalizou-se com o estabelecimento do sistema interestatal consagrado no Tratado de Vestfália. Mesmo tendo se difundido por todo o mundo no século XX, esse sistema continua a ser dirigido pela civilização europeia, incluindo sua projeção na América do Norte.

Seu traço expansionista foi explicado por Arrighi (1996) como a combinação de duas lógicas de poder: a territorialista e a capitalista, respectivamente o comando da geografia humana e o controle da acumulação de riqueza. Rosa Luxemburgo (1976) afirmava que o triunfo de sua expansão mundial, ao levar o regime capitalista aos confins do planeta, indicaria seu momento terminal: não haveria mais nada a conquistar. Por outro lado, a acumulação interminável de riqueza encontra limites em sua forma material,

que produz valores de uso concretos. Na forma de dinheiro – como a matemática, uma abstração –, o infinito existe. Ao lado desse limite social e geográfico, a acumulação incessante de riquezas materiais iniciada na Revolução Industrial do século XVIII, e que explora intensamente recursos naturais não renováveis, aponta para outro limite: a destruição do equilíbrio ambiental que sustenta todas as formas de vida na Terra.

Desde a década de 1970, o impulso de ampliar a riqueza social e, ao mesmo tempo, distribuí-la de forma tão desigual tem perdido força em seu núcleo histórico hegemônico do Atlântico Norte. O motor do sistema deslocou-se para a Ásia e tornou-se cada vez mais independente do núcleo ocidental liderado pelos EUA. Em sua última grande onda de expansão, na segunda metade do século XX, o centro histórico do sistema mundial acabou transferindo a maior parte de sua atividade produtiva para outras regiões do planeta, primeiro para a América Latina e, posteriormente, para o Sul e o Sudeste da Ásia. Essa nova circunstância acabou por esvaziar as estruturas industriais do antigo centro, que havia sido seu núcleo dinâmico durante os três séculos anteriores.

Na região onde surgiu como modo de produção, predomina hoje a acumulação de capital fictício na forma de renda financeira, originada na relação entre o capital portador de juros e o capital produtivo. O primeiro tornou-se credor e passou a dirigir o segundo por meio de dívidas ou do controle de sua propriedade. Como grande parte desses ativos se encontra na periferia do sistema, seu retorno assume uma segunda forma de renda imperialista derivada da exploração dessas periferias e de seus povos endividados. Outras duas formas de renda originam-se do domínio monopolista sobre os fluxos do comércio internacional – isto é, da troca desigual – e do controle da inovação tecnológica, que gera royalties, patentes e licenças (Carchedi; Roberts, 2021).

Essas formas de exploração imperialista, justamente em razão da realocação das atividades econômicas promovida pelo antigo centro, encontram-se agora sob pressão. Por um lado, devido à crescente presença da China e de outras economias asiáticas nos fluxos de mercadorias e na pesquisa e desenvolvimento científico; por outro, pela criação de novas formas de financiamento e de investimento estrangeiro direto entre países do Sul Global e pela formação de circuitos monetários relativamente independentes do dólar.

Cada vez mais, o império norte-americano apresenta sinais de declínio. Após um período de reafirmação de sua hegemonia na década de 1980 (Tavares, 1985), os EUA iniciaram, na década de 1990, o processo conhecido como globalização neoliberal. O colapso da URSS e a incorporação de sua antiga rival, a Rússia, ao sistema capitalista pareciam anunciar aquilo que a

liderança conservadora pretendia transformar no "Novo Século Americano" (Kristol; Kagan, 1996). No entanto, essa circunstância não deu origem a uma nova fase de desenvolvimento sob a hegemonia do Ocidente liderado por Washington. Em vez disso, houve um breve período de expansão na década de 1990, seguido por tempos turbulentos que culminaram na grande crise financeira de 2008-2009. Desencadeada pelo endividamento das famílias, a crise teve início com um colapso financeiro em seu centro mundial, os EUA, e rapidamente se espalhou pelo planeta. Trilhões de dólares em pacotes de resgate para bancos e instituições de crédito impediram um efeito dominó de falências, mas a crise está longe de ter sido solucionada e foi ainda mais agravada pelos efeitos da pandemia de Covid-19, da guerra na Ucrânia e do genocídio em curso na Palestina.

Do outro lado do Atlântico Norte, a prolongada estagnação econômica da Europa aprofundou-se com o retorno da inflação e com uma crise política que trouxe de volta a terrível sombra da xenofobia nazista e do supremacismo. Essa situação adversa decorre da perda de dinamismo da Alemanha, economia central do continente, que experimentou uma redução nos ganhos de produtividade do trabalho de uma média de 4,42% ao ano entre 1950 e 1990 para apenas 1,27% entre 1991 e 2022 (Bergeaud et al., 2016). Como demonstrou Palma (2023), a renda foi concentrada por meio do congelamento virtual dos salários reais e da queda da taxa de investimento em relação ao PIB, que girava em torno de 30% na década de 1970 e caiu para 21% em 2019. A produtividade, que crescia cerca de 2% ao ano na década de 1980, despencou para aproximadamente 0,3% em 2019.

A ação dos EUA para impedir a aproximação entre Rússia e Europa, especialmente a possibilidade de uma aliança Berlim-Moscou, acabou bloqueando definitivamente uma saída alternativa europeia para a crise. O apoio que tradicionalmente haviam dado à integração europeia e ao desenvolvimento econômico mudou na década de 1980, no início do movimento de recuperação de sua hegemonia. A partir de então, buscaram conter a competição que a expansão econômica da Alemanha e do Japão representava para seu sistema produtivo pouco competitivo (Tavares, 1985). Desde então, o Japão vive um período de estagnação crônica, enquanto a Alemanha reunificada perdeu dinamismo, apesar do espaço proporcionado pelo processo de integração europeia.

A guerra na Ucrânia acelerou a tendência de dissolução da ordem do velho mundo ao resolver duas ambiguidades históricas que envolviam os dois maiores países pertencentes ao que, há cerca de 300 anos, se imaginava ser a Europa: Alemanha e Rússia. Após tentar duas vezes assumir uma posição hegemônica por meio das duas guerras mundiais que perdeu, a Alemanha

reunificada passou a ocupar um lugar central na União Europeia graças à vacilação britânica e ao recuo realista das pretensões francesas. Com sua abertura para o leste nos acordos de complementaridade econômica com a Rússia, surgiu a possibilidade de um afastamento alemão em relação aos EUA. Por sua vez, o país que herdou o Império czarista, e que vinha sendo europeizado desde Pedro, o Grande, e Catarina, foi finalmente assimilado àquilo que imaginava ser seu destino civilizatório.

Durante esse período, os EUA realizaram uma reviravolta completa em sua política em relação à Rússia. Se na década de 1990 o maior país do mundo era considerado um bom aluno das políticas defendidas por Washington, desde o início do século XXI isso mudou. Além de forçar a dissociação econômica entre a Rússia e a Europa Ocidental, foi promovido um intenso cerco a Moscou, com a aquisição de posições militares em países situados em suas fronteiras. Sentindo-se cercada, a Rússia acabou reagindo com a invasão da Ucrânia. A guerra acelerou essa mudança, com a Rússia aproximando-se do Sul Global, reforçando sua aliança asiática e assumindo uma nova identidade civilizacional não europeia (Volosyuk, 2023; Trenin, 2023; Likhasheva, 2023). A Europa, por sua vez, submete-se à vontade americana ao aumentar seus gastos militares, financiar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e apoiar a Ucrânia, o que aprofunda sua dupla crise política e econômica (Sapir, 2023; Palma, 2023).

Além de alimentar o confronto na Europa, os EUA continuam promovendo instabilidade na Ásia Ocidental. Embora tenham encerrado suas incursões militares no Iraque e no Afeganistão, mantêm sua estratégia de cerco e pressão contra o Irã, além de incentivar divisões entre países vizinhos. Nesse contexto, seu apoio incondicional a Israel é central, uma vez que a contínua guerra colonial contra os palestinos reforça o papel de "porta-aviões terrestre" atribuído pelos americanos àquele país. A interoperabilidade entre as duas forças armadas facilita eventuais tentativas de uso da força na região para destruir ou frustrar iniciativas consideradas indesejáveis por Estados árabes e muçulmanos. O genocídio em Gaza é apenas mais uma expressão brutal dessa estratégia.

Ao mesmo tempo, em outra virada radical, a liderança dos EUA passou a considerar o desenvolvimento chinês como um desafio existencial. Sua estratégia de segurança nacional mudou da luta contra o terrorismo para o objetivo de impedir a ascensão do Império do Meio. As referências à "armadilha de Tucídides"[3] passaram a aparecer com frequência nos debates

3 A ideia desenvolvida pelo historiador grego em seu clássico "A Guerra do Peloponeso" explica o início daquele evento militar pelo crescimento do poder de Atenas que obrigara Esparta a atacá-la. Em suas palavras "...foi a ascensão de Atenas e o medo que isso instilou em Esparta

em Washington (Allison, 2017). Assim, iniciou-se um cerco econômico à China por meio de sanções e restrições comerciais, seguido também por uma dimensão militar, com a escalada dos gastos em defesa por parte dos EUA e de seus aliados no Pacífico – Austrália, Japão, Coreia do Sul e Taiwan.

A China, por sua vez, continua avançando em seu caminho de desenvolvimento em direção ao que definiu como uma sociedade moderadamente próspera. Sua posição em relação aos movimentos dos EUA foi divulgada em fevereiro de 2023 em um tom bastante duro (China, 2023). Antes disso, às vésperas da invasão da Ucrânia, China e Rússia anunciaram o aprofundamento de uma parceria estratégica (China; Rússia, 2022). Ao mesmo tempo, a China (Pyng, 2023) expandiu seus movimentos de integração econômica com a Ásia e a África por meio da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI - *Belt and Road Initiative*, em inglês), além de realizar uma série de investimentos em infraestrutura e na exploração de recursos agrícolas e minerais também na América Latina (Bernardi, 2023). Completando esses movimentos, a parceria no âmbito dos BRICS se aprofundou e passou a assumir uma posição de referência alternativa ao eixo EUA-Europa. Os próximos passos dessa transformação global deverão envolver o desenvolvimento de um sistema logístico e financeiro alternativo ao atualmente controlado pelos EUA, incluindo processos de desdolarização de dívidas, pagamentos e ativos, bem como a construção de canais alternativos de comércio e investimento, como já vem ocorrendo na Ásia, na África e na América Latina. A BRI constitui a ação mais visível da China nessa direção. Quanto ao Brasil, embora não esteja integrado à BRI, existe a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana), um ambicioso plano de construção de uma infraestrutura integrada no subcontinente. O Novo Banco de Desenvolvimento, o chamado banco dos BRICS, atualmente presidido pela ex-presidente Dilma Rousseff, vem desempenhando um papel importante nesse processo.

3. A Maré Rosa e Além

A América Latina e o Caribe existem, desde sua independência há cerca de duzentos anos, como uma espécie de "oeste do sul", um espaço dependente e associado aos centros hegemônicos do capitalismo mundial. Essa posição permitiu que a região experimentasse um vigoroso processo de industrialização iniciado por volta de 1930, ao mesmo tempo em que ocorriam, no centro capitalista, os chamados "Trinta Gloriosos" do pós-Segunda Guerra Mundial. Esse processo foi interrompido na década de 1980, com a grande

que tornou a guerra inevitável." (Tucídides, 2020)

crise da dívida externa. Ao mesmo tempo, e associada ao problema cambial, a concentração de renda – que favoreceu o aumento da taxa de lucro por meio da redução dos salários reais – estreitou um dos motores do crescimento econômico devido à atrofia do mercado interno. A queda do investimento levou ao esgotamento do processo de desenvolvimento (Faria, 2004, 2016, 2020, 2022).

A crise levou ao abandono do projeto nacional-desenvolvimentista na década de 1990 e à adoção da prescrição neoliberal, o chamado "Consenso de Washington", o que resultou em um período de estagnação prolongada até 2003. Na era neoliberal, as relações dos EUA com a América Latina mudaram radicalmente. No modo de desenvolvimento anterior, o fordismo, o vizinho do norte era parceiro do processo de industrialização ao sul do Rio Grande. Seu investimento estrangeiro direto levou à instalação de numerosas filiais de empresas multinacionais na região, contribuindo decisivamente para a formação de suas estruturas produtivas e industriais. No novo modelo neoliberal, que poderia ser descrito como um modelo de não-desenvolvimento, o investimento industrial foi transferido para a Ásia, especialmente para a China. O tipo de política econômica que Washington impôs por meio da coerção financeira associada à dívida externa e da interferência nos assuntos internos dos países resultou em desindustrialização, estagnação econômica e empobrecimento.

Na virada do século 21, crises de grande intensidade na Argentina, no Brasil e em toda a região resultaram em mudanças políticas que, por sua vez, possibilitaram um ciclo de crescimento entre 2004 e 2014. Conhecido como "Maré Rosa" latino-americana, foi implantada uma espécie de programa desenvolvimentista com suas especificidades nacionais, um novo projeto de expansão impulsionado pelo consumo interno impulsionado por políticas sociais que provocaram redistribuição de renda e aumento das exportações. Uma década de crescimento econômico levou à superação dos dois gargalos anteriores, o desequilíbrio externo e a insuficiência do mercado interno.

Esse período de desenvolvimento foi limitado no tempo, cerca de uma década, o que foi motivado não por qualquer insuficiência do projeto, mas pelas idas e vindas da política. Suas conquistas foram a redução da pobreza, o aumento dos salários reais, o redirecionamento dos gastos públicos na ampliação das políticas sociais de assistência, saúde e educação e o restabelecimento do papel indutivo do Estado, além da superação dos constrangimentos externos.[4] Ao mesmo tempo, organizados em suas

4 Os resultados medidos em indicadores sociais e econômicos foram bastante expressivos, como mostra a análise do caso brasileiro pela Fiocca (2023).

instituições regionais, Mercosul (Mercado Comum do Sul), UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) e CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos), os países da região se distanciaram da perspectiva histórica ocidental e assumiram a posição de não alinhados como nações do Sul Global.

As novas políticas foram firmemente combatidas pelas classes dominantes.[5] A reação deles foi um tanto surpreendente porque implicou uma reorganização completa da liderança política dessas forças sociais, de alguma forma replicando o que aconteceu no hemisfério norte. Uma extrema direita que vai do ordoliberal ao neofascista assumiu a liderança da burguesia. Com o firme apoio dos EUA, uma restauração neoliberal ocorreu em vários países, seja na forma eleitoral com a opção por uma direita neoliberal na Argentina, ou por golpe de Estado como na Bolívia ou uma combinação dos dois no caso do Brasil.[6]

Os governos de direita promoveram uma mudança na política externa, restabelecendo o alinhamento incondicional com os EUA e desmantelando os motores do crescimento econômico anteriores por meio do corte de gastos públicos, da concentração de renda e do aumento da pobreza. Suas ações restauraram os interesses da classe dominante e retiraram direitos das classes subalternas, sem qualquer preocupação com aquilo que poderia ser definido como um projeto nacional. Ao mesmo tempo em que buscam construir uma posição de hegemonia no sentido gramsciano, por meio de uma intensa guerra cultural, apostam na divisão da sociedade e em ações voltadas à eliminação ou ao silenciamento de grupos sociais divergentes. A pandemia de Covid-19, em 2020, apenas ampliou essa crise.

4. O Brasil e seus Desafios

Enquanto isso, na terceira década do século XXI, uma nova "Maré Rosa" se formou, tendo como elemento central o retorno de Lula ao poder no Brasil em 2023. As circunstâncias internacionais em que esse processo

5 Durante o período, o processo de queda da taxa de lucro que vinha ocorrendo desde a década de 1970 acelerou na medida em que as forças contra-remanescentes do aperto salarial ou as novas oportunidades de lucro das privatizações não estavam mais presentes (ver, para o caso brasileiro, Faria, 2022 e Marqueti et al, 2023).

6 Um golpe de Estado "constitucional", por meio do uso do lawfare, foi responsável pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2016. A eleição de Bolsonaro em 2018 foi favorecida pela prisão de Lula, outro caso de lawfare, e levou ao poder uma direita que, em seu extremismo, remete ao nazi-fascismo dos anos 1930.

ocorreu permitem uma margem de ação muito mais ampla[7]. Há espaço para que o continente se posicione de maneira mais autônoma entre o Ocidente e os novos polos de poder em ascensão, por meio do fortalecimento de sua aliança com o Sul Global, no qual o protagonismo do Brasil – o maior país da região – assume grande relevância.

É o que indicam os sinais vindos da terceira presidência de Lula. A tentativa de repetir o bom desempenho econômico e, sobretudo, social de seu primeiro governo exige mais do que crescimento econômico e políticas sociais redistributivas. O país, assim como toda a região, foi absorvido pelo mesmo modelo financeirizado e rentista predominante no Ocidente. O investimento permanece muito baixo e, fora o setor rural e extrativista, a produtividade cresceu muito pouco ao longo dos últimos quarenta anos. A indústria de transformação brasileira foi reduzida a 12% do PIB, contra 30,7% em 1985 (IBGE, 2023). O país detinha 2,5% da produção industrial mundial em 1990, participação que caiu para 1,3% em 2020 (CNI, 2023). A desindustrialização precoce interrompeu um processo de desenvolvimento e incorporação tecnológica que havia elevado a renda per capita para US$ 5.600 em 1980. Durante o período neoliberal, o PIB per capita estagnou[8]. Na primeira "Maré Rosa" deste século, o PIB per capita voltou a crescer, chegando a US$ 8.000 em 2014, um aumento de 40,4%. Com a restauração da extrema direita, a renda caiu 12,5%, alcançando cerca de US$ 7.000 em 2022.[9] O fenômeno da desindustrialização e da regressão econômica e social tem se repetido em toda a América Latina, com exceção da indústria mexicana, que se mantém estável em cerca de 19% do PIB desde 1985 em razão de sua integração produtiva com os EUA[10].

A terceira presidência de Lula faz uma escolha entre a estagnação da financeirização globalizada e o desenvolvimento das forças produtivas com redução das desigualdades. Por essa razão, seu governo, além de implementar políticas emergenciais de combate à fome, aumentou o salário mínimo e transferiu renda para os mais pobres, ao mesmo tempo em que apresentou

7 Isso não ocorre da mesma forma em seus assuntos internos. Uma extrema direita fortalecida e uma oposição majoritária no Parlamento restringiram as opções políticas de Lula.

8 Em 2002, o valor ainda era de US$ 5,7 mil em dólares constantes de 2015 (World Bank, 2023).

9 Esse movimento se repete nos principais países da América Latina. No caso da Argentina, os valores foram de 8,6 em 1980, 6,8 em 2002, 11,8 em 2013 e 9,7 em 2022. Já no caso do México, que não experimentou a primeira 'Maré Rosa', observa-se praticamente uma estagnação: 7,1 em 1980, 7,2 em 2002, 7,3 em 2013 e 7,0 em 2022, sempre em dólares constantes de 2015 (World Bank, 2023).

10 "Trata-se do fenômeno das maquiladoras, uma atividade especializada na montagem de bens industriais que ocupa o elo intensivo em trabalho da cadeia de valor.

uma agenda de reindustrialização e desenvolvimento científico e tecnológico, investimentos em infraestrutura, energia verde, melhoria da educação e da saúde e sustentabilidade ambiental. Isso implica, necessariamente, a atuação do Estado por meio de investimentos, compras governamentais, reforma tributária e financiamento por bancos públicos. Um novo parque industrial precisará ser construído para a criação de capacidades nas novas tecnologias, cujo desenvolvimento ocorreu majoritariamente fora da América Latina. Um aumento significativo da renda per capita será necessário para que o país alcance a posição de uma sociedade mais próspera.

No período de 1990 a 2002, o Brasil e toda a região aceitaram passivamente a pressão dos EUA e abandonaram qualquer ação que se assemelhasse a uma política industrial. Esforços anteriores no desenvolvimento de energias alternativas, tecnologias de informação e comunicação, indústria de defesa e setores químicos e farmacêuticos foram perdidos devido a uma abertura indiscriminada dos mercados, sem quaisquer contrapartidas de seus parceiros comerciais. Superar o atraso atual exigirá um esforço para corrigir esse erro e seguir o exemplo asiático, produzindo as capacidades necessárias para alcançar ganhos de produtividade, o que exige, além de investimentos na produção, mais educação, ciência e desenvolvimento tecnológico. Para tanto, a América Latina não pode contar com os EUA e a Europa, que estão interessados apenas em preservar o padrão de relações assimétricas característico do imperialismo.

O processo que ocorreu de forma desorganizada e não intencional, e que tornou a China o principal parceiro comercial de grande parte dos países da região, precisa ser modificado para permitir a redefinição de sua posição na divisão internacional do trabalho. Até o momento, o fluxo comercial entre a América Latina e a Ásia é composto pela exportação de produtos primários com baixo valor agregado e pela importação de bens industriais com maior intensidade tecnológica. Essa situação terá de mudar para que a região retome seu desenvolvimento, mantendo ao mesmo tempo a parceria com o país asiático.

Um instrumento central nesse reposicionamento no mundo é a integração regional em suas diversas dimensões. Se o Mercosul aumentou o fluxo de comércio entre seus membros, especialmente o de produtos industriais, até hoje teve pouca capacidade de ampliar seu alcance. Como afirmou o ex-presidente uruguaio Pepe Mujica: "...até agora, quando falamos de integração, temos sido puramente fenícios: quanto eu vendo para você e quanto você vende para mim; e os fenícios, que eram comerciantes formidáveis, não criaram nenhuma civilização" (Mujica, 2023, tradução

própria[11]). A criação da UNASUL e da CELAC – a primeira envolvendo a América do Sul e a segunda toda a América Latina e o Caribe – ampliou a agenda da integração para incluir questões políticas e de defesa. Também deu origem a uma agenda compartilhada de investimentos, como a iniciativa da IIRSA, voltada para a integração das infraestruturas de transporte, energia e outros setores. Deixar de ser "fenícios" tornou-se uma necessidade.

No entanto, qualquer alternativa precisa ser construída por meio da política externa. Como é próprio de sua importância, o meio acadêmico mantém um importante debate sobre a política externa brasileira, alimentado pelo diálogo com o destacado corpo profissional do serviço diplomático nacional. Embora não seja objetivo deste artigo aprofundar essa discussão, é possível vislumbrar esse intenso debate a partir de dois eixos principais. De um lado, encontram-se as visões opostas entre institucionalistas pragmáticos e autonomistas (Saraiva, 2010), derivadas de diferentes maneiras de lidar com a condição periférica do Brasil: aceitá-la e explorar pragmaticamente as oportunidades que oferece, ou lutar para transformá-la.[12]

Em contrapartida, enfatiza-se a causalidade das escolhas de política externa, observando a relação entre estrutura e agência (Reis da Silva; Pérez, 2019; Pinheiro; Soares de Lima, 2018). As condições estruturais correspondem à ordem mundial e à sua hierarquia de Estados – do centro à periferia – bem como aos arranjos regionais e globais. Também fazem parte da estrutura a política nacional, a luta de classes e as formas de Estado. A agência, por sua vez, refere-se ao poder relativo dos grupos de interesse e às suas alianças e alinhamentos internacionais. Ela resulta dos graus de liberdade da política externa e da autonomia relativa do Estado.

O espaço sul-americano e latino-americano, bem como o significativo paralelismo nas histórias dos países da região, constituem importantes pontos de debate acadêmico (Pecequilo; Carmo, 2013; Saraiva, 2020; Faria, 2004). Nesse sentido, grandes movimentos da história sul-americana parecem apresentar certo grau de sincronia, como ocorreu com as duas chamadas "Marés Rosas". Essa realidade impulsionou a integração regional. E a integração é um tema de grande importância tanto para o maior país da região quanto para os menores, pois favorece o fortalecimento econômico e político. No caso do Brasil, sua liderança regional deve ser construída no movimento necessário de integração regional. Liderar pioneiramente esse

11 "...(h)asta ahora, cuando hablamos de integración hemos sido puramente fenicios, cuánto te vendo y cuánto me vendes tú; y los fenicios, que fueron unos mercaderes formidables, no crearon ninguna civilización"

12 Há outro ponto de vista considerando a política externa brasileira como independente e autoconfiante desde o mandato de Cardoso (Cervo, 2010).

processo deve constituir uma base decisiva para a mudança de sua posição na ordem mundial.

De fato, o processo de integração regional tem ampliado a interdependência entre os países latino-americanos para além do comércio, com a construção de infraestruturas de transporte, energia e comunicação por meio de projetos da IIRSA, além da criação de instituições políticas. Seu financiamento tem sido fornecido pelo CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe – e por bancos públicos brasileiros; entretanto, dada a magnitude desses investimentos, a região necessita também de financiamento externo.

O desvio do comércio dentro da região ou em direção à China já provocou incômodo nos EUA. Em sua visão, o avanço de uma agenda política de autonomia é inaceitável. Como recorda Sapir (2023), se a dissidência de países menores, como Cuba ou Nicarágua, foi respondida com a conhecida violência, seria ainda mais inaceitável para Washington que países grandes, como Brasil ou Argentina, buscassem sair de sua área de influência. A devastação da economia e da sociedade venezuelanas constitui um sombrio alerta.[13]

A reação à crise de sua hegemonia envolve o movimento dos EUA para preservar o controle do que chamam de seu "quintal", algo visível em numerosas declarações e, ainda mais, em ações de intervenção velada ou explícita nos assuntos internos de países da América Latina e do Caribe nos últimos anos,[14] bem como na reativação do Comando Sul de suas forças armadas.[15] Seu objetivo é, em primeiro lugar, manter o isolamento de Cuba, Venezuela e Nicarágua; em seguida, impedir o avanço das relações com a China ou a Rússia mesmo em questões econômicas – os investimentos da BRI são vistos como uma ameaça à sua segurança –; e, por fim, garantir que as relações interestatais ocorram apenas sob supervisão dos EUA.

13 O PIB per capita da Venezuela em dólares correntes, que era de US $12,7 mil em 2012, antes do efeito das sanções dos EUA, caiu para 1,7 mil em 2020 e meros 3,5 mil em 2022, enquanto o PIB total passou de 371,3 bilhões em 2013 para 111,8 mil em 2021 (STATISA, 2023 e Banco Mundial, 2023). A produção de petróleo, que era de 2,4 milhões de barris por dia em 2012, caiu para 512 mil em 2021 (OPEP, 2023).

14 A recente turbulência política no Brasil, Equador, Colômbia, Peru, Venezuela, Bolívia, Argentina exemplifica esse tipo de ação.

15 A comandante do Comando Sul (SOUTHCOM), General Laura Richardson, fez uma declaração sobre a importância da América Latina para seu país, dizendo que o controle dos recursos naturais da região (Floresta Amazônica, lítio, terras raras, ouro, cobre) eram vitais para a segurança nacional de seu país, além de impedir a presença da China (Richardson, 2023).

5. A Vontade de Poder

Essas são as condições do espaço no qual os Estados e as forças sociais do Brasil e da América Latina se movimentam na redefinição de seu lugar na constelação internacional. Considero que esse reposicionamento no mundo é, em última instância, determinado pela dinâmica interna da luta de classes em cada país (Faria, 2020). Atualmente, há uma clivagem nas sociedades da região: existe um bloco conservador que luta para manter a posição de dependência e associação com o imperialismo americano, formado pela maior parte da burguesia. Mesmo em países onde o desenvolvimentismo gerou algum grau de industrialização, seu apoio entre as classes dominantes sempre foi minoritário. Esse bloco, que até 1980 era hegemonizado pela burguesia industrial e contava com o apoio de uma classe média ascendente presente nas burocracias públicas e privadas e nos pequenos negócios, transformou-se. Hoje, sua configuração é bastante diversa, com a hegemonia completa do capital financeiro, uma participação ruidosa da burguesia rural fortalecida pelo boom das commodities e o apoio de uma classe média ressentida com sua decadência social e com a ascensão das classes populares.[16] Sua liderança encontra-se na extrema direita.

Contra essa nova versão de uma burguesia dependente e associada "compradora", que no passado foi desenvolvimentista e agora é rentista, organizou-se a coalizão que venceu as eleições de 2022 com Lula. Sua base social foi composta quase exclusivamente por trabalhadores e outras classes populares mais pobres, às quais se somou uma pequena fração da classe média presente na burocracia estatal, entre educadores e cientistas, e uma parcela ainda menor da burguesia, principalmente nos setores industrial e comercial, alarmada com as inclinações nazifascistas de Bolsonaro e de seus aliados, que defendem o retorno da ditadura.

O mapa eleitoral brasileiro de 2022 evidenciou claramente essa divisão política, revelando um recorte de classe e renda entre os eleitores de Lula – majoritariamente pobres, negros e residentes de regiões menos desenvolvidas. Apenas o grupo de eleitores com renda inferior a 500 dólares votou de forma esmagadora no candidato de esquerda.

Seu projeto é a retomada do desenvolvimentismo com uma marca de classe mais forte. Além das políticas redistributivas, a inclusão social e a proteção de grupos vulneráveis assumem centralidade na agenda do governo, e a coalizão popular defende o retorno de uma política externa independente

16 A mesma classe média que, desde a luta contra as ditaduras nos anos 1970, sustentava o progresso social.

e assertiva. A mudança do lugar do Brasil – e de toda a América Latina e do Caribe – no mundo tem sido a bandeira da política externa do novo governo, o que se traduz em um grande ativismo diplomático que busca integrar a região, fortalecer a aliança com a África e a Ásia e reforçar a iniciativa dos BRICS, para a qual o recente aumento do número de países participantes representa um passo importante nessa direção.

A coalizão dos grandes países representativos dos três continentes do Sul Global atravessa um momento de definição de sua identidade, o que será decisivo para sua proposta de criação de um mundo multipolar – uma mudança histórica na forma da ordem mundial capitalista devido à ausência de uma hegemonia única. Até o presente, isso tem sido uma circunstância passageira – de anarquia ou caos sistêmico – no processo de transição entre dois ciclos sistêmicos de acumulação (Arrighi, 1996).

Para que tal hipótese se materialize, seria necessária uma transformação no nível das relações sociais, resultado da evolução das contradições do modo de produção. Um caminho possível é o proposto por Oliveira (1998). Para esse autor, a contradição entre acumulação e reprodução da sociedade está tomando forma com o surgimento de uma nova forma social, o antivalor (anti-value). A incapacidade da forma mercadoria de proporcionar estabilidade e garantir a subsistência da sociedade significa que um conjunto de atividades necessárias – como saúde, educação, infraestrutura, planejamento e controle da competição intercapitalista – tem sido cada vez mais produzido pelo Estado ou por outras formas não capitalistas de organização social, que ele define como antivalor.[17]

O atual debate sobre a natureza da sociedade chinesa[18] traz a um nível maior de concretude a discussão acerca da natureza da transformação em curso no sistema mundial. A compreensão da formação social do "Império do Meio" no início do século XXI aparece como uma chave interpretativa para entender a transição em andamento na ordem internacional. Em oposição à percepção de uma mudança dentro da ordem mundial, outra perspectiva enxerga nas contradições do sistema capitalista – tornadas explícitas desde o final do século XX – o surgimento de limites intransponíveis, indicando que a atual crise da hegemonia dos EUA é também uma crise terminal do próprio capitalismo.[19]

17 O tema foi deliberado sobre uma abordagem histórica e antropológica na obra de Karl Polanyi (1946 e 1977).

18 Sobre a natureza da sociedade chinesa sob a ótica de um outsider, Gabrielli, Jabbour, 2023 e Weber, 2023, e na visão de autores daquele país Ping, 2023; Tiejun, 2021 e Zhongqiu, 2023.

19 Nessa perspectiva estão as obras de Desai, 2023 e Hudson, 2022.

Se o objetivo anunciado da aliança dos BRICS é uma ordem internacional sem hegemonia – algo completamente inédito nos 300 anos de história do capitalismo mundial – sua realização ocorreria na forma de dois sistemas paralelos e simultâneos. No primeiro, a antiga ordem capitalista estaria em declínio, mas persistiria por um longo período; enquanto o segundo se formaria, acumulando mudanças quantitativas que, em determinado momento, produziriam um salto qualitativo em direção a uma nova ordem emergente (Ping, 2023; Zhongqiu, 2023). As diferentes formações sociais nacionais participariam de ambos os sistemas enquanto não houvesse a dissolução final do antigo e a afirmação do novo. Seria um episódio revolucionário e sem precedentes.

6. Como Forma de Conclusão, se Possível

A queda da hegemonia dos EUA, o novo fortalecimento da Rússia e a ascensão da China e de outras nações do Sul estão redefinindo a ordem mundial. Ainda que não signifique necessariamente o fim de sua natureza capitalista, isso pode representar o fim de sua estrutura centralizada em torno de uma única potência imperial. Como argumenta a coalizão dos BRICS, um novo sistema internacional com organização multipolar pode estar emergindo. E ele poderia ser pacífico, e não caótico ou anárquico como Arrighi observou em outros momentos do sistema mundial. Não é incoerente prever um desequilíbrio de poder combinado com prosperidade compartilhada como forma da ordem internacional, ainda que isso seja inédito. E deverá necessariamente ser inédito se estiver em curso uma transição no próprio núcleo das sociedades – do capitalismo para outro modo de produção.

Este mundo em transformação abre oportunidades singulares para o chamado Sul Global, com o Brasil entre seus protagonistas. Como escrevi anteriormente, tudo depende das capacidades desenvolvidas por esses países para alcançar uma posição mais elevada no chamado concerto das nações. Isso está longe de representar alguma forma de democracia internacional, mas a cooperação poderia ser ampliada e a exploração da periferia pelo antigo centro imperialista poderia ser reduzida.

Como um dos maiores países do Sul, o Brasil pode desempenhar um papel importante na nova ordem mundial. Isso depende do fortalecimento de sua liderança regional na América Latina, atualmente enfraquecida por divergências políticas. Depende também da construção de uma vontade nacional voltada à autonomia e à autodeterminação. Nenhum desses objetivos conta com o apoio da fração dominante da burguesia nacional, a do

setor financeiro. No entanto, desde o início do século XXI, e apesar da forte oposição das elites capitalistas e dos EUA, os governos populares do Partido dos Trabalhadores (PT) têm conduzido o que denominam uma política externa "ativa e assertiva", voltada para a conquista de um papel protagonista na arena internacional e para sua transformação. Ainda assim, o rumo desse processo permanece incerto.

Referências

Allison, Graham (2017). Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap? Harcourt: Houghton Mifflin

Arrighi, Giovanni (1996). O longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto e São Paulo: Editora UNESP

Bergeaud, A et al. (2016) "Productivity Trends in Advanced Countries between 1890 and 2012," Review of Income and Wealth, vol. 62(3), ps 420–444

Bernardi, B. (2023). A nova rota da seda verde e a civilização ecológica: análise da estratégia energética ambiental chinesa para o século XXI. Porto Alegre: PPGEEI-UFRGS (PhD Dissertation).

Braudel, Fernand (1986). A Dinâmica do Capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco

Carchedi Guglielmo; Roberts, Michael (2021). The Economics of Modern Imperialism. Historical Materialism 29(4), ps. 23–69

Cervo, Amado (2010). Brazil's rise on the international scene: Brazil and the World. Revista Brasileira de Política Internacional. 53 (spe.). Dec https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000300002

China (2023). US Hegemony and Its Perils. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: Communique, February 20

China; Russia (2022). Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development, February 4

CNI (2023) .https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/5a/fb/5afbf65c-ac8a-498c-b644-3e6337985b68/desempenho_da_industria_no_mundo_-_dezembro_2021.pdf Access in July 2023.

Cox, Robert (2002). The Political Economy of a Plural World: Critical Reflections on Power, Morals, and Civilization. London: Routledge (with Michael G. Schechter).

Desai, Radhika (2023). Capitalism, Coronavirus and War: a geopolitical economy. New York: Routledge

Faria, Luiz A. E. (2004). A Chave do Tamanho: desenvolvimento econômico e perspectivas do Mercosul. Porto Alegre: FEE/Editora UFRGS.

Faria, Luiz. A. E. (2016) Más allá de la estanflación: el ciclo de crecimiento y crisis de Brasil, 2004-2015. Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad, 24(46)

Faria, Luiz. A. E. (2020) Interesses em Conflito: raízes internas da política externa do Brasil no século XXI in: Míguez, María Cecilia: Morgenfeld, Leandro Ariel. Los condicionantes internos de la política exterior: entramados de las relaciones internacionales y transnacionales. Buenos Aires: Teseo Press

Faria, Luiz. A. E. (2022)A bússola e o pêndulo: desenvolvimento e inserção internacional do Brasil Brazilian Journal of Political Economy, 42 (2), pp. 283-303

Fiocca, Demian (2023). The prosperous decade of 2004-2013 and new developmentalism. Brazilian Journal of Political Economy, 43(2), Pages 398-417

Fiori, José. L. (2014) História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo

Gabriuelli, Alberto; Jabour, Elias (2023). Socialist Economic Development in the 21st Century: A Century After the Bolshevik Revolution. New York: Routladge, 2023.

Hudson, Michael. The Destiny of Civilization: Finance Capitalism, Industrial Capitalism or Socialism. Baskervile: ISLET Verlag

IBGE (2023) https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html Access July 2023

Kristol, W.; KAGAN, Robert (1996). Toward a Neo-Reaganite Foreign Policy Foreign Affairs, 75(4) pp. 18-32

Likhasheva, Anastacia (2023). War and the World Majority: Russians Speak, International Manifesto Group https://www.youtube.com/watch?v=fIQPiEpVqqE Access July 2023

Luxemburg, Rosa (1976) Acumulação de Capital. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª edição

Marqueti, Adalmir et al. (2023) Uma interpretação da economia brasileira a partir da taxa de lucro: 1950-2020. Revista de Economia Política, 43(2), pp. 309-334

Mujica, José "Pepe" (2023). La carta de Pepe Mujica a Lula por el "retiro" de presidentes latinoamericanos. Página 12 . Buenos Aires: 29 de mayo

Oliveira, Francisco De (1998). Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ: Vozes

OPEC (2023). https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/AR%202022.pdf Access August 2023

Palma, Gabriel (2023). Ricardo was surely right: the abundance of "easy" rents leads to greedy and lazy elites. A tribute to Geoff Harcourt. Cambridge Working Papers in Economics, https://www.econ.cam.ac.uk/cwpe , CMWPE 2326

Pecequilo, Cristina; Carmo, Corival (2013). Regional integration and Brazilian Foreign Policy: Strategies in the South American space. Revista de Sociologia e Política. 21 (48).

Ping, Yang (2023). The Ukraine Crisis and the Building of a New International System. Wenhua Zongheng (文化纵横), 1(1)

Pinheiro, Leticia; Soares de Lima Maria Regina (2019). Between Autonomy and Dependency: the Place of Agency in Brazilian Foreign Policy Brazilian Political Sciences Review. 12 (3) https://doi.org/10.1590/1981-38212018000300003

Polanyi, Karl. The Great Transformation. Origins of Our Time. Victor Gollancz, London, 1946, 305 p.

Polanyi, Karl (1977). The Livelihood of Man. Harry W. Pearson, editor. New York: Academic Press

Reis da Silva, André L, Perez, José O. (2019). Lula, Dilma, and Temer: The Rise and Fall of Brazilian Foreign Policy. Latin American Perspectives 46(4). https://doi-org.ez45.periodicos.capes.gov.br/10.1177/0094582X19846521

Richardson, Laura (2023) https://www.csis.org/analysis/looking-south-conversation-gen-laura-richardson-security-challenges-latin-america Access August 2023

Sapir, Jacques. (2023) Vers un nouvel ordre mondial? https://www.les-crises.fr/vers-un-nouvel-ordre-mondial-par-jacques-sapir-russeurope-en-exil/ Access August 2023

Saraiva, Miriam Gomes. (2010). "A Diplomacia Brasileira e as Visões Sobre a Inserção Externa do Brasil: Institucionalistas pragmáticos X Autonomistas". Mural Internacional 1 (1):45-52. https://doi.org/10.12957/rmi.2010.5285.

Saraiva, Miriam Gomes. (2020). The democratic regime and the changes

in Brazilian foreign policy towards South America. Brazilian. Political Sciences Review 14 (3). https://doi.org/10.1590/1981-38212020000300001

STATISTA (2023) https://www.statista.com/statistics/371876/gross-domestic-product-gdp-per-capita-in-venezuela/ Access August 2023

Tavares, Maria C. (1985) A retomada da hegemonia norte-americana. Brazilian Journal of Political Economy, 5(2)

Tenin, Dmitri (2023). War and the World Majority: Russians Speak International Manifesto Group https://www.youtube.com/watch?v=fIQPiEpVqqE Access August 2023

Thucydides (2020) The History of the Peloponnesian War, (431 BCE, Translated by Richard Crawley) https://classics.mit.edu/Thucydides/pelopwar.1.first.html Access December 2024.

Weber, Isabella (2023) China and neoliberalism: Moving beyond the China is/is not neoliberal dichotomy. https://www.researchgate.net/publication/323835991 Access August 2023

Tiejun, Wen (2021). Ten crises: the political economy of China's development. Singapore: Palgrave Macmillan

Worldbank https://data.worldbank.org/indicator/NY.ADJ.NNTY.PC.KD?locations=MX-BR-AR Access August 2023

Volosyuk, Olga (2023). International Seminar: Russia's view on International Security and Multipolarity: dialogues with Brazilian Scholars Porto Alegre: PPGEEI/UFRGS (non-recorded oral communication)

Zhongqiu, Yao (2023). Five centurys of global transformation: a Chinese perspective. Wenhua Zongheng (文化纵横), 1(1).

RESUMO
A fratura da ordem mundial e o declínio da hegemonia dos Estados Unidos são o contexto no qual deve se situar o interesse nacional do Brasil. Examina-se a possível mudança de sua posição periférica para o lugar de um ator com maior influência global. Para tanto, são avaliadas as relações do Brasil com seus vizinhos da América Latina e Caribe, e como elas poderiam ajudar a redefinir seu lugar na ordem mundial. Por fim, este artigo abordará os condicionantes internos da política externa, identificando o papel da luta de classes entre diferentes forças sociais que definem nossa formação social nacional, sua vontade de poder no sistema mundial e suas alianças internacionais no processo de reposicionamento do país na hierarquia global.

PALAVRAS-CHAVE
Ordem Mundial, Inserção Externa do Brasil, Desenvolvimento

Recebido em 22 de abril de 2024
Aprovado em 18 de setembro de 2025

Traduzido por Luana Gomes Lasmar

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.14, n.28, Jul./Dez. 2025 | p.73-106

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO PARA ISRAEL: O JOGO DE DOIS NÍVEIS E A INFLUÊNCIA PENTECOSTAL

Mohammed Nadir[1]
Pedro Henrique Thuler de Oliveira[2]

1. Introdução

Historicamente, sempre foi do interesse da diplomacia brasileira alcançar uma posição de prestígio e respeito no contexto internacional, e o complexo quadro político da região do Oriente Médio foi mais de uma vez utilizado como maneira de alavancar a projeção do Brasil no cenário internacional. Por conta das constantes tensões e antagonismos presentes na região, qualquer movimento diplomático ou econômico deve ser conduzido com extrema cautela e premeditação de forma a não comprometer as relações na região, e ao longo de sua história, pode-se observar que esse zelo pela equidistância figurou nas prioridades do Brasil no cultivo de relacionamentos e parcerias com os países meso-orientais. Durante os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff, pode-se observar o crescimento de uma animosidade entre a diplomacia brasileira e a israelense, embora essas animosidades surgissem não por uma incapacidade brasileira, mas pela impossibilidade prática de conciliar os interesses israelenses de um lado, e palestinos, árabes e iranianos do outro. Durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, contudo, houve uma desproporcional inversão das balanças que soergue Israel como um ponto de extrema importância na política externa brasileira (PEB), possivelmente segundo apenas aos Estados Unidos de Donald Trump. Neste paralelo, este artigo compreende que a

1 Universidade Federal do ABC, Santo André, Brasil. E-mail: mohammednadir2010@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9213-808X.

2 Universidade Federal do ABC, Santo André, Brasil. E-mail: pedrohenriquethuler@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0002-2747-396X.

aproximação com Israel não se deu apenas por conta de fatores externos, muito pelo contrário, entende que os fatores domésticos foram fulcrais para determinar a atuação da PEB, sobretudo no que tange aos interesses de atores de denominação (neo)pentecostal na base do governo de Bolsonaro. Far-se-á, portanto, um breve resgate histórico da PEB no que tange às relações com Israel e Oriente Médio, seguida por uma análise da trajetória política de Bolsonaro e dos desdobramentos internos de sua presidência para, na sequência, destrinchar a natureza das pressões domésticas que mobilizaram essa aproximação com Israel, quais os desdobramentos dessa movimentação, e os motivos pelos quais ela não foi bem-sucedida.

2. Contextualização Histórica.

A relação entre Brasil e Israel iniciou-se formalmente com a presidência de Oswaldo Aranha na Assembleia Geral das Nações Unidas de 1947, quando foi aprovada a partilha da Palestina pela Resolução 181, que pavimentou o caminho para o estabelecimento de um estado judaico. Defensor da autodeterminação dos povos, Aranha favoreceu as primeiras interações diplomáticas entre o Brasil e o novo estado israelense, alinhando-se com os Estados Unidos nesse contexto inicial (Casarões e Vigevani 2014).

Apesar da distância geográfica e das diferenças nos interesses nacionais, Brasil e Israel desenvolveram uma relação diplomática consistente. A presença de uma comunidade judaica no Brasil e a participação brasileira nos debates sobre o Oriente Médio contribuíram para essa aproximação. Em 1948, o Brasil apoiou a criação da Comissão de Conciliação para a Palestina, sinalizando sua preocupação com uma solução pacífica para os conflitos regionais entre árabes e judeus (Feldberg 2019).

Nos anos seguintes, o Brasil manteve uma postura de equidistância no Oriente Médio, reconhecendo Israel e trocando embaixadas em Tel Aviv e no Rio de Janeiro em 1952. Em 1956, o país enviou o "Batalhão Suez" para integrar as Forças de Emergência da ONU, consolidando o que Uziel denomina de "multilateralismo de prestígio", uma política que buscava fortalecer a projeção diplomática brasileira (Uziel 2014).

Esse equilíbrio diplomático começou a mudar em 1967, após a Guerra dos Seis Dias, quando o Brasil apoiou a Resolução 242, que exigia a retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados. Em 1974, durante uma visita do ministro libanês Fouad Naffah, o ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barboza afirmou que Israel deveria devolver esses territórios como condição para a paz, uma posição que marcou o compromisso do Brasil com

o respeito à autodeterminação dos povos árabes (Sochaczewski 2014).

Na presidência de Ernesto Geisel (1974-1979), o Brasil adota o "pragmatismo ecumênico responsável", afastando-se do alinhamento automático com os EUA e buscando um papel mais independente. A postura foi enfatizada pelo chanceler Antônio Azeredo da Silveira na Assembleia Geral da ONU, defendendo a retirada israelense dos territórios ocupados. Essa posição se consolidou em 1975, quando o Brasil votou a favor da Resolução 3379, que qualificava o sionismo como forma de racismo (Spektor 2004).

Durante os governos seguintes, incluindo a redemocratização sob José Sarney, o Brasil manteve apoio à causa palestina, defendendo a criação de um Estado palestino e a retirada israelense dos territórios ocupados. Com a ascensão de Fernando Collor (1990-1992), houve um realinhamento diplomático, e o Brasil anulou seu voto na Resolução 3379, refletindo uma política de aproximação com os EUA e Israel. A decisão de Collor foi reforçada por sua recusa em apoiar a coalizão militar liderada pelos EUA na Guerra do Golfo, em 1991, mantendo a tradição brasileira de não-intervenção (Collor de Mello 2011).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a diplomacia brasileira se expandiu com a presença do chanceler Luiz Felipe Lampreia, que retomou contatos com Israel e a Autoridade Nacional Palestina (ANP). FHC, no entanto, manteve o foco na diplomacia simbólica, incluindo a visita de Yasser Arafat a Brasília, mas sem papel ativo na resolução do conflito (Lampreia 1998).

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, a política externa se tornou mais engajada no Oriente Médio. Lula propôs uma abordagem multilateral e aproximou-se dos países árabes e do Irã, além de se manifestar contra a invasão do Iraque em 2003. Em 2009, o Brasil reconheceu formalmente o Estado Palestino, e a visita de Lula a Israel e à Palestina foi um marco diplomático que reforçou o papel do Brasil como interlocutor no conflito. Sua visita ao Irã, em 2010, e a assinatura do Acordo de Teerã para enriquecimento externo de urânio demonstraram o interesse brasileiro em soluções diplomáticas alternativas (Casarões e Vigevani 2014).

No governo de Dilma Rousseff (2011-2016), a política externa brasileira manteve a posição de apoio a uma solução de dois estados para o conflito. No entanto, o acirramento do conflito em Gaza, em 2014, levou a críticas do governo brasileiro às ações de Israel, incluindo o retorno do embaixador brasileiro em Tel Aviv. O governo de Michel Temer (2016-2018) continuou essa linha, embora em tom mais conciliador, buscando preservar as relações com Israel, sem modificar posições tradicionais, como a condenação dos assentamentos em território palestino (Vigevani e Calandrin 2019).

Com essa continuidade diplomática, Brasil e Israel mantiveram uma relação que oscilou entre o apoio pragmático aos direitos humanos e as parcerias tecnológicas e comerciais, resultando em uma diplomacia que visava tanto a projeção de um "soft power" no cenário internacional quanto a preservação de suas alianças tradicionais.

3. Bolsonaro

Jair Messias Bolsonaro, natural de Glicério, no interior paulista, ingressou na vida política aos 33 anos, quando concorreu ao cargo de vereador no Rio de Janeiro em 1988, pelo Partido Democrata Cristão. Antes disso, havia passado por uma trajetória conturbada no exército, onde alcançou a patente de capitão e ganhou certa notoriedade na imprensa. Em 27 de outubro de 1987, o jornal *Estado de S. Paulo* revelou um suposto plano de Bolsonaro e do capitão Flávio Passos para instalar explosivos em quartéis, caso o Governo Federal não concedesse um aumento salarial às tropas. O episódio veio à tona após um artigo escrito pelo próprio Bolsonaro na revista *Veja*, onde ele expunha publicamente essas demandas salariais (Nascimento et al. 2018). O caso foi levado ao Supremo Tribunal Militar, que o absolveu após divergências entre laudos periciais. Em sua estreia eleitoral, Bolsonaro atraiu apoio de militares e de segmentos ultraconservadores da sociedade carioca. Durante seu mandato, apresentou sete projetos de lei, incluindo um que propunha gratuidade no transporte público para militares (PL 113 de 1989/ C. Municipal do R. de Janeiro). Fora essas iniciativas, seu desempenho na Câmara Municipal foi discreto, sem grande destaque na mídia.

Em 1991, Jair Bolsonaro foi eleito deputado federal, voltando a atrair o olhar da mídia no ano seguinte após organizar a Marcha Pela Dignidade da Família Militar, que reuniu 800 mulheres de militares em Brasília para pleitear o reajuste salarial da categoria, evento este no qual dirigiu insultos ao ministro do exército da época, Carlos Tinoco (F. de S. Paulo 1992). Foi durante seu mandato como deputado federal que Bolsonaro começou a calcar para si cada vez mais espaço nos veículos de comunicação através de ataques às mais diversas figuras públicas; além de Tinoco, as tiradas de Bolsonaro tiveram como alvo outros deputados, membros da igreja católica, e outras figuras políticas como os presidentes Fernando Henrique e Luiz Inácio Lula da Silva. O minucioso estudo das aparições midiáticas de Jair Bolsonaro publicado pela revista PLURAL em 2018 relaciona o polemismo do deputado a um maior respaldo midiático:

> Ao longo dos 30 anos de matérias, as agressões verbais compõem uma parte considerável da imagem pública do deputado. Geralmente, após a publicação da matéria noticiando o insulto, surgem cartas de leitores, colunas de opinião e reportagens sobre o "andamento da queixa e/ou do processo". Deste modo, as polêmicas desencadeadas por insultos terminam por alimentar a visibilidade, parecendo forjar uma espécie de "estilo" que se tornou uma das marcas mais características da imagem pública do deputado. (Nascimento et al. 2018, p. 37)

O esforço de Bolsonaro de se manter relevante na mídia através das citadas declarações agressivas e retumbantes foi caracterizado pelo que o jornalista e político estadunidense Sidney Blumenthal conceitualizou como "campanha permanente", isto é: o desenvolvimento de processos eleitorais de determinado político eleito durante a vigência de seu cargo enquanto fora do período eleitoral (Blumenthal 1980 apud Joathan e Rebouças 2020); ou seja, durante seus anos na política, Bolsonaro estava engajado em uma campanha de reeleição permanente, viabilizando seus mandatos vindouros por meio do espaço o qual esculpiu para si mesmo e seu personagem na mídia. Essa ótica explica as perenidades e inconsistências do presidente ao longo de sua carreira política, sempre posicionado firmemente nas alas conservadoras, mas assumindo diferentes posturas durante sua trajetória.

4. Bolsonarismo

Segundo os historiadores Daniel Aarão Reis Filho e Giovanna Soares, o bolsonarismo é um fenômeno intimamente ligado às transformações da revolução digital, caracterizada pelo avanço técnico-científico que remodelou a sociedade contemporânea. No campo socioeconômico, Reis e Soares destacam a financeirização da economia, a prevalência do capital financeiro e a diminuição do controle estatal frente ao fluxo global de capitais. A difusão das redes sociais e da internet, o enfraquecimento dos movimentos operários, o aumento das desigualdades e a ascensão de grupos identitários e reacionários são outros traços que permeiam essa nova dinâmica social (Reis e Soares 2020).

Na esfera política, surgiram fenômenos como a elitização das instituições democráticas, o fortalecimento de uma cultura cínica e apolítica, e a crescente influência das mídias sociais em eleições. No Brasil, os governos de Lula e Dilma, embora responsáveis por avanços sociais, adotaram uma postura conciliatória em relação ao capital financeiro e às forças religiosas

conservadoras. Observa-se, ainda, a ascensão global de um nacionalismo reacionário e antidemocrático, marcado pela defesa de valores conservadores e pela articulação de diferentes correntes de direita – das tradicionais às fundamentalistas religiosas e às neofascistas e autoritárias (Reis e Soares 2020).

Para Reis, o bolsonarismo reflete o desenvolvimento desse movimento reacionário no Brasil, possuindo, no entanto, suas particularidades. Ele divide o germe do bolsonarismo em dois períodos: o primeiro, do Estado Novo à Ditadura Militar, onde ficou clara a incapacidade brasileira de contestar o autoritarismo, tanto no momento quanto em retrospectiva; e o segundo, da Nova República até as eleições de 2018, evidenciando a aristocratização da esfera política, polarizada entre PT e PSDB, culminando numa eleição marcada pela ausência de uma oposição efetiva, agravada pela insistência de setores de esquerda na candidatura de Lula até o limite da sua inelegibilidade, e na incapacidade mútua da articulação de uma esquerda viável por Ciro Gomes e Fernando Haddad.

O período eleitoral de 2018 foi crucial para a definição do bolsonarismo. Nessa época, destacaram-se a desconfiança em relação ao sistema de urnas eletrônicas, o sentimento antipetista exacerbado, e o ativismo digital de direita, que mobilizou o pânico moral em torno de questões de gênero e sexualidade. Esse contexto foi intensificado pela derrota de Aécio Neves em 2014, que lançou dúvidas sobre a segurança das urnas, resultando no pedido de auditoria do PSDB ao TSE. Embora o processo tenha confirmado a lisura das eleições, a suspeita persistiu, e ganhou força novamente em 2018 e 2020, particularmente entre os apoiadores de Bolsonaro (G1 2014; Ruediger et al. 2022).

De acordo com Reis, a Nova República representava uma promessa fracassada. A estrutura política, dominada pelo PT e PSDB, parecia estagnada e incapaz de responder às demandas populares por melhorias nos serviços públicos, segurança e combate à corrupção, como demonstraram as manifestações de junho de 2013. O desgaste dessa configuração política fomentou um desejo de mudança radical, direcionado contra o PT, que era visto como símbolo de imobilidade. Esse sentimento de antipetismo canalizou-se em diferentes direções: para Ciro Gomes, Geraldo Alckmin e, de forma mais expressiva, para Jair Bolsonaro, que emergiu como o principal desafiante à ordem estabelecida (Reis e Soares 2020).

A campanha de 2018 evidenciou a centralidade das redes sociais, como WhatsApp e Telegram, na disseminação de conteúdo político, especialmente entre os apoiadores de Bolsonaro. Muitos desses conteúdos assumiam tom religioso, associando a candidatura de Bolsonaro a uma defesa de valores

cristãos tradicionais e promovendo o pânico moral sobre temas ligados a direitos de minorias. A Frente Parlamentar Evangélica frequentemente se posicionava contra os direitos LGBTQIA +, em defesa de uma concepção de família tradicional, enquanto notícias falsas reforçaram essa agenda (Coelho, Dias e Maranhão 2018).

Outro ponto mobilizado pela campanha de Bolsonaro foi o uso da situação econômica de países como Venezuela e Argentina como exemplos do que poderia ocorrer no Brasil sob um governo petista. Esse argumento simplificava as crises enfrentadas por esses países, associando-as a políticas de esquerda, enquanto ignorava os fracassos de políticas neoliberais em outras nações da América Latina (BBC 2022; G1 2019).

Assim, a campanha de Bolsonaro em 2018 capitalizou tensões sociais latentes e consolidou sua figura como solução para tais dilemas, promovendo uma narrativa que apresentou o bolsonarismo como fenômeno não apenas brasileiro, mas parte de uma onda reacionária internacional. Desde 2010, a América Latina vivia o fim da chamada "Onda Roja", com a ascensão de lideranças conservadoras em diversos países. Esse cenário fortaleceu o conservadorismo político e religioso, além de levar à suspensão de pautas sexuais e reprodutivas, com marginalizados sendo retratados como adversários do Estado (Biroli, Vaggione e Machado 2020).

5. Trajetória Política dos Pentecostais no Brasil: As Três Ondas

Para realizar uma trajetória da política dos pentecostais no Brasil, antes se deve fazer uma caracterização das chamadas três ondas do pentecostalismo, a primeira, da década de 1910, representada pela Assembléia de Deus; a segunda, da década de 50 e 60, representada pelas Quadrangular, Brasil Para Cristo, e Deus é Amor; e a terceira, que se fortalece nos anos 80, representada pelas denominações da Igreja Universal do Reino de Deus, e a Igreja Internacional da Graça de Deus (Freston 1993).

Na primeira onda, observamos a trajetória da Assembléia de Deus (AD), de raiz sueca e nordestina. Em sua origem, em 1911, tinha caráter de baixa escolaridade e erudição teológica, anti-intelectualista, e com pouca ênfase na ascensão sócio-econômica, pois surge de missionários escandinavos marginalizados e periféricos, Daniel Berg e Adolf Gunnar Vingren. A AD foi bastante rápida em se expandir, possuindo sedes em todos os estados brasileiros já por volta de 1933, e no Distrito Federal em 1956. Essa rápida expansão, além das características trazidas pelos missionários suecos, solidificou-a como uma igreja popular e de extensão nacional por excelência,

o que será refletido sobretudo nas eleições de 1986, que serão analisadas futuramente (Castro 2020; Freston 1993).

Na segunda onda, iniciada por meados dos anos 50 é, segundo Freston, uma onda de eixo paulista, iniciada pela Igreja do Evangelho Quadrangular (1951, com origem nas práticas de Aimee Semple McPherson, pregadora canadense). A IEQ foi quem estabeleceu as regras do jogo para a segunda onda, com cultos ainda mais carismáticos, maior domínio dos meios de comunicação em massa como o rádio e os jornais, e uma menor chancela de repreensão moral, mais adequada à sociedade dos grandes centros urbanos. Na sequência, e em grande medida inspirado pela IEQ, surgiu a igreja Brasil Para Cristo no ano de 1955-1956, primeira das grandes igrejas pentecostais fundada por um brasileiro, Manoel de Mello, intensificou ainda mais a participação midiática dos pentecostais, lotando estádios, e sendo a primeiro a indicar representantes para o congresso, com o deputado federal Levy Tavares, que atuou de 1962 a 1970, e o deputado estadual Geraldino Santos, de 1966 a 1974, ambos podem ser considerados os primeiros deputados eleitos como representantes evangélicos na história do país (Freston 1993). Por fim, na segunda onda e, ainda citando Freston, verdadeira precursora da terceira, temos a Igreja Pentecostal Deus é Amor (IPDA), fundada em 1962 por David Miranda, a IPDA apela para as parcelas mais vulneráveis da população urbana, não só em termos monetários como também psíquicos, sendo muito voltada à cura e recuperação de alcoólatras e dependentes químicos em parte por seu código de conduta extremamente rígido com proibição ao álcool, jogos de azar, porte de armas, e certas vestimentas, todos com punições estipuladas (Freston 1993); o autor ainda elenca similitudes entre as práticas da IPDA e da vindoura Iurd.

> "Vários elementos antecipam a Igreja Universal do Reino de Deus: as obreiras uniformizadas, as entrevistas com demônios, o grito de "queima" para fazer o demônio sair de sua morada. Mas é a versão amadora, pobre e culturalmente ultrapassada(...) Esta é, em muitos motivos, a precursora da terceira onda pentecostal, mas cronológica e sociologicamente pertence à segunda onda". (Freston 1993, p. 93)

Ao final dos anos 70, viu-se surgir no Brasil a terceira onda do pentecostalismo, chamada também neopentecostalismo, marcada pela fundação da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) em 1977, e a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD) em 1980, fundadas respectivamente por Edir Macedo e seu cunhado, R. R. Soares, após uma ruptura interna dentro da Iurd. As novas igrejas, que vieram a testemunhar seu crescimento

na década de 80, surgem em um cenário de urbanização mais acirrada, de novos desenvolvimentos no ramo da comunicação, crise econômica e, no contexto carioca onde ambas se originam, a coexistência com bicheiros. Tais elementos, aliados ao fato de que, em contrapartida com a segunda e sobretudo com a primeira onda, a terceira tinha em seu centro pessoas de um estrato social e de escolaridade mais elevado, fizeram com que o neopentecostalismo adquirisse muita tração num cenário de avanço do neoliberalismo no Brasil (Freston 1993).

Castro elenca elementos importantes do neopentecostalismo, dentre os quais: A construção de fortes lideranças religiosas, a utilização dos meios de comunicação em massa, e a pregação centrada na vitória do bem sobre o mal, intensificação na batalha contra o Mal (Diabo), ênfase na Teologia da Prosperidade, participação política ativa, e construção da igreja com moldes empresariais. (Castro 2020), além disso, o neopentecostalismo também é marcado por hibridismo e simbolismo que até então eram ausentes nas ondas anteriores, com diversas celebrações simbólicas, e até mesmo a apropriação de elementos da espiritualidade popular, sendo mais maleável e tendo, portanto, um maior apelo a uma parcela social mais ampla. A última colocação se torna ainda mais notória quando se compara com as ondas que a antecederam, na qual os líderes das igrejas não tinham tal inclinação, ou mesmo o conhecimento necessário para a adequação definitiva da igreja a um contexto empresarial político e econômico; Manoel de Mello falhou ao tentar transformar a BPC em algo além de uma Igreja, e sim um movimento; e David Miranda, a despeito de seus investimentos, não rompeu com a lógica da IPDA como um negócio de família; já Edir Macedo foi extremamente eficiente não só na estruturação interna da Iurd, como também na diversificação de seus investimentos, que marca a gestão efetiva da Iurd como uma verdadeira empresa.

Outro elemento marcante para o entendimento da terceira onda é a chamada Teologia da Prosperidade é uma doutrina religiosa de origem estadunidense que equaciona a recompensa e a abundância material à prática fiel da religião, ao mesmo tempo em que relaciona a pobreza e a miséria com o pecado, ou seja, a prática que vê a riqueza não apenas como recompensa, mas como sintoma da fé, e a pobreza como o seu oposto (Garrard-Burnett 2011).

6. Articulação política: A "Bancada Evangélica" na Assembléia Nacional Constituinte

Até ANC, e com a exceção de Manoel de Mello e a BPC, o

pentecostalismo era marcado por um acentuado apoliticismo e uma proibição da participação na vida pública, por ser considerada uma coisa "do mundo", que poderia interferir com o ascetismo de seus fiéis, como escreveu Bruna Saraguay Dantas:

> O pentecostalismo clássico sempre adotou uma lógica binária, dualista e maniqueísta, quando tratava da relação entre religião e política. Em sua perspectiva, ambas as esferas deveriam permanecer afastadas em razão de suas naturezas serem absolutamente opostas e excludentes. Enquanto a religião cristã aparecia como representante do bem supremo, a política institucional era encarada como o mal, propagador da corrupção e perversidade. (Dantas 2011, p. 22)

A despeito disso, a inserção dos evangélicos na política passou a ocorrer, com ênfase, em 1986, quando ocorreram as primeiras eleições de representantes oficiais de igrejas evangélicas. Essas eleições foram marcadas por uma mudança na forma pentecostal de pensar a política, não mais devendo evitá-la, mas com a intenção de levar a moral cristã para dentro da instituição, a fim de purificá-la e instrumentalizá-la como uma ferramenta a serviço de Deus (Dantas, 2011). As eleições de 1986 inauguraram uma nova fase na política religiosa brasileira, e uma multiplicação sem precedentes dos representantes evangélicos no legislativo, saltando de um total de 3 parlamentares entre os anos de 1933 e 1987, para 27 parlamentares entre 1987 e 1992. Ou seja, em 5 anos, a representação aumentou por um fator de 9. (Freston 1993)

Para Freston, os precursores dessa mudança traziam consigo um novo perfil político, de escolaridade média inferior, raízes sociais de classe baixa e média-baixa, além de uma porcentagem relativamente considerável de pretos e pardos; não somente, outro elemento de importâncias nas candidaturas evangélicas é o fato que, diferentemente do catolicismo o qual viam como um adversário no espaço público, os políticos pentecostais tinham suas candidaturas marcadas e moldadas ao redor de suas confissões políticas, na medida que os parlamentares católicos, apesar de majoritários, não posicionaram o catolicismo no encabeçamento de sua vida pública, as candidaturas pentecostais eram, em ampla consideração, candidaturas religiosas, e não candidaturas de candidatos religiosos. Nos mandatos pós 1987, é possível ver um protagonismo maior de parlamentares pentecostais históricos, sobretudo da Assembléia de Deus, o que em si já implica numa grande dispersão territorial destes candidatos. Tais candidaturas podem ser compreendidas não como o fruto de alguma alteração teológica dentro das denominações, mas como a tentativa de uma conciliação de contradições, na

qual o pentecostalismo no Brasil é ainda, de certa forma, novo, e as dinâmicas de poder dentro das igrejas não se encontram tão cristalizadas como são, por exemplo, dentro do catolicismo, logo, o ingresso na política por parte dos evangélicos foi uma tentativa de, através das posições como figura pública, conferir maior legitimidade e estrutura às posições dentro da igreja, a se dizer, uma tentativa de profissionalizar o ramo eclesiástico pentecostal.

Como um adendo, outra via que a vida pública concedia acesso era, também, a mídia, sobretudo a televisão, e como pode-se observar em fenômenos presentes até mesmo os dias atuais, a presença na mídia televisiva frequentemente se equaciona em capital político, a citar dentro do pentecostalismo o bispo Edir Macedo, e fora deste, o ex-presidente Bolsonaro, ambos em suas respectivas maneiras sendo capazes de angariar respaldo político por conta de sua marcada presença nos meios de comunicação.

Outros dois elementos que Freston coloca como motivadores do grande surgimento pentecostal na política são ambos de enfrentamento. O primeiro, a competição com o catolicismo pelo posto de religião de massa, em busca de recursos públicos que fomentassem sua posição no espaço civil; e o segundo sendo o enfrentamento àquilo que era visto, tanto àquela época quanto nos tempos hodiernos, como ameaçador à família. Esses pleitos encontraram sucesso por uma questão contextual, a grande massa até então desmobilizada de evangélicos, um cenário de "abertura das comportas" de eleitorado represado com a redemocratização, e o otimismo da Nova República.

Com seu ingresso na política, formou-se a "bancada evangélica"[3] que se articulava, de forma ampla, em duas frentes: social e econômica. Socialmente tem-se o que é conhecido como defesa da família, contudo, esse rótulo guarda-chuva omite a complexidade dessa defesa, uma vez que a família é "o principal meio da socialização na visão minoritária de mundo e meio de conservação através das gerações". (Freston 1993, 236) O que essa defesa da família implicava, na prática, era a oposição a uma maior abrangência legal do aborto, uma "defesa" contra os avanços dos direitos das identidades sexuais minoritárias (homossexuais), oposição praticamente total ao divórcio (93% dos evangélicos eleitos), e a defesa da liberdade religiosa, medida que Freston vê como simbólica vez que se opunha a duas elites políticas inexistentes, uma católica que buscava a repressão do pentecostalismo, e uma ateia que buscava a extinção da religião de maneira geral. No setor econômico, existia uma clara oposição a medidas anticapitalistas. A isso Freston atribui a própria dinâmica da ascensão social pentecostal, na qual os pastores atribuem seu sucesso ao regime econômico que assim os favoreceu, enquanto muitos fiéis

3 Bancada é a denominação para um agrupamento informal de parlamentares, tanto da câmara quanto do congresso, que representa interesses específicos. (Câmara dos Deputados)

observaram uma mudança de vida para melhor que, em perspectiva, se opõe a um meio social mais igualitário. Aqui usamos a palavra "perspectiva" pois realmente trata-se de um ponto de vista, uma vez que os frequentadores das igrejas são oriundos de classes sociais mais pobres, aqueles que ascendem socialmente após a conversão vêem-se cercados pela pobreza, logo crendo que um meio social mais equitativo resultaria no seu rebaixamento. Ou seja, logo de saída já é possível ver um alinhamento do pentecostalismo político ao conservadorismo.[4]

O relativo sucesso dessa bancada inspirou um certo otimismo no projeto político pentecostal. Freston cita a inclusão de Deus na Constituição, ampliação das liberdades religiosas - a qual o autor vê como uma vitória simbólica -, e a manutenção do ensino religioso no currículo, assim como a rejeição da categoria "orientação sexual", da pena de morte e do voto distrital; entretanto, também menciona a derrota da bancada na questão do aborto e do divórcio (Freston 1993).

O supracitado sucesso inspirou uma grande onda de candidatos pentecostais na próxima eleição, em 1990, esse grande lançamento de candidaturas, contudo, gerou uma grande dispersão de votos e, portanto, uma relativa queda no número de candidatos eleitos (Dantas, 2011). Fato comprovado pela análise de Freston, que observou que, apesar da representação da AD permanecer igual com 12 candidatos eleitos (5 reeleições, 4 suplentes, e 3 novos eleitos), a votação dos eleitos caiu em 40%, e 35% se comparado com a média de votos de candidatos de todas as denominações pentecostais, o autor também atribui outros fatores para essa relativa queda, com a perda de fôlego do ânimo da constituinte, e o corporativismo superestimado da base eleitoral evangélica, que sendo também sujeita às tendências sociais, incorreu em um grande número de abstenções e votos nulos para os deputados.

A única denominação que de fato aumentou sua representação nas eleições de 1990 foi a Iurd, que lançou um novo modelo de candidatura baseado no lançamento de poucos candidatos oficiais por estado, como forma de não diluir os votos (Sanches 1999 apud Dantas 2011). Esse modelo foi adotado por outras igrejas, que passaram também a concentrar seus votos em candidatos que, anteriormente, ocupavam posições de destaque dentro das mesmas e passou a ser, de fato, a regra do jogo no que tange às candidaturas pentecostais pelas décadas vindouras.

7. A Frente Parlamentar Evangélica

4 Vale destacar que mesmo à época existiam representantes de uma esquerda evangélica na câmara, como Lysâneas Maciel e Benedita da Silva (Melo, 2021)

Por meio do Ato n. 69/2005, a mesa diretora da Câmara dos Deputados criou o registro de frentes parlamentares, definidas como "associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade" (Brasil, 2005). Esses grupos formais são voltados para temas específicos e podem incluir tanto senadores quanto deputados, sendo que um mesmo parlamentar pode integrar várias frentes simultaneamente. A Frente Parlamentar Evangélica, por exemplo, é composta por membros do Senado e da Câmara e tem como propósito promover e defender pautas ligadas às causas evangélicas, como a isenção tributária para igrejas, concessão de passaportes diplomáticos a seus membros, alinhamento entre política e discurso religioso, ensino religioso obrigatório nas escolas, além da oposição ao aborto, casamento homoafetivo e divórcio (Castro, 2020).

Como mencionado anteriormente, já durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), os parlamentares evangélicos se mobilizavam em defesa dessas pautas, mesmo antes da criação formal das Frentes Parlamentares, por meio de grupos informais. Esses grupos eram chamados de "bancadas", termo que continua sendo usado até hoje de forma não oficial (ex.: bancada evangélica, bancada ruralista, entre outras). Vale destacar que no Congresso também existem as chamadas "bancadas partidárias", que não devem ser confundidas com as agremiações informais. Dantas, em entrevistas com parlamentares, esclarece as distinções entre "frente parlamentar" e "bancada partidária": enquanto as frentes são organizações suprapartidárias voltadas para debates específicos, como no caso da FPE, que se foca em questões morais e religiosas, as bancadas partidárias são formadas por integrantes de um mesmo partido e têm como objetivo discutir questões ideológicas. Assim, a FPE se configura como um espaço de discussão religiosa entre seus membros, enquanto as bancadas partidárias se concentram exclusivamente em temas políticos internos a suas legendas.

Em 2005, a mesa diretora estabeleceu uma regulamentação para oficializar as Frentes Parlamentares, motivada pela proliferação de bancadas informais na política brasileira. No entanto, os evangélicos já haviam se antecipado a essa medida, criando oficialmente uma frente parlamentar em 2003. O objetivo era coordenar e organizar as ações dos muitos representantes evangélicos no legislativo, que até então atuavam de maneira dispersa. Assim, a Frente Parlamentar Evangélica surgiu como um meio de estruturar e articular suas iniciativas de forma mais eficaz.

Segundo Damares Alves, assessora jurídica, a formalização da Frente Parlamentar Evangélica deu origem à organização e sistematização

das atividades e à construção de estratégias de atuação mais eficazes. Desde então, estipulou-se a distribuição das proposituras entre os parlamentares e assessores de modo que cada um ficasse incumbido de acompanhar projetos de lei referentes a determinada temática, sempre de interesse da comunidade evangélica. Ademais, os deputados deveriam liberar seus assessores para fazer o mapeamento de proposições e selecionar aquelas consideradas mais ameaçadoras à ordem moral e aos bons costumes com o propósito de segui-las ao longo de todo processo de tramitação legislativa (Dantas, 2011).

Com a formalização da frente, os processos de organização política e decisória passaram a ocorrer de forma oficial. A FPE ganhou um gabinete próprio, cargos operacionais, diretoria e atribuições claras para cada membro. Entre os cargos, estão as funções de presidente, vice-presidentes, secretários, tesoureiros, coordenadores, assessores jurídicos e legislativos, além de um capelão e assistente de capelania (Dantas, 2011; Frente Parlamentar Evangélica, 2023). Dantas também destaca a importância do aparato jurídico, que agora permite verificar a legalidade das propostas da FPE de maneira mais consistente, da mesma forma que procura deslegitimar propostas contrárias.

A atuação da FPE é mais sutil do que se imagina. Ao contrário dos partidos, a frente não pode exigir obediência ideológica de seus membros. Sua função política é estruturar normas éticas e estabelecer um dever moral que influencia os movimentos sociais. Assim, embora não exija lealdade absoluta, a FPE afeta a aceitação ou rejeição de parlamentares, impactando sobretudo seus próprios integrantes.

Em suma, a Frente Parlamentar Evangélica, formada em 2003, foi em muitas medidas o próximo passo na profissionalização da prática política evangélica, coordenando o poder político dos parlamentares e da moral evangélica, jogando ao mesmo tempo no campo defensivo e ofensivo, e criando pressões que repercutem diretamente na sociedade, sobretudo no que tange à aceitação política de seus integrantes. O poder político evangélico, antes presente de forma diluída e desordenada, congrui-se de forma definitiva como um agente de poder de peso no legislativo brasileiro, embora existam ainda elementos de informalidade.

Delineadas as diferenças, cabe agora descrever a atuação política pentecostal no legislativo. O principal objetivo da FPE é acompanhar e avaliar todos os projetos de lei que tramitam pela câmara, e, dentro de suas capacidades, barrar aqueles que ataquem o projeto de país e a ordenação moral a qual subscreve, reforçando uma noção de "vigilância", na qual é dever dos parlamentares zelar de forma ostensiva pela barragem de projetos que atentem contra os ditos valores cristãos, através da observação e de uma atenção persecutória, quase policial (Dantas, 2020).

Esse trabalho de vigilância é possibilitado por meio do corpo assessorial da FPE, um trabalho descrito como ininterrupto, na qual os projetos de interesse são barrados e combatidos em todas as etapas da legislatura. Isso demonstra que a atuação da FPE foi, por muito tempo, defensiva, buscando não uma atuação política propositiva, mas sim visando o entrave e engavetamento de projetos de lei progressistas, um "domo de ferro" legal. Todavia, a partir de 2018, a dinâmica se altera, e os pentecostais assumem uma postura propositiva. Citando a declaração do deputado federal pelo Rio de Janeiro, Sóstenes Cavalcante, à época filiado ao DEM, hoje PL: "Agora, ao invés de segurar a pauta da esquerda, a esquerda que trate de obstruir para segurar os nossos projetos. O jogo se inverteu"; (Marini e Carvalho 2018). Isto é, a alteração na conjuntura política observada em 2018 empoderou a FPE de tal forma que, na retórica mobilizada por Cavalcante, "Davi virou Golias", num contexto de arrancada das direitas ao poder, da derrota e fragilização das esquerdas, da discursiva combativa de Bolsonaro que em muito pautou o tom do debate político durante seu mandato, e do ingresso dos evangélicos em peso não mais nas franjas, mas no centro do poder político brasileiro.

Ao longo de sua trajetória política, a Bancada Evangélica e futuramente a FPE manobrou habilmente através de diversas alianças. Logo na gênese, demonstraram apoio às forças da direita, apoiando a candidatura de Fernando Collor; na sequência, demonstraram um movimento discreto ao apoiarem as alas liberais e a candidatura de Fernando Henrique Cardoso; após, tiveram um deslocamento em conjunção com a centro-esquerda, apoiando os governos Lula e Dilma; e por fim, voltando-se contra a centro-esquerda ao apoiar o impeachment da presidente Dilma Rousseff (Camurça 2020), quando então assentaram-se com firmeza na direita, apoiando o governo de Michel Temer e, com ênfase, consolidando uma forte base de apoio ao governo Bolsonaro. Vale citar também a presença do poder político evangélico nas candidaturas em instâncias menores do poder executivo, dentre as quais Camurça destaca: a candidatura de Paulo Maluf para prefeitura de São Paulo em 1992; em 1994 apoiaram Mário Covas, Márcio Allencar e Paulo Souto para o governo de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, respectivamente; e em 1998, José Serra, Sérgio Cabral Filho, e Antônio Imbassahy para as prefeituras de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Isto aponta para a já citada tendência que as forças políticas pentecostais têm de persistir no cenário político, atravessando governos inteiros, mas até então mantendo-se às beiradas do poder.

Essa persistência se deu através de dois fatores. O primeiro sendo o grau de penetração evangélica nas mais variadas legendas, vez que candidatos incluíam em suas legendas um grande número de representantes pentecostais, a fim de conquistar o voto dos fiéis; e o segundo, pela relativa

flexibilidade discursiva da política pentecostal, que permitia que integrassem diversas agremiações, até mesmo as de antigos adversários, sem suscitar um alto grau de reprovação.

Um fato marcante sobre a atuação política dos evangélicos é que, politicamente, sempre foram definidos menos pelas suas proposições, as quais mantiveram-se relativamente consistentes, e mais pelas suas oposições, que foram ao longo dos anos, se metamorfoseando. Em seu ingresso, na constituinte, eram oposição a uma elite política católica e ateia (e, segundo Freston, inexistente); subsequentemente, durante a eleição de Collor e posteriormente de Fernando Henrique, eram oposição à "ameaça comunista" que permeava o Brasil, então concentrada na demonizada figura de Lula; após, numa tendência que persiste até hoje, são oposição às feministas, LGBTs+, militantes negros, indígenas e o "marxismo cultural". Em contrapartida, as pautas as quais defendiam permaneceram, em linhas gerais, as mesmas: defesa da liberdade religiosa, isenção tributária, inserção do ensino religioso, entre outras que já discutimos.

8. Israel para os Pentecostais

Israel, uma região de grande importância para as religiões abraâmicas, é também objeto de forte apoio entre os parlamentares evangélicos do Brasil, especialmente após a criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), em 2003. Embora inicialmente a relevância de Israel para as denominações pentecostais possa parecer secundária, esses parlamentares têm mostrado amplo respaldo às políticas do Estado judeu e têm defendido uma aproximação entre Brasil e Israel, enxergando o país como um modelo de desenvolvimento, tecnologia, democracia e tolerância. Para isso, a FPE, junto a entidades como a Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil (Concepab), a Associação dos Parlamentares Evangélicos do Brasil (Apeb) e o Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (Fenasp), têm promovido comícios e visitas regulares à embaixada israelense no Brasil, reforçando laços de amizade entre as duas nações (Gonçalves 2015).

Em 2007, foi instituída a Frente Parlamentar Cristã Brasil-Israel pela Paz (Frenpazbril), contando com 214 parlamentares e visando ampliar a participação do legislativo brasileiro em ações de diplomacia parlamentar por meio de fóruns e organizações internacionais, incluindo a ONU e a Organização Mundial do Comércio. O requerimento de criação da Frenpazbril também sugeria consultas periódicas entre os Congressos brasileiro e israelense, com o objetivo de promover a paz e a tolerância, especialmente na

área do Oriente Médio (Requerimento Frenpazbril 2007, 1-3).

Esse apoio contínuo a Israel reflete o interesse das forças pentecostais brasileiras em fortalecer a aliança com o país. Com a crescente participação de representantes pentecostais na esfera política e uma base eleitoral evangélica substancial, bem como o alinhamento da FPE com os projetos políticos dos Estados Unidos e de Donald Trump, as pressões sobre o governo Bolsonaro para estreitar laços com Israel aumentaram significativamente.

No aspecto religioso, Israel é considerada a "terra prometida" e, na visão cristã, uma terra abençoada habitada por um povo favorecido por Deus. Para os evangélicos, apoiar Israel é um dever moral, fundamentado, segundo o teólogo José Barbosa Júnior, na corrente dispensacionalista, uma teologia originada nos Estados Unidos que associa a história de Israel a eventos escatológicos e ao cumprimento profético, atribuindo à nação um papel central no plano divino (Barbosa Júnior 2019). Conforme expõe Maynard, o dispensacionalismo organiza a cronologia bíblica em "dispensações", períodos em que Israel desempenha papel primordial. Muitas igrejas pentecostais que adotam essa perspectiva teológica, portanto, colocam Israel no centro de sua doutrina (Maynard 2016).

Maynard também argumenta que o dispensacionalismo ganhou força nas igrejas evangélicas brasileiras, em especial entre os neopentecostais, no contexto de um processo de secularização que afetou significativamente o catolicismo. Esse fenômeno gerou um fluxo de ex-católicos para o evangelismo, incentivando as igrejas pentecostais a desenvolverem símbolos e rituais que contrastassem com a tradição católica. Esse movimento levou a uma "judaização" dos cultos pentecostais, que incorporaram símbolos judaicos, como a Estrela de Davi, a menorá e o shofar, em resposta a essa demanda por identidade simbólica entre os novos adeptos. (Maynard 2016) Marta Francisca Topel observa ainda a presença de itens como o talit e réplicas da Arca da Aliança, entre outros, em cerimônias pentecostais. (Topel 2011)

Assim, o dispensacionalismo sustenta a adoção da simbologia judaica entre os pentecostais brasileiros, consolidando um tipo de sionismo cristão que fortalece o sentimento de aliança com Israel. Essa visão simbólica mútua contribui para uma identidade religiosa que combina elementos evangélicos e judaicos.

No Brasil, essa afinidade sionista manifestou-se em manifestações de apoio ao presidente Bolsonaro, nas quais as bandeiras de Israel eram exibidas ao lado das do Brasil e dos Estados Unidos. Esse alinhamento com Israel carrega também uma dimensão política, servindo como oposição direta ao histórico apoio das esquerdas à Palestina, especialmente durante os governos de Lula, alinhados à Organização para a Libertação da Palestina de Yasser

Arafat, tema abordado em capítulos seguintes. O sionismo no contexto brasileiro, portanto, se enquadra em uma lógica de polarização – "nós contra eles" – reforçada pela perspectiva conservadora e pela visão religiosa do pentecostalismo político dominante.

9. Turismo Religioso e Soft Power Israelense

Michel Gherman (2009) observa que, a partir do segundo milênio, a presença de igrejas evangélicas brasileiras em Israel aumentou, com destaque para a Congregação Cristã no Brasil (CCB), associada à primeira onda do pentecostalismo, e a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), representante da terceira onda. Segundo seus sites oficiais, a CCB possui apenas uma sede em Israel, localizada na Cidade Velha de Jerusalém, enquanto a Iurd possui duas, em Tel Aviv e Nazaré. Essa expansão internacional das igrejas brasileiras é parte de um projeto bem estruturado, não apenas de evangelização, mas também de diplomacia, alinhando-se ao crescimento das relações entre Brasil e Israel e à importância de Israel na prática dispensacionalista, fortalecendo, assim, a identificação entre evangélicos e judeus. Conforme divulgado em seus respectivos sites, a Iurd está presente em 97 países, e a CCB em 87, consolidando a internacionalização das sedes brasileiras.

Em termos de turismo, observa-se um número crescente de brasileiros visitando Israel, conforme dados do Ministério do Turismo de Israel, apresentados na tabela abaixo.

Tabela 1: Número de brasileiros visitando Israel

Year	Total (in thousands)	Growth compared to the previous year
2017	54,8	3,9 (7,7%)
2018	62,5	7,7 (14,5%)
2019	82,1	19,6 (31,4%)
2020	13,4	-68,7 (-83,7%)
2021	68	54,6 (407,5 %)

Fonte: Israel Ministry of Tourism

A queda acentuada em 2020 é atribuída à pandemia de COVID-19, que reduziu as viagens internacionais em razão dos protocolos de segurança e isolamento social. Segundo a Organização Mundial do Turismo (UNWTO), a pandemia provocou uma queda de 73% no turismo global; ainda assim, em 2021, o número de turistas brasileiros em Israel superou os de 2018.

Em uma análise detalhada sobre o turismo evangélico brasileiro em Israel, Magno Paganelli de Souza (2018) destaca a "profissionalização da atividade turística" e os interesses econômicos dos grupos pentecostais em Israel. Segundo Souza, as primeiras caravanas organizadas por pastores brasileiros ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, com um aumento significativo nas décadas de 1980 e 1990, em parte devido à estabilidade trazida pelo Plano Real. Ubiratan Martins, fundador da agência US Travel, relatou em entrevista que as caravanas, inicialmente formadas por pastores que buscavam uma compreensão teológica aprofundada em Israel, hoje consistem principalmente em grupos de fiéis liderados por pastores, que determinam o itinerário de acordo com o perfil do grupo (Souza 2018).

Para manter o fluxo turístico, o Ministério do Turismo de Israel oferece incentivos como "marketing contínuo", "construção de submarcas", "turismo de nicho" e "incentivos financeiros a companhias aéreas que criam novas rotas para Israel" (Souza 2018, p. 304). Parcerias com operadoras de turismo especializadas no mercado de caravanas, como as empresas brasileiras

Terra Santa Viagens, El Gibor e Hebrom, também são incentivadas; as duas primeiras possuem o selo do Ministério do Turismo de Israel em seus sites. Israel investe ainda em influenciadores: dados de 2017 indicam que mais de 3000 produtores de conteúdo, blogueiros e celebridades foram contratados para promover a imagem do país.

Souza também investigou o custo das caravanas, constatando que, em 2016, o valor para uma excursão de 12 dias chegava a R$9.500 por pessoa, o equivalente a aproximadamente US$2.932 com a taxa de câmbio da época. Em uma atualização de novembro de 2021, verificou-se que as operadoras mantêm o preço em dólares, e os pacotes mais acessíveis ficam em torno de US$3.000 (R$14.605,80). A recente instabilidade entre Israel e Gaza resultou no cancelamento de várias caravanas, com a última excursão programada pela empresa Hebrom para fevereiro de 2024.

O Ministério do Turismo de Israel também prioriza o mercado latino-americano, oferecendo apoio a produções de filmes e documentários que são gravados no país, como o filme "Nada a Perder", uma cinebiografia do líder da Iurd, Edir Macedo, segundo Souza. O país utiliza o turismo para promover o "soft power", posicionando os turistas como "embaixadores" da narrativa israelense, especialmente no contexto do conflito com Gaza.

Assim, conclui-se que os grupos pentecostais brasileiros envolvidos em caravanas religiosas estabelecem uma relação simbiótica com o Ministério do Turismo de Israel. Eles recebem incentivos para organizar essas excursões, que são vendidas aos fiéis, gerando lucros e fortalecendo o soft power de Israel. As caravanas religiosas a Israel representam, portanto, um meio lucrativo e eficaz de disseminação da influência israelense, beneficiando tanto o turismo do país quanto os operadores de turismo religioso brasileiros.

10. Fenômeno Messiânico

Neste estudo, "fenômeno messiânico" refere-se aos elementos religiosos que atravessam tanto a campanha quanto o mandato de Jair Bolsonaro como presidente da República. Para compreender essa faceta do bolsonarismo, é necessário definir os conceitos de "messianismo" e "populismo".

Lísias Nogueira Negrão explica o messianismo como a crença em um salvador, que pode ser Deus ou um enviado divino, cuja vinda traria o fim de uma ordem vista como opressiva, instaurando uma nova era de justiça. Já o movimento messiânico envolve uma mobilização coletiva que busca realizar essa nova ordem sob a liderança de um líder carismático (Negrão 2001, 119).

Em síntese, o messianismo é uma crença, enquanto o movimento messiânico é o resultado prático dessa crença, uma ação coletiva para concretizar a nova ordem. Essa mobilização frequentemente se associa à escatologia, o que é pertinente para entender os elementos messiânicos presentes no governo Bolsonaro.

Por outro lado, o populismo possui diversas abordagens. Adotaremos aqui o conceito de "populismo autoritário" de Margaret Canovan. Para Canovan, o líder populista autoritário é caracterizado por seu carisma e sua tentativa de se afastar das elites intelectuais e do próprio sistema político, buscando apelar aos sentimentos reacionários da população, posicionando-se como representante contra o sistema estabelecido (Canovan 1999). Assim, o populismo autoritário é uma configuração política em que um líder carismático e anti-intelectualista angaria apoio ao intensificar o descontentamento do povo em relação ao sistema, do qual ele próprio faz parte, ainda que se distancie discursivamente.

Os movimentos messiânicos e o populismo autoritário convergem no alto grau de personalismo, ambos centrados no carisma e na personalidade de um líder. Além disso, compartilham uma visão de um "além", um estado definitivo a ser alcançado. Para o movimento messiânico, esse estado seria o "escaton", uma nova ordem divina; para o populismo autoritário, representa uma promessa de ordem política onde a corrupção seria eliminada. No movimento messiânico, a ascensão de um líder emerge de baixo para cima, com uma comunidade que legitima o carisma do líder; no populismo autoritário, o movimento ocorre de cima para baixo, com o líder atraindo seguidores por meio de seu discurso e personalidade.

Em 2018, o Brasil reunia condições propícias para a convergência dessas duas forças. Politicamente, havia uma grande insatisfação com a Nova República, um cenário de elitismo na política e ausência de alternância de poder, enquanto o fortalecimento das direitas globalmente intensificava a coesão entre grupos heterogêneos. No plano messiânico, as denominações pentecostais, principalmente o neopentecostalismo, alcançaram forte influência social e política, sem ainda possuir um representante de perfil conservador que conciliasse elementos de carisma e autoridade sob a ótica judaico-cristã. Bolsonaro então surgiu como figura que se encaixava, e foi encaixado, na narrativa messiânica por seus apoiadores (Reis e Soares 2020).

Vale ressaltar que, embora os movimentos messiânicos brasileiros mais conhecidos, como Canudos e Contestado, tenham ocorrido em contextos rurais e católicos há mais de um século, o país também foi palco de fenômenos messiânicos urbanos, com elementos de variadas crenças, como o grupo de Aladino Félix na década de 1960, que misturava esoterismo

e judaísmo, e os "Borboletas Azuis" nos anos 1970, em Campina Grande, que integravam catolicismo tradicional com espiritismo (Negrão 2001). Tais exemplos demonstram que o messianismo, ainda que mais raro, permanece no imaginário brasileiro.

Em torno de Bolsonaro, seus seguidores criaram a imagem do "mito" através das mídias sociais, com um discurso moralista e de segurança pública que distinguia o "cidadão de bem" do "bandido". O primeiro era retratado como trabalhador oprimido pela corrupção sistêmica, personificada no antipetismo; o segundo, como representante da velha política e inimigo das tradições e valores da sociedade (Ferreira Dias 2020). No movimento evangélico, o apoio a Bolsonaro foi reforçado pela oposição histórica ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a grupos progressistas, especialmente em relação a minorias raciais, sexuais e de gênero. Esse projeto evangélico incorporou simbolismo judaico em apoio a Bolsonaro, consolidando uma base de apoio sólida que incluía elementos da teologia dispensacionalista, uma doutrina escatológica alinhada ao populismo e ao messianismo.

O fenômeno messiânico no bolsonarismo, portanto, resulta da convergência entre o carisma autoritário e o messianismo emergente. Bolsonaro se tornou o representante de uma reestruturação radical em um cenário de insatisfação e polarização, e o movimento messiânico, presente no imaginário popular e impulsionado pelos pentecostais, agregou-se em torno dele, validando sua liderança sob uma perspectiva dispensacionalista.

Estudos recentes investigam os elementos messiânicos no bolsonarismo por meio de diferentes abordagens, como a semiótica (Brito e Lara 2023), a teologia (Bonfim 2020) e a sociologia (Ferreira Dias 2020). Evandro Sousa Bonfim destaca que o carisma de um líder messiânico, embora visto como inato, é uma construção cuidadosamente gerida através da inserção do líder no contexto religioso e do gerenciamento de sua imagem por líderes religiosos que o apoiam. Clebson Luiz Brito e Gláucia Muniz Proença Lara (2023) e João Ferreira Dias (2020) argumentam que, apesar de não ser nova, a presença de elementos religiosos no discurso político assume novos contornos no contexto das novas direitas, integrando diversas ideologias. Esses fenômenos messiânicos podem até ser interpretados como parte de um "reencantamento do mundo" à luz da teoria weberiana, onde líderes seculares assumem a aura carismática de líderes religiosos (Ferreira Dias 2020).

11. Jogo de Dois Níveis

Em 2016, Jair Bolsonaro começou a estreitar laços com líderes

pentecostais, como exemplificado em sua viagem a Israel e no batismo no rio Jordão realizado pelo pastor Everaldo Pereira, presidente do Partido Social Cristão e líder da Assembleia de Deus (Extra 2016). Essa aproximação se consolidou em sua posse, onde contou com a oração do senador e coordenador de campanha Magno Malta e o apoio quase unânime das principais lideranças pentecostais, incluindo Silas Malafaia da Assembleia de Deus, Edir Macedo da Igreja Universal, Valdemiro Santiago da Igreja Mundial do Poder de Deus, e Romildo Soares da Igreja Internacional da Graça de Deus (Camurça 2020). Esse respaldo se refletiu na ocupação de cargos-chave por líderes evangélicos no governo Bolsonaro, como aponta Magali Cunha (2019).

Entre as nomeações, a pastora Damares Alves assumiu o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; o luterano Onyx Lorenzoni ficou responsável pela Casa Civil; o Ministério do Turismo foi conduzido pelo membro da Igreja Maranata, Marcelo Álvaro Antônio; o pastor presbiteriano André Luiz Mendonça ocupou a Advocacia-Geral da União; e o general Luiz Eduardo Ramos, batista, assumiu a chefia da Secretaria de Governo (Cunha 2019).

Com o significativo apoio evangélico, Bolsonaro comprometeu-se a manter uma série de políticas para não contrariar essa base política influente, que, além de ter sido crucial para sua eleição, agora ocupava posições estratégicas no governo. Para analisar essa dinâmica, aplicaremos a teoria de Robert D. Putnam sobre o "Jogo de Dois Níveis".

O Jogo de Dois Níveis, segundo Putnam (2010), é uma ferramenta analítica que explora as interações entre políticas domésticas e internacionais, e como líderes políticos devem manejar essas esferas para construir uma posição favorável no cenário global enquanto atendem às demandas internas, preservando sua legitimidade e evitando desestabilizações políticas, como impeachment. Putnam argumenta que a política externa não pode ser compreendida isoladamente das pressões domésticas, uma vez que ambas se entrelaçam em um complexo jogo de interesses.

No contexto doméstico, Putnam destaca o conflito constante entre partidos, classes sociais, grupos de interesse, legisladores, opinião pública e o poder Executivo (Putnam 2010, 150). Internacionalmente, o Executivo busca satisfazer os interesses dos grupos que apoiaram sua eleição, frequentemente concedendo-lhes cargos importantes no governo e influenciando a política externa para representar seus interesses. Schutte, Da Fonseca e Carneiro (2019) apontam que, no governo Bolsonaro, embora a composição de ministérios-chave como os da Economia, Agricultura e Minas e Energia tenha mantido similaridade com gestões anteriores, as nomeações de Hamilton Mourão como vice-presidente e de Walter Souza Braga Netto no Ministério da

Defesa evidenciam a forte presença de interesses militares no governo. Esse grupo, historicamente alinhado às elites econômicas nacionais, defende uma política externa voltada para o pragmatismo econômico (Schutte, Da Fonseca e Carneiro 2019, 96).

Os autores identificam uma tensão no governo Bolsonaro entre uma ala pragmática, voltada para a condução econômica tradicional, e outra inspirada pela filosofia política de Olavo de Carvalho, que enxerga a política externa como ferramenta para fortalecer o posicionamento doméstico de Bolsonaro. Essa contradição reflete um embate entre uma política externa pragmática e uma visão ideológica.

Durante o governo Bolsonaro, a dinâmica interna e externa ofereceu um contexto que influenciou suas decisões políticas. Domesticamente, o Brasil vivia uma onda conservadora, caracterizada pela rejeição ao projeto da Nova República e pelo uso estratégico das novas ferramentas de comunicação em massa por forças de direita. Esse clima de aversão à política tradicional criou espaço para um discurso anti-establishment, que Bolsonaro adotou e direcionou aos descontentes com a estrutura republicana. Internacionalmente, o cenário era amplamente dominado pela figura de Donald Trump, presidente dos EUA, cujo governo serviu de modelo e inspiração para várias das ações de Bolsonaro.

A análise das políticas de Bolsonaro permite observar tentativas explícitas de alinhamento com o governo Trump. Em um estudo publicado pela Sul Global em 2021, Thomaz, Vigevani e Ferreira examinaram como o governo Bolsonaro realizou concessões unilaterais aos Estados Unidos, muitas das quais não resultaram em benefícios concretos para o Brasil, reforçando uma postura de subserviência. Dois exemplos destacados foram a fracassada venda da Embraer para a Boeing e a isenção de vistos para cidadãos dos EUA, Canadá, Austrália e Japão.

No caso da Embraer, Bolsonaro abdicou de seu poder de veto para permitir que a negociação com a Boeing prosseguisse, apesar da resistência doméstica, especialmente de setores que viam a venda como uma ameaça à economia nacional e à soberania tecnológica. O acordo foi justificado como uma forma de posicionar a Boeing no setor de aeronaves de pequeno porte, em resposta à parceria entre Bombardier e Airbus. Contudo, o processo foi interrompido em abril de 2020, com a Boeing cancelando a compra e a Embraer sofrendo grandes prejuízos, levando-a a buscar ressarcimento junto ao Centro Internacional para Resolução de Disputas (Thomaz, Vigevani e Ferreira 2021).

Outro exemplo de concessão unilateral foi a isenção de vistos para cidadãos dos EUA, Canadá, Austrália e Japão, conforme o decreto n. 9731, de

2019. A medida foi adotada logo após o presidente Trump impor restrições de vistos a diversas nacionalidades, incluindo brasileiros. Apesar de defensores alegarem que a isenção estimularia o turismo, a decisão foi criticada por romper a tradição de reciprocidade diplomática do Brasil, sendo classificada pelo ex-chanceler Celso Amorim como uma atitude de "complexo de vira-lata" (Amorim, Correio do Povo, 2019).

Para reforçar essa abertura unilateral, Bolsonaro assinou o decreto n. 10269 de 2020, permitindo a entrada do Brasil no programa Global Entry dos EUA, um sistema que facilita a entrada de viajantes frequentes, embora não substitua o visto americano completo. Esse decreto foi visto como uma concessão adicional, pois os brasileiros continuaram a necessitar de visto para entrar nos EUA, e o Global Entry beneficia apenas um público específico (Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil 2020). Em maio de 2023, o Brasil revogou a isenção de vistos, com a nova regra entrando em vigor em janeiro de 2024 (Valor Econômico 2023; Folha 2023).

Essas ações indicam os esforços de Bolsonaro para agradar o governo Trump, evidenciando o que Thomaz, Vigevani e Ferreira descrevem como uma adesão à Doutrina Monroe, que reforça a hegemonia dos EUA no continente americano. Para o professor Igor Fuser, o conceito de "diplomacia da subserviência" captura essa postura de dependência, que se manifestou desde os primeiros meses do governo Bolsonaro e se pautou na aproximação incondicional aos EUA de Trump (Fuser 2019).

Fuser observa que, historicamente, a política externa brasileira oscilou entre períodos de autonomia e alinhamento com os interesses de Washington, como na "política externa independente" de Jânio Quadros e no "pragmatismo responsável" de Ernesto Geisel, contrastando com a dependência adotada por Bolsonaro (Fuser 2019, 108). Antecipando que o vínculo com os EUA se esgotaria ao final do mandato de Trump, Fuser identificou decisões que reforçaram essa postura de dependência, como o pedido de ingresso na OCDE, a tentativa de entrada do Brasil na OTAN, o apoio a medidas intervencionistas contra a Venezuela e a entrega da base de Alcântara aos EUA.

A "diplomacia da subserviência" representa um afastamento do multilateralismo e da defesa da soberania nacional, trocados por um alinhamento aos interesses dos EUA. No nível diplomático, o governo Bolsonaro intensificou a aproximação com Israel, refletindo o vínculo entre os EUA e seu maior aliado no Oriente Médio. Assim, o alinhamento com Trump conduziu inevitavelmente a um estreitamento de laços com Israel, mostrando como a política externa brasileira foi moldada por pressões internacionais e domésticas, em consonância com a teoria do Jogo de Dois Níveis de Putnam.

12. PEB no Governo Bolsonaro para Israel

A política externa do governo Bolsonaro foi marcada por diversas quebras com as tradições diplomáticas brasileiras. Segundo Mônica Hirst e Tadeu Maciel (2022), a orientação da política externa brasileira (PEB) sob Bolsonaro se baseou em três pilares que, embora cooperassem em alguns momentos, frequentemente competiam entre si: o núcleo ideológico, dividido entre pentecostais e "olavistas"; a política econômica liberal-conservadora, representada pelo agronegócio e pelo setor financeiro; e o complexo de segurança e defesa, sustentado pelos militares. Na relação Brasil-Israel, o pilar ideológico teve destaque indiscutível.

A proposta de transferir a embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém é um exemplo de decisão orientada por ideologia. Esse movimento foi impulsionado por fortes pressões da base pentecostal, como resposta ao gesto semelhante feito pelos EUA em 2017, sob o governo de Donald Trump. No Brasil, o Grupo Parlamentar Brasil-Israel pressionou para que essa transferência fosse um gesto simbólico de parceria entre os dois países, transformando-se em uma promessa de campanha de Bolsonaro. O presidente chegou a expressar intenção de fechar a embaixada palestina, afirmando que a Palestina "não é um Estado" e, portanto, não teria direito a uma embaixada, em entrevista ao jornal israelense Israel Hayom (Bolsonaro 2018; Schutte, Pidone e Correa 2020).

A ala "olavista" do governo, formada por apoiadores das teorias de Olavo de Carvalho, como o ex-chanceler Ernesto Araújo e os filhos do presidente, Carlos e Eduardo Bolsonaro, também apoiou a transferência da embaixada. Segundo Schutte, Fonseca e Carneiro, o projeto olavista baseia-se na ideia de que o Brasil é uma nação profundamente conservadora e que a alternância regular de poder entre esquerda e direita é uma característica fundamental da democracia, característica que Olavo atribuía exclusivamente aos EUA. Na visão de Olavo, o Brasil só experimentou verdadeira democracia com a eleição de Bolsonaro, representante do conservadorismo "puro e legítimo" (Schutte, Fonseca e Carneiro 2019).

O projeto olavista vê o combate ao globalismo como uma de suas bases centrais, entendendo o globalismo como um sistema que visa a homogeneização cultural, eliminando valores cristãos e a soberania nacional. Para os olavistas, o globalismo é sustentado pelo islamismo, pelo marxismo russo-chinês e pelo capitalismo tecnocrático anticristão. A aproximação com Israel, sob essa perspectiva, é consequência do alinhamento com os EUA, considerados a principal defesa contra o avanço do Oriente — representado pela China, Rússia e islamismo —, onde Israel é visto como a linha de frente

na "defesa ocidental" contra o islamismo (Carvalho 2019 apud Schutte, Fonseca e Carneiro 2019).

Essa postura rompe com a tradição de apoio brasileiro à Palestina e de relações diplomáticas frequentemente tensas com Israel, sintonizando-se com o sentimento antipetista e a polarização política doméstica (Schutte, Fonseca e Carneiro 2019). Entretanto, enquanto os grupos ideológicos apoiavam a transferência da embaixada, outros setores, como os econômicos e militares, manifestaram preocupações. A Liga Árabe criticou a proposta, indicando que a medida poderia ameaçar as lucrativas parcerias comerciais do Brasil com o Oriente Médio, uma região crucial para a exportação de carne de frango brasileira, especialmente a carne halal, na qual o Brasil lidera no mercado global (Saraiva e Costa Silva 2019; Schutte, Pidone e Correa 2020). Em 2022, o Brasil exportou US$2,9 bilhões em carne de frango para países árabes, valor superior ao total das exportações para Israel, que somaram US$1,8 bilhão, representando apenas 11% das exportações brasileiras para a região (Comex Stat 2022).

Diante dessas pressões, Bolsonaro recuou, adotando uma postura mais ambígua. Em 2019, Eduardo Bolsonaro inaugurou um escritório comercial brasileiro em Jerusalém, reiterando a intenção de seu pai de transferir a embaixada. No mesmo ano, a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, organizou um jantar com embaixadores de países árabes e islâmicos, incluindo representantes da Argélia, Egito, Irã, Kuwait e outros, em um esforço para mitigar possíveis danos diplomáticos (Dianni 2019).

Em última análise, o fracasso na transferência da embaixada exemplifica as contradições internas do governo Bolsonaro e demonstra como a aproximação com Israel foi fundamentalmente motivada por questões ideológicas e pelo contexto doméstico, com pressões significativas dos grupos pentecostais e olavistas, cada qual com seus próprios projetos nacionais e visões de mundo.

13. Considerações Finais

A pesquisa mostra que a aproximação entre Brasil e Israel durante o governo Bolsonaro resultou de pressões complexas, tanto internas quanto externas, que se entrelaçam conforme explica a Teoria do Jogo de Dois Níveis. Em uma análise cronológica, nota-se que, tradicionalmente, o Brasil mantinha uma postura de neutralidade entre Israel e Palestina, inclinando-se gradualmente ao lado árabe, especialmente nos governos militares e no de Collor, motivado por razões ideológicas e econômicas, pois as relações

comerciais com o mundo árabe eram mais vantajosas do que com Israel. Durante o governo Geisel, essa relação foi reforçada como parte de uma política externa independente dos EUA, enquanto no governo Collor, embora com uma retórica de livre mercado, o Brasil manteve tensões com Israel devido à sua parceria militar com o Iraque, o que o distanciou de uma posição de liderança diplomática no Oriente Médio. No governo FHC, houve uma tentativa de maior envolvimento brasileiro na questão árabe-israelense, prejudicada pelo agravamento das tensões após o 11 de Setembro. Já no governo Lula, a diplomacia brasileira atingiu seu auge de atuação e projeção na região, especialmente no Oriente Médio, intensificando as tensões com Israel; esse cenário persistiu, ainda que de forma reduzida, durante o governo Dilma.

Internamente, além do sentimento antipetista e da desilusão política, a força política dos pentecostais, já amplamente infiltrados nas esferas de poder, foi decisiva para a aproximação com Israel. Com a eleição de Bolsonaro, essas pressões ganharam força, convergindo com o antipetismo e criando um afastamento dos palestinos em favor de Israel, também motivado pela afinidade incondicional do governo com os Estados Unidos e influências ideológicas como as de Olavo de Carvalho.

Apesar do alinhamento ideológico com Israel, o projeto de transferir a embaixada de Tel Aviv para Jerusalém foi barrado por fortes pressões econômicas, especialmente do agronegócio. Este episódio demonstra não só o peso dos interesses econômicos sobre o governo brasileiro, mas também a subordinação das questões ideológicas a esses interesses, com o agronegócio mantendo sua posição dominante, mesmo com a forte retórica ideológica de Bolsonaro.

Referências

Barbosa, José Júnior. Evangelicals and their “love affair” with Israel. Available at: <https://jornalistaslivres.org/evangelicos-e-seu-caso-de-amor-com-israel/>. Accessed on: 22 September. 2023.

Biroli, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. Gender, neoconservatism and democracy: disputes and setbacks in Latin America. Boitempo Editorial, 2020.

Bolsonaro says Brazil will move its embassy from Tel Aviv to Jerusalem. G1. Available at: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/01/bolsonaro-diz-a-jornal-israelense-que-brasil-transfera-embaixada-de-

tel-aviv-para-jerusalem.ghtml>. Accessed on: 5 Nov. 2023.

Bonfim, Evandro. The holy spirit and the "king of the end of the world": transmission of charisma and eschatological iconography in the Bolsonaro government. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religion, v. 22, 2020.

Botacini, Guilherme. Lula government extends visa exemption for the USA promoted by Bolsonaro. Folha de S.Paulo. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/08/governo-lula-prorroga-isencao-de-vistos-para-eua-promovida-por-bolsonaro.shtml>. Accessed on: 24 Oct. 2023.

Brazil, Chamber of Deputies, REQUEST (From Mr. Dr. Talmir Rodrigues). Requires registration of the Christian Parliamentary Front Brazil - Israel for Peace in the Holy Land, the Middle East and the World (FRENPAZBRIL). October 2007. Available at: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=522121&filename=REQ%201995/2007> Accessed on 20 Jul 2023.

Brito, Clebson Luiz de; LARA, Glaucia Muniz Proença. Elements of messianism in Jair Bolsonaro's statements. DELTA: Documentation of Studies in Theoretical and Applied Linguistics, v. 39, p. 202339356744, 2023.

Camurça, Marcelo Ayres. An evangelical power in the Brazilian State? electoral mobilization, parliamentary performance and presence in the Bolsonaro government. NUPEM Magazine, v. 12, no. 25, p. 82–104, 2020. Available at: https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5597/3621. Accessed on Jul 29, 2023.

Canovan, Maragaret. Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy., 47(1), 2-16. Political Studies Association, 1999.

Carvalho, Ana Luiza de; Marini, Luisa. Renewed, the evangelical bench arrives with more strength in the next Congress. Congress in Focus. Available at: https://congressoemfoco.uol.com.br/amp/area/pais/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/. Accessed on: 11 September. 2023.

Casarões, Guilherme; Vigevani, Tullo. The place of Israel and Palestine in Brazilian foreign policy: anti-Semitism, majority vote or promoter of peace? History (São Paulo), v. 33, p. 150–188, 2014. Available at: https://www.scielo.br/j/his/a/DVn6PHTMxSmfxzNGtVLGPTr/?lang=pt. Accessed on September 15, 2022

Castro, Jurema Aparecida Amado de. Evangelical Bench: Charisma, Power and Interference of Religious Communication in Political Communication.

2019. Doctoral thesis. University of Beira Interior (Portugal). Available at: https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/10217. Accessed on 11 June. 2023.

Coelho, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela; Maranhão, F. Fake news above all, fake news above all": Bolsonaro and the "gay kit", "gender ideology" and the end of the "traditional family". Correlatio Electronic Magazine. São Paulo, vol. 17, no. 02, p. 67-99, 2018.

Collor de Mello, Fernando. Interview. Brasilia, 2011.

Cunha, Magali Nascimento. "For the government of God": the insertion of new American fundamentalist movements in the political arena of Brazil during the Trump administration. Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião, v. 23, p. e021022, 2021.

Dantas, Bruna Suruagy do Amaral. Religion and politics: ideology and action of the Evangelical Caucus in the Federal Chamber. 2011. 350 f. Thesis (Doctorate in Psychology) - Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2011. Available at https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16946. Accessed on 20 July. 2023

Dianni, Claudia. Bolsonaro and Tereza Cristina take action to seek redress against Islamic countries. Collection. Available at: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/04/10/interna_politica,748764/bolsonaro-e-tereza-cristina-fazem-acao-de-desagravo-a-paises-islamicos.shtml>. Accessed on: 12 Nov. 2023.

Feldberg, Samuel. Israel and Brazil: A Long and Unstable Relationship Part I. Israel Journal of Foreign Affairs, v. 13, n. 3, p. 365–376, 2019.

Ferreira Dias, João. The Messiah has arrived and will free "good people" from the corrupt: political messianism and popular legitimation, the Bolsonaro and André Ventura cases. Polis: Journal of Legal-Political Studies, v. 2, no. 2, 2020.

Freston, Paul. Protestantism and politics in Brazil: from the constituent to impeachment. 1993. 307f. Thesis (doctorate) - State University of Campinas, Institute of Philosophy and Human Sciences, Campinas, SP. Available at: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1581014. Accessed on: 29 Jul. 2023.

Fuser, Igor. Subservience diplomacy: foreign policy with Mickey ears. In: Various Authors. Brazil: Uncertainties and Submission?. São Paulo, Perseu Abramo Foundation, 2019. p. 105-126. Available at https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/brasil-incertezas-e-submissao/. Accessed on October 24, 2023

Garrard-Burnett, Virginia. The abundant life: The Theology of Prosperity

in Latin America. History: Questions & Debates, v. 55, no. 2, 2011. Federal University of Paraná, Curitiba, PR. Available at: http://dx.doi.org/10.5380/his.v55i2.26546. Accessed on 7 Aug. 2023

Lampreia, Luiz Felipe. The foreign policy of the FHC government: continuity and renewal. Brazilian Journal of International Politics, v. 41, no. 2, p. 5–17, 1998. Available at: https://www.scielo.br/j/rbpi/a/YFcDnF8XTFFHSv7gRSZLV8K/?format=pdf&lang=pt. Accessed on October 30, 2023

Lula revokes visa exemptions for visitors from Australia, Canada, USA and Japan. Valor Econômico. Available at: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/03/lula-revoga-dispensa-de-vistos-de-visitantes-da-australia-canada-eua-e-japao.ghtml>. Accessed on: 24 Oct. 2023.

Maynard, Cândido Luiz Santos. Dispensationalism and the use of Jewish symbols in evangelical services. 2016. Available at: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/7153/2/CANDIDO_LUIZ_SANTOS_MAYNARD.pdf . Accessed on October 13, 2023.

Mercosur – Palestine. Siscomex. Available at: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-palestina>. Accessed on: 10 Nov. 2023.

Nascimento, L. et al. "I don't say what the people want, I am what the people want." Plural - Revista De Ciências Sociais, v. 25, n.1, p. 135-171, Aug. 2018. Available at https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149019. Accessed on April 10, 2023.

Negrão, Lísias Nogueira. Revisiting messianism in Brazil and prophesying its future. Brazilian Journal of Social Sciences, v. 16, p. 119–129, 2001.

Putnam, R. D., Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. Journal of Sociology and Politics, v. 18, no. 36, p. 147–174, jun. 2010. Available at: https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200010. Accessed on October 10, 2022.

Reis, Guilherme Simões; Soares, Giovanna. Fascism in Brazil: the serpent's egg hatched. Development in debate, v. 5, no. 1, p. 51-71, 2017. Available at: https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/download/32164/18223. Accessed on May 9, 2023.

Rio de Janeiro (city). City council. Legislative Processing Directorate - Author consultation: Jair Messias Bolsonaro. Matter until 2009. Available at: http://aplicsc.camara.rj.gov.br/scriptcase/sistemas/Spl_ant/Consulta_Autor/. Accessed on April 13, 2023.

Sanches, Nilton Antônio. The meaning of voting: a study of voting behavior in the 1996 municipal elections. 1999. Thesis (doctorate) - Pontifical

Catholic University, São Paulo, SP.

Schutte, Giorgio; Pidone, Beatriz; Correa, Matheus. A new priority in foreign policy: Israel. Observatory of Foreign Policy and International Insertion of Brazil. UFABC. 2019. Available at: <https://opeb.org/2019/03/17/uma-nova-prioridade-na-politica-externa-israel/>. Accessed on: 2 Nov. 2023.

Schutte, Giorgio Romano; Da Fonseca, Bruno Castro Dias; Carneiro, Gabriel Santos. Two-level game aimed at the electorate: an analysis of Bolsonarist foreign policy. Global Conjuncture, v. 8, no. 2, 2019. Available at: https://revistas.ufpr.br/conjgloblal/article/download/69854/39896. Accessed on: April 8, 2023.

Sochaczewski, Monique. Palestine-Israel Controversies in the 1970s and the Birth of Brazilian Transregionalism. In: Vários Autores. The Middle East and Brazil: perspectives on the New Global South. Indiana University Press. 2014.

Souza, Magno Paganelli de. The recent history of Brazilian religious tourism and its role in the Israel-Palestine conflict. 2018. Doctoral Thesis. University of São Paulo.

Spektor, Matias. Origins and direction of Ecumenical and Responsible Pragmatism (1974-1979). Brazilian Journal of International Politics, v. 47, p. 191–222, 2004. Available at: https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000200007 . Accessed on June 15, 2023

Thomaz, Lais Forti; Vigevani, Tullo; Ferreira, Elisa Cascão. Bolsonaro's subordinate policy to Trump (2019-2020): Case studies-Embraer, Alcântara, RDT&E and Visas. Global South, vol. 2, no. 2, 2021.

Topel, Marta Francisca. The Unusual Incorporation of Judaism into Brazilian Christian Strands: some reflections. Brazilian Journal of the History of Religions, v. 4, no. 10, . Available at: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30382>. Accessed on: 13 Oct. 2023.

Uziel, Eduardo. The Security Council, Peacekeeping Operations and the Insertion of Brazil into the United Nations Collective Security Mechanism. Brasília: FUNAG, 2010.

Vigevani, Tullo; Calandrin, Karina Stange. Brazil's policy toward Israel and Palestine in Dilma Rousseff and Michel Temer's administrations: have there been any shifts? Brazilian Journal of International Politics, v. 62, no. 1, p. e009, 2019.

RESUMO
O governo do presidente Jair Bolsonaro contou com diversas rupturas em relação à tradição política da diplomacia brasileira, e em nenhum aspecto isso ficou tão claro quanto nas mudanças ocorridas na longa relação entre o Brasil e o Estado de Israel. Usando a teoria do Jogo de Dois Níveis de Robert Putnam, este trabalho pretende compreender a influência que as alterações no contexto doméstico acarretadas pela eleição de Bolsonaro motivaram essa aproximação com o Estado de Israel, sobretudo levando em consideração a influência que grupos pentecostais e neopentecostais exerceram ao longo deste processo.

PALAVRAS-CHAVE
Bolsonaro, Israel, Política Externa Brasileira

Recebido em 9 de fevereiro de 2025
Aprovado em 21 de outubro de 2025

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.14, n.28, Jul./Dez. 2025 | p.107-140

A INCORPORAÇÃO DE NORMAS DE SEGURANÇA COMO ESTRATÉGIA JAPONESA PARA ALCANÇAR PODER GLOBAL: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE DOCUMENTOS DA ASSISTÊNCIA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO

Surwandono Surwandono[1]
Ratih Herningtyas[2]
Rizki Dian Nursita[3]

Introdução

No século XIX, o Japão era uma grande potência, especialmente durante a modernização econômica e militar realizada durante o reinado do Imperador Meiji. O sucesso dessa modernização, conhecida como Restauração Meiji, estabeleceu o Japão como uma potência dominante no Leste Asiático. Essa posição também o colocou como uma potência global que competia com potências coloniais ocidentais, como Grã-Bretanha, Países Baixos, França, Portugal, Espanha, entre outras, que na época controlavam diversas regiões da Ásia. Em seus esforços para tornar-se um ator global, o Japão venceu guerras regionais ao derrotar a Rússia e a China (Morris-Suzuki, 2014). Essas vitórias aumentaram a autoconfiança japonesa e levaram o país à Primeira Guerra Mundial, centrada na Europa. O envolvimento do Japão no primeiro conflito mundial começou logo após o início das hostilidades

1 Universitas Muhammadiyah Yogyakarta, Joguejacarta, Indonésia. E-mail: surwandono@umy.ac.id. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0559-527X.

2 Universitas Muhammadiyah Yogyakarta, Joguejacarta, Indonésia. E-mail: ratih_herningtyas@umy.ac.id. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2964-6828.

3 Universitas Islam Indonesia, Joguejacarta, Indonésia. E-mail: rizki.dian.nursita@uii.ac.id. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1913-9697.

na Europa em 1914, quando o país entrou na guerra ao lado das Potências Aliadas, em conformidade com a Aliança Anglo-Japonesa de 1902. A pedido da Grã-Bretanha, o Japão declarou guerra à Alemanha com o objetivo principal de expulsar a influência alemã do Leste Asiático e do Pacífico. As operações militares japonesas concentraram-se na captura de territórios ocupados pela Alemanha, incluindo o porto de Qingdao (Tsingtao) na China e várias ilhas do Pacífico, como as Marianas, Carolinas e Marshall. Embora o envolvimento direto do Japão no teatro de operações europeu tenha sido mínimo, sua participação permitiu expandir sua influência regional, assegurar territórios estratégicos e obter reconhecimento como uma das potências vencedoras na Conferência de Paz de Paris em 1919. A confiança do Japão em tornar-se uma grande potência fortaleceu-se graças ao sucesso na captura de vários territórios coloniais europeus, bem como ao seu ataque rápido e poderoso à base naval estadunidense em Pearl Harbor, o qual desencadeou a participação dos EUA na Segunda Guerra Mundial (Slavinsky, 2004).

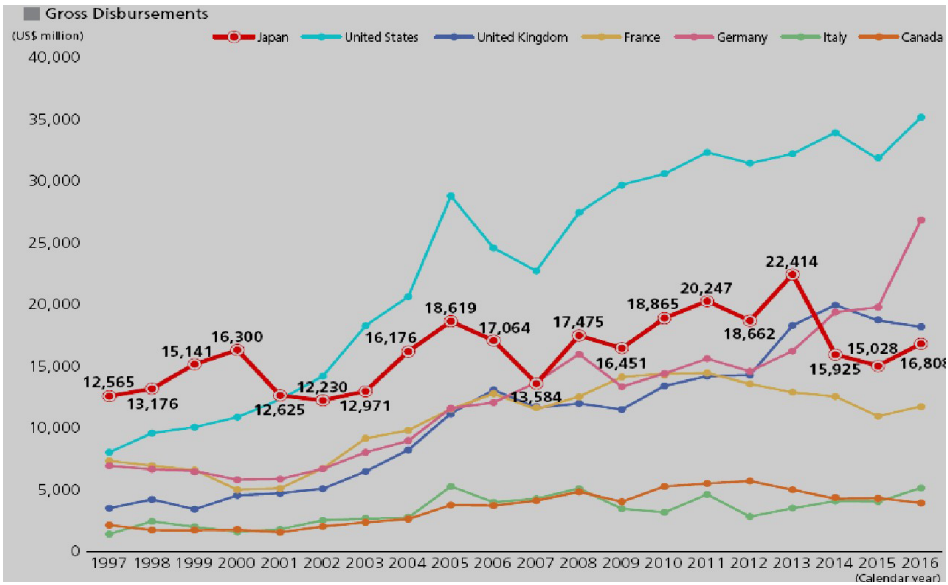
A mobilização militar do Japão na região da Ásia-Pacífico deu início, então, à Segunda Guerra Mundial. Esta guerra foi travada utilizando tecnologia de destruição em massa, causando danos ecológicos, sociais, econômicos e políticos, além de uma enorme perda de vidas. Nesse conflito, Japão e Alemanha tornaram-se inimigos comuns das Potências Aliadas lideradas por Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Rússia e China. Na Segunda Guerra Mundial, o Japão sofreu a derrota e incorreu em severas perdas na infraestrutura doméstica devido às bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki em agosto de 1945. O Japão rendeu-se incondicionalmente aos Aliados e permaneceu sob ocupação aliada até 1952. Durante esse período de ocupação, os Aliados implementaram políticas de desmilitarização e reforma política (Dobson & Kosuge, 2009). Tais políticas forçaram o Japão a transformar-se em uma nação pacifista, eliminando todas as disposições relativas ao uso da força e do poder militar, e exigindo que o país removesse as cláusulas de guerra de sua constituição (Cooney, 2006).

Contudo, há um fato interessante na Constituição Japonesa de 1947, que forma a base do pacifismo do país, pela qual o Japão ainda se declara uma grande potência e internacionalmente responsável por manter a prosperidade global. O Japão, decisivamente derrotado na Segunda Guerra Mundial e vinculado por diversos acordos internacionais, não abandonou sua ambição de se tornar uma potência global. Isso oferece uma lição valiosa para qualquer país com ambições de se tornar uma potência global (Kinzley, 2001).

Uma das estratégias do Japão para recuperar sua posição como potência global sem violar a constituição é utilizar instrumentos de assistência econômica e ao desenvolvimento por meio da Assistência Oficial

ao Desenvolvimento (Official Development Assistance; na sigla em inglês, ODA). O alvo principal da ODA como ferramenta da política externa japonesa foram, inicialmente, os países que haviam sido vítimas da agressão do Japão e as nações do Terceiro Mundo (Rix, 2010). A premissa japonesa era de que a ajuda distribuída levaria os países do Terceiro Mundo a reconhecerem a hegemonia do Japão. Ao mesmo tempo, diversos países europeus e americanos juntaram-se ao bloco liberal e também utilizaram instrumentos de ajuda econômica por meio do Plano Marshall para reconstruir países do Terceiro Mundo, servindo também como um elemento de dissuasão contra as iniciativas econômicas da União Soviética através do Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon), que visava os mesmos objetivos. A implementação da ajuda internacional aos países do Terceiro Mundo foi estruturada de forma sistemática, objetiva e amigável.

Figura 1: Tendências na ODA dos principais países do CAD (desembolsos brutos) 1997 - 2016



Fonte: JICA, 2017

A Figura 1 mostra como o Japão, na qualidade de país doador, tem fornecido consistentemente assistência internacional substancial por meio da ODA ao longo dos últimos 20 anos. A consistência do Japão como país doador

demonstra seu status de potência global estabelecida, que define as dinâmicas do sistema internacional. No entanto, o Japão enfrenta desafios sérios em sua busca para tornar-se uma grande potência novamente. Paralelamente, esta é uma das principais éticas para se tornar uma grande potência na tradição Samurai (Titus, D. A., & Large, 1993). Neste contexto, este artigo preencherá a lacuna no argumento de que uma governança jurídica inteligente, sistemática, objetiva e visionária é uma variável crítica na forma como um país lida com questões regulatórias internacionais e é capaz de tornar-se uma potência global estabelecida.

Revisão de Literatura

O Japão tornou-se uma potência global estabelecida em meio ao sistema de anarquia internacional, o que causou alguns altos e baixos. O Japão tornou-se uma potência global capaz de gerir desafios como uma grande nação de forma eficaz e eficiente. Muitos estudos discutiram a política externa japonesa, especialmente a assistência externa japonesa (ODA) voltada para países em desenvolvimento. No entanto, a maior parte da pesquisa sobre a ODA baseia-se em uma perspectiva racionalista. A ODA é frequentemente vista como uma ferramenta para o Japão satisfazer seus desejos capitalistas e alcançar seus próprios objetivos nacionais.

Alguns artigos explicaram a persistência do Japão como potência global utilizando uma abordagem econômica, como a norma do capitalismo e o Japão (Estevez-Abe, 2008), a norma de conformidade com acordos ou o direito internacional (Cooney, 2006), o desenvolvimento de ciência e tecnologia, e a utilização da ajuda externa para reconhecimento (Rix, 2010). No entanto, a forma como as normas de segurança humana constroem a ODA japonesa raramente recebeu destaque.

Historicamente, a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial levou ao seu pacifismo e à forte dependência da ajuda dos EUA. Isso marcou o início do desenvolvimento da ODA. No entanto, o Japão trabalhou arduamente para se reerguer e transformar-se de país receptor em país doador em poucos anos (Takashi & Jain, 2000). A evolução da ajuda externa do Japão pode ser classificada em quatro estágios: da repatriação à promoção de exportações, da promoção de exportações à racionalidade da interdependência, da racionalidade da interdependência a uma ferramenta de posicionamento global, e do posicionamento global à proteção da paz e estabilidade mundiais. No primeiro estágio, ao começar a emergir como nação doadora, o Japão juntou-se à UNCTAD e ao DAC (Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento)

30 anos após ter sido um receptor de ajuda. No segundo estágio, o Japão ingressou em diversas organizações internacionais, incluindo a OPEP, para gerir a crise energética causada pelo embargo petrolífero imposto por alguns países da OPEP às nações ocidentais. A ajuda internacional japonesa não se limitou aos países asiáticos, mas estendeu-se também a várias nações do Oriente Médio. No terceiro estágio, o Japão geriu a ajuda internacional como uma ferramenta para garantir as necessidades e interesses japoneses, visto que a ideia de investir para o futuro havia se tornado difundida naquela época. No quarto estágio, o Japão finalmente obteve sucesso em integrar a ajuda internacional, particularmente a ODA, para criar paz e estabilidade mundiais, conforme estabelecido no ODA Taiko em 2 de junho de 1992 (Inoguchi & Bacon, 2006; Takashi & Jain, 2000).

Desde a década de 1970, a ODA japonesa começou a assumir uma natureza mais estratégica, particularmente em suas relações com a China, onde a ajuda é vista como uma ferramenta para frear o desenvolvimento militar e apoiar os princípios de direitos humanos e democracia. As preocupações com questões de segurança foram enfatizadas com a promulgação da Carta da ODA no início da década de 1990, que estipulava que a ajuda não deveria ser usada para fins militares e deveria levar em conta considerações ambientais, democráticas e de direitos humanos. Essas mudanças também estavam relacionadas às dinâmicas globais e relações geopolíticas, como a reação do Japão aos testes nucleares da China, que levou a uma redução nos fundos de ajuda. Enquanto isso, o desenvolvimento de questões de segurança humana no contexto da distribuição da ODA japonesa tornou-se uma parte importante da política externa que priorizava a estabilidade política dos países receptores como pré-requisito para criar um ambiente propício ao investimento e às relações bilaterais. A reforma da política de ODA de 2003 enfatizou ainda mais o reposicionamento do Japão diante de desafios globais, como o terrorismo pós-11 de setembro e o declínio da economia doméstica, o que acabou mudando a estratégia de ajuda com uma maior ênfase na segurança humana e na cooperação para o desenvolvimento sustentável. No entanto, a forma como as normas de segurança humana moldam a ODA do Japão raramente foi destacada.

Os estudos sobre segurança passaram por uma série de desenvolvimentos nas últimas décadas. A contextualização da Primeira e Segunda Guerras Mundiais influenciou os estudos de segurança, que eram inicialmente vistos através de uma abordagem militarista. A segurança era entendida apenas como a ausência de violência física nas relações internacionais ou interestatais. No entanto, desde o fim da Guerra Fria, a tendência de conflito e guerra mudou drasticamente, de guerras e conflitos

envolvendo dois ou mais atores estatais para guerras e conflitos envolvendo indivíduos, grupos, forças de oposição e entidades abaixo ou iguais aos atores estatais. Em um século, genocídios, guerras civis, movimentos separatistas brutais, terrorismo, governos corruptos, fome extrema e pobreza fizeram com que muitas pessoas morressem pelas mãos de seus concidadãos, e até de seus próprios governos. Esse fenômeno desafia as compreensões anteriores de segurança e contribui para a emergência de um novo paradigma na segurança (Centre, 2005).

O conceito de segurança nacional, tradicionalmente interpretado pelos tradicionalistas como a proteção da sobrevivência do Estado através do aumento das capacidades militares e econômicas, deslocou-se para a proteção da dignidade humana e dos padrões de vida (Tsai, 2009). O paradigma da securitização introduzido pela Escola de Copenhague fornece uma explicação narrativa para analisar questões de segurança. A gestão da segurança não é realizada apenas pela reunião de forças capazes de neutralizar atores que possuem a oportunidade de ameaçar a segurança nacional, mas também através da resolução de problemas que podem causar insegurança. Os Estados não precisam aumentar seus orçamentos militares para estarem seguros (McDonald, 2008). A emergência da Segurança Humana ganhou ímpeto em meio ao papel crescente de atores não estatais nas relações internacionais. A Segurança Humana é construída como um novo valor que tornará o mundo anárquico internacional mais preocupado com questões humanitárias. A segurança humana não prioriza apenas a proteção do Estado contra ameaças externas, mas também enfatiza a proteção dos direitos e liberdades de indivíduos e comunidades. A ideia de segurança humana também foi adotada por uma série de partidos políticos como plataforma de luta política eleitoral em diversos países.

Este novo espectro desencadeou um debate sobre o conceito de segurança humana. Alguns especialistas argumentam que a segurança humana aborda apenas questões relacionadas ao desenvolvimento (Tadjbakhsh & Chenoy, 2006), enquanto outros defendem que o conceito de segurança humana precisa ser mais rigoroso e rígido (Hobson & Bacon, 2014). Para evitar ambiguidades na compreensão da segurança humana, o PNUD descreve sete pontos como indicadores de segurança humana, a saber: segurança econômica, segurança alimentar, segurança ambiental, segurança de saúde, segurança pessoal, segurança comunitária e segurança política. A segurança econômica garante a soberania econômica, incluindo acesso a trabalho decente, renda adequada e confiável, e melhoria dos padrões de vida. A segurança alimentar abrange o acesso a alimentos, boa nutrição e acesso a alimentos durante e após desastres naturais ou causados pelo homem. A

segurança ambiental refere-se à proteção de florestas, terras, prevenção de vários problemas ambientais e à capacidade de resolvê-los, bem como à mitigação de riscos naturais. A segurança de saúde visa melhorar o acesso a serviços de saúde adequados, água limpa, um ambiente seguro, prevenção da exposição a drogas ilegais e proteção contra doenças graves. A segurança pessoal protege a liberdade contra o medo, violência, tortura, prevenção de acidentes, crime, drogas ou outras coisas que possam prejudicar os indivíduos. A segurança comunitária visa preservar culturas, línguas e valores étnicos específicos, eliminar a discriminação e promover a liberdade contra o medo de conflitos interétnicos ou inter-regionais. Finalmente, a segurança política abrange a liberdade de expressão, a promoção da democratização e a proteção dos cidadãos contra a opressão estatal. Dada a complexidade da segurança humana, os indicadores utilizados para avaliar a segurança podem variar entre regiões e locais.

As questões de segurança humana têm sido, até agora, mais discutidas por organizações internacionais do que pelos países. O conceito de segurança humana que promove a inclusividade e a não participação sempre esbarra na soberania estatal (McDonald, 2002). As Nações Unidas, por exemplo, incorporaram com sucesso o conceito de segurança humana nos ODM e ODS, tornando os ODM e ODS amplamente aceitos em nível global. O conceito de segurança humana, por um lado, parece central para as funções das Organizações Governamentais Internacionais (IGOs) e Organizações Não-Governamentais Internacionais (INGOs) (Thomas, 2001). Por outro lado, a segurança humana é raramente articulada pelos Estados, pois estes frequentemente priorizam a preservação da soberania, do nacionalismo e da segurança nacional, fazendo com que as articulações estatais de segurança humana tendam a ser excessivamente burocráticas, exclusivas e rígidas (Mahmud, Quaisar, Sabur, & Tamanna, 2008). A construção da segurança humana pelos Estados é frequentemente usada apenas como um "adoçante" para fortalecer a hegemonia estatal.

Em seu artigo, Sarah Tanke explica que a segurança humana tornou-se um conceito central no discurso diplomático japonês nas últimas três décadas (Tanke, 2022). Ao rastrear discursos do Estado japonês em fóruns internacionais, Tanke observa que a segurança humana tem sido consistentemente usada como a identidade diplomática do Japão para obter reconhecimento internacional. Além disso, o Japão não apenas promove a segurança humana para o desenvolvimento global, mas também como um meio de fortalecer sua legitimidade, papel e autoimagem entre outras nações na comunidade internacional. Em seus discursos em fóruns internacionais, o Japão constrói uma narrativa que destaca suas contribuições e liderança em

questões de segurança humana, vinculando-as a conquistas domésticas, ajuda externa (ODA) e cooperação multilateral. Este artigo destaca a necessidade de um estudo sobre como o Japão prepara as questões de segurança humana como parte de sua narrativa diplomática para posicionar o Japão como um ator global, o que poderia, em última instância, restaurar o Japão à sua posição como uma potência global (Tanke, 2022).

Na abordagem construtivista, as normas não são simplesmente regras externas que governam o comportamento do Estado, mas são parte integrante da identidade e dos interesses do próprio Estado. Alexander Wendt, em sua famosa obra *Social Theory of International Politics* (1999), afirma que "a anarquia é o que os Estados fazem dela", o que mostra que as estruturas internacionais não são determinantes fixos, mas são construídas através de interações sociais e normas abraçadas pelos atores internacionais. Neste contexto, o Japão pós-Segunda Guerra Mundial buscou revitalizar sua posição na arena global utilizando normas internacionais, especialmente as normas de *segurança humana*, como uma estratégia para a reconstrução da identidade e expansão de seu papel global. Em vez de confiar no poder militar limitado por sua constituição pacifista (Artigo 9), o Japão desenvolveu um poder normativo através da assistência ao desenvolvimento, diplomacia humanitária e engajamento ativo em questões de segurança não tradicionais. Essa abordagem mostra como o Japão usa as normas como um instrumento de transformação de status, de um país militarmente "castrado" a um ator global moral e politicamente respeitado (Wendt, 2003).

A estratégia normativa do Japão reflete-se em sua abordagem de ajuda internacional que enfatiza a *segurança humana* como o quadro principal. Este conceito coloca a proteção dos indivíduos contra a ameaça de violência, pobreza, saúde e desastres no centro da política externa e da assistência ao desenvolvimento (Shibuya et al., 2016). Através da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), o Japão apoia ativamente os países em desenvolvimento, não apenas através de assistência financeira, mas também transferência de tecnologia, capacitação institucional e apoio à reconstrução pós-conflito. Em um quadro construtivista, essas ações não são meras políticas tecnocráticas, mas sim parte da produção de significado e identidade que mostra o Japão como um país responsável, moral e orientado para a paz. Ao posicionar-se como um pioneiro na promoção da *segurança humana*, o Japão formou gradualmente uma percepção internacional que apoia seu status como um *Estado normal* — um país que tem a capacidade e legitimidade para desempenhar um papel estratégico no palco global (Yoshinobu, 2012), sem ter que reconstruir um poder militar agressivo.

O reconhecimento do Japão como uma potência global legítima

e respeitada não ocorre instantaneamente, mas sim é o resultado de uma construção social de longo prazo baseada na consistência das normas e no engajamento internacional. Na lógica de Wendt, as estruturas sociais são formadas através da prática repetida e da intersubjetividade — e o Japão obteve sucesso em criar uma nova estrutura social que o via não mais como uma ameaça militar, mas como um líder moral (Swenson-Wright, 2009). Esse reconhecimento reflete-se no papel aumentado do Japão em instituições internacionais, no reconhecimento de suas contribuições humanitárias em grandes conflitos e no apoio às suas aspirações de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Assim, através da abordagem construtivista, pode-se entender que a transformação do Japão em um *Estado normal* não é meramente o resultado de uma mudança nas capacidades materiais, mas o resultado de seu sucesso em articular as normas de *segurança humana* como uma identidade nacional e estratégia de política externa, o que acaba por ganhar a afirmação da comunidade internacional como parte de uma potência global legítima.

Metodologia

Este estudo utiliza uma metodologia quantitativa ao aplicar a análise de conteúdo a documentos normativos e operacionais japoneses. A análise de conteúdo é um método de pesquisa utilizado para identificar, categorizar e analisar diversos tipos de dados — como textos, imagens ou gravações audiovisuais — de forma sistemática e objetiva, a fim de encontrar padrões, temas ou significados ocultos no conteúdo. O conteúdo que pode ser explorado inclui documentos governamentais oficiais, notícias, discursos ou artigos de mídia, entre outros. Este método foi escolhido com o objetivo de revelar a frequência do aparecimento de palavras ou ideias nos documentos selecionados e identificar padrões que permitam chegar a conclusões.

Neste artigo, os documentos a serem utilizados são a Carta da ODA de 2015 ou Carta de Cooperação para o Desenvolvimento (no inglês, ODA Charter ou Development Cooperation Charter – DCC) e o Livro Branco sobre Cooperação para o Desenvolvimento (no inglês, White Paper on Development Cooperation – WPDC). A DCC é um documento oficial do governo japonês (documento normativo) que serve como a diretriz principal para a implementação da cooperação internacional para o desenvolvimento do Japão, particularmente a ODA. Por sua vez, o WPDC é um relatório do Ministério das Relações Exteriores do Japão que fornece informações sobre as políticas, implementação e resultados da cooperação internacional japonesa,

especificamente na forma de ODA (documento operacional). Esses dois documentos serão rastreados por meio das palavras mais frequentes para formar padrões que identifiquem a estratégia do Japão no uso da ODA para manter sua influência como potência global.

Para atingir esse objetivo, quatro variáveis significativas serão analisadas neste estudo. Primeiro, Atores. As palavras-chave que se referem a atores incluem países, sociedade, países em desenvolvimento, empresas privadas, empresas japonesas, o setor privado, governos locais, ONGs, indivíduos, instituições, atores não estatais, comunidades, mulheres, homens, governos, nações, grupos vulneráveis, o público e a sociedade civil. Segundo, governança. Alguns termos que se referem à governança incluem cooperação para o desenvolvimento, cooperação internacional, direito, democratização, economia, experiência, expertise e lições, diplomacia, investimento para o futuro, transparência, certeza, manutenção e proteção da ordem internacional, valores universais, objetivos não militares, segurança humana, autossuficiência, independência, crescimento de qualidade, erradicação da pobreza, cooperação técnica, assistência por empréstimo, assistência por subvenção (*grant*) e parcerias. Terceiro, as variáveis de valor que cobrem questões de segurança humana consistem em valores universais, justiça, paz, liberdade em relação ao medo e à necessidade, desenvolvimento econômico, consolidação da paz (*peacebuilding*), governança, assistência humanitária, direitos humanos, direitos das mulheres, democracia, prosperidade, desenvolvimento, crescimento sustentável, meio ambiente, mudança climática, questões hídricas, desastres naturais, crises alimentares e fome, questões energéticas, doenças infecciosas e prosperidade. Além disso, as questões que cobrem a dimensão da segurança nacional incluem terrorismo internacional, crime organizado transfronteiriço, pirataria, Estados frágeis, conflitos regionais, instabilidade política, conflito e estabilidade. Quarto, o escopo da assistência abrange a Ásia, outros países, o Cáucaso, África, Europa, Oriente Médio, Oceania, o Caribe, internacional, nacional, doméstico e estrangeiro.

Discussão e Análise

Antes de analisar os documentos da ODA japonesa para determinar a estratégia do Japão no uso da ajuda para manter sua influência como potência global, este artigo rastreia diversas práticas de uso da ajuda como instrumento de política externa realizadas por outros países. Primeiro, rastreia-se o conceito de como o Japão projeta a capacitação (*capacity building*) para atores estatais e

não estatais. Nas práticas de alguns outros países doadores, a cooperação com governos receptores é considerada a melhor forma de aumentar a hegemonia do país doador sobre o receptor (Barone, 1982). Parcerias internacionais também podem visar o aumento da capacidade da burocracia do país receptor ou a melhoria de sua produtividade. O governo japonês parece sustentar um argumento diferente em comparação aos desenvolvidos pela maioria dos países doadores.

Segundo, rastreia-se a lógica utilizada na construção da governança da ODA do Japão. A maioria dos países doadores ocidentais visa fortalecer suas afiliações políticas em troca do apoio à economia do receptor (Barnett & Duvall, 2009). A ideologia política é considerada um fator importante na construção de compromisso e integridade entre doadores e receptores. Portanto, a afiliação política é uma ferramenta importante utilizada pelos doadores ocidentais no estabelecimento de hegemonia em outros países (Agnew, 2005). Este fato levanta a questão de se o Japão utiliza uma perspectiva de ideologia política ou uma perspectiva econômica para apoiar sua transformação em uma potência global.

Terceiro, rastreia-se a gestão da ajuda do Japão para determinar se ela se baseia na segurança humana ou na segurança nacional tradicional. Grandes países doadores precisam aumentar a segurança de países menores ou receptores para fortalecer sua posição e construir poder global. Esta perspectiva explica por que os Estados Unidos estabeleceram diversas alianças militares, como SEATO, ANZUS, OTAN e CENTO,[4] durante a Guerra Fria. Isso também se aplica ao Pacto de Varsóvia, estabelecido pela União Soviética. A segurança acumulada e centralizada é mais eficaz na construção da conformidade por parte dos países receptores, uma vez que a cooperação político-militar tende a ser de natureza hierárquica (Abrahamsen & Williams, 2010). Isso levanta duas questões: se o Japão está seguindo o mesmo padrão dos Estados Unidos ou da União Soviética, ou um outro padrão adequado às condições políticas, econômicas e sociais japonesas. A questão seguinte é se o uso do conceito de segurança humana como base para a cooperação é mais eficaz e apropriado para o Japão ao enfrentar a era pós-Guerra Fria e a multipolaridade, em comparação com o conceito tradicional de segurança nacional (Winkler, J. R., & Nye, 2005).

Quarto, rastreiam-se as ideias fundamentadas nas normas de segurança humana. Outros países doadores tendem a se posicionar como potências globais utilizando normas e valores econômicos em vez de normas sociais. A ajuda econômica é vista como uma panaceia que pode impulsionar

4 Respectivamente, Organização do Tratado do Sudeste Asiático, Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos, Organização do Tratado do Atlântico Norte e Organização do Tratado Central.

a mudança social, conforme preconizado pela teoria da modernização (Ish-shalom, 2006). Como uma das grandes potências, os Estados Unidos utilizaram o Plano Marshall e instituições econômicas ou financeiras, como o FMI, o Banco Mundial e a UNCTAD,[5] para se tornarem uma potência econômica global. O mesmo se aplica à União Soviética (Gill & Law, 1989). O Japão segue um padrão semelhante ao dos Estados Unidos e da União Soviética para se tornar uma potência econômica global?

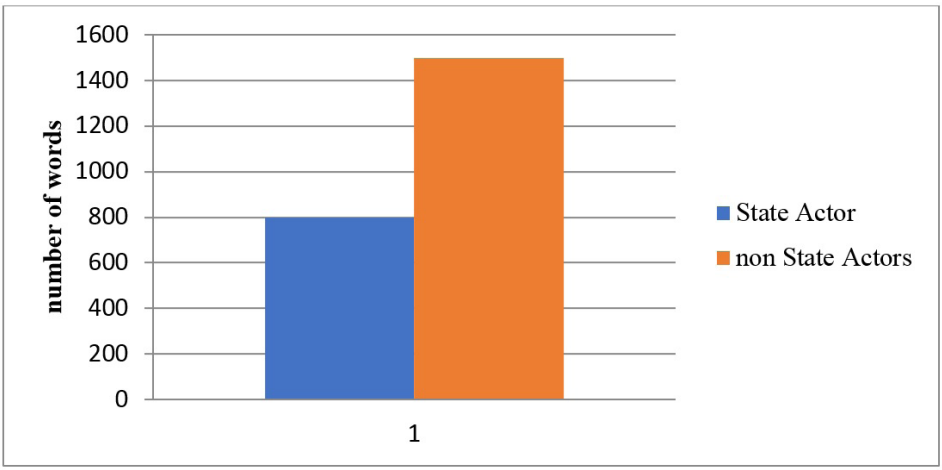
Quinto, rastreia-se como as áreas de cooperação tornaram-se predominantes (mainstream). Alguns países que se desenvolveram como potências globais tendem a difundir sua influência de forma divergente e atingir várias regiões ao redor do mundo. Espanha (Bishko, 2016) e Portugal, por exemplo (Ikenberry, 2014), difundiram sua influência de forma divergente durante os séculos XIII a XV a.C. Isso levou a uma intensa competição entre os dois reinos. Um padrão semelhante também foi aplicado por outros países, como Inglaterra e França, que desenvolveram poderes hegemônicos divergentes durante a revolução industrial. Os Estados Unidos e a União Soviética também aplicaram um padrão semelhante para difundir sua hegemonia por todo o mundo (Sedivy, 2004). Portanto, qual padrão o Japão escolheu para difundir sua influência pelo mundo?

1. Empoderamento de Atores Não Estatais

Existe uma tendência significativa de que os padrões de ajuda internacional dos países doadores para os países do Terceiro Mundo, após a resolução de descolonização da ONU de 1962, coloquem os governos como os principais parceiros e beneficiários. Os países doadores buscam garantir que a ajuda internacional fornecida tenha um impacto positivo significativo nos países receptores em um curto período de tempo (Jain, 2016).

Figura 2: Discurso dos atores

5 Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.



Fonte: Dados provenientes de DCC e WPDC

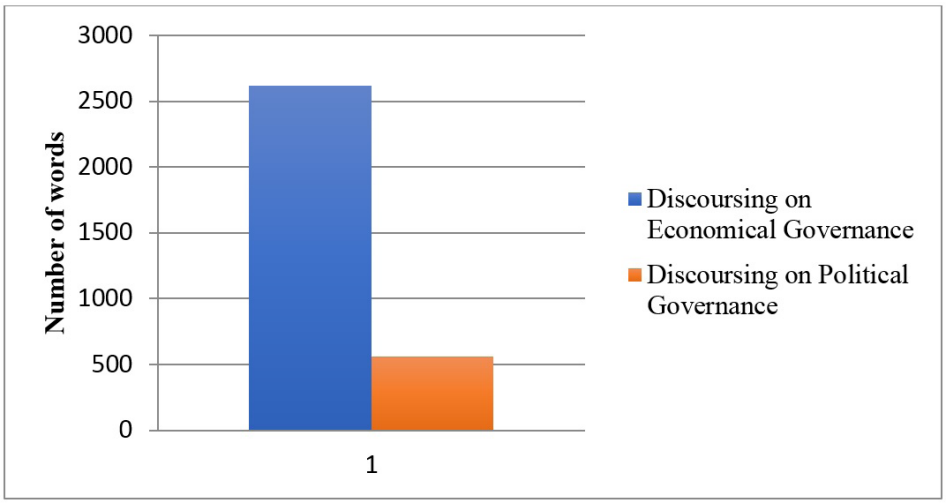
A Figura 2 mostra que os documentos DCC e WPDC discutem o uso de atores não estatais mais do que o de atores estatais. De fato, a diferença nos números é quase o dobro. Esses dados podem ser interpretados no sentido de que, embora a ajuda japonesa seja de natureza de governo para governo, o governo japonês busca fortalecer a capacidade dos atores não estatais. O governo japonês acredita que, por meio dos atores não estatais, a ajuda internacional pode mobilizar os setores social e econômico e evitar a corrupção política (Asongu & Nwachukwu, 2016). Espera-se que esse tipo de governança evite que os países receptores da ajuda japonesa caiam no "Dilema do Samaritano", que é uma situação de dependência por parte do receptor, reduzindo o incentivo para melhorar sua própria situação e até piorando as condições do receptor a longo prazo (Raschky & Schwindt, 2016). Com esse tipo de padrão, espera-se que a ajuda internacional possa beneficiar ambas as partes, tanto os países doadores quanto os receptores.

2. Integração da Governança de Cooperação Econômica

Em termos de governança, os resultados do rastreamento dos documentos DCC e WPDC podem ser classificados em dois tipos: governança ideológico-política, também conhecida como governança de *high politics* (alta política), e governança socioeconômica, também conhecida como governança de *low politics* (baixa política). Essa classificação é importante para entender

como o Japão identifica as necessidades dos países do Terceiro Mundo como receptores e como garante que as intervenções japonesas nesses países sejam eficazes e eficientes. Os resultados do rastreamento nos documentos DCC e WPDC são mostrados na Figura 3:

Figura 3: Discurso de governança



Fonte: Dados provenientes de DDC e WPDC

A partir da figura, observa-se que a governança mencionada com mais frequência nos documentos é a econômica, em detrimento da política. Isso está em consonância com as características e objetivos do governo japonês de tornar-se uma potência global por meio de questões econômicas, e não por meio da capacidade militar.

3. Integração das Normas de Segurança Humana

Os resultados da análise de conteúdo dos dois documentos revelam consistência no uso de termos relacionados às normas de desenvolvimento da segurança humana e às normas de desenvolvimento da segurança nacional. Esses dois termos dividem-se em normas de segurança tradicionais e normas de segurança não tradicionais (Frieman, 2014). Existem diversas questões interessantes com as quais o Japão se preocupa no contexto da segurança não

tradicional, tais como mudança climática, desastres naturais, energia e até questões de gênero.

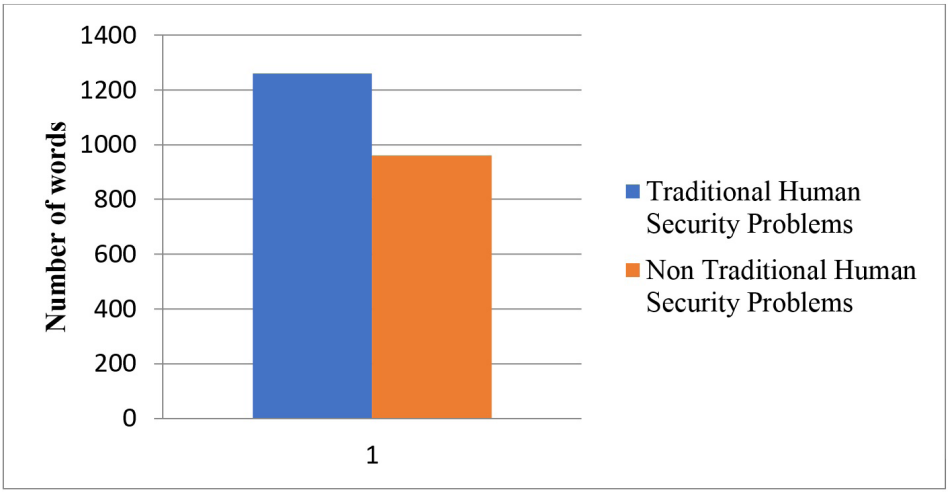
O Japão é um país vulnerável à mudança climática (Emmers, n.d.), portanto, este é um tema sensível para o futuro do país. Isso ocorre porque o aumento da temperatura média global, devido à redução ou ao buraco na camada de ozônio, causará o aumento do nível do mar, o que poderia ameaçar as áreas geográficas do Japão em latitudes setentrionais devido ao derretimento do gelo no Ártico. A questão dos desastres naturais também destaca a vulnerabilidade japonesa devido à sua estrutura geológica, que apresenta o nível de vulnerabilidade mais alto do mundo. A experiência em enfrentar desastres naturais impulsionou o Japão a desenvolver uma melhor gestão de desastres. Essa situação influencia a perspectiva japonesa sobre seus esquemas de ajuda internacional, pois o Japão sente a necessidade de enfatizar a importância de uma gestão de desastres adequada (Herningtyas, 2010). Isso se relaciona à questão da mitigação de desastres para que o impacto possa ser gerido corretamente e não afete significativamente os investimentos japoneses (Sahashi, 2015). As questões hídricas também são uma preocupação; o Japão é um dos países com padrões mais elevados na gestão de água potável (Engle & Lemos, 2010). Para os países receptores, a maioria em desenvolvimento, a água é uma questão estratégica, tanto no contexto da escassez por estruturas geológicas e geográficas quanto pela má gestão em áreas urbanas devido a fontes contaminadas.

As questões energéticas também receberam atenção séria do Japão. Isso está relacionado à experiência japonesa de ter sido, outrora, altamente dependente de fontes fósseis, como petróleo e carvão (Morse, 1981). Tal situação impulsionou o Japão a utilizar fontes de energia mais limpas e baratas, como a energia nuclear, que exige alta tecnologia para reduzir e gerir os riscos de uso. Atualmente, o Japão escolheu a energia nuclear como sua principal fonte para atender às necessidades industriais e domésticas (Patrick, 2011). A experiência japonesa na gestão dessa fonte tornou-se uma alternativa para o desenvolvimento energético em países em desenvolvimento. Essa posição é intrinsecamente estratégica para o Japão, pois sua capacidade de gerir a energia nuclear para o desenvolvimento pacífico é muito mais avançada do que a de outros países com armas nucleares. O desastre nuclear de Fukushima não foi causado por falha tecnológica, como no caso de Chernobyl; em vez disso, foi provocado por um desastre natural, o que forçou o Japão a gerir o tema com seriedade. Além disso, o Primeiro-Ministro japonês teve de renunciar como forma de responsabilidade pública. O governo japonês lidou com sucesso com o vazamento nuclear em Fukushima, permitindo ao Japão afirmar-se como o país mais eficiente na gestão pacífica da energia nuclear (Openshaw,

2002; Patrick, 2011).

No que tange à questão das mulheres, o Japão deseja alterar valores para fortalecer a posição feminina na política dos países do Terceiro Mundo. A cultura patriarcal dominante nesses países formou-se devido à baixa capacidade das mulheres em questões públicas. O governo japonês define o baixo número de mulheres em assuntos públicos como um dos problemas que devem ser resolvidos pelos países do Terceiro Mundo (Bauer & Tremblay, 2011).

Figura 4: Discurso de segurança humana



Fonte: Dados provenientes de DCC e WPDC

Os resultados do rastreamento de palavras relacionadas a questões de segurança humana são mostrados na Figura 4. Os resultados indicam que as questões de segurança humana do Japão na distribuição de ajuda internacional colocam mais ênfase na segurança humana tradicional do que na segurança não tradicional. Isso se refere às normas desenvolvidas pelo Japão em relação ao "investimento para o futuro". As normas tradicionais em questões de segurança serão um fator determinante para saber se a ajuda internacional do Japão será produtiva para o futuro do país. Se os fatores de segurança não tradicional provarem ser seguros, a probabilidade de alcançar um maior interesse de investimento será garantida (Rix, 2010).

Essa construção precisa ser investigada mais a fundo. O governo

japonês não estaria comprometido em cooperar com países na categoria de "frágeis" por razões humanitárias ou de investimento? Isso é afirmado no documento DCC como um documento normativo, no qual o governo japonês demonstra uma política afirmativa na forma de disposição para se engajar na resolução de conflitos em países vulneráveis. No entanto, em sua prática operacional, a política afirmativa torna-se menos robusta. Muitos estudos sobre ajuda internacional constatam que a assistência rotineiramente considera a estabilidade nacional do país receptor. Isso significa que a razão lógica da ajuda como um investimento no futuro torna-se racional.

Países com condições sociais e políticas instáveis não podem fornecer uma imagem clara de quanto se beneficiarão do investimento (Lawson, 2013). Ao contrário das questões de gênero, no documento normativo DCC, o governo japonês não fornece políticas afirmativas claras sobre a importância das questões das mulheres na cooperação internacional. Em vez disso, na prática, as questões das mulheres são detalhadas em documentos operacionais.

Essa construção é interessante porque, até certo ponto, as questões das mulheres nos países em desenvolvimento são menos notadas. As mulheres tendem a ser objetos em vez de sujeitos do desenvolvimento. Na cultura patriarcal que domina os países em desenvolvimento, os papéis das mulheres em questões públicas são frequentemente ignorados (Salviana & Soedarwo, 2014). Em alguns documentos fotográficos da JICA, imagens de mulheres e crianças são mais dominantes do que imagens de homens. Uma imagem de uma mulher prestando cuidados e auxílio a vítimas de conflitos, a Sra. Ran Honda, voluntária da Cooperação Japonesa no Exterior (JOC), mostra-a exercendo a atividade de ensino por meio de jogos aos alunos do Centro de Formação de Professores em Mchinji, Malawi. A foto foi posteriormente publicada como capa do documento do WPDC.

E quanto às normas de segurança desenvolvidas pelo Japão no âmbito de sua assistência? Desde o início, o Japão decidiu priorizar as normas de segurança humana, mantendo uma atenção suficiente a diversas questões relacionadas às normas de segurança do Estado sem se envolver excessivamente.

O Japão enfatiza com confiança que os países parceiros devem considerar uma governança política pacífica. Isso é claramente evidente no documento normativo DCC, que não introduz o termo "guerra", embora ainda utilize o termo "conflito" em muitos lugares. O termo "guerra" na lógica política japonesa é traumático, e é obrigação do Japão eliminar esse termo em suas interações com o contexto internacional, conforme explicitamente declarado em sua constituição (Kinzley, 2001).

Em relação ao termo "conflito", o governo japonês enfatiza a

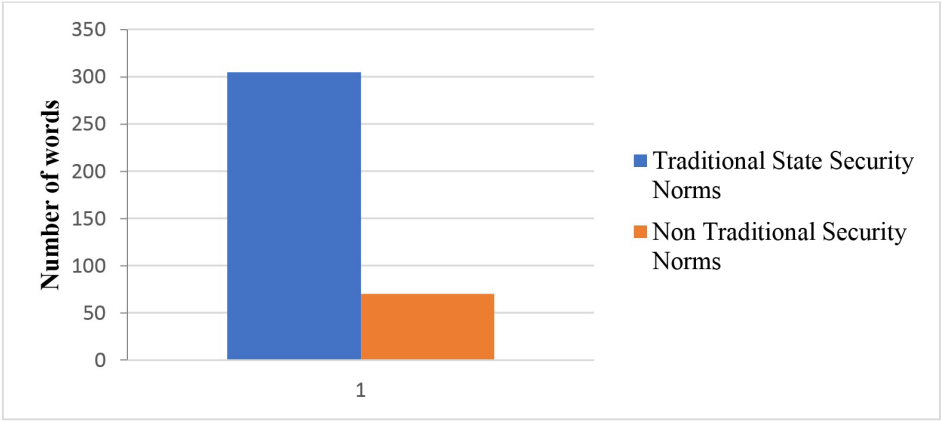
importância da resolução pacífica de conflitos. Os países do Terceiro Mundo, na percepção do Japão, ainda vivenciam conflitos de identidade que dão origem a conflitos horizontais e verticais. O Japão demonstra preocupação para que as normas de gestão de conflitos nos países do Terceiro Mundo possam ser implementadas democraticamente, aderindo ao princípio da não violência (Williams, 2018).

Na gestão das normas de segurança nacional não tradicional, o Japão coloca maior ênfase no terrorismo do que no crime organizado transnacional ou na pirataria. É interessante notar que, no documento DCC, esses três termos de segurança nacional não tradicional são mencionados igualmente, ou seja, uma vez. No entanto, em documentos operacionais, o termo "terrorismo internacional" é mencionado 47 vezes, muito mais do que os termos "pirataria" e "crime organizado transnacional". Isso pode ser interpretado como uma necessidade do governo japonês de abordar o terrorismo nos países do Terceiro Mundo com uma abordagem diferente em comparação com muitos países ocidentais ao lidar com o fenômeno (Azam & Thelen, 2010; Woods, 2005).

No entanto, o Japão também se preocupa com a pirataria. Contudo, a preocupação japonesa não é a pirataria tradicional, como o sequestro de navios no mar, que ocorre frequentemente no Leste da África ou no Estreito de Malaca. O Japão está mais preocupado com a pirataria no contexto da transferência de tecnologia (Bond, 1998). Para o Japão, isso é muito importante porque a ajuda internacional japonesa também é fornecida por meio da transferência de tecnologia; portanto, essas normas são fortemente enfatizadas pelo país.

Com relação às normas para a gestão do crime organizado transnacional, o governo japonês acredita que isso precisa ser abordado. Isso está relacionado a problemas comuns em países do Terceiro Mundo, como o tráfico de pessoas, drogas e armas de fogo ilegais. Tais problemas são frequentemente encontrados na África e em algumas regiões afetadas por conflitos no Sudeste Asiático, como Tailândia, Filipinas e Indonésia. O compromisso do Japão em abordar essa questão está ligado ao seu cumprimento da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (JICA, 2017; Koivu, 2015).

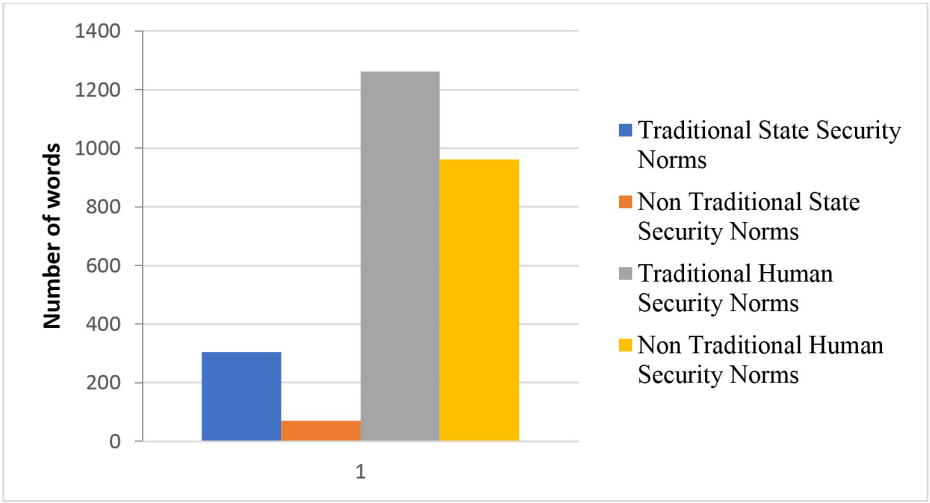
Figura 5: Discurso sobre as normas de segurança de Estado



Fonte: Dados provenientes de DCC e WPDC

A Figura 5 mostra que o governo japonês continua a utilizar normas de segurança nacional tradicionais em vez de normas de segurança não tradicionais. De forma semelhante às normas de segurança humana, o governo japonês também enfatiza as normas de segurança humana tradicionais. Isso indica que a questão principal para os países parceiros do Japão, em relação à assistência internacional japonesa, é a segurança tradicional. No entanto, o Japão também acredita que a gestão de questões de segurança não tradicional é muito importante (Er, 2006).

Figura 6: Discurso sobre as normas de segurança



Fonte: Dados provenientes de DCC e WPDC

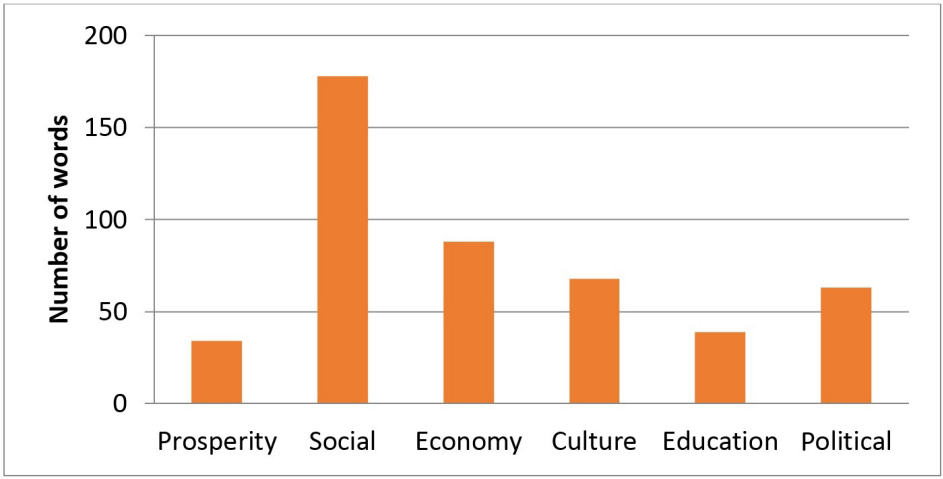
A Figura 6 mostra que, entre as quatro normas de segurança, o Japão prioriza as normas de segurança humana tradicionais, seguidas pelas normas de segurança humana não tradicionais. Isso indica que o governo japonês assume que a assistência internacional deve chegar ao setor privado e aos indivíduos. Isso difere da assistência internacional japonesa nas décadas de 1970 a 1990, quando muitos programas de assistência focavam em questões de segurança humana baseadas no setor público, como infraestrutura.

No contexto da cooperação internacional para construir normas de segurança nacional, o Japão tem se abstido consistentemente de se envolver em cooperação de orientação militar. Embora o governo japonês reconheça que muitos países do Terceiro Mundo enfrentam conflitos verticais, como o separatismo, e precisam de assistência militar para resolvê-los, o Japão tem permanecido consistente em não atuar nessa área.

4. Assistência Econômica como uma Norma de Assistência Social

Esta seção discute o escopo dos programas oferecidos pelo governo japonês em relação à assistência internacional. Esta análise é utilizada para descrever quais programas são mais importantes, rastreando o uso de palavras nos dois documentos analisados.

Figura 7: Escopo do Programa de Assistência Internacional



Fonte: Dados provenientes de DCC e WPDC

A Figura 7 mostra que o escopo das parcerias está mais focado no setor social do que no setor econômico. Isso é singular, pois os esquemas de ajuda japonesa sempre utilizam o termo "desenvolvimento" (*development*) como seu slogan. A escolha da palavra "desenvolvimento" tem um significado estreitamente relacionado à economia e à prosperidade. No entanto, a economia global não é o foco principal, sendo inclusive inferior às palavras "cultura" e "política". Pesquisas futuras são necessárias para determinar por que os documentos japoneses priorizam a engenharia social em detrimento da economia.

Referindo-se a diversas teorias do desenvolvimento, o processo de engenharia é um esforço transformador para mudar comportamentos. Essa mudança comportamental terá, então, um efeito multiplicador em outros aspectos da vida. A ideia de Kluckhohn sobre padrões comportamentais e as normas que os moldam oferece um argumento convincente, afirmando que modelos de comportamento moldam padrões de conduta (Dollar & Alesina, 2000).

Novos padrões de comportamento técnico, ao fornecerem novas normas sobre a ordem da vida em sociedade, moldarão novos comportamentos. Como exemplo de caso, na Indonésia, o Japão forneceu assistência para o desenvolvimento de infraestrutura rodoviária para melhorar a mobilidade

horizontal. Essa assistência visava mudar as normas existentes na Indonésia, onde o modo de transporte mais eficiente eram as ferrovias.

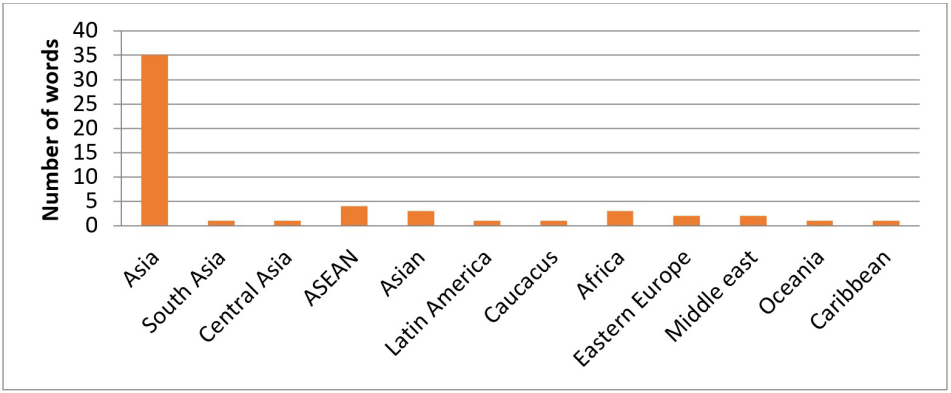
Estas foram projetadas e desenvolvidas pelo governo holandês, que colonizou a Indonésia por um período muito longo. O governo holandês construiu pouca infraestrutura rodoviária, sendo a mais monumental a estrada de Anyer a Panarukan. A assistência massiva do Japão na forma de desenvolvimento de estradas mudou a norma de mobilidade do uso de trens para bicicletas, motocicletas e carros, bem como transporte público, como ônibus e caminhões para logística.

O governo japonês, por meio de sua ajuda visionária, não visou ganhos imediatos ou de curto prazo. Essa narrativa é clara: o Japão não utilizou normas de reciprocidade direta ao fornecer ajuda, como as encontradas nas normas de interação internacional (Keenes & Gilpin, 2010). Os motivos econômicos do Japão foram elegantemente embalados como motivos sociais e humanitários (Jain, 2016). Este é o fator que determina o sucesso do Japão como um ator global na gestão da assistência econômica como uma dimensão social.

5. Integrando a Ásia como um Primeiro Passo

As regiões visadas para as parcerias internacionais do Japão foram projetadas de forma sistemática e objetiva. O governo japonês mapeou cuidadosamente seus parceiros de assistência internacional. O termo "regiões de parceria" abrange quase todos os continentes, da Ásia, África, Europa, América e a região do Pacífico. Sob esta perspectiva, o Japão não se engaja em mecanismos de ajuda internacional com países desenvolvidos. Os países do G7 ou nações desenvolvidas não são encontrados no documento.

Figura 8: Áreas prioritárias de atuação internacional do Japão



Fonte: Dados provenientes de DCC e WPDC

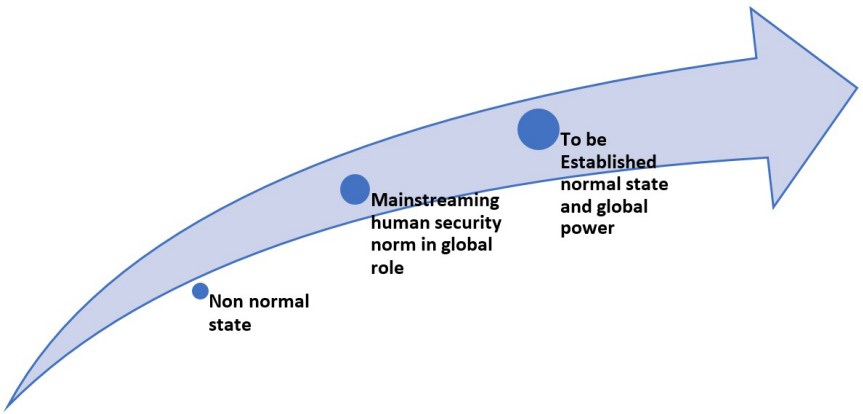
A Figura 8 mostra que o Japão se engaja em uma cooperação internacional abrangente com países da Ásia, Europa, América, África e a região do Pacífico. No entanto, há um fato interessante: o governo japonês concentra-se mais na Ásia. A partir de uma análise dos documentos, o termo "Ásia" aparece dez vezes mais frequentemente do que outras regiões. Isso indica que, para construir poder global, a Ásia é a região mais eficaz e produtiva para adotar as normas oferecidas pelo Japão (Lewis-Workman, 2018). Portanto, o Japão constrói seu poder global engajando-se em uma cooperação intensiva com países vizinhos como a base de suas parcerias. A região que também é um foco central para o Japão no Sudeste Asiático é a ASEAN. O Japão possui uma longa história política e econômica com vários países do Sudeste Asiático. A ASEAN, como organização regional, é vista pelo Japão como uma organização capaz de criar harmonia e estabilidade propícias ao crescimento econômico e à prosperidade (Asplund, 2015).

6. Tornando-se um Estado Normal e uma Potência Global Baseada em um Papel Global

A produtividade da integração das normas de *segurança humana* na política de ajuda externa do Japão desempenha um papel estratégico no processo de reposicionamento do Japão como um *Estado normal*. Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão enfrentou o sério desafio de reabilitar sua imagem e papel internacional, que haviam sido manchados pela expansão do militarismo e do imperialismo. Nesse contexto, a *segurança humana* torna-se

um meio simbólico e substantivo para apresentar uma nova face do Japão, que é responsável e orientada para a paz. Ao focar a ajuda nas necessidades humanas básicas — como a proteção contra a pobreza, conflitos, doenças e desastres naturais —, o Japão demonstra ao mundo que não é mais um agressor, mas sim um contribuinte para a estabilidade global e a humanidade (Ishida, 2019). Essa estratégia não apenas arrefeceu as suspeitas sobre uma potencial remilitarização do Japão, mas também fortaleceu a legitimidade moral e política do país perante a comunidade internacional.

Figura 9: Análise lógica do roteiro para o Japão se tornar potência global



Fonte: Dados provenientes de DCC e WPDC

Uma dimensão importante dessa estratégia é a integração da ajuda a atores não estatais, como ONGs locais, sociedade civil e instituições educacionais (Hollifield & Sharpe, 2017). Logicamente, o apoio a atores não estatais fortalece a legitimidade do Japão como uma potência inclusiva e progressista. Em comparação com a ajuda interestatal elitista e vertical (top-down), a cooperação com atores não estatais permite que o Japão alcance comunidades de base e promova a transformação social a partir de baixo. Na análise de Arrighi (1998), isso cria a impressão de que o Japão não está preocupado apenas com a estabilidade do país, mas também com a resiliência da comunidade e o desenvolvimento humano (Arrighi, 1998). Além disso, ao fortalecer a capacidade da sociedade civil nos países receptores de ajuda, o Japão cria simultaneamente uma rede de influências sociopolíticas que afirma seu papel como uma força normativa global. Esta é uma estratégia

de soft power muito eficaz para reconstruir o status do Japão como um país normal que contribui ativamente para a nova ordem mundial.

Em termos de conteúdo da ajuda, o Japão prioriza a integração da governança econômica sobre a governança política. É uma escolha estratégica que reflete a prudência do Japão ao entrar em um campo considerado geopoliticamente sensível. Em vez de pressionar explicitamente pela democratização ou reforma política, o Japão prefere fortalecer a capacidade de instituições econômicas, como o sistema tributário, a gestão fiscal, o desenvolvimento de MPMEs e a infraestrutura pública (Arrighi, 2007). Esse tipo de assistência tem duas implicações: primeiro, evita que o Japão seja acusado de interferir nos assuntos internos de outros países; segundo, constrói uma base de crescimento econômico sustentável e estável nos países parceiros, o que, em última análise, fortalece a estabilidade regional que beneficia a posição estratégica do Japão. Embora não esteja diretamente relacionada a reformas políticas, essa assistência à governança econômica ainda apoia a criação de condições políticas estáveis através do fortalecimento do bem-estar e da redução da desigualdade, o que faz parte da visão mais ampla de *segurança humana*.

A integração de normas de segurança tradicionais e não tradicionais também é um pilar importante no processo de normalização do status do Japão. Na segurança tradicional, o Japão permanece cauteloso e mais instrumental através de contribuições passivas, como o treinamento de forças de paz e a logística de assistência humanitária em situações de conflito. Mas na segurança não tradicional, como mitigação de desastres, mudança climática, gestão de pandemias e combate ao tráfico de seres humanos, o Japão tem sido muito ativo. Esse papel fortalece a posição do Japão como um país relevante na resposta aos desafios globais contemporâneos, ao mesmo tempo em que expande o escopo de sua influência sem gerar resistência. O foco principal do Japão na ajuda externa também está na região asiática, especialmente no Sudeste e no Sul da Ásia, como uma arena geopolítica estratégica. Esse foco regional reflete não apenas a proximidade geográfica, mas também a herança histórica, a responsabilidade pós-colonial e a importância econômica. Nesse contexto, a assistência japonesa serve como um instrumento diplomático para estabelecer um ambiente regional estável e amigável, que é um pré-requisito para a restauração do status normal do Estado (Rother, 2012).

Nos últimos anos, o Japão tem sido cada vez mais ativo na expansão de sua influência econômica na região da América Latina (Stallings & Horisaka, 2021), especialmente no Brasil, através de várias formas de assistência ao desenvolvimento, investimento em infraestrutura e cooperação tecnológica (de Oliveira & Lessa, 2022). Esta iniciativa não visa apenas o fortalecimento

das relações bilaterais, mas também faz parte da estratégia geopolítica do Japão diante da competição global, especialmente com a China (Masahiro, 2013). Uma manifestação marcante dessa proximidade é o apoio do Japão à reivindicação do Brasil para expandir sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) na região do Atlântico Sul (Masahiro, 2013), especialmente em torno da elevação submarina conhecida como Elevação do Rio Grande. Esse apoio reflete uma relação de reciprocidade, na qual o Brasil apoia abertamente a reivindicação do Japão sobre o arquipélago de Okinotorishima, que é estrategicamente importante para a expansão da ZEE japonesa no Pacífico Ocidental (Yoshikawa, 2007). Essa relação de apoio mútuo reflete uma proximidade diplomática que não se baseia apenas em relações econômicas, mas também fortalece a posição de cada país em fóruns multilaterais, como as Nações Unidas e a UNCLOS. O Japão vê o Brasil como um parceiro estratégico na região sul-americana que desempenha um papel importante na arquitetura global do Sul, enquanto o Brasil vê o Japão como uma potência econômica e tecnológica que pode sustentar suas ambições como uma nova potência marítima.

Após posicionar-se com sucesso como um *Estado normal* através de uma estratégia baseada em normas, o Japão tem agora uma base sólida para estabelecer-se como uma *potência global*. O reconhecimento internacional das contribuições do Japão para o desenvolvimento, a ajuda humanitária e a segurança não tradicional é um capital importante na expansão do seu papel global. Com o fundamento das normas de *segurança humana*, o Japão pode posicionar-se não apenas como uma potência econômica, mas também como uma força moral que carrega os valores da paz, inclusão e desenvolvimento humano. Em uma era de multipolaridade global, onde o poder militar não é mais o único indicador de poder, o Japão tem uma grande oportunidade de se tornar uma potência global respeitada através de canais normativos e institucionais. Ao fortalecer sua participação em fóruns globais como o G7, G20 e as Nações Unidas, bem como ao expandir suas redes diplomáticas e de assistência externa, o Japão está no caminho para consolidar sua posição como uma *potência global* que não é apenas economicamente forte, mas também respeitada pelo seu compromisso normativo com a humanidade (Befu & Guichard-Anguis, 2003) (Yoshinobu, 2012).

Conclusão

A adesão estratégica do Japão às normas de segurança humana dentro do seu arcabouço de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) ressalta uma abordagem transformadora de engajamento global na era pós-Segunda

Guerra Mundial. Este estudo demonstra que o Japão institucionalizou com sucesso uma estratégia de via dupla que combina compromissos normativos com mecanismos operacionais para se reposicionar como uma potência global. Ao deslocar a ênfase das noções tradicionais de segurança nacional para a agenda inclusiva e centrada no ser humano da segurança humana, o Japão alavanca um soft power enraizado em princípios humanitários, cooperação não militar e desenvolvimento socioeconômico.

Por meio de uma rigorosa análise de conteúdo da Carta de Cooperação para o Desenvolvimento (DCC) e do Livro Branco sobre Cooperação para o Desenvolvimento (WPDC) do Japão, fica evidente que o país prioriza consistentemente a segurança humana em detrimento de abordagens de hard security. O governo japonês destacou taticamente temas de segurança humana tradicional e não tradicional — como mitigação de desastres, sustentabilidade ambiental, segurança energética e empoderamento de gênero — demonstrando uma compreensão sutil dos desafios do desenvolvimento global. Além disso, a preferência estratégica do Japão pelo engajamento com atores não estatais em vez de canais "Estadocêntricos" reflete um modelo inovador de governança inclusiva, que visa reduzir a dependência da ajuda e aumentar o protagonismo local (*local ownership*).

O artigo também revela a estratégia regional específica do Japão, com uma concentração notável de esforços de ODA na Ásia — particularmente no Sudeste Asiático — como base para suas ambições internacionais mais amplas. Esse foco regional reflete não apenas a proximidade geográfica e os laços históricos, mas também o movimento calculado do Japão para construir legitimidade e confiança em seu ambiente imediato antes de projetar influência de forma mais global. O Japão constrói seu poder global de maneira sistemática e consistente. Todos os documentos de cooperação internacional são organizados para obter uma alta coerência entre os níveis normativo e operacional. A gestão visionária da organização de documentos de assistência internacional do Japão e o processo mensurável de redação jurídica podem produzir documentos de trabalho perfeitamente implementáveis. Na estruturação documental, o governo japonês consegue converter todos os obstáculos decorrentes de sua derrota na Segunda Guerra Mundial em poder global, transformando-se em um Estado global com um estilo único de assistência internacional por meio da integração da gestão econômica, humanitária e de segurança nas regiões asiáticas. Essa decisão de integração é parte das políticas de seleção e priorização.

A experiência do Japão oferece insights valiosos sobre como uma nação limitada por uma constituição pacifista ainda pode exercer influência global significativa por meio do uso estratégico de instrumentos jurídicos,

cooperação para o desenvolvimento e empreendedorismo normativo (*norm entrepreneurship*). Seu alinhamento deliberado de ideais humanitários com objetivos pragmáticos permite que o Japão construa uma imagem crível como um ator global responsável, enquanto promove sutilmente seus interesses nacionais. Em última análise, a estratégia de ODA do Japão, com a segurança humana em seu cerne, serve como um modelo de como o poder global pode ser buscado por meio da liderança normativa, em vez da proeza militar. Embora permaneçam questões sobre o impacto mensurável desses esforços na posição do Japão nas estruturas de governança global, o arcabouço e a coerência de sua abordagem indicam um caminho sofisticado e sustentável em direção a uma renovada proeminência internacional.

Limitações e Estudos Futuros

Este estudo demonstrou como o governo japonês elaborou com sucesso um documento para a ODA que enfatizou a importância das questões de *segurança humana* como meio para o país alcançar o status de *potência global*. No entanto, o texto ainda não explicou o quão eficaz foi esse esforço para a consolidação da posição global japonesa. Resta saber se a comunidade internacional será capaz de aceitar novamente o Japão desempenhando seu papel internacional e tornando-se uma *potência global* respeitada no futuro.

Agradecimentos

Os autores expressam sua gratidão à Universitas Muhammadiyah Yogyakarta pelo financiamento desta pesquisa em 2024 e a todos os colegas do Mestrado em Relações Internacionais da Universitas Muhammadiyah Yogyakarta que se dispuseram a compartilhar e discutir a questão das normas de assistência.

Referências

Abrahamsen, R., & Williams, M. C. (2010). Security beyond the state: Private security in international politics. Security Beyond the State: Private Security in International Politics, 1–272. https://doi.org/10.1017/CBO9780511974441

Agnew, J. (2005). Hegemony: The New Shape of Global Power. Philadelphia:

Temple University Press.

Arrighi, G. (1996). The rise of east asia: World systemic and regional aspects. International Journal of Sociology and Social Policy, 16(7–8), 6–44. https://doi.org/10.1108/eb013263

Arrighi, G. (1998). Globalization and the rise of East Asia: Lessons from the past, prospects for the future. International Sociology, 13(1), 59–77. https://doi.org/10.1177/026858098013001006

Arrighi, G. (2007). States, markets, and capitalism, east and west. Positions, 15(2). https://doi.org/10.1215/10679847-2006-031.

Asongu, S. A., & Nwachukwu, J. C. (2016). Foreign aid and governance in Africa. International Review of Applied Economics, 30(1), 69–88. https://doi.org/10.1080/02692171.2015.1074164

Asplund, A. (2015). Values vs. Interest: Strategic Use of Japanese Foreign Aid in Southeast Asia. EIJS Stockholm, (May), 1–15.

Azam, J. P., & Thelen, V. (2010). Foreign aid versus military intervention in the war on terror. Journal of Conflict Resolution, 54(2), 237–261. https://doi.org/10.1177/0022002709356051

Barnes, T. D., & Jones, M. P. (2011). Latin America. In Women in Executive Power: A Global Overview (pp. 105–121). https://doi.org/10.4324/9780203829981

Barnett, M., & Duvall, R. (2009). Power in global governance. Power in Global Governance. https://doi.org/10.1017/cbo9780511491207.001

Barone, C. . (1982). Samir Amin and the Theory of Imperialism : A Critical Analysis. Review of Radical Political Economics, 14(2), 10–23. https://doi.org/10.1177/073998638700920005

Bauer, G., & Tremblay, M. (2011). Women in executive power: A global overview. Women in Executive Power: A Global Overview (Vol. 9780203829). https://doi.org/10.4324/9780203829981

Befu, H., & Guichard-Anguis, S. (2003). Globalizing Japan: Ethnography of the Japanese presence in Asia, Europe, and America. In Globalizing Japan: Ethnography of the Japanese presence in Asia, Europe, and America. https://doi.org/10.4324/9780203361351

Bishko, J. C. (2016). Imperial Spain 1469-1716. Political Science Quarterly, 81(1), 106–107.

Bond, R. (1998). Negotiating Tactics and Techniques for Software and Hi-Tech Agreements.

Centre, H. S. (2005). Human Security Report 2005 : War and Peace in The 21st Century.

Cooney, K. J. (2006). Japan's Foreign Policy Since 1945. New York: Routledge.

de Oliveira, H. A., & Lessa, A. C. (2022). Brazil–Japan Relationship: A Partnership? Brazil–Japan Cooperation: From Complementarity to Shared Value, 21–42. https://doi.org/10.1007/978-981-19-4029-3_2

Dobson, H., & Kosuge, N. (2009). Japan and Britain at War and Peace. https://doi.org/10.4324/9780203881187

Dollar, D., & Alesina, A. (2000). Who Gives Foreign Aid to Whom and Why? Journal of Economic Growth, 5(1), 33–63.

Emmers, R. (n.d.). Geopolitics and maritime territorial disputes in East Asia. https://doi.org/https://doi.org/10.4324/9780203875018

Engle, N. L., & Lemos, M. C. (2010). Unpacking governance : Building adaptive capacity to climate change of river basins in Brazil, 20, 4–13. https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2009.07.001

Er, L. P. (2006). Japan´s Human Security Role in Southeast Asia. Contemporary Southeast Asia, 28(1), 141–159. https://doi.org/10.1355/cs28-1g

Estevez-Abe, M. (2008). Welfare and Capitalism in Postwar Japan. Cambridge University: Cambridge Press.

Frieman, W. (2014). China, arms control, and nonproliferation. China, Arms Control, and Nonproliferation. https://doi.org/https://doi.org/10.4324/9780203799826

Gill, S. R., & Law, D. (1989). Global Hegemony and the Structural Power of Capital. International Studies Quarterly, 33(4), 475. https://doi.org/10.2307/2600523

Herningtyas, R. ; S. (2010). Diplomasi Bencana Alam sebagai Saran Meningkatkan Kerjasama Internasional. Jurnal Hubungan Internasional, UMY, 3(2), 181–188.

Hobson, C., & Bacon, P. (2014). Human Security and Japan's Triple Disaster : Responding to the 2011 eartquake, tsunami and Fukushima nuclear crisis. New York: Routledge.

Hollifield, J. F., & Sharpe, M. O. (2017). Japan as an "emerging migration state." International Relations of the Asia-Pacific, 17(3), 371–400. https://doi.org/10.1093/irap/lcx013

Ikenberry, G. J. (2014). Power, order, and change in world politics. Power, Order, and Change in World Politics. https://doi.org/https://doi.org/10.1017/CBO9781139680738

Inoguchi, T., & Bacon, P. (2006). Japan's emerging role as a "global ordinary power." International Relations of the Asia-Pacific, 6(1), 1–21. https://doi.org/10.1093/irap/lci133

Ishida, Y. (2019). Japan and ASEAN partnership: From Fukuda to Abe Doctrine. Jindal Journal of International Affairs, 06(1), 1–26.

Jain, P. (2016). Japan's foreign aid_ old and new contests. Pacific Review, 29(1), 93–113. https://doi.org/10.1080/09512748.2015.1066415

JICA. White Paper Development Cooperation (2017).

Keenes, E., & Gilpin, R. (2010). The Political Economy of International Relations. International Journal, 43(1), 177. https://doi.org/https://doi.org/10.2307/40202522

Kinzley, W. D. (2001). Japan's Emergence as a Global Power. History: Reviews of New Books, 29(3), 131–132. https://doi.org/10.1080/03612759.2001.10525893

Kinzley, W. D. (2012). Japan's Emergence as a Global Power. History: Reviews of New Books, 29(3), 131–132. https://doi.org/10.1080/03612759.2001.10525893

Koivu, K. L. (2015). In the Shadow of the State : Mafias and Illicit Markets. https://doi.org/10.1177/0010414015600464

Krippendorff, K. H. (2004). Content Analysis: An Introduction to Its Methodology. London: Sage Publications. London UK: Sage Publication.

Lawson, M. L. (2013). Foreign Aid: International Donor Coordination of Development Assistance. Congressional Research Service (Vol. 7–5700).

Lewis-Workman, S. (2018). International norms and Japanese foreign aid. Asian Perspective, 42(1), 85–120. https://doi.org/10.1353/apr.2018.0003

Mahmud, H., Quaisar, M. M., Sabur, M. A., & Tamanna, S. (2008). Human Security or National Security: the Problems and Prospects of the Norm of Human Security. Journal of Politics and Law, 1(4), 67–72. https://doi.org/10.5539/jpl.v1n4p67

Masahiro, M. (2013). Japan's claim to extended limits of the continental shelf. Governing Ocean Resources: New Challenges and Emerging Regimes: A Tribute to Judge Choon-Ho Park, 229–244. https://doi.org/10.1163/97890042524 86_012

McDonald, M. (2002). Human security and the construction of security. Global Society, 16(3), 277–295. https://doi.org/10.1080/0953732022014 8076

McDonald, M. (2008). Securitization and the construction of security. European Journal of International Relations, 14(4), 563–587. https://doi.org/10.1177/1354066108097553

Morris-Suzuki, T. (2014). The Manchurian Crisis and Japanese Society 1931–33. London New York: Routledge/Asian Studies Association of Australia (ASAA) East Asia Series Edited.

Morse, R. A. (1981). The Politics of Japan's Energy Strategy Resources-Diplomacy-Security. Institute of East Asian Studies, University of California,.

Openshaw, S. (2002). Nuclear power, pollution and politics. Applied Geography, 12. https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0143-6228(92)90031-h

Patrick, H. (2011). After the Tohoku earthquake, Japan's new beginning. Retrieved from http://www.eastasiaforum.org/2011/04/19/after-the-tohoku-earthquake-japans-new-beginning/

Raschky, P. A., & Schwindt, M. (2016). Aid, Catastrophes and the Samaritan's Dilemma. Economica, 83(332), 624–645. https://doi.org/https://doi.org/10.1111/ecca.12194

Rix, A. (2010). Japan's Foreign Aid Challenge: Policy Reform and Aid Leadership. https://doi.org/10.4324/9780203845622

Rother, S. (2012). Wendt meets east: ASEAN cultures of conflict and cooperation. Cooperation and Conflict, 47(1), 49–67. https://doi.org/10.1177/0010836711433125

Sahashi, R. (2015). Disaster Relief and Risk Reduction in East Asia: The Role of Japan-ASEAN Cooperation.

Salviana, V., & Soedarwo, D. (2014). Political Ideology Meaning and Patriarchal Ideology of Female Politicians in Indonesia : A Case in Malang. Procedia Environmental Sciences, 20, 486–495. https://doi.org/10.1016/j.proenv.2014.03.061

Sedivy, J. (2004). Regions and Powers: The Structure of International Security. Journal of International Relations and Development, 7(4), 460–464. https://doi.org/10.1057/palgrave.jird.1800026

Shibuya, K., Nomura, S., Okayasu, H., Ezoe, S., Hara, S., Hara, Y., Izutsu, T., Kato, T., Mabuchi, S., Maeda, Y., Murakami, Y., Nishimoto, H., Ono, T., Shioda, K., Sorita, A., Sugimoto, A., Tase, K., Watabe, A., Smith, A., … Reich, M. R. (2016). Protecting human security: Proposals for the G7 Ise-Shima Summit in Japan. In The Lancet (Vol. 387, Issue 10033, pp. 2155–2162). https://doi.org/10.1016/S0140-6736(16)30177-5

Slavinsky, B. (2004). The Japanese-Soviet Neutrality Pact: A Diplomatic History, 1941-1945. https://doi.org/https://doi.org/10.4324/9780203300831

Stallings, B., & Horisaka, K. (2021). Renewed japanese involvement in Latin America. In External Powers in Latin America: Geopolitics between

Neo-extractivism and South-South Cooperation (pp. 75–90). Taylor and Francis. https://doi.org/10.4324/9780429351808-5

Swenson-Wright, J. (2009). Contending with regional uncertainty: Japan's response to contemporary East Asian security challenges. In Japan's Politics and Economy: Perspectives on change (pp. 21–45). https://doi.org/10.4324/9780203861875-12

Tadjbakhsh, S., & Chenoy, A. M. (2006). Human security: Concepts and implications. Human Security: Concepts and implications. https://doi.org/10.4324/9780203965955

Takashi, I., & Jain, P. (2000). Japanese Foreign Policy Today : A Reader. Palgrave Macmillan US.

Tanke, S. (2022). Japan's narrative on human security: international norms, diplomatic identity and recognition. Japan Forum, 34(4), 419–442. https://doi.org/10.1080/09555803.2021.1876140

Thomas, C. (2001). Global Governance, Development and Human Security: Exploring the Links. Third World Quarterly, Vol. 22(2), 159–175.

Titus, D. A., & Large, S. S. (1993). Emperor Hirohito and Showa Japan: A Political Biography. Monumenta Nipponica, 48(1), 127–130.

Tsai, Y. (2009). The Emergence of Human Security : A Constructivist View. International Journal of Peace Studies, 14(2), 19–33.

Wendt, A. (2003). Why a World State is Inevitable. European Journal of International Relations, 9(4). https://doi.org/10.1177/1354066103940o1Williams, B. (2018). Japan's defence. Security and Conflict in East Asia, 153–163. https://doi.org/10.4324/9781315850344-15

Winkler, J. R., & Nye, J. S. (2005). Soft Power: The Means to Success in World Politics. Iternational Journal. https://doi.org/https://doi.org/10.2307/40204149

Woods, N. (2005). The shifting politics of foreign aid. International Affairs, 81(2), 393–409. https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2005.00457.x

Yoshikawa, Y. (2007). The US-Japan-China Mistrust Spiral and Okinotorishima. Asia-Pacific Journal, 5(10). https://doi.org/10.1017/s1557466007022164

Yoshinobu, Y. (2012). Great powers, ASEAN, and Japan: The Fukuda Doctrine and thirty-five years after. Japan's Relations with Southeast Asia: The Fukuda Doctrine and Beyond, 35–51. https://doi.org/10.4324/9780203101551.

RESUMO

A derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial não desencorajou sua obsessão em se tornar uma potência global que influencia o comportamento de outros países e a ordem mundial em geral. Após a guerra, apesar de estar limitado pela Constituição de 1947, o Japão emergiu como um agente econômico capaz de desempenhar um papel significativo no cenário global por meio de instrumentos econômicos e culturais. A AOD, Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (na sigla em inglês, ODA –– Official Development Assistance) tornou-se uma das ferramentas fundamentais para o Japão participar ativamente da olítica global atual.

Este artigo visa a identificar a estratégia do Japão no uso da ODA para manter sua influência como potência global. Utilizando a análise de conteúdo da Carta da ODA de 2015 (ou Carta de Cooperação para o Desenvolvimento - CCD) e do Livro Branco sobre Cooperação para o Desenvolvimento (WPDC), este artigo constata que a estratégia do Japão para manter sua influência em nível global é realizada por meio da priorização de normas de segurança humana na distribuição da ODA. O governo japonês aplica consistentemente diretrizes normativas e operacionais relativas à segurança humana, em vez de segurança nacional, para garantir a aceitação dos países receptores. Esses esforços começam com o desenvolvimento do arcabouço de governança legal do Japão, que é projetado de maneira inteligente, sistemática, objetiva e visionária. O Japão demonstra como um país que enfrenta restrições constitucionais pode se tornar uma potência global estável.

PALAVRAS-CHAVE

Poder Global, Normas de Segurança, ODA do Japão, Análise de Conteúdo, Segurança Humana

Recebido em 8 de agosto de 2024
Aprovado em 27 de novembro de 2025

Traduzido por Cássio D. Monteiro D'Ávila

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.14. n.28, Jul./Dez. 2025 | p.141-178

ABORDAGENS DE COOPERAÇÃO DO LESTE ASIÁTICO PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE: OS CASOS DE JAPÃO, CHINA E COREIA DO SUL[1]

Carlos David Zavarce Velasquez[2]

1. Introdução

Apesar dos esforços recentes promovidos durante o século XXI por vários países, como Argentina, Brasil, Colômbia, México e Venezuela, entre outros, para apoiar a integração regional e fomentar a colaboração — especialmente por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular —, a América Latina e Caribe (ALC) permanece como uma região repleta de disparidades.

Historicamente, as economias da região estiveram atreladas à extração de matérias-primas, à agricultura, às práticas pecuárias e a outras atividades ligadas ao setor primário da economia. Essa situação criou uma forte dependência em relação aos países industrializados que, com base em Cardoso e Faletto (1971), pode ter levado à persistente desigualdade da região.

Além disso, a região tem sido vítima de instabilidade política, agitação social e até desastres naturais. Tal conjuntura tornou os países da ALC receptores históricos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (no inglês, Official Development Assistance – ODA), de doadores tradicionais, especialmente os Estados Unidos e países europeus, bem como de doadores emergentes, em anos recentes.

O século XXI tem sido marcado por diversos eventos globais que moldaram a cooperação para o desenvolvimento — incluindo os ataques de 11 de setembro, a crise financeira de 2007–2008 e a ascensão da China como

1 O conteúdo deste artigo foi apresentado na Asia Pacific Conference 2023, em Ritsumeikan Asia Pacific University, Oita, Japão, em 3 de dezembro de 2023.

2 Tohoku University, Sendai, Japão. E-mail: zavarce@tohoku.ac.jp. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8008-175X.

um ator global. Embora a ALC não seja o destino principal das iniciativas de cooperação para o desenvolvimento lideradas por países asiáticos, a crescente interconectividade desde 2015 — impulsionada por fatores econômicos, políticos e sociais, bem como pela adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável — fomentou laços mais estreitos, à medida que os países asiáticos buscam projetar e promover seus modelos de cooperação para o desenvolvimento no exterior.

Nesse contexto em evolução, este artigo visa analisar e comparar as abordagens de cooperação para o desenvolvimento promovidas por Japão, China e Coreia do Sul em relação à região da ALC durante o período pós-2015. Para tanto, propõe-se a seguinte questão de pesquisa: Quais são as semelhanças e diferenças nas abordagens de cooperação para o desenvolvimento promovidas por Japão, China e Coreia do Sul em relação à América Latina e ao Caribe no período pós-2015?

O Japão é um doador tradicional estabelecido, que detém uma posição significativa no campo da cooperação para o desenvolvimento devido à sua longa tradição no fornecimento de ODA. Em 2022, a contribuição de ODA do Japão atingiu US$ 20,103 bilhões, colocando-o atrás apenas dos EUA e da Alemanha (OECD, 2024). Embora a Ásia, seguida pela África, continue sendo o foco principal da cooperação japonesa, tem havido uma alocação consistente de ODA para a ALC, variando entre 5% e 10% de 2000 a 2022, conforme documentado pelos Livros Brancos sobre Cooperação para o Desenvolvimento publicados anualmente pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão (MoFA). Portanto, como destacaram Asplund e Soderberg (2017), a ajuda externa do Japão apresenta um estudo de caso convincente que oferece insights valiosos sobre as dinâmicas regionais e até globais ligadas à cooperação para o desenvolvimento.

A política do Japão para a região baseia-se nas diretrizes estabelecidas nas Cartas da ODA (2015 e 2023) e nos Livros Brancos sobre Cooperação para o Desenvolvimento emitidos pelo MoFA. Esses documentos revelam que o Japão visa contribuir para enfrentar as disparidades no desenvolvimento sustentável das nações da ALC, levando em conta a presença de comunidades Nikkei na região como um catalisador para nutrir relações de cooperação.

No caso da China, "ela se tornou o principal parceiro comercial dos países sul-americanos, deslocando os EUA e a União Europeia (UE)" (Serbin, 2024, 109). Além disso, Dollar (2017, 3) destacou que "os US$ 106 bilhões que a China já investiu na ALC são significativos, e as iniciativas de cooperação certamente crescerão substancialmente nos próximos anos".

Diferente dos doadores tradicionais, a China promove a cooperação para o desenvolvimento por meio da modalidade de Cooperação Sul-Sul

(CSS). Consequentemente, a ascensão da China nos campos econômico e político tem desafiado os modelos de cooperação promovidos por doadores tradicionais em todo o mundo, incluindo a região da ALC.

A Coreia do Sul teve uma história relativamente recente como país receptor. No entanto, desde 1996, tornou-se membro da OCDE e representa um dos casos mais bem-sucedidos de doador emergente em rápida sucessão.

A cooperação da Coreia do Sul com a ALC começou no início da década de 1990. A ODA da Coreia para a ALC aumentou de forma constante até 2018, quando atingiu o pico de US$ 215 milhões (BID, 2022). Adicionalmente, a estratégia de cinco anos mais recente da Coreia (2021–2025) visa dobrar o orçamento de ODA e focar em diversas áreas para alcançar o desenvolvimento sustentável. Portanto, em uma dinâmica regional na qual os países da ALC buscam novas parcerias além dos doadores tradicionais e evitam o confronto entre os EUA e a China, o modelo de cooperação sul-coreano é atraente para aqueles países que visam diversificar suas alianças.

Neste ponto, é necessário mencionar que a literatura acadêmica sobre as abordagens de cooperação do Leste Asiático em relação à ALC tem se concentrado principalmente em países individuais, como Japão, China ou Coreia do Sul, em vez de analisá-los sob uma perspectiva comparada. Além disso, os poucos estudos comparativos, como os de Levy e Rose (2019) ou Garcia (2020), geralmente selecionam os casos de Japão e China sob uma perspectiva geral, incluindo comércio e relações bilaterais, e muitas vezes deixam de lado o caso da Coreia do Sul.

2. Marco Analítico e Metodologia

Este estudo adota os marcos analíticos propostos por Lancaster (2007) e Kragelund (2019) para examinar a cooperação para o desenvolvimento em termos de instituições, ideias, interesses, organizações e vetores. Essas dimensões são utilizadas para caracterizar os modelos de cooperação implementados por Japão, China e Coreia do Sul em relação à ALC durante o período pós-2015.

As "instituições" são aquelas que estabelecem as regras da dinâmica política, por exemplo, regras eleitorais, sistemas presidenciais e o papel do legislativo. As "ideias" referem-se às visões de mundo e crenças principais compartilhadas por uma parte significativa do público e das elites políticas que caracterizam os processos de cooperação. Os "interesses" são os objetivos que o governo visa alcançar por meio das dinâmicas de cooperação. "Organizações" refere-se à localização, dentro do governo, das tarefas relacionadas a uma

função ou programa governamental importante. Embora Lancaster não tenha considerado as organizações internacionais em seu marco, devido à sua crescente importância e proliferação, o autor incluiu fóruns regionais e internacionais nos quais os países possuem filiação e promovem iniciativas de cooperação. Finalmente, os "vetores" são definidos como a forma de engajamento entre dois ou mais países envolvidos na cooperação para o desenvolvimento.

É essencial notar que essas dimensões estão entrelaçadas e podem variar ao longo do tempo. Consequentemente, a seleção deste marco analítico, em vez de analisar aspectos isolados, visa caracterizar de forma abrangente as abordagens de cooperação implementadas por Japão, China e Coreia do Sul em suas relações com a ALC.

Este estudo emprega uma abordagem de pesquisa qualitativa baseada na análise de fontes primárias e secundárias relevantes para as estratégias de cooperação para o desenvolvimento de Japão, China e Coreia do Sul em relação à ALC. As fontes primárias incluem livros, relatórios, estatísticas, pesquisas, publicações seriadas, leis nacionais, tratados internacionais e outros materiais emitidos por agências governamentais locais, estaduais e nacionais. Estas incluem instituições como a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Japan International Cooperation Agency, JICA), o Banco de Desenvolvimento da China e a Agência de Cooperação Internacional da Coreia (China Development Bank, and the Korea International Cooperation Agency, KOICA), bem como organizações multilaterais relevantes. As fontes secundárias consistem na literatura acadêmica que examina as relações bilaterais e multilaterais entre os países selecionados e a ALC, com atenção especial às modalidades de cooperação para o desenvolvimento, orientações políticas e marcos institucionais.

3. Abordagem de Cooperação para o Desenvolvimento do Japão

Os engajamentos cooperativos do Japão na ALC têm suas raízes no início do século XX. Originalmente, começaram como projetos de ajuda para assistir imigrantes japoneses, primordialmente no Brasil, Paraguai e Peru. Esses envolvimentos envolveram a oferta de apoio econômico para a construção de infraestrutura básica e promoção da agricultura, pecuária e pequenos negócios (BID, 2013).

Da mesma forma, em diferentes momentos ao longo do século XXI, o Japão foi o doador mais importante para Antígua e Barbuda, Costa Rica,

Dominica, Granada, Panamá, Santa Lúcia, São Vicente, México, Brasil e Peru. Nessa direção, Myers e Kuwayama (2016) argumentaram que os países da ALC são considerados aliados políticos importantes hoje em dia, à medida que o Japão promove ativamente sua governança global e abordagem de desenvolvimento.

3.1 Instituições

O sistema de cooperação para o desenvolvimento do Japão opera dentro do arcabouço de uma monarquia constitucional com um parlamento bicameral. Dentro dessa estrutura política, coexistem múltiplos partidos, sendo o mais proeminente o Partido Liberal Democrata (Liberal Democratic Party of Japan, LDP), que dominou a política japonesa — de forma independente ou em coalizão — durante quase todo o período desde 1955, com exceção de 2009 a 2012 (Lancaster, 2007).

Lancaster (2007) também demonstrou como, historicamente, o LDP moldou internamente as políticas de ODA, enquanto os partidos de oposição geralmente apoiaram a ajuda do Japão. Essa dinâmica gerou uma situação na qual o papel do Primeiro-Ministro era restrito, sem um envolvimento significativo na política de ODA. No entanto, ela apontou que, desde o início do século, os legisladores japoneses começaram a se interessar mais pela eficácia e pela prestação de contas (accountability) do sistema de cooperação do país devido a críticas internas e externas, a uma mudança geracional na composição da Dieta e a episódios de má gestão nos orçamentos de ajuda.

Além disso, durante a segunda administração de Shinzo Abe (2012-2019), a figura do Primeiro-Ministro teve um papel mais preponderante. Nessa direção, Kamiya (2020, 1) destacou que:

> Shinzo Abe será lembrado como um primeiro-ministro de grande consequência, que avançou uma visão de ordem internacional que seria confortável tanto para o Japão quanto para o resto da comunidade internacional, e promoveu a cooperação internacional necessária para alcançar tal ordem.

Um exemplo do papel proeminente de Shinzo Abe na cooperação para o desenvolvimento foi a criação da Sede de Promoção dos ODS3 (SDGs

3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Promotion Headquarters); um órgão do gabinete chefiado pelo Primeiro-Ministro e composto por todos os ministros, em 20 de maio de 2016. Esta entidade visa garantir uma abordagem de "todo o governo" (*whole-of-government*) para implementar a Agenda 2030 de maneira abrangente e eficaz (MoFA Japan, 2020). Até dezembro de 2024, foram realizadas 15 reuniões, abordando diversos tópicos para promover e implementar os ODS de forma mais eficaz, tanto nacional quanto internacionalmente (Gabinete do Primeiro-Ministro do Japão, 2024).

Embora Shinzo Abe não esteja mais no poder, o LDP continua sendo a força política mais significativa do Japão. Consequentemente, os Primeiros-Ministros subsequentes — Yoshihide Suga, Fumio Kishida e Shigeru Ishiba — mantiveram, cada um com orientações políticas distintas, uma continuidade política e estratégica na abordagem do Japão em relação à ALC.

3.2 Ideais

As ideias promovidas pelo Japão por meio de iniciativas de cooperação na região baseiam-se na estratégia "*Together*" (Juntos), lançada em 2014 pelo Primeiro-Ministro Abe. Essa estratégia fundamentou-se em três princípios orientadores:

> 1. Progredir juntos na conectividade das economias, fortalecendo um sistema econômico internacional livre e aberto.
> 2. Liderar juntos em direção à conectividade de valores apoiada em um multilateralismo baseado em regras.
> 3. Inspirar juntos na conectividade de sabedoria com o objetivo de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (MoFA Japan, 2021)

Da mesma forma, a Carta da ODA de 2015 estabeleceu que:

> O Japão fornecerá assistência para promover um ambiente mais propício ao desenvolvimento econômico por meio do comércio e investimento, entre outros, e para estender a cooperação necessária diante das disparidades internas que existem mesmo em países que alcançaram progressos consideráveis no desenvolvimento. Será dada consideração à presença de comunidades de ascendência japonesa ("Nikkei") na região, que servem como

um forte vínculo entre o Japão e a região (MoFA Japan, 2015, 8).

Todos esses documentos (a estratégia *Together*, a Carta da ODA de 2015 e os Livros Brancos sobre Cooperação para o Desenvolvimento) sublinham as conexões históricas entre o Japão e a região baseadas em relações duradouras e amigáveis, atribuídas principalmente à substancial comunidade Nikkei, que ultrapassa 2 milhões de pessoas (Zavarce, 2022).

Dado que os principais aliados diplomáticos do Japão na ALC também são considerados países do Pacífico — incluindo México, Peru, Costa Rica e Chile —, o Japão advoga pelos princípios da Estratégia para um Indo-Pacífico Livre e Aberto (*Free and Open Indo-Pacific Strategy*), lançada pelo Primeiro-Ministro Abe em 2016. Essa estratégia baseia-se em três pilares centrais: 1) Promoção e estabelecimento do estado de direito internacional, liberdade de navegação e comércio; 2) Busca pela prosperidade econômica; e 3) Compromisso com a paz e a estabilidade (MoFA Japan, 2019).

É necessário mencionar que o Japão lançou uma nova Carta de Cooperação para o Desenvolvimento em 2023. Embora não faça referência à América Latina ou a qualquer outra região específica, o documento destaca os seguintes princípios para garantir a adequação da cooperação para o desenvolvimento:

1. Situação relativa à consolidação da democratização, ao estado de direito e à proteção dos direitos humanos fundamentais.
2. Evitar qualquer uso da cooperação para o desenvolvimento para fins militares ou para o agravamento de conflitos internacionais.
3. Situação relativa a gastos militares, desenvolvimento e produção de armas de destruição em massa e mísseis, exportação e importação de armas, etc.
4. Impacto do desenvolvimento no meio ambiente e na mudança climática.
5. Sustentabilidade da dívida.
6. Promoção de sociedades inclusivas, incluindo a integração da perspectiva de gênero (gender mainstreaming), e garantia de equidade.
7. Prevenção de fraude e corrupção.
8. Segurança e proteção do pessoal de cooperação para o desenvolvimento. (MoFA Japan, 2023).

Também é importante notar que, durante a visita do Primeiro-Ministro Kishida ao Brasil em maio de 2024, ele proferiu um discurso intitulado "Pavimentando um Caminho para a 'Dignidade Humana' com a América Latina e o Caribe" na Universidade de São Paulo, onde apresentou sua visão para nutrir a cooperação com a ALC baseada em quatro pilares:

> 1. Garantir a ordem internacional livre e aberta baseada no estado de direito.
> 2. Superar desafios comuns que a humanidade enfrenta, como o meio ambiente e a mudança climática.
> 3. Buscar a prosperidade que possa ser compartilhada por todas as pessoas no mundo e que não venha à custa alheia.
> 4. Laços entre as pessoas (*people-to-people ties*). (Prime Minister's Office of Japan, 2024)

Além disso, como um doador tradicional e membro do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (OECD-DAC), o Japão adotou os princípios e ideias estabelecidos na Declaração de Paris de 2005, na Parceria de Busan de 2011 e na Parceria de Nairóbi de 2016 ao promover a cooperação com os países receptores.

3.3 Interesses

De acordo com a mais recente "Iniciativa Diplomática em Relação à ALC" (*Diplomatic Initiative Toward LAC*), o Japão buscará novas parcerias com a região baseadas em abordagens diplomáticas tradicionais (e.g., coordenação de políticas bilaterais, colaboração na arena internacional, cooperação para o desenvolvimento, relações econômicas e intercâmbios entre pessoas) em assuntos de importância crescente, tais como: 1) questões marítimas e igualdade de gênero; 2) comunidade Nikkei (MoFA Japan, 2024).

Contudo, ao abordar os interesses do Japão na região, é importante notar que, historicamente, o Japão não buscou um papel proeminente na ALC, uma vez que a região é considerada parte da esfera tradicional de influência dos EUA (Potter, 2015 e Garcia, 2020). Portanto, à medida que as relações bilaterais e multilaterais evoluíram, Miyachi (2017) argumentou que a abordagem do Japão para a região foi construída sobre quatro pilares: 1) coordenação com a diplomacia dos EUA; 2) maximização dos interesses econômicos; 3) estabelecimento de amizade com o maior número possível

de países para obter apoio na ONU; e 4) priorização de países e questões relacionadas aos imigrantes japoneses.

Tabela 1: Os 5 maiores desembolsos da ODA do Japão para a região ALC (2017-2021)[4]

(Unit: Millions of Dollars[4])

2017		2018		2019		2020		2021	
Country	Total (General Expenditure)	Country	Total (General Expenditure)	Country	Total (General Expenditure)	Country	Total (General Expenditure)	Country	Total (General Expenditure)
Costa Rica	**55.74 (14.96%)**	**Brazil**	**67.73 (14.96%)**	**Brazil**	**61.78 (14.96%)**	**Brazil**	**157.36 (24.42%)**	**Brazil**	**312.93 (43.98%)**
Brazil	**48.12 (12.91%)**	**Peru**	**58.89 (13.01%)**	**Paraguay**	**56.00 (13.56%)**	**Mexico**	**112.78 (17.50%)**	**Panama**	**75.55 (10.61%)**
Peru	**37.23 (9.99%)**	**Costa Rica**	**48.74 (10.77%)**	**Costa Rica**	**35.16 (8.51%)**	**El Salvador**	**62.76 (9.74%)**	**Paraguay**	**44.93 (6.31%)**
Cuba	35.72 (9.59%)	Cuba	47.48 (10.49%)	Peru	32.50 (7.87%)	Paraguay	53.44 (8.29%)	El Salvador	38.71 (5.44%)
Paraguay	23.29 (6.25%)	Haiti	43.33 (9.57%)	Honduras	24.24 (5.87%)	Guatemala	42.00 (6.51%)	Guatemala	24.70 (3.47%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MoFA do Japão (2018-2022)

A Tabela 1 reflete os valores alocados pelo Japão aos países da ALC durante o período de 2017-2021. Os padrões de distribuição delineados acima revelaram que o Japão coloca ênfase especial na cooperação com o Brasil, Peru, Costa Rica e Paraguai (células destacadas).

A relevância do Brasil, Peru e Paraguai reside em seus status como países de destino para os assentamentos mais significativos de nacionais japoneses e seus descendentes fora do Japão. O Brasil possui aproximadamente 2,7 milhões de residentes Nikkei, o Peru cerca de 200.000 e o Paraguai em torno de 10.000 (JICA, 2024).

O Brasil também é importante para os interesses econômicos do Japão, conforme evidenciado pelo fato de ocupar o segundo lugar no número de corporações japonesas na ALC, superado apenas pelo México (JETRO, 2019). O Paraguai é um dos principais produtores e exportadores de soja em todo o mundo, sendo o Japão um de seus destinos primários (Embajada del Japón en Paraguay, 2012). Além disso, o Peru destaca-se como uma das nações selecionadas na região com as quais o Japão possui um Acordo de Parceria Econômica (MoFA Japan, 2020). Esse acordo serve como um arcabouço para fomentar a cooperação econômica, a liberalização comercial e o fortalecimento dos laços bilaterais.

4 The total amount (100%) of ODA disbursement for the LAC region by year was as follows: 372.45 (2017), 452.46 (2018), 412.83 (2019), 644.28 (2020), and 711.41 (2021).

As relações entre o Japão e a Costa Rica diferem dos outros casos. O Japão vê esta nação centro-americana como um país de pensamento afim (like-minded country), que compartilha princípios comuns como a paz, a democracia e os direitos humanos. Outra característica essencial desta relação é a preservação ambiental. Por causa disso, o Japão compartilha proativamente conhecimentos e experiências baseados em suas melhores práticas para o desenvolvimento sustentável na Costa Rica. Além disso, a Costa Rica é uma aliada estratégica para promover a cooperação triangular do Japão na região (Embajada del Japón en Costa Rica, 2021).

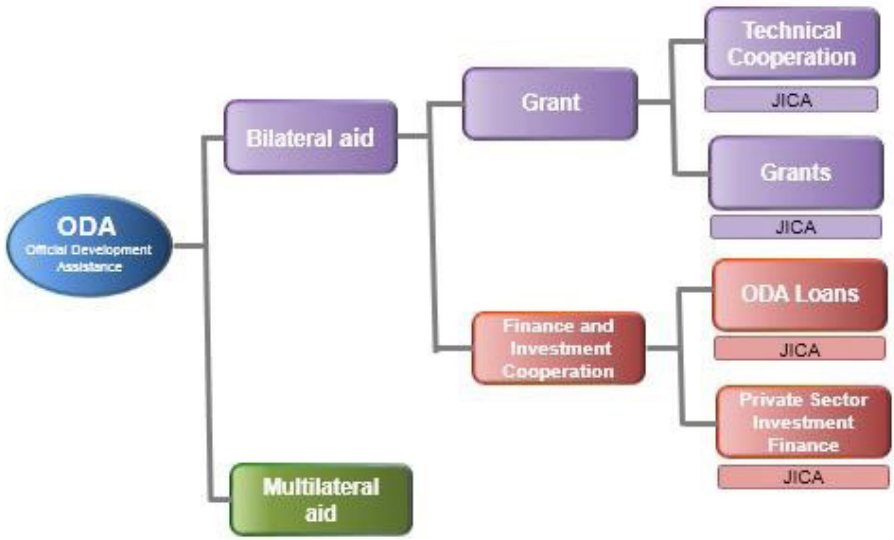
Ademais, em meio à crescente presença da China na região, Myers (2024) afirmou que o Japão e os EUA "expressaram interesse em modernizar e expandir sua parceria em uma era de competição estratégica entre os EUA e a China", acrescentando que "muitas plataformas bilaterais e multilaterais oferecem oportunidades tanto para fortalecer laços quanto para melhorar a coordenação ao apoiar parceiros no chamado Sul Global", incluindo a ALC.

A dinâmica explicada acima expõe que, embora a coordenação do Japão com os EUA seja importante, sua abordagem busca múltiplos objetivos na ALC, levando em conta novos mercados, comunidades japonesas no exterior e outros interesses diplomáticos.

3.4 Organizações e Vetores/Esquemas

O sistema de desenvolvimento japonês passou por uma reestruturação significativa em 2008, quando a maioria dos canais de ODA foi consolidada na nova JICA. Desde então, a JICA gerencia empréstimos concessionais em ienes, ajuda não reembolsável (*grant aid*) e cooperação técnica. A JICA também tem promovido a cooperação triangular, que envolve a colaboração entre o Japão e um antigo receptor de ajuda para assistir um receptor atual.

Figura 1: ODA do Japão



Fonte: Agência de Cooperação Internacional do Japão (2024)

Da mesma forma, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MoFA) do Japão gere uma linha orçamental exclusiva de ajuda bilateral dedicada à segurança humana, denominada programa de Subsídios para Projetos Comunitários de Segurança Humana (Grassroots Human Security Grant). Através desta iniciativa, o governo japonês fornece recursos financeiros a ONGs e unidades administrativas locais por meio das embaixadas japonesas. Além disso, o Banco do Japão para a Cooperação Internacional participa no desenvolvimento de políticas de cooperação, fornecendo empréstimos que não se enquadram como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (Katada, 2020).

Outra iniciativa importante é o programa de Voluntários Japoneses para a Cooperação Ultramarina (Japan Overseas Cooperation Volunteers, JOCV). Com base em dados oficiais, 10.081 JOCVs, 2.206 voluntários seniores e 2.089 voluntários jovens e seniores para comunidades Nikkei decidiram participar em projetos na América Latina e Caribe (ALC) (JICA, 2020).

Para além da ODA, nos últimos anos, o Japão também tem promovido a utilização de outros fluxos oficiais (other official flows, OOF), que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE (2022) define como transações do setor oficial que não cumprem os critérios da ODA. Nesse sentido, a Carta de Cooperação para o Desenvolvimento (2023) estabelece que os OOF são geridos por organizações como o Banco do Japão

para a Cooperação Internacional, a Nippon Export and Investment Insurance, a Japan Overseas Infrastructure Investment Corporation for Transport & Urban Development, a Fund Corporation for the Overseas Development of Japan's ICT and Postal Services, e a Organização Japonesa para a Segurança de Metais e Energia.

Durante a pandemia de COVID-19, o Japão utilizou múltiplos esquemas para fornecer cooperação econômica aos países da ALC. Por exemplo, o UNICEF (2022) informou que, em 2022, como parte dos esforços para acelerar a taxa de vacinação na região, o governo japonês alocou US$ 10 milhões para fortalecer os sistemas de cadeia de frio e desenvolver capacidades locais para a gestão de vacinas no Belize, Bolívia, Colômbia, República Dominicana, Equador, El Salvador e Honduras. Este montante complementou uma doação de US$ 11,11 milhões em 2021 a outros seis países da região, para o reforço das capacidades de vacinação contra a COVID-19.

3.5 Organizações Regionais/Internacionais

Historicamente, o Japão tem priorizado as relações diplomáticas com os países da ALC através de canais bilaterais. No entanto, ao estabelecer parcerias com organizações regionais ou internacionais, o Japão tem preferido atuar através das agências do sistema das Nações Unidas. Por exemplo, entre 2002 e 2023, o Japão, através do Fundo Fiduciário das Nações Unidas para a Segurança Humana, patrocinou 298 projetos, dos quais 13,2% estão distribuídos na ALC (UNTFHS, 2023). Da mesma forma, desde 2006, o Japão é um Estado-membro da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Além disso, o Japão tem colaborado por vezes com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), contando com este como uma plataforma multilateral central para consolidar o compromisso financeiro e implementar múltiplos programas de desenvolvimento na ALC (Garcia, 2020).

4. A Abordagem da China para a Cooperação Sul-Sul

Tradicionalmente, a China era vista como um país receptor, recebendo ajuda do Japão e de outros doadores estabelecidos. No entanto, a China ultrapassou o Japão como a segunda maior economia do mundo em 2010 e transformou-se no fornecedor de cooperação mais ativo fora da OCDE,

competindo com atores tradicionais no sistema de desenvolvimento e desafiando as suas abordagens em todo o mundo.

4.1 Instituições

O modelo de cooperação da China é sustentado por uma estrutura institucional híbrida — nem puramente presidencial nem parlamentar — na qual, de acordo com a Constituição de 2018, o Congresso Nacional do Povo nomeia o Presidente. No entanto, é necessário salientar que, apesar das diferentes transformações pelas quais a China passou nos últimos anos devido ao seu incrível crescimento econômico, uma característica permanece constante: o monopólio político do Partido Comunista Chinês (PCCh), o partido governante da China desde 1949 (Brown, 2016a).

Além disso, Brown (2016b) mostrou como, desde 2012, quando Xi Jinping se tornou Secretário-Geral do PCCh, tem havido uma crescente concentração de poder em torno da sua figura. Um exemplo fundamental desta tendência é a emenda de 2018 à Constituição da China, que removeu a restrição que limitava o Presidente e o Vice-Presidente a dois mandatos consecutivos, abrindo caminho para a sua consolidação política.

As políticas de cooperação da China não estão isentas deste controlo; Yu (2024, 3) argumentou que "sob o Presidente Xi, a formulação da política externa de Pequim evoluiu de uma abordagem mais pluralista — com vários ministérios e agências a moldarem parcialmente a decisão final — para uma forma de tomada de decisão centralizada pelo Presidente Xi e pelos seus assessores diretos dentro do politburo". No entanto, ela também enfatizou que, apesar da centralização da política externa sob Xi Jinping, os líderes chineses ainda procuram a perícia da comunidade estratégica alargada do país, incluindo académicos, especialistas em políticas e antigos funcionários.

Esta evolução na formulação da política externa ilustra como a consolidação política de Xi se estende além dos assuntos internos e atinge os compromissos externos da China, uma dinâmica comumente observada nos países do Sul Global, particularmente dentro do grupo BRICS, onde o poder executivo desempenha frequentemente um papel dominante na moldagem da política externa.

4.2. Ideias

A política externa da China baseia-se nos Cinco Princípios da

Coexistência Pacífica: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos de cada um, igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica.

Além disso, visando diferenciar-se dos doadores tradicionais e dos membros da OCDE, a abordagem de cooperação da China enquadra-se na modalidade de relações e cooperação Sul-Sul (Kragelund, 2019). Por causa disto, a China dificilmente elabora a sua narrativa com expressões como "ajuda", "doador" ou "receptor". Portanto, "a retórica dominante do lado chinês é que este se envolve com os destinatários da sua ajuda e outros recursos como um parceiro, em vez de estar envolvido numa relação doador-receptor" (Stallings, 2016, 73).

A política de cooperação da China com a região está estabelecida no seu Documento de Política para a ALC. Este afirma que:

> Baseada na igualdade e no benefício mútuo, a parceria abrangente e cooperativa entre a China e a ALC é orientada para o desenvolvimento comum. A China está empenhada em construir um novo relacionamento com a ALC com cinco características marcantes, a saber: sinceridade e confiança mútua no campo político, cooperação de ganho mútuo na frente econômica, aprendizagem mútua na cultura, coordenação estreita nos assuntos internacionais, bem como o reforço mútuo entre a cooperação da China com a região como um todo e as suas relações bilaterais com países individuais na região (The State Council of the People's Republic of China, 2016).

Além disso, o documento reconheceu uma série de áreas para estabelecer projetos de cooperação regional liderados pela China. Estas são: política, econômica, social, cultural, interpessoal (people-to-people), colaboração internacional, paz, segurança e assuntos judiciais.

Em 2021, a China lançou um Livro Branco intitulado "Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da China na Nova Era", que traçou os Princípios da China para a Cooperação para o Desenvolvimento: Respeito mútuo como iguais; Fazer o melhor que podemos para ajudar; Focar no desenvolvimento e na melhoria da vida das pessoas; Fornecer os meios para o desenvolvimento independente; Realizar uma cooperação eficaz sob diversas formas; Garantir a entrega e a sustentabilidade; Ser aberto e inclusivo para promover intercâmbios e aprendizagem mútua; e Avançar com o tempo e abrir novos caminhos (The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2021).

Estes princípios atualizaram os Oito Princípios para a Ajuda Econômica e Assistência Técnica a Outros Países, adotados em 1964, e refletem a intenção da China de adaptar o seu modelo de cooperação a um sistema de cooperação internacional mais dinâmico.

4.3. Interesses

O interesse crescente da China está estreitamente ligado à garantia do acesso a matérias-primas críticas e produtos agrícolas, incluindo, entre outros, petróleo, minerais e soja. Simultaneamente, o PCCh trabalha ativamente para cultivar apoio político ao seu compromisso com a Política de Uma Só China, um movimento destinado a isolar diplomaticamente Taiwan e aumentar a influência chinesa. A China também está a fomentar o seu soft power, projetando o seu modelo de desenvolvimento baseado em infraestruturas e industrialização, e tentando enfraquecer os modelos de desenvolvimento apoiados pelas Instituições Financeiras Internacionais tradicionais, como o Banco Mundial e o BID. Além destes objetivos geopolíticos, a China também aspira gerar novas oportunidades e mercados, proporcionando condições vantajosas para a promoção de produtos chineses. Esta abordagem multifacetada sublinha a estratégia abrangente da China para reforçar a sua presença e influência tanto na frente econômica como na política dentro da ALC (Zavarce, 2022).

Para alcançar os interesses mais amplos da China na região, o Livro Branco sobre Cooperação para o Desenvolvimento (2021) destacou a importância da Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiatives, BRI) para a sua política externa, afirmando que, através desta plataforma, a China visa aumentar a coordenação de políticas com os seus parceiros internacionais, fortalecer a conectividade de infraestruturas para ligar a China ao mundo por via aérea, terrestre e marítima, promover o comércio, a integração financeira profunda e fomentar laços interpessoais mais estreitos.

Ao estabelecer parcerias com nações da ALC, a China deu prioridade a governos de orientação de esquerda e centro-esquerda com identidades políticas mais próximas, os quais também têm sido acusados, principalmente pelos países ocidentais, de má governação e falta de Estado de Direito, por exemplo, Argentina, Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela (Alvaro & Minaya, 2015). Ainda assim, a China também promoveu a cooperação, em menor grau, com governos mais conservadores e pró-EUA, como a Colômbia durante as administrações Santos e Duque ou a Guiana durante as administrações Granger e Ali.

Consequentemente, as entidades financeiras chinesas tornaram-se fontes alternativas de recursos econômicos para países como Argentina, Equador e Venezuela, que, devido às suas grandes dívidas externas e modelos políticos radicais, têm sido incapazes de aceder a recursos de instituições financeiras tradicionais como o FMI, o Banco Mundial e o BID.

4.4 Organizações e Vetores/Esquemas

Em contraste com outras regiões, o investimento chinês na ALC cresceu nos últimos anos. Os países da ALC começaram a aderir à BRI em 2017, abrindo novas oportunidades para o comércio, investimento e cooperação entre a China e a América Latina em diversas áreas (Baker McKenzie, 2020).

Uma vez que a China não é membro da OCDE e não tem de reportar periodicamente a uma entidade intergovernamental, existe uma escassez de dados públicos e informações sobre os seus projetos de cooperação. Além disso, a abordagem da China combina recursos tradicionalmente categorizados como ODA com OOF. Esta situação torna difícil avaliar a cooperação da China de forma realista (Gallagher & Irvin, 2015).

No entanto, a China tem vindo a aumentar a disponibilidade de dados estatísticos relativos às iniciativas de cooperação. O Livro Branco sobre Cooperação para o Desenvolvimento (2021, 11) mostrou como, de 2013 a 2018, a China alocou um total de RMB 270,2 bilhões para assistência externa: Subvenções (fundo perdido) de RMB 127,8 bilhões, Empréstimos sem juros de RMB 11,3 bilhões e Empréstimos concessionais de RMB 131,1 bilhões, especificando as áreas e os países parceiros envolvidos.

Além disso, outras estimativas calcularam que a China desembolsou investimentos e contratos na região da seguinte forma:

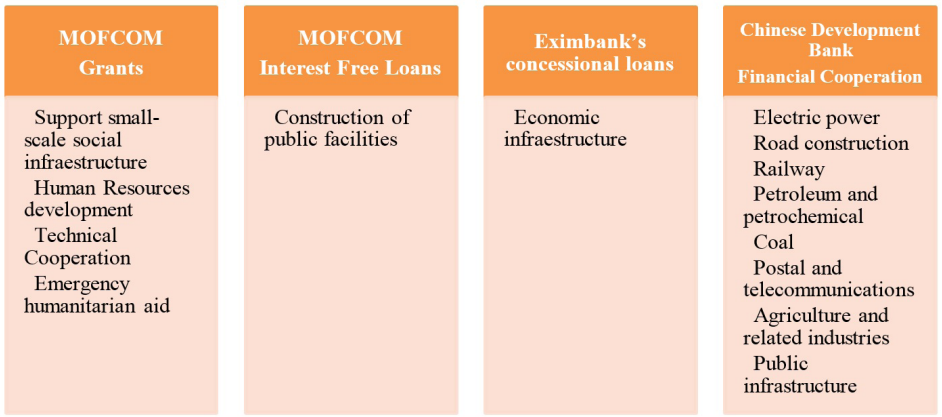
Tabela 2: Os 5 maiores desembolsos da China na ALC[5]

Country	Amount (%)[7]
Venezuela	$59.2 B (49.15%)
Brazil	$ 32.4 B (26.90%)
Ecuador	$ 11.8 B (9.79%)
Argentina	$ 7.7 B (6.39%)
Bolivia	$ 3.2 B (2.65%)

Fonte: Ray & Myers (2024)

Estes fluxos financeiros, conforme ilustrado na Figura 2, possuem três componentes principais: subvenções e empréstimos sem juros, geridos pelo Ministério do Comércio (Ministry of Commerce — MOFCOM); empréstimos concessionais, administrados pelo Eximbank; e outras fontes de cooperação financeira patrocinadas pelo Banco de Desenvolvimento da China (Gallagher & Irvin, 2015; Stallings, 2016).

Figura 2: Tipos de ajuda da China



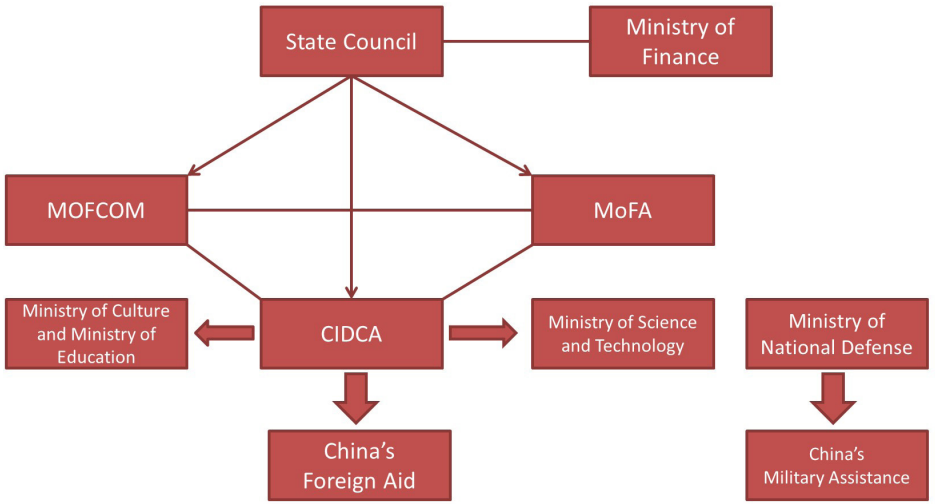
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Para além do MOFCOM, do Eximbank e do Banco de Desenvolvimento da China, a arquitetura interna da China inclui várias outras organizações,

5 The total amount (100%) of development finance disbursed for the LAC region in 2023 was $ 120.4 B..

conforme refletido na Figura 3:

Figura 3: Sistema de ajuda da China



Fonte: Azis and Basen (2023)

No entanto, apesar da sua complexa arquitetura organizacional, após um período de expansão, tem havido um foco crescente na estabilização de uma agência de cooperação dedicada nos últimos anos: a Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da China (China's International Development Cooperation Agency — CIDCA), criada em 2018.

Durante a pandemia de COVID-19, a China reforçou a importância da Rota da Seda Digital, trazendo novas oportunidades através da chamada Rota da Seda da Saúde. Nesse sentido, muitas nações da ALC receberam equipamentos sanitários e médicos da China. Da mesma forma, os países da ALC utilizaram as soluções digitais chinesas para enfrentar a pandemia.

Além disso, de 2019 a 2021, a China doou quase US$ 215 milhões em suprimentos para a região, variando de luvas cirúrgicas a tecnologias avançadas de imagem térmica, e ofereceu US$ 1 bilhão em empréstimos para a compra de vacinas (Wilson Center, 2021). De igual modo, segundo Stuenkel (2021), até meados de maio de 2020, a China havia exportado mais de 250 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19 globalmente, ou 42% da sua produção total, sendo a região da ALC a destinatária de mais de metade das

exportações totais da China, cerca de 165 milhões de doses.

4.5 Organizações Regionais/Internacionais

Ao longo da última década, a China tem cultivado ativamente as suas relações com a região, principalmente através da plataforma CELAC. O fórum CELAC-China foi estabelecido em 17 de julho de 2014, ao final da 6ª Cúpula dos BRICS em Brasília. Como observado por Garcia (2020), a China escolheu deliberadamente esta via como o seu modo preferencial de engajamento com a região, na qual os EUA, os países europeus ou o Japão não participam.

O compromisso da China com a CELAC foi fortalecido na primeira reunião ministerial do Fórum China-CELAC, realizada em Pequim, nos dias 8 e 9 de janeiro de 2015. Na ocasião, Xi Jinping estabeleceu a meta de US$ 500 bilhões em comércio inter-regional e US$ 250 bilhões de IED até 2019. Esta estratégia foi apoiada por uma estrutura "1+3+6", que pretendia gerar crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável através de "três motores" (comércio, investimento e cooperação) em "seis" áreas: energia e recursos, infraestruturas, agricultura, manufatura, inovação tecnológica e tecnologias de informação (Dussel, 2021).

A China renovou o seu compromisso com a região em abril de 2025, na Quarta Reunião Ministerial do Fórum China-CELAC, celebrada em Pequim. Durante a cerimónia de abertura, Xi Jinping lançou cinco programas (Solidariedade, Desenvolvimento, Civilização, Paz e Pessoas para Pessoas) que promovem o desenvolvimento partilhado e a revitalização, contribuindo para uma comunidade China-ALC com um futuro partilhado. Entre os benefícios destes programas estão novas oportunidades de cooperação econômica, bem como 3.500 bolsas de estudo governamentais, 10.000 oportunidades de formação na China, 500 bolsas para Professores Internacionais de Língua Chinesa, 300 oportunidades de formação para profissionais de redução da pobreza e 1.000 vagas financiadas através do programa "Chinese Bridge" (China-CELAC Forum, 2025).

Outra organização relevante para a cooperação da China é o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (Asian Infrastructure Investment Bank, AIIB), fundado pela China, no qual atualmente Argentina, Brasil, Chile, Equador, Peru e Uruguai são membros plenos não regionais.

5. Abordagem de Cooperação da Coreia do Sul

Até há pouco tempo, a Coreia do Sul ainda era considerada um país receptor, recebendo ODA dos EUA, Japão e outros grandes doadores. No entanto, entre as décadas de 1980 e 2000, o país viveu um rápido crescimento econômico, tornando-se um país desenvolvido, aderindo à OCDE em 1996 e, desde 2010, sendo membro do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (OECD-DAC). Devido a esta situação, a cooperação para o desenvolvimento com diferentes regiões do mundo, incluindo a ALC, representa um tópico importante na política externa da Coreia do Sul.

5.1. Instituições

A abordagem de cooperação da Coreia do Sul baseia-se num sistema presidencial estabelecido na sua constituição (1987). De acordo com o texto constitucional, "o Primeiro-Ministro será nomeado pelo Presidente com o consentimento da Assembleia Nacional". Isto é importante, pois a Lei Quadro da Coreia sobre a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (2014) designa o Primeiro-Ministro como a autoridade máxima para a cooperação coreana para o desenvolvimento.

O Primeiro-Ministro exerce a sua autoridade através do Comitê para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, um órgão de alto nível composto por 25 membros: 15 ministros, 3 chefes de agências e 7 especialistas da sociedade civil. Este Comité é responsável por (1) formular a Política de ODA a Médio Prazo e os Planos Anuais de Implementação; (2) realizar avaliações; (3) coordenar políticas e planos de APD; e (4) abordar outros assuntos considerados importantes e recomendados pelo presidente do comité (ODA Korea, 2023).

Consequentemente, embora a Coreia do Sul opere sob um sistema presidencialista, o seu quadro constitucional delega a responsabilidade de liderar o processo de formulação de políticas ligadas à cooperação ao Gabinete do Primeiro-Ministro.

5.2. Ideias

A Coreia do Sul, como membro proativo do OECD-DAC, promove os princípios estabelecidos na Declaração de Paris de 2005: apropriação, alinhamento, harmonização, gestão por resultados e responsabilidade mútua. Da mesma forma, a Coreia do Sul adotou os princípios acordados na Parceria de Busan de 2011 e reiterados em 2016 em Nairobi para tornar a cooperação para

o desenvolvimento eficaz: apropriação das prioridades de desenvolvimento pelos países em desenvolvimento, foco nos resultados, parcerias para o desenvolvimento, e transparência e responsabilidade compartilhada.

Em 2021, visando cumprir os compromissos internacionais e tornar a ajuda mais eficaz, a KOICA lançou a sua Estratégia Setorial de Médio Prazo para promover a cooperação para o desenvolvimento. Esta estratégia procura alinhar a cooperação da Coreia do Sul com a Agenda 2030. Assim, a KOICA promove políticas orientadas para:

> O desenvolvimento inclusivo através da educação de qualidade; garantia de direitos à saúde para todos; sociedades pacíficas, justas e inclusivas; garantia de uma vida estável e próspera para as populações rurais; água como um direito natural; promoção do desenvolvimento sustentável através da produção e consumo de energia éticos; transporte sustentável para todos; criação de cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis; contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável através de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI); limitação do aumento da temperatura média global a 1,5 °C e um planeta seguro contra a crise climática; estabelecimento de uma sociedade igualitária sem discriminação baseada no género e garantia de dignidade para todos; e promoção dos direitos humanos para todos nos países parceiros através de uma cooperação para o desenvolvimento centrada nas pessoas (KOICA, 2021).

Além disso, ao abordar especificamente a cooperação com a ALC, as autoridades coreanas destacaram a confiança mútua como um princípio fundamental para as relações com a região (ECLAC, 2022). Este princípio foi enfatizado pelo ex-Primeiro-Ministro Han Duck-soo durante a sua visita à América Latina em 2022, bem como por diplomatas latino-americanos e em documentos oficiais de fóruns multilaterais envolvendo a Coreia do Sul e países da ALC.

5.3. Interesses

A Coreia do Sul considera a região da ALC um mercado importante em crescimento com múltiplos parceiros. Nesse sentido, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) informou que:

> O comércio bilateral de mercadorias descolou, crescendo a uma taxa anual impressionante de 11,5% entre 1990 e 2021, mais do que o dobro da taxa de crescimento do comércio com o Japão. Em 2021, atingiu US$ 57 bilhões — um recorde histórico. O boom comercial foi seguido por US$ 26 bilhões em investimentos de empresas coreanas na região desde 2000 (IDB, 2022, 11).

Adicionalmente, desde que se tornou membro da OCDE, a Coreia do Sul tem priorizado a assistência ao desenvolvimento na sua agenda de política externa (Faure, 2016). Portanto, acordos internacionais como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável permitem ao país cumprir o seu dever como membro do OECD-DAC e apresentar-se como uma ponte entre países em desenvolvimento e desenvolvidos com base na sua própria experiência.

Além disso, Lopez Aymes enfatizou que "académicos coreanos e latino-americanos, bem como alguns funcionários governamentais, consideram normalmente que a Coreia e as suas empresas visam recursos naturais (mineração, produtos agrícolas e, nomeadamente, fontes de energia) e mão de obra barata para trabalhos de montagem" (2012, 1). Consequentemente, a Coreia do Sul, que importa 95% da sua energia, vê na ALC uma região com uma das maiores reservas de energia do mundo, o que pode garantir o fornecimento de recursos energéticos virtualmente livres de riscos geopolíticos.

A Tabela 3 mostra os principais beneficiários da ALC da Coreia do Sul nos últimos anos:

Tabela 3: Principais receptores da KOICA (2017-2021) (Unidade: mil US$)[6]

2017		2018		2019		2020		2021	
Country	Total	Country	Total	Country	Total	Country	Total	Country	Total
(13) 1. Bolivia	10.653 (17%)	**(13) 1. Paraguay**	12.750 (16%)	**(16) 1. Bolivia**	12.602 (16%)	**(9) 1. Paraguay**	13.817 (21%)	**(8) 1. Paraguay**	16.098 (23%)
(16) 2. Peru	9.515 (15%)	**(15) 2. Bolivia**	12.166 (15%)	**(18) 2. Paraguay**	12.465 (16%)	**(18) 2. Colombia**	9.027 (14%)	**(17) 2. Colombia**	10.932 (15%)
		(16) 3. Peru	11.522 (14%)	**(20) 3. Peru**	9.719 (12%)			**(19) 3. Bolivia**	9.958 (14%)

Fonte: KOICA (2018-2022)

Nesta dinâmica, a Bolívia e o Paraguai estiveram entre os primeiros

6 The total amount (100%) of ODA disbursement for the LAC region by year was as follows: $62.632 (2017), $81.405 (2018), $79.726 (2019), $ 66.358 (2020), $70.884 (2021)..

países a receber a migração coreana. Kim and Lee salientaram que "desde que os primeiros imigrantes oficiais chegaram ao Brasil em 1963, milhares de coreanos se estabeleceram em plantações agrícolas no Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia até o início dos anos 1980" (2016, 79).

Da mesma forma, ambos os países possuem vastas quantidades de recursos naturais; o Paraguai é rico em energia hidroelétrica, madeira, minério de ferro, manganês e calcário; e a Bolívia em lítio, estanho, gás natural, petróleo, zinco, tungsténio, antimónio, prata, ferro, chumbo, ouro, madeira e energia hidroelétrica (CIA, 2023). Além disso, ambas as nações estão ligadas ao Mercosul como Estados-partes.

Nos casos da Colômbia e do Peru, estes países estão entre as poucas nações com Acordos de Livre Comércio com a Coreia do Sul. O Peru é também membro da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Asia-Pacific Economic Cooperation — APEC). Estas parcerias funcionam como catalisadores para promover a cooperação entre os seus participantes.

5.4 Organizações e Vetores/Esquemas

A estrutura organizacional da ODA da Coreia do Sul é conferida pela Framework Act on International Development Cooperation (2014), que estabeleceu no Artigo 9 que, seguindo as diretrizes emanadas do Committee for International Development Cooperation, liderado pelo Primeiro-Ministro, as principais organizações encarregadas de supervisionar as políticas de cooperação são o MoFA e o Ministério da Economia e Finanças.

Sob a supervisão do MoFA, a KOICA é a agência líder encarregada da ODA. Foi estabelecida em abril de 1991 como uma agência financiada pelo governo para aumentar a eficácia e a eficiência da ODA da Coreia, unificando os programas de ajuda segmentados implementados por diferentes ministérios (KOICA, 2024).

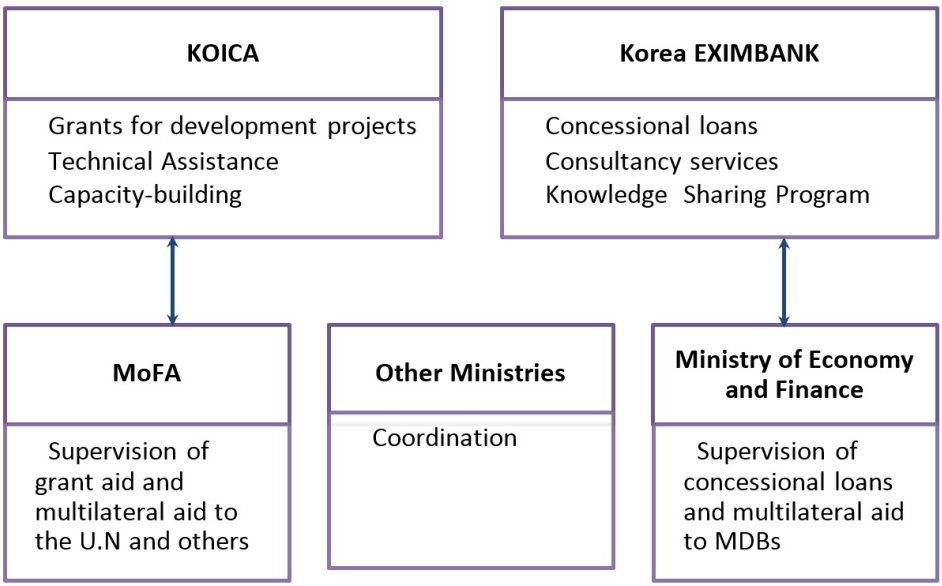
A KOICA liderou amplas iniciativas de cooperação, tais como projetos, grupos de voluntários ultramarinos, formação global, parcerias público-privadas, ajuda de emergência no estrangeiro e colaboração com organizações internacionais, focando-se em cuidados de saúde, educação, governação-paz, agricultura e pescas, tecnologia-ambiente-energia e questões transversais.

Outra agência importante dentro do sistema de cooperação da Coreia do Sul é o EXIMBANK, "established with aims to facilitate the development of Korea's economy and enhance economic cooperation with foreign countries through the provision of financial supports for export and import transactions, overseas investments projects, and the development of overseas natural

resources" (Korea Eximbank, 2024).

Consequentemente, a figura 4 desenha as organizações e vetores da Coreia do Sul para a cooperação para o desenvolvimento:

Figura 4: Estrutura organizacional da ODA da Coreia do Sul



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

No meio da pandemia de COVID-19, em abril de 2020, a KOICA estabeleceu o programa ABC para fortalecer as capacidades dos países beneficiários por meio de assistência de emergência abrangente, apoio humanitário e coordenação com projetos existentes. De acordo com Quispe and Llatas (n.d.) e o relatório anual da KOICA de 2022, oito países da América Central e do Sul receberam 14 projetos com um orçamento total de USD 5.300.015, beneficiando 9.436.462 indivíduos. Paraguai, Colômbia, Bolívia e Peru foram os principais receptores.

5.5 Organizações Regionais/Internacionais

Além dos canais bilaterais, o envolvimento da Coreia do Sul com a região tem sido cultivado principalmente por meio de duas organizações regionais: o BID e a CEPAL.

A Coreia do Sul tornou-se um membro não mutuário do BID em 2005. Nesta direção, desde 2012, a Coreia financiou projetos de desenvolvimento na região por meio do BID por mais de US$ 550,6 milhões em áreas como

inovação, redução da pobreza, desenvolvimento do setor privado e capacitação pública (IDB, 2022).

A Coreia do Sul também aderiu à CEPAL em 23 de julho de 2007. Desde então, vários acordos de cooperação foram assinados, principalmente para promover o comércio e o investimento, bem como partilhar e aplicar conhecimentos de desenvolvimento para atingir as metas estabelecidas na Agenda 2030, com base nas experiências anteriores de desenvolvimento da Coreia do Sul.

6. Comparando as Abordagens de Cooperação de Japão, China e Coreia do Sul para a América Latina e Caribe

Esta secção visa contrastar as abordagens empreendidas pelo Japão, China e Coreia do Sul durante o período pós-2015 para identificar as suas semelhanças e diferenças. Nesta direção, uma comparação baseada em instituições, ideias, interesses, organizações - vetores/esquemas e organizações regionais/internacionais é apresentada a seguir:

Em primeiro lugar, em relação às instituições, podemos ver que o modelo político do Japão baseia-se numa monarquia constitucional com um parlamento bicameral chamado Dieta, como Lancaster (2007) destacou no seu estudo sobre o país. Em contraste, a China, em teoria e conforme refletido na sua Constituição de 2018, implementou um sistema híbrido no qual o Congresso Nacional do Povo nomeia o Presidente. Enquanto isso, a Coreia do Sul segue um sistema presidencialista no qual o Presidente, como Chefe de Estado, escolhe um Primeiro-Ministro.

No entanto, para não negligenciar as dinâmicas políticas que moldam os três sistemas, é necessário considerar a natureza dos regimes políticos e as práticas estabelecidas em cada um. A este respeito, avaliações feitas por organizações independentes — como o Freedom in the World Report, o Democracy Index e o World Report, publicados anualmente pela Freedom House, pela Economist Intelligence Unit e pela Human Rights Watch, respetivamente — permitem uma compreensão mais abrangente das dinâmicas políticas internas (instituições) nos países em estudo.

O Freedom Report (2025) caracterizou o Japão como uma democracia parlamentar multipartidária na qual os direitos políticos e as liberdades civis são geralmente bem respeitados. Da mesma forma, apesar da recente e controversa tentativa do ex-Presidente Yoon Suk Yeol de declarar lei marcial, o mesmo relatório classificou a Coreia do Sul como um sistema democrático com rotações regulares de poder e um pluralismo político robusto, com os

maiores partidos representando visões conservadoras e liberais. Ambos os países também são categorizados como democracias, o Japão como uma "democracia plena" e a Coreia do Sul como uma "democracia imperfeita" pelo Democracy Index (Economist Intelligence Unit, 2024) e reconhecidos por terem um histórico positivo de direitos humanos (Human Rights Watch, 2025).

Por outro lado, os mesmos relatórios consideraram a China como um "regime autoritário" no qual o PCCh governante continua a apertar o controle sobre todos os aspectos da vida e da governação, incluindo a burocracia estatal. Os relatórios também destacaram a concentração de poder no ramo executivo, especialmente na figura de Xi Jinping, e a constante violação dos direitos humanos pelo partido do governo.

Em relação às ideias promovidas através das iniciativas de cooperação apoiadas por estes países, primeiro, o Japão baseia a sua cooperação nos princípios estabelecidos nas Cartas de ODA (2015, 2023), tais como a partilha de conhecimentos e melhores práticas centradas na própria experiência de desenvolvimento do Japão, liberdade, democracia e respeito pelos direitos humanos fundamentais e pelo Estado de Direito. Da mesma forma, o Japão adotou os princípios promovidos pelos membros do OECD-DAC. Além disso, ao focar-se especificamente na região latino-americana, o Japão baseia a sua cooperação nos princípios estabelecidos na iniciativa "Together" e na Estratégia Free and Open-Indo Pacific.

É fundamental salientar que as ideias promovidas pelo Japão através da sua cooperação para o desenvolvimento, como afirmado nas Cartas de ODA (2015 and 2023), estão entrelaçadas com o interesse nacional do Japão.

Semelhante ao Japão, até certo ponto, a Coreia do Sul, como membro do OECD-DAC, adota os princípios e ideias acordados dentro deste grupo. Portanto, ao promover a cooperação no estrangeiro, o governo sul-coreano apoia os princípios estabelecidos na Declaração de Paris de 2005, na Parceria de Busan de 2011 e na Parceria de Nairóbi de 2016, tais como a apropriação pelo país, foco nos resultados, parcerias inclusivas, transparência e responsabilidade mútua.

Por outro lado, a China construiu a sua filosofia de cooperação na retórica dos países do Sul, baseada nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, que são o respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, a não agressão mútua, a não interferência nos assuntos internos de cada um, igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica. As ideias específicas promovidas pelo governo chinês nesta região estão estabelecidas no Documento sobre a Política da China para com a América Latina e Caribe.

As ideias que os três países promovem através das suas iniciativas de cooperação para o desenvolvimento estão intrinsecamente ligadas aos interesses que perseguem na ALC. Nesta direção, a ODA do Japão para a região é impulsionada principalmente por interesses econômicos e comerciais ligados à consolidação de novos mercados para as empresas japonesas e à proteção dos interesses das suas instituições financeiras. No entanto, o Japão também visa contribuir para a redução da pobreza na região, proteger as comunidades japonesas no estrangeiro e promover a democratização, mantendo as melhores relações possíveis com os EUA, o seu principal aliado internacional e, historicamente, o país mais influente nesta região.

No caso da China, o país tem promovido a cooperação para o desenvolvimento na região da ALC principalmente pela motivação de um Estado desenvolvimentista. Nesse sentido, a China tem procurado acesso a recursos naturais e criado novos mercados alternativos para os produtos e investimentos chineses. No entanto, em meio ao aumento das tensões globais, o país também promoveu a sua Política de Uma Só China e projetou soft power na região através da Iniciativa Cinturão e Rota — BRI.

Em relação à Coreia do Sul, esta fomentou o engajamento com a região visando garantir novos mercados para as suas empresas através do aumento do comércio e do investimento, cumprir o seu dever como membro do OECD-DAC agindo como uma ponte entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e apoiando a implementação da Agenda 2030, e garantir o seu fornecimento de recursos naturais da ALC, uma região considerada virtualmente livre de riscos geopolíticos.

Com base nos interesses promovidos por estes três países, e sem negar os interesses políticos específicos e as diferenças nas suas abordagens, é possível dizer que as abordagens da Ásia Oriental priorizaram interesses econômicos e de desenvolvimento na ALC.

A nível nacional, desde 2008, com o lançamento da nova JICA, o Japão centrou a maior parte das suas iniciativas de ODA nesta organização (Katada, 2020). Da mesma forma, a Coreia do Sul estabeleceu a KOICA como uma agência para unificar os programas de ajuda fragmentados anteriormente implementados por vários ministérios. No entanto, é importante notar que, em ambos os países, outras instituições permanecem envolvidas na arquitetura mais ampla de cooperação para o desenvolvimento além desses órgãos centralizados.

Na China, três organizações principais estão envolvidas nas políticas de cooperação a nível ministerial: o MoFA, o Ministry of Finance e o Ministry of Commerce. Além disso, a CIDCA, o Eximbank e o Banco de Desenvolvimento da China, entre várias outras organizações, participam nas diferentes fases do

processo de formulação de políticas.

A nível internacional, o Japão e a Coreia do Sul promoveram historicamente iniciativas de cooperação na ALC através de canais bilaterais. No entanto, ao envolverem-se com organizações regionais, estes países preferem associar-se a instituições tradicionais como a ONU, as suas agências e o BID para estabelecer projetos de cooperação regional.

Pelo contrário, desde 2014, a China tem apostado no fórum China-CELAC como a principal organização regional para promover projetos de cooperação com a região. A China também tem utilizado o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) para financiar vários desenvolvimentos na ALC.

Finalmente, sobre vetores/esquemas, o Japão tem cooperado com a ALC através dos esquemas primários de Cooperação Norte-Sul estabelecidos pela OECD, que incluem subvenções, empréstimos e cooperação técnica. O país também incluiu outras iniciativas de cooperação sob o conceito de OOF nos últimos anos. Esta cooperação resultou em múltiplos projetos abordando a redução do risco de desastres, questões ambientais, mudanças climáticas, desenvolvimento econômico e de infraestruturas, saúde e cuidados médicos, educação e consolidação da paz. Da mesma forma, a Coreia do Sul implementou a cooperação através de subvenções, empréstimos, assistência técnica, serviços de consultoria, capacitação e programas de partilha de conhecimento.

Embora a China se considere uma praticante da CSS (Cooperação Sul-Sul), também promoveu a cooperação com a região da ALC através de subvenções, empréstimos sem juros, empréstimos concessionais e outras atividades de cooperação financeira, replicando, até certo ponto — e sem levar em conta as condições de pagamento e o campo de investimento —, a abordagem utilizada pelo Japão e pela Coreia do Sul.

7. Conclusão

Historicamente, o Japão tem sido um contribuidor proativo para a cooperação para o desenvolvimento. Embora a ALC não seja o destino principal da ODA do Japão, a região recebeu apoio consistente durante o período pós-2015. Em contraste, a China emergiu como um fornecedor em ascensão na região, desafiando o domínio de doadores tradicionais como os EUA, a UE e até o próprio Japão. Embora a Coreia do Sul seja um doador relativamente recente, é cada vez mais vista como um parceiro de desenvolvimento alternativo para os países da ALC, particularmente no contexto das crescentes

tensões geopolíticas entre a China e os EUA.

Ao comparar estes três casos, podemos observar tanto semelhanças como diferenças, conforme resumido na Tabela 4.

Tabela 4: Comparação das abordagens de cooperação para o desenvolvimento

Dimension	Country		
	Japan	China	South Korea
Institutions	- Constitutional monarchy with a parliamentary system (Democratic)	- Hybrid system (Authoritarian)	- Presidential system (Democratic)
Ideas	- OECD-DAC principles - ODA Charter - Juntos - Free and Open Indo-Pacific Strategy - Human Dignity	- Five Principles of Peaceful Co-Existence - Policy Paper on LAC - White Paper on Development Cooperation	- OECD-DAC principles - Mutual trust
Interests	- Seek new markets - Promote Sustainable Development - Protect its nationals - Reinforce U.S-Japan Alliance	- Seek new markets - Obtain natural resources - Achieve support for the One-China Policy - Increase political influence - Infrastructure connectivity	- Seek new markets - Promote Sustainable Development - Obtain natural resources
Organizations	JICA + other organizations	Complex Ministerial Architecture	KOICA + other organizations
Vectors	- ODA - OOF **(Financial Cooperation)**	- South-South Cooperation - Foreign Aid - FDI **(Financial Cooperation)**	- ODA **(Financial Cooperation)**
Regional Organizations	- IDB - UN Agencies	- CELAC-China Forum - AIIB	- IDB - UN Agencies

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Para além das semelhanças e diferenças entre estes países, é importante destacar as vastas oportunidades de cooperação na ALC, uma região marcada por disparidades significativas e lacunas de desenvolvimento. Por exemplo, relatórios recentes da CEPAL (2022) e do BID (2023) indicam que, em linha com as tendências observadas em outras economias emergentes, os fluxos financeiros para a ALC diminuíram nos últimos trimestres. Esta tendência provavelmente continuará e poderá até aprofundar-se com a reorganização

em curso da USAID promovida pela administração Trump. Além disso, quase 18% da população vive com menos de US$ 3,10 por dia, empurrando os níveis de pobreza para cima daqueles registrados há uma década. Adicionalmente, o crescimento econômico a longo prazo é atualmente estimado em cerca de 2%, uma taxa insuficiente para satisfazer os objetivos de desenvolvimento da maioria dos países da região.

No meio desta realidade, acordos internacionais como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Agenda de Ação de Adis Abeba e o Acordo de Paris fornecem um quadro para doadores tradicionais, fornecedores emergentes do Sul Global e outras partes interessadas evitarem a sobreposição de iniciativas e aumentarem a eficácia da cooperação para o desenvolvimento.

Referências

Alvaro, Mercedes and Minaya, Ezequiel. 2015-01-08. "China boosts support for Latin leftists." Wall Street Journal. URL: https://www.wsj.com/articles/venezuelas-maduro-announces-20-billion-in-new-bilateral-agreements-with-china-1420656259#:~:text=China%20has%20increased%20its%20diplomatic,University's%20Global%20Economic%20Governance%20Initiative. (Visited: March 23rd, 2021).

Asplund, Andre and Soderberg, Marie. 2017. Japanese Development Cooperation: The Making of an Aid Architecture Pivoting to Asia. Routledge.

Ayhan, Kadir. 2017. Korea's Soft Power and Public Diplomacy. Hangang Network.

Azis, Aswin and Basen, Jeffaya. 2023. "The Shifting Characteristics of Chinese Foreign Aid in COVID-19 Pandemic 2020–2021". European Journal of Law and Political Science. Vol2. Issue 1.

Baker McKenzie. 2020. "CHINA'S BRI & LATIN AMERICA: A New Wave of Investments?". GRIE News and reports. 1-13.

Brown, Kerry. "The Chinese Communist Party's evolution". In Tubilewicz, Czeslaw. 2016. Critical Issues in Contemporary China. Routledge.

Brown, Kerry. 2016. CEO CHINA – The Rise of Xi Jinping. I.B.Tauris & Co. Ltd.

Cardoso, Fernando and Faletto, Enzo. 1971. Dependency and development in Latin America. University of California Press.

Central Intelligence Agency. 2023. The World Factbook. United States.

China-CELAC Forum. 2025. President Xi Jinping Attended the Opening Ceremony of the Fourth Ministerial Meeting of the China-CELAC

Forum and Delivered a Keynote Address. URL: http://www.chinacelacforum.org/eng/zyxw_1/202505/t20250515_11623304.htm (Visited: April 16th, 2025).

Dollar, David. 2017. "China's Investment in Latin America". ORDER from CHAOS Foreign Policy in a Troubled World. Geoeconomics and Global Issues Paper 4. Foreign Policy at Brookings. 1-21.

Dussel Peters, Enrique. 2021. Dossier: The China-Latin American and Caribbean Relations. Latin American Studies Association. 25-29.

Economic Commission for Latin America and the Caribbean. 2022. Preliminary Overview of the Economies of Latin America and the Caribbean. Santiago.

Economic Commission for Latin America and the Caribbean. 2022. "Prime Minister of Korea Urges for Forging a New Cooperation with Latin America, as a Forward-Looking Vision amid the Major Transformations Humanity is Living Through". URL: https://www.cepal.org/en/pressreleases/prime-minister-korea-urges-forging-new-cooperation-latin-america-forward-looking. (Visited: January, 8th, 2024).

Economist Intelligence Unit. 2025. Democracy Index 2024.

Ellis, Evans. 2022. "South Korea as a Partner for Democracy and Prosperity for the Western Hemisphere". Global Americans.

Embajada del Japón en Costa Rica. 2021. Política de Asistencia de la Cooperación Japonesa para Costa Rica. Ministry of Foreign Affairs of Japan. URL: https://www.cr.emb-japan.go.jp/itpr_es/00_000070.html. (Visited: August 26th, 2021).

Embajada del Japón en Paraguay. 2012. Lineamiento de Asistencia Japonesa al Paraguay. URL: https://www.py.emb-japan.go.jp/relaciones-bilaterales-asistenciaeconomica.html (Visited: May 16th, 2025).

Faure, Anaïs. 2016. "South Korea's Role in East Asia-Latin America Cooperation". The Diplomat.

Freedom House. 2025. Freedom in the World 2025. United States.

Gallagher, Kevin and Irwin, Amos. 2015. "China's Economic Statecraft in Latin America: Evidence from China's Policy Banks". Public Affairs, 99-121.

Garcia, Gabriel. 2020. "A review of China's and Japan's international engagement in South America: the cases of Brazil, Chile and Venezuela". Institute of Developing Economies, JETRO. Japan.

Green Finance and Development Center. 2024. "Countries of the Belt and Road Initiative (BRI)". URL: https://greenfdc.org/countries-of-the-

belt-and-road-initiative-bri/ (Visited: January 26th, 2024).

Human Rights Watch. 2025. World Report 2025.

Inter-American Development Bank. 2013. "Japan and Latin America and the Caribbean: Building a Sustainable Transpacific Relationship". Washington D.C.

Inter-American Development Bank. 2022. Latin America and Korea: Partners for Sustainable Trade and Investment. Washington D.C.

Inter-American Development Bank. 2023. Preparing the Macroeconomic Terrain for Renewed Growth. Washington D.C.

Japan External Trade Organization. 2019. The 2018 Survey on Business Conditions of Japanese Companies in Latin America. Japan.

Japan International Cooperation Agency. 2020. JICA Volunteer Program: Leading the world with trust. Japan.

Japan International Cooperation Agency. 2024. Official Development Assistance (ODA) and ODA Loans. URL: https://www.jica.go.jp/english/activities/schemes/finance_co/overseas/index.html (Visited: January 11th, 2024).

Japan International Cooperation Agency. 2024. Friendship with Passionate Latin America and the Caribbean. Japan.

Katada, Saori. 2020. Japan's New Regional Reality: Geoeconomic Strategy in the Asia-Pacific. Columbia University Press.

Kamiya, Matake. 2020. "Abe's diplomatic achievements and tasks for Suga". AJISS-Commentary. The Association of Japanese Institutes of Strategic Studies. Japan.

Kim, Chong-Sup and Lee. Eunsuk. 2016. "Growth and Migration to a Third Country: The Case of Korean Migrants in Latin America". Journal of International and Area Studies, Vol. 23, No. 2. 77-87.

Korea Eximbank. 2024. Purpose of Establishment. URL: https://www.koreaexim.go.kr/he/HPHEBI001M01. (Visited: January 9th, 2024)-

Korea International Cooperation Agency. 2018. 2017 KOICA Annual Statistical Report. South Korea.

Korea International Cooperation Agency. 2019. 2018 KOICA Annual Statistical Report. South Korea.

Korea International Cooperation Agency. 2020. 2019 KOICA Annual Statistical Report. South Korea.

Korea International Cooperation Agency. 2021. KOICA's Mid-term Sectoral Strategy (2021-2025). South Korea.

Korea International Cooperation Agency. 2021. 2020 KOICA Annual Statistical Report. South Korea.

Korea International Cooperation Agency. 2022. 2021 KOICA Annual Statistical Report. South Korea.

Korea International Cooperation Agency. 2024. Korea's Development Cooperation Management Architecture. URL: https://www.koica.go.kr/koica_en/3391/subview.do (Visited: January 8th, 2024).

Kragelund, Peter. 2019. South-South Development. Routledge.

Lancaster, Carol. 2007. Foreign Aid: Diplomacy, Development, Domestic Policy. The University of Chicago Press. United States.

Levy, Katja and Rose, Caroline. 2019. "Are China and Japan rivals in Latin America? A rivalry perception analysis". 32 (5). The Pacific Review, pp. 898-921. ISSN 0951-2748.

Lopez Aymes, Juan. 2012. "Korea's Engagement in Latin America". El Colegio de Mexico.

Malena, Jorge. 2021. "The Extension of the Digital Silk Road to Latin America: Advantages and Potential Risks". Council on Foreign Relations. Brazilian Center for International Relations.

Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2015. Japan's Official Development Assistance Charter. Japan.

Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2018. White Paper on Development Cooperation. Japan.

Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2019. White Paper on Development Cooperation. Japan.

Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2019. Toward Free and Open Indo-Pacific. Japan.

Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2020. White Paper on Development Cooperation. Japan.

Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2020. Free Trade Agreement (FTA) / Economic Partnership Agreement (EPA) and Related Initiatives. URL: https://www.mofa.go.jp/policy/economy/fta/index.html (Visited: August 26th, 2021).

Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2020. Japan's Efforts for Achieving the SDGs. Japan.

Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2021. White Paper on Development Cooperation. Japan.

Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2021. Japan's Initiative to Enhance Connectivity between Japan-LAC. URL: https://www.mofa.go.jp/files/000484994.pdf (Visited: August 26th, 2021).

Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2022. White Paper on Development Cooperation. Japan.

Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2022. Development Cooperation of Japan. URL: https://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/files/100161805.pdf (Visited: March 10th, 2022).

Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2023. Japan's Development Cooperation Charter. Japan.

Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2024. Diplomatic Initiative toward Latin America and the Caribbean. Japan.

Miyachi, Takahiro. (2017). "Japan and the Asia-Latin American Connection in the Twenty First Century". Congreso de Asociación Latinoamericana de Ciencias Políticas, Montevideo, Uruguay.

Myers, Margaret and Kuwayama, Mikio. 2016. "A New Phase in Japan Latin America and the Caribbean Relations". The Dialogue Leadership for the Americas. 1-16.

Myers, Margaret. 2024. "Boosting Us-Japan Cooperation with Latin America in Critical and Frontier Sectors". Wilson Center.

ODA Korea. 2023. Organization. URL: https://www.odakorea.go.kr/eng/cont/ContShow?cont_seq=33 (Visited: May 16th, 2025).

Okabe, Yasunobu; Shiratori, Sakiko and Suda, Kazuya. 2019. "What Motivates Japan's International Volunteers? Categorizing Japan Overseas Cooperation Volunteers (JOCVs)". International Society for Third-Sector Research. Springer.

Organization for Economic Cooperation and Development. 2022. "Other official flows (OFF)". URL:https://data.oecd.org/drf/other-official-flows-oof.htm. (Visited: June 1st, 2022).

Organization for Economic Cooperation and Development. 2024. Official Development Assistance (ODA). URL: https://data.oecd.org/oda/net-oda.htm#indicator-chart (Visited: January 11th, 2024)

Potter, David. 2015. "Changing Roles for Japan's Official Development Assistance in Latin America and the Caribbean. Nanzan University.

Prime Minister's Office of Japan. 2024. Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio on Japan's Foreign Policy toward Latin America and the Caribbean "Paving a Pathway to 'Human Dignity' with Latin America and the Caribbean". (Visited: May 7th, 2024).

Prime Minister's Office of Japan. 2024. Sustainable Development Goals (SDGs) Promotion Headquarters. URL: https://www.kantei.go.jp/jp/singi/sdgs/index.html (Visited: May 16th, 2025).

Quispe, Javier and Llatas, Lucia. (n.d). "Cooperation in times of pandemic: Challenges for the soft power of South Korea in Latin America". Korea Institute for International Economic Policy (KIEP).

Ray, Rebecca and Margaret Myers. 2024. "Chinese Loans to Latin America and the Caribbean Database," Washington: Inter-American Dialogue.

Republic of Korea. 1987. Constitution of the Republic of Korea.

Republic of Korea. 2014. Framework Act on International Development Cooperation.

Stallings, Barbara. 2016. "Chinese Foreign Aid to Latin America: Winning Friends and Influencing People?" In Margaret Myers and Carol Wise, eds. The Political Economy of China-Latin American Relations in the New Millennium. New York: Routledge.

Stuenkel, Oliver. 2021."Vaccine Diplomacy Boosts China's Standing in Latin America". Foreign Policy.

Serbin, Andres. 2024. "The Resurgence of Euroasia and Latin America". In Fortin, C; Heine, J; and Ominami, C. 2024. Latin American Foreign Policy in the New World Order: The Active Non-Alignment Option. Anthem Press.

The National People's Congress of the People's Republic of China. 2018. Constitution of the People's Republic of China. URL: http://www.npc.gov.cn/englishnpc/constitution2019/201911/1f65146fb6104dd3a2793875d19b5b29.shtml (Visited: November 28th, 2022).

The State Council of the People's Republic of China. 2016. China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean. Beijing.

The State Council Information Office of the People's Republic of China. 2021. China's International Development Cooperation in the New Era. China.

United Nations Children's Fund. 2022. Japan donates an additional US$10 million to UNICEF to support COVID-19 vaccination in Latin America and the Caribbean. URL: https://www.unicef.org/belize/press-releases/japan-donates-additional-us10-million-unicef-support-covid-19-vaccination-latin (Visited: July 28th, 2025).

United Nations Trust Fund for Human Security. 2023. The United Nations Trust Fund for Human Security: Today and Tomorrow.

Wilson Center. 2021. "Aid from China and the U.S. to Latin America Amid the COVID-19 Crisis." Wilson Center.

Yu, Jie. 2024. "China 'under siege' How the US's hardening China policy is seen in Beijing". Chathan House.

Zavarce Velasquez, Carlos. 2022. "Japan's international cooperation to Latin America and the Caribbean in the changing development landscape". Estudios Internacionales, 54(201), 89-123. Chile.

RESUMO

Este artigo analisa e compara as abordagens de cooperação para o desenvolvimento promovidas pelo Japão, China e Coreia do Sul no que diz respeito à região da América Latina e do Caribe no período pós-2015. O estudo aplica os marcos analíticos de Lancaster (2007) — instituições, ideias, interesses e organizações — e Kragelund (2019) — vetores —, baseando-se na análise qualitativa de fontes primárias e secundárias.

Os resultados indicam que, embora a abordagem de cooperação de cada país tenha suas próprias características — por exemplo, o Japão e a Coreia do Sul são membros da OCDE, enquanto a China é uma praticante da cooperação Sul-Sul — os três priorizam a cooperação financeira em relação a outras formas de engajamento.

PALAVRAS-CHAVE

Japão, China, Coreia do Sul, América Latina e Caribe, Cooperação para o Desenvolvimento

Recebido em 2 de fevereiro de 2024
Aprovado em 15 de outubro de 2025

Traduzido por Cássio D. Monteiro D'Ávila

A LIBERDADE DE MOBILIDADE DA CEDEAO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA NACIONAL DA NIGÉRIA

Ayodeji Aduloju[1]
Abimbola Opanike[2]

Introdução

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi estabelecida em 1975 pelo Tratado de Lagos. Essa estrutura sub-regional foi concebida para promover a integração econômica, a cooperação política e o desenvolvimento sustentável na sub-região da África Ocidental. Originalmente idealizada como uma resposta regional ao subdesenvolvimento e à desintegração econômica na África Ocidental, a CEDEAO passou, ao longo do tempo, a incluir a paz e a segurança, culminando em protocolos que incentivam a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais (Tratado da CEDEAO 1993; Osadolor 2011). Um dos pilares dessa agenda de integração é o Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas, Residência e Estabelecimento, que busca reduzir os obstáculos físicos e legais entre os Estados-membros, bem como promover um espaço único na África Ocidental.

Embora este protocolo tenha impulsionado a agenda de integração regional ao promover a mobilidade, ele também tem sido criticado por gerar preocupações com a segurança, especialmente na Nigéria, o país mais populoso e economicamente significativo da região. Acadêmicos frequentemente atribuem as fronteiras permeáveis da Nigéria, o controle fronteiriço deficiente e a corrupção arraigada como os principais facilitadores do crime transnacional e da insegurança (Yacubu 2005; Onuoha 2013; Aduloju 2017). Esses fatores internos permitiram a disseminação de armas leves, o tráfico de pessoas, o

1 Edo State University Uzairue, Uzairue, Nigéria. E-mail: adulojutony@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4185-8276.

2 African Leadership Centre, King's College, University of London, Londres, Reino Unido. E-mail: abimbola.opanike@gmail.com.

comércio de drogas e as tendências de migração ilegal, comumente atribuídas às disposições liberais do Protocolo de Livre Circulação. No entanto, atribuir a crise de segurança nacional da Nigéria a fronteiras porosas e instituições internas de baixa qualidade é uma análise limitada e representa o perigo de simplificar demais um desafio transnacional e complexo.

Este estudo argumenta que as questões de segurança nacional da Nigéria não podem ser abordadas isoladamente, sem levar em consideração as forças internacionais e regionais mais amplas que moldam o contexto de segurança da África Ocidental. Organizações criminosas transnacionais, mudanças nos equilíbrios geopolíticos e a demanda global por mercadorias ilegais, bem como a ineficácia das instituições multilaterais de aplicação da lei, são aspectos importantes para a compreensão das ameaças à Nigéria. Por exemplo, a disponibilidade de armas leves e de pequeno porte (ALPP) na Nigéria é frequentemente atribuída a redes maiores de tráfico de armas na África Ocidental e no Sahel, que são sustentadas por guerras em países como Líbia e Mali (Bøås & Torheim 2013; Nações Unidas 2006). Além disso, o bloco da CEDEAO tem se tornado cada vez mais um corredor internacional de contrabando de narcóticos, com a Nigéria como país de trânsito e destino (Henrik 2014; Kicinger 2004). A questão não se resume à movimentação de pessoas, mas à governança dessa movimentação em um ambiente de baixa capacidade estatal e economias criminosas transnacionais. Neste contexto, instrumentos normativos da CEDEAO, como o Protocolo sobre a Livre Circulação, articulam uma tensão entre as aspirações regionais e as possibilidades de aplicação local. O ideal da livre circulação depende da premissa de instituições fronteiriças funcionais, da confiança entre os Estados-membros e da implementação coordenada de políticas (CEDEAO 2006). Mas, na prática, a implementação tem sido fragmentada. Como apontam o trabalho de campo e as entrevistas realizadas na fronteira entre a Nigéria e o Benim Seme, a corrupção e a deterioração institucional têm minado o Protocolo (Aduloju 2017). A lacuna resultante permite que atores estatais e não estatais se aproveitem da aplicação frouxa da lei e das brechas legais para cometerem ilegalidades.

Teoricamente, este estudo utiliza a Teoria do Complexo Regional de Segurança (TCRS) e o Funcionalismo para descrever a interdependência da segurança na África Ocidental, bem como a lógica de integração subjacente a protocolos como a livre circulação. Enquanto a TCRS defende que a segurança regional é altamente interdependente e que as ameaças à segurança tendem a se concentrar em regiões geográficas específicas (Buzan & Wæver 2003), o Funcionalismo também considera a cooperação em aspectos técnicos e econômicos como um precursor da integração política e da paz (Mitrany

1943; Rosamond 2000). Ambos, contudo, apresentam limitações no contexto africano. A premissa de instituições funcionais ou dinâmicas regionais racionais tende a ruir em Estados africanos pós-coloniais, onde há soberania frágil, fronteiras artificiais e suspeitas históricas que dificultam a integração (Dunn & Shaw 2001; McDonald 2008). Portanto, embora a CEDEAO possa parecer um complexo de segurança, ela opera em um ambiente regional desintegrativo, com assimetrias em capacidade e comprometimento.

É importante observar também que segurança e integração nem sempre são complementares.

O Protocolo de Livre Circulação, embora vise promover a integração, pode igualmente gerar externalidades de segurança se for mal gerido. O Protocolo, segundo Sofunwa, do Serviço de Imigração da Nigéria, tem, na realidade, servido de disfarce para criminosos e migrantes descontrolados, alguns dos quais representam ameaças à saúde e à segurança (Entrevista 2023). Esta tensão serve para enfatizar o paradoxo da integração com regulamentação inadequada, e o fato de os Estados-membros da CEDEAO não conseguirem estabelecer planos mútuos de vigilância e inteligência agrava este problema.

Em suma, este artigo reexamina as implicações para a segurança nacional do Protocolo de Livre Circulação da CEDEAO à Nigéria, indo além de uma análise estritamente doméstica. Em vez disso, situa a insegurança fronteiriça da Nigéria em uma matriz mais ampla de vulnerabilidade regional, redes criminosas transnacionais e descompasso teórico entre a aspiração integracionista e a realidade da aplicação da lei. Ao conectar evidências empíricas com reflexões teóricas recentes, a pesquisa oferece uma explicação mais matizada para a crise de segurança na Nigéria e propõe recomendações para aprimorar a governança transfronteiriça e a cooperação em segurança sub-regional.

CEDEAO e Nigéria: Quem Gerou Quem?

A história e a evolução da CEDEAO não podem ser dissociadas da posição hegemônica e dos interesses de segurança da Nigéria na África Ocidental. Ela nasceu de um aumento do regionalismo pós-independência, impulsionado pelos imperativos da independência econômica, da integração política e do desenvolvimento coletivo entre as nações africanas recém-independentes (Osadolor 2011). Embora o grupo tenha sido formalmente iniciado por diversos Estados da África Ocidental, a influência econômica, política e organizacional da Nigéria a colocou em posição de se tornar a força motriz de fato do grupo. Consequentemente, os interesses nacionais da Nigéria

frequentemente se cruzaram e, muitas vezes, definiram a agenda para a integração sub-regional da CEDEAO (Obuoforibo 2011; Fawole 2003). Mesmo assim, seria reducionista dizer que a CEDEAO é uma criação nigeriana. Em vez disso, sua origem deve ser vista como um componente da dinâmica mais ampla das aspirações africanas pós-coloniais, do alinhamento da Guerra Fria e do movimento global em direção a blocos econômicos regionais durante a década de 1970.

Como potência hegemônica regional, a Nigéria via na CEDEAO tanto um veículo para a integração quanto um antídoto à manipulação estrangeira, além de um meio para projetar sua influência geopolítica. Durante a Guerra de Biafra, as fronteiras nigerianas foram exploradas por terceiros para o contrabando de armas, demonstrando a vulnerabilidade ao colapso interno decorrente da falta de governança nas fronteiras. Esse episódio teria desencadeado o anseio da Nigéria por uma ordem regional que regulasse as relações transfronteiriças (Nwokedi 1984; Aduloju 2017). Nesse sentido, a CEDEAO representou uma resposta deliberada à vulnerabilidade interna, bem como à necessidade de uma ordem regional abrangente. O compromisso da Nigéria com o regionalismo tem se baseado, em geral, em uma lógica dupla de idealismo e pragmatismo. Por um lado, sua filosofia pan-africanista, articulada em apoio aos planos de integração continental de Kwame Nkrumah, forneceu as bases para suas reivindicações normativas de liderança africana (Nkrumah 1965; Ojo 1974). Por outro lado, a Nigéria utilizou a integração regional como um instrumento geopolítico para desafiar a hegemonia francófona, especificamente a hegemonia francesa pós-colonial na África Ocidental. Esse regionalismo corresponde ao que os analistas denominam 'integração regional realista', em que os Estados buscam a integração com o objetivo de aumentar a soberania, e não de dissolvê-la (Bach 2016). Assim, a participação da Nigéria na CEDEAO não é um regionalismo altruísta nem um mero cálculo, mas sim um cálculo racional para equilibrar as disparidades regionais e maximizar sua segurança nacional por meio da segurança regional.

A ideia de integração regional como uma extensão da segurança nacional tornou-se particularmente relevante após a entrada em vigor do Protocolo de Livre Circulação da CEDEAO em 1979. O papel fundamental da Nigéria na implementação deste protocolo, juntamente com suas missões de paz na Libéria, na Serra Leoa e na Gâmbia, reflete sua autopercepção normativa como estabilizadora regional (Aduloju e Pratt 2014). Essas ações, no entanto, expuseram o país a ameaças transfronteiriças. Embora a Nigéria tenha investido na CEDEAO com vistas à governança regional compartilhada, a fragilidade institucional da Comunidade tem limitado sua capacidade

de conter a migração ilegal, o tráfico transfronteiriço e as transgressões de mobilidade insurgente, que se estenderam ao domínio da segurança interna nigeriana (Henrik 2014; Ochoga et al. 2025). O paradoxo final é que o investimento da Nigéria no regionalismo, em alguns casos, gerou sua insegurança nacional.

Além disso, a dinâmica entre a Nigéria e a CEDEAO deve ser teorizada como uma constituição de mão dupla e não como um processo unilateral. A Nigéria anteriormente desempenhava um papel financeiro e de liderança, mas a CEDEAO agora interfere no espaço político, nas exigências legais e na posição global da Nigéria. Por exemplo, o uso que a Nigéria faz do Regime de Liberalização do Comércio da CEDEAO (ETLS, na sigla em inglês) e da Tarifa Externa Comum (TEC) teve efeitos de longo alcance em suas questões econômicas sub-regionais. Da mesma forma, sua participação em iniciativas regionais de paz e segurança, como o Quadro de Prevenção de Conflitos da CEDEAO (ECPF, na sigla em inglês) de 2008, também a enraizou firmemente nos círculos de tomada de decisão regionais (Aning e Bah 2009). Essa inserção institucional significa que a Nigéria não pode ditar regras e se retirar completamente da CEDEAO, mesmo quando as decisões regionais contrariam os interesses nacionais. Vale ressaltar que estudos recentes têm enfatizado que organizações regionais como a CEDEAO não são apenas ferramentas de colaboração entre Estados, mas também arenas nas quais as diferenças de poder são negociadas e reproduzidas (Bischoff 2021; Hartmann 2017). A dominância da Nigéria na CEDEAO, manifestada em sua contribuição financeira desigual e no destacamento de tropas, por vezes gerou suspeitas e hostilidade por parte de Estados-membros menos poderosos. Isso, em alguns casos, restringiu o consenso e comprometeu a adoção de protocolos, como os de cooperação em segurança e livre circulação. Assim, embora a Nigéria possa ter dado origem à CEDEAO, não possui poder absoluto sobre seus rumos.

Em segundo lugar, a crescente convergência de desafios de segurança globais e regionais, como o deslocamento induzido pelas mudanças climáticas, o terrorismo, o crime organizado e as ameaças cibernéticas, exige uma reavaliação da política da Nigéria em relação à CEDEAO. A suposição de que a integração regional aumenta automaticamente a segurança mostrou-se simplista. A integração, ao contrário, pode gerar complexos efeitos colaterais na segurança, a menos que seja apoiada por controle institucional e boa governança. Quanto mais a Nigéria aprofunda a integração regional, mais precisa ir além de uma visão focada nas fronteiras e adotar um paradigma de segurança multifacetado que inclua segurança humana, transformação institucional e cooperação transnacional (ISS 2024; Gawi; Abdullahi 2024).

A questão de "Quem gerou quem?" esconde uma dinâmica relacional mais complexa. Embora a Nigéria tenha sido pioneira na fundação da CEDEAO, a instituição vem progressivamente deixando sua própria marca e influenciando as escolhas de política externa e interna do país. Essa dialética é típica da evolução mais ampla do regionalismo no continente, onde as instituições regionais são forjadas por Estados hegemônicos, mas acabam por disciplinálos e socializá-los em espaços normativos, econômicos e de segurança mais amplos. Em última análise, a CEDEAO e a Nigéria deram origem uma à outra no cadinho da política regional, das fraquezas mútuas e das aspirações comuns.

Fundamentos Teóricos para a Compreensão da Mobilidade Regional e da Segurança na África Ocidental

Este estudo utiliza duas estruturas teóricas principais, a saber, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS) e as teorias do Funcionalismo, para explorar a interface acadêmica entre o Protocolo de Livre Circulação da CEDEAO e as questões de segurança nacional da Nigéria. Embora essas teorias tenham sido desenvolvidas em escolas epistemológicas ocidentais, sua localização crítica no contexto africano oferece uma compreensão mais específica dos imperativos institucionais, espaciais e de segurança da subregião da África Ocidental. A teoria funcionalista, fundamentada no estudo de David Mitrany (1933), realizado no período entre guerras, pressupõe que a integração resulta da transferência gradual de atividades funcionais do nível nacional para o internacional. Como articulado por Mitrany, a lógica da integração reside nas demandas técnicas compartilhadas, como transporte, comunicação, comércio e bem-estar, que criam efeitos indiretos que induzem a cooperação em áreas não politicamente sensíveis. A visão de Mitrany pressupõe que o cálculo racional e a resolução tecnocrática de problemas acabariam por corroer a relevância da soberania estatal em detrimento da governança transnacional.

Essa direção adquiriu um novo significado na África pós-colonial, onde as elites políticas abraçaram a integração regional tanto pelos benefícios econômicos quanto como um instrumento de paz e soberania mútua (Okolie 2006). O Protocolo da CEDEAO sobre Livre Circulação adere a essa tendência, promovendo a harmonização progressiva dos regimes de migração e mobilidade entre os Estados-membros. Como Rosamond (2000) detalha, o funcionalismo prioriza a interdependência e os interesses comuns em detrimento dos interesses nacionalistas, prevendo que os

Estados provavelmente terão interesse na integração se houver benefícios recíprocos. Tais expectativas dependem da suposição de instituições íntegras e não corruptas, nem sempre presentes nos governos da África Ocidental. Na Nigéria, por exemplo, a implementação dos protocolos de mobilidade da CEDEAO foi prejudicada pela corrupção institucionalizada, fronteiras permeáveis e sistemas de vigilância precários (Aduloju 2017). Essas realidades criam uma incongruência entre as premissas integradoras do funcionalismo e os desafios de governança no terreno. Como alerta Fayomi (2013), a suposição funcionalista de que os Estados não desestabilizarão os processos integrativos desmorona em cenários nos quais a instabilidade política, as economias ilegais e a incapacidade institucional sabotam a cooperação regional.

O argumento é corroborado por pesquisas recentes. Moses (2024) argumenta que o modelo de integração da CEDEAO não identifica as economias informais e as políticas de identidade que geram dissonância para a harmonização de políticas na África Ocidental. De forma semelhante, Teye e Oucho (2024) explicam que, embora a CEDEAO promova sistemas normativos de mobilidade, os déficits de implementação se concretizam por meio da desconexão entre a governança centrada no Estado e os ideais regionais. O funcionalismo, portanto, é a lente adequada para avaliar os objetivos aspiracionais da CEDEAO, mas apresenta limitações quando confrontado com as disfunções estruturais e políticas dos Estados pós-coloniais. Como complemento à ênfase do funcionalismo na integração, a presente pesquisa utiliza a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS), conceituada por Barry Buzan e Ole Wæver (2003), para descrever os emaranhados de segurança regional em que a Nigéria se encontra. A TCRS argumenta que a interdependência de segurança é mais forte entre Estados geograficamente próximos, cujas seguranças nacionais estão inextricavelmente ligadas. Nessas regiões, a segurança de um Estado não pode ser totalmente explicada independentemente das atividades e circunstâncias de outros.

A África Ocidental é um exemplo contextual desse arranjo. A sub-região é marcada por fronteiras porosas, insurgências transnacionais e instituições regulatórias frágeis, fatores que tornam os Estados extremamente suscetíveis a choques externos. Buzan e Wæver (2003) argumentam que os complexos de segurança são moldados por inimizades históricas, amizades e padrões de securitização, aumentando, assim, as vulnerabilidades mútuas. Para a Nigéria, ameaças à segurança como terrorismo, tráfico de armas e contrabando de pessoas não são apenas eventos localizados, mas são fomentadas pela incapacidade dos Estados vizinhos de protegerem suas fronteiras. McDonald (2008) aprofunda essa questão ao destacar a securitização como um processo discursivo pelo qual os Estados identificam certos eventos como constituindo

uma ameaça existencial. A Nigéria, ao securitizar a migração e a fluidez das fronteiras, enuncia a mobilidade da CEDEAO como uma ameaça à segurança nacional, mesmo participando simultaneamente da cooperação regional por meio da política externa. Essa dualidade aponta para as contradições entre a retórica normativa integracionista e os fatos concretos de infraestruturas de segurança estatal desagregadas e subfinanciadas.

Pesquisas subsequentes destacam que o ambiente de segurança da África Ocidental é caracterizado pela convergência da fragilidade regional e das tendências geopolíticas globais. Ismail (2015) argumenta que forças externas, nomeadamente traficantes de armas, grupos da diáspora e insurgentes estrangeiros, exploram o frágil controle de fronteiras do território, dificultando a segurança de países como a Nigéria. Rega et al. (2023) também defendem que a suahilização da insegurança na África Ocidental criou dinâmicas transfronteiriças que não podem ser abordadas por políticas nacionais. A TCRS oferece uma estrutura mediante a qual os formuladores de políticas podem ir além da análise centrada no Estado e, em vez disso, observar as dinâmicas relacionais da região. Isso é crucial para entender por que os esforços unidirecionais da Nigéria para fechar suas fronteiras ou bloquear o caminho não estão conseguindo mitigar as ameaças à segurança, porque os determinantes da insegurança estão estruturalmente enraizados na configuração regional. Embora tanto a TCRS quanto o funcionalismo sejam úteis, os estudiosos têm questionado cada vez mais seu uso sem modificações em contextos africanos.

Dunn e Shaw (2001) argumentam que a teoria ocidental tende a obscurecer, em vez de iluminar, as realidades políticas na África, especialmente se não considerar as relações informais de poder, os regimes de clientelismo e as heranças coloniais de fragmentação. Há, portanto, uma necessidade de hibridização crítica das teorias que situe suas conclusões na riqueza da economia política da integração da África Ocidental. Por exemplo, Walsh (2020) oferece uma estrutura "neorregionalista" que integra elementos da TCRS com a teoria institucional centrada na África, numa tentativa de explicar o papel dos atores não estatais, das economias informais e das formas híbridas de governança. Aplicar isso ao Protocolo de Livre Circulação da CEDEAO significaria que os resultados em segurança não são necessariamente produto de ações políticas, mas de ambientes sociopolíticos mais amplos que atuam como variáveis mediadoras na implementação e na aplicação das políticas. De modo geral, a estrutura teórica desta pesquisa tem um fundamento duplo. O funcionalismo ilumina o propósito integrador por trás dos regimes de mobilidade da CEDEAO, enquanto a TCRS captura os impactos de segurança inter-relacionados que ocorrem em um contexto regional instável. Mas, para

passar da teoria à aplicação prática, essas teorias precisam ser urgentemente recalibradas de forma crítica para se adequarem às circunstâncias empíricas de países da África Ocidental, como a Nigéria.

Repensando o Protocolo da CEDEAO sobre a Livre Circulação: Aspirações, Realidades e Dilemas de Segurança Regional

O Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas, Residência e Estabelecimento, assinado pela CEDEAO em 1979, é um pilar da visão mais ampla da região para a integração econômica e política. Idealmente fundamentado na visão de uma África Ocidental unificada, o Protocolo emergiu do contexto dos esforços pós-coloniais para transcender as fronteiras coloniais artificiais e alcançar o desenvolvimento regional (CEDEAO 1979; CEDEAO 1990). Esse objetivo está incorporado na agenda mais ampla de integração africana promovida em agendas como a Agenda 2063 da União Africana, que prioriza a livre circulação de pessoas, bens e serviços como a principal fonte de desenvolvimento e segurança. O Protocolo da CEDEAO deveria entrar em vigor em três fases de implementação: o direito de entrada e a eliminação de vistos (Fase I), o direito de residência (Fase II) e o direito de estabelecimento (Fase III). Em 1992, as três fases estavam operacionais, com diferentes graus de ratificação e implementação pelos Estados (CEDEAO 1990). Medidas complementares, como o Certificado de Viagem da CEDEAO, a unificação dos formulários de emigração e a emissão do passaporte da CEDEAO em 2000, também evidenciaram a vontade política de promover a mobilidade dentro da região (CEDEAO 2006). Todos os instrumentos legais mencionados foram, portanto, concebidos para eliminar as barreiras à mobilidade, promovendo simultaneamente o espírito de cidadania regional.

Contudo, apesar de sua grandiosa concepção, o Protocolo tem sido assolado por desafios contínuos que colocam à prova questões fundamentais sobre sua aplicação eficaz e suas implicações para a segurança. Em sua essência, reside uma contradição entre os ideais normativos de livre circulação e as frágeis instituições estatais que controlam as fronteiras. Embora juridicamente vinculativo, a implementação do Protocolo depende das capacidades nacionais, muitas das quais são frágeis devido a lacunas institucionais, corrupção e colaboração interinstitucional inadequada (Henrik 2014). As instituições fronteiriças nigerianas são mais propensas a dificultar do que a promover protocolos regionais, principalmente devido à corrupção generalizada e à ausência operacional de sinergia entre as agências de segurança, conforme observado por Aduloju (2017). Mais importante

ainda, tal protocolo deve ser questionado quando se trata de preocupações contemporâneas de segurança transnacional. Embora o objetivo declarado seja a integração econômica, seu entrelaçamento com um fenômeno de segurança sub-regional de atores armados não estatais, redes de contrabandistas, terrorismo e crime organizado não pode ser ignorado (Yacubu 2005; Aduloju e Okwechime 2016). Estudos recentes indicam que as vulnerabilidades de segurança da sub-região tornaram-se exponencialmente mais diversas desde a formulação do protocolo. A expansão das redes jihadistas pelo Sahel e suas incursões em países da África Ocidental, como Burkina Faso, Níger e norte da Nigéria, indicam o perigo de um sistema de mobilidade desorganizado (Fatokun e Ibitoye 2019; Garba e Yeboah 2022; Nsaibia 2025).

As disposições do Protocolo sobre livre circulação criam, incidentalmente, condições facilitadoras que permitem a grupos armados não estatais e criminosos transnacionais circularem impunemente. Acadêmicos argumentam que essa liberdade de circulação, na ausência de políticas de segurança harmonizadas e mecanismos de compartilhamento de informações, mina a segurança nacional e expõe Estados vulneráveis como a Nigéria a riscos externos (Walsh 2020; Lindell e Mattsson 2014). Essas lacunas de segurança não são meramente um subproduto de fronteiras permeáveis, mas estão ligadas a lacunas estruturais na capacidade estatal em toda a região, mecanismos assimétricos de aplicação da lei e aplicação seletiva das disposições do protocolo. A visão regionalista sem fronteiras também pressupõe a existência de instituições eficazes e cooperativas capazes de lidar com a complexa dinâmica da mobilidade e da segurança. No entanto, os Estados da CEDEAO têm implementado o protocolo de forma desigual. Por exemplo, a Nigéria tem alternado entre a abertura total e o fechamento unilateral das fronteiras, alegando a segurança nacional como justificativa. Este paradoxo reflete o que Fawole (2003) descreveu como o paradoxo da política externa da Nigéria — quando o desejo de liderança regional entra em conflito com a necessidade de segurança interna.

Além disso, teoricamente, o protocolo revela as contradições entre o discurso funcionalista da integração e as complexas realidades da segurança regional. Funcionalistas como Mitrany e Haas argumentaram que a cooperação em uma dimensão (por exemplo, a integração econômica) se estenderia a outras dimensões, incluindo a unidade política e a cooperação em segurança. Contudo, na África Ocidental, a falta de uma integração institucional consistente no setor de segurança tem limitado a ocorrência desses efeitos indiretos. Em vez disso, a convergência é substituída pela fragmentação institucional, onde as dimensões institucionais de segurança da integração permanecem subdesenvolvidas em comparação com as aspirações

econômicas (Rosamond 2000; Fayomi 2013). Ademais, sob a ótica da TCRS, o protocolo de mobilidade da CEDEAO deve ser examinado não apenas como um instrumento jurídico ou econômico, mas como um espaço de securitização. Como teorizaram Buzan e Wæver (2003), a dinâmica de segurança em uma região é altamente interconectada, e os atores tendem a externalizar as inseguranças regionais como estruturas regionais. Nesse sentido, a reação da Nigéria ao Protocolo de Livre Circulação como uma ameaça revela mais sobre sua incapacidade de criar um mecanismo de segurança regional capaz de lidar com os efeitos do aumento da mobilidade do que um medo ou crença explícita de ameaça.

Em essência, o problema não é a livre circulação em si, mas a sua regulamentação. A migração na CEDEAO, segundo Ochoga et al. (2025), é em grande parte informal e ocorre por canais não regulamentados devido a ineficiências na burocracia e à corrupção nos postos de fronteira. Essa informalidade dificulta o monitoramento de pessoas e a contabilização de mercadorias, facilitando a infiltração de redes criminosas no sistema de mobilidade. Nesse contexto, acadêmicos e formuladores de políticas defendem cada vez mais uma modificação do Protocolo para equilibrar a livre circulação e a cooperação proativa em segurança regional. Isso envolveria o investimento em centros de vigilância transfronteiriça, a harmonização de normas legais em matéria de migração e criminalidade e a cooperação para o fortalecimento institucional na região (Ismail 2015). Além disso, como destacado em recentes cúpulas regionais de segurança, a CEDEAO precisa passar da retórica à ação, implementando forças-tarefa de segurança coordenadas que possam lidar com as ameaças à segurança alimentadas pela mobilidade. Embora o Protocolo de Livre Circulação da CEDEAO seja um símbolo de unidade regional e integração econômica, ele também representa um sério desafio para a governança da segurança. A situação na Nigéria evidencia a necessidade de repensar a mobilidade regional não como um ganho puro e simples, mas como um cenário político complexo que deve se basear em um regionalismo coletivo, institucionalmente enraizado e consciente da segurança.

Reavaliando as Implicações de Segurança do Protocolo de Livre Circulação da CEDEAO para a Soberania Nacional da Nigéria

Desde a sua independência em 1960, a manutenção da soberania nacional, da integridade territorial e a salvaguarda dos seus cidadãos têm sido o cerne da sua política externa. Estes aspetos moldaram o seu papel na política

externa na sub-região da África Ocidental. A sua política de segurança foi descrita por Fawole (2003) como tendo múltiplas dimensões, que vão desde a proteção das suas fronteiras até à liderança na estabilidade política regional. A integração da segurança sub-regional na agenda de segurança nacional da Nigéria é estratégica e indica a compreensão de que a instabilidade nos Estados vizinhos tem profundas implicações dentro das próprias fronteiras nigerianas. Para além destes objetivos gerais, contudo, as questões de segurança atuais na Nigéria tornaram-se cada vez mais complexas. A posição do país como ator-chave na CEDEAO, a sua dominância econômica, a sua população e a sua vasta extensão territorial colocam-no no centro tanto dos esforços de integração como das novas ameaças transnacionais (Henrik 2014). Isto tem colocado a Nigéria cada vez mais em risco das consequências não intencionais da integração regional, sobretudo no âmbito do Protocolo da CEDEAO sobre a Livre Circulação de Pessoas, Residência e Estabelecimentos.

O Protocolo da CEDEAO, concebido para promover a integração econômica e a mobilidade, gerou externalidades de segurança exacerbadas pela fragilidade institucional da Nigéria e pela geopolítica regional. Embora o Protocolo forneça uma base legal para que os cidadãos da África Ocidental circulem livremente pelas fronteiras, sua aplicação tem sido irregular e frequentemente mal regulamentada. Estudos de Aduloju (2017) e Onuoha (2013) mostram que as fronteiras da Nigéria ainda estão criticamente abertas, com mais de 1.499 pontos de travessia irregulares, constantemente utilizados por traficantes, insurgentes e contrabandistas. Nesse cenário, a liberdade de movimento é uma faca de dois gumes: aumenta o comércio e a integração social, ao mesmo tempo que facilita a entrada de grupos criminosos e terroristas. O paradoxo não é novidade, nem surpreende. É um reflexo do que analistas como Eke (em Ahmed e Chilaka 2013) reconhecem como o envolvimento histórico da Nigéria na insegurança fronteiriça. O caráter transnacional da insegurança na Nigéria hoje não é meramente uma questão de mobilidade, mas sim uma interdependência entre a fragilidade da aplicação da lei, a corrupção institucionalizada e a geopolítica. Por exemplo, militantes do Boko Haram e outras forças militares exploram essas vulnerabilidades de governança para contrabandear armas, financiamento e pessoal através das fronteiras nacionais (Edeko, 2011). O Serviço Aduaneiro da Nigéria, segundo entrevistas de campo, frequentemente lida com casos em que organizações criminosas exploram os direitos concedidos pelo Protocolo para realizar atividades ilegais sob o pretexto de mobilidade legal.

Além disso, os impactos sociopolíticos da migração descontrolada são graves. Embora o Protocolo busque fortalecer a sinergia econômica entre os Estados-membros da CEDEAO, sua implementação resultou na entrada

de migrantes não qualificados na Nigéria. Esses estrangeiros ilegais, em sua maioria imigrantes ilegais, disputam as limitadas oportunidades de emprego, sobrecarregam os serviços públicos e fomentam a crescente agitação social (Kicinger 2004; Teye e Oucho 2024). A ausência de um programa regional de verificação de credenciais ou de troca de informações biométricas agrava a situação. Em algumas cidades nigerianas, um sentimento xenófobo exacerbado emergiu como reação ao aumento da criminalidade, atribuída — correta ou incorretamente — a estrangeiros. É necessário, contudo, ir além da explicação simplista que atribui a culpa ao próprio Protocolo. Como Osita Agwu destacou em entrevista ao Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais, o Protocolo "pode não ser necessariamente a causa dos crescentes desafios de segurança enfrentados pela Nigéria, mas pode ser um incentivo adicional para a ação criminosa". Essa visão coincide com a de Walsh (2020), que postula que a insegurança resulta menos da presença do Protocolo e mais da falha do Estado em monitorar, gerenciar e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas. Ou seja, o Protocolo torna-se vulnerável a abusos em cenários nos quais as instituições estatais carecem de integridade e coerência operacional.

Além disso, o Protocolo da CEDEAO funciona num contexto internacional mais amplo de ameaças e lacunas regionais de governança. O sistema internacional de segurança enfrenta inúmeros desafios, que vão desde o deslocamento climático e pandemias até o cibercrime e a proliferação ilícita de armas leves. Na África Ocidental, essas tendências encontram vulnerabilidades nacionais. A Nigéria, em particular, tem sido vítima dos efeitos indiretos da violência regional na Libéria, na Serra Leoa e na Costa do Marfim, que contribuíram para o fluxo de ex-combatentes e armas para dentro de suas fronteiras (Omede 2013). Essa regionalização da violência está em consonância com o que Buzan e Wæver (2003) denominaram "complexos regionais de segurança", nos quais a insegurança de um Estado influencia automaticamente a segurança de outros. O Estado nigeriano tem procurado responder a essas questões de forma reativa, até mesmo diametralmente oposta. É ilustrativo, por exemplo, como o fechamento da fronteira em 2019, supostamente com o objetivo de bloquear o contrabando e a migração irregular, contrariou a letra do Protocolo da CEDEAO e exacerbou as tensões com as nações vizinhas. Como argumenta Ismail (2015), essas medidas unilaterais minam a confiança nas iniciativas regionais e prenunciam a desconfiança nas medidas de segurança coletiva. Elas também revelam as limitações da capacidade da Nigéria de equilibrar a segurança nacional e as obrigações regionais. Dados empíricos de entrevistas e observações de campo ao longo da fronteira Nigéria-Benin também detalham ainda mais a cumplicidade institucional no enfraquecimento da gestão de fronteiras.

Agentes aceitam subornos sistematicamente para permitir a passagem de pessoas sem documentos e mercadorias não inspecionadas. Apesar dos documentos oficiais da CEDEAO, a maioria dos turistas se sente intimidada pelos agentes de fronteira, que, independentemente da documentação, permitem a passagem de viajantes que recebem suborno (Aduloju 2017). Essa corrupção anula o propósito do Protocolo e prejudica a capacidade da Nigéria de realizar qualquer avaliação de risco viável além de suas fronteiras. Seu custo humano é proibitivo. O Protocolo, que visa proteger os direitos dos migrantes, tem sido, por sua vez, abusado por traficantes que exploram brechas na lei e falhas administrativas. Diversos estudos, incluindo os de Ezeilo (2015), comprovaram que as redes de tráfico humano frequentemente traficam crianças do Benin, Togo e Níger para a Nigéria, onde são exploradas como trabalhadoras, prostitutas e traficantes de drogas. As autoridades de segurança nigerianas, cujos membros são acusados de envolvimento nessas atividades criminosas, tornam a questão ainda mais complexa. Isso enfatiza a necessidade de reformular a segurança nacional, incluindo aspectos de segurança humana, especialmente porque as vítimas do tráfico humano muitas vezes não são contempladas nas definições de segurança focadas no Estado. Diante desses problemas humanos e institucionais, as ameaças ambientais e à saúde ganham maior destaque. A pandemia de COVID-19 trouxe à tona os perigos dos movimentos transfronteiriços não regulamentados em uma região com pouca infraestrutura de saúde pública. Como argumentaram Fatokun e Ibitoye (2019), a incapacidade de monitorar ou rastrear os movimentos transfronteiriços durante crises de saúde representa riscos existenciais, especialmente quando somada à falha de governança preexistente. De fato, várias epidemias recentes de doenças transnacionais na África Ocidental foram atribuídas a mecanismos frágeis de vigilância de fronteiras.

Além disso, a multiplicidade de pontos de entrada, como destacou Abba Moro, permanece uma vulnerabilidade estrutural. Existem mais de 25 passagens de fronteira ilegais somente no estado de Adamawa, o que torna praticamente impossível gerenciar a mobilidade sem o emprego de tecnologias de vigilância sofisticadas (Onuoha 2013). A existência dessas rotas permite que não apenas criminosos, mas também células terroristas sejam encontradas em comunidades fronteiriças. A insurgência do Boko Haram tem demonstrado consistentemente o valor estratégico dessas regiões fronteiriças, utilizando-as como corredores logísticos para armas e movimentação (Edeko 2011). No contexto desses desafios, fica claro que a crise de segurança da Nigéria sob o Protocolo da CEDEAO precisa ser dissociada de questões mais amplas de capacidade estatal, solidariedade regional e cooperação internacional. A solução não é o abandono do Protocolo, mas

a reconsideração de sua operacionalização. Como sugere Farrell (2013), a integração regional eficaz requer uma abordagem de duas vias, que inclui a construção de instituições nacionais, além da cooperação transfronteiriça. Toda essa colaboração precisa ir além de simples acordos formais e incluir o compartilhamento de informações, patrulhas conjuntas de fronteira e a coordenação de sistemas de informação biométrica e de migração.

De fato, houve alguns esforços de base para abordar esses problemas. A CEDEAO, nos últimos anos, estabeleceu medidas para aprimorar o controle de fronteiras, como o Cartão de Identidade Biométrico da CEDEAO (CEDEAO ID), que está sendo implementado atualmente em um esforço para aumentar a rastreabilidade e reduzir a fraude de identidade. No entanto, como alerta Ismail (2015), o sucesso de tal iniciativa depende da vontade política e da prontidão administrativa dos Estados-membros. A Nigéria, como centro da região, tem a responsabilidade de dar o tom para um sistema de segurança cooperativo. O Protocolo de Livre Circulação da CEDEAO foi concebido com o objetivo de promover a integração econômica e a coesão regional, mas sua implementação na Nigéria tem sido prejudicada pela fragilidade institucional, corrupção e geopolítica. O Protocolo em si não é inerentemente falho, mas se tornou intrincado em uma complexa rede de vulnerabilidades nacionais e transnacionais que amplificam a insegurança. É um desafio que exige uma resposta multiescalar — uma que vincule a gestão de fronteiras a questões mais amplas de mudança institucional, integração regional e segurança cidadã. Somente por meio de uma abordagem integrada como essa poderá a Nigéria transformar os desafios da livre circulação nos benefícios da paz e do desenvolvimento sustentáveis.

Além das Fronteiras: Fragilidade Institucional, Influências Externas e os Limites da Governança de Segurança da CEDEAO

A análise acima preparou o terreno para as vulnerabilidades internas do Estado nigeriano e as implicações localizadas do Protocolo de Livre Circulação da CEDEAO. No entanto, uma melhor compreensão das implicações da integração regional para a segurança deve levar em conta fatores que transcendem fronteiras e políticas internas. Mais importante ainda, este capítulo aborda duas questões inter-relacionadas que foram apenas superficialmente mencionadas nas seções anteriores: a fragilidade organizacional da CEDEAO como ator de segurança regional e a geopolítica internacional que molda a insegurança na Nigéria e na África Ocidental em geral. Apesar de décadas de funcionamento, a CEDEAO permanece uma

organização regional com significativas deficiências estruturais. Embora tenha produzido uma enorme quantidade de instrumentos normativos, que vão desde marcos de paz e segurança até diretrizes eleitorais e de governança, muitas vezes não possui a coerência institucional, as estruturas de conformidade e a autonomia financeira essenciais para atuar de forma eficaz em crises de segurança. Como observa Fawole (2003), a CEDEAO é conceitualmente ambiciosa demais, mas desigual na prática, uma observação corroborada por avaliações posteriores que classificam a organização como retoricamente poderosa, mas operacionalmente frágil.

Essa vulnerabilidade é mais evidente no setor de segurança. A CEDEAO possui uma força de prontidão no âmbito do Acordo de Força de Prontidão da CEDEAO (FPC) e realizou intervenções na Libéria, Serra Leoa e, recentemente, na Gâmbia. Contudo, tais intervenções têm sido em grande parte improvisadas, reativas e altamente dependentes da liderança militar e financeira da Nigéria. Como confirma Ezeilo (2015), a Nigéria tem sido historicamente a potência, de fato, por trás das operações militares da CEDEAO, uma responsabilidade que cria encargos assimétricos e faz com que a dependência preceda a partilha de encargos na região. O Protocolo da CEDEAO sobre Livre Circulação também sofre das mesmas deficiências operacionais. Embora o protocolo forneça princípios inspiradores de circulação e integração, não é apoiado por um policiamento regional integrado ou vigilância nas fronteiras. Não existe uma base de dados unificada de informações de segurança da CEDEAO, um sistema biométrico uniforme ou uma cooperação transnacional substancial entre as agências nacionais de imigração. Como argumenta Walsh (2020), isso implica que a região carece de capacidade regional de aplicação da lei, embora exista política nesse sentido. Sem inovação institucional, os protocolos da CEDEAO serão documentos consultivos em vez de diretrizes operacionais.

Não menos importante, embora ainda não devidamente abordada, é a influência de atores não africanos na configuração do ambiente de segurança da África Ocidental. Os interesses de segurança nacional da Nigéria não são apenas produto de fatores internos ou sub-regionais, mas também de fatores internacionais. O mercado internacional de armas, por exemplo, tem sido o principal responsável pela proliferação de armas leves e de pequeno porte (ALPP) na África Ocidental. A maioria das armas de fogo ilícitas que alimentam a instabilidade na África Ocidental é importada de fora do continente por meio de redes criminosas transnacionais que prosperam em regimes de fronteira frágeis, segundo um relatório de 2023 do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo (Wezeman et al. 2023). As intervenções estrangeiras na Líbia, após a derrubada de Muammar Gaddafi em 2011 por forças apoiadas pela OTAN, desestabilizaram ainda mais o Sahel,

liberando arsenais de armas e combatentes experientes em batalha nos países vizinhos. Isso produziu profundos efeitos em cadeia no Mali, Níger, Burkina Faso e no norte da Nigéria. O Boko Haram, o ISWAP e outros movimentos extremistas têm se beneficiado dessas divisões regionais (Garba e Yeboah 2022; Nsaibia 2025). O Protocolo de Livre Circulação da CEDEAO torna-se, nesse contexto, um facilitador da mobilidade para atores cujas redes não se limitam estritamente à África Ocidental, mas se estendem a circuitos ilegais globais.

Além disso, a manipulação econômica estrangeira também alimenta indiretamente a insegurança. Os interesses chineses, europeus e americanos nas indústrias extrativas — principalmente petróleo, gás e mineração — intensificaram a competição pelos recursos nacionais. Essa dinâmica tende a politizar as queixas locais, causar a captura por elites e desencadear lutas violentas entre grupos descontentes. Como afirmam Oshewolo et al. (2023), as interações econômicas estratégicas da África Ocidental com o capital estrangeiro devem ser vistas como um componente do ambiente de segurança regional. Outra dimensão relativamente pouco pesquisada é a politização da migração por Estados africanos e europeus. Na última década, a migração tem sido usada como ferramenta estratégica de negociação nas relações entre Nigéria e União Europeia. A política de externalização das fronteiras da União Europeia resultou na assunção, por parte dos países africanos, da responsabilidade pela implementação da gestão das fronteiras europeias em troca de ajuda, cooperação técnica e regimes comerciais (Oluyemi 2024). Esses fatores externos que influenciam a gestão da migração frequentemente entram em conflito com o compromisso interno da CEDEAO com a mobilidade, o que impõe deveres conflitantes a países como a Nigéria.

A securitização da migração neste contexto internacional também acarreta o risco de criminalizar a circulação e minar os direitos humanos dos migrantes. Como sugere Fayomi (2013), os cidadãos da CEDEAO têm direito à liberdade de circulação perante a lei, mas, na prática, são eles próprios rotulados como ameaças à segurança, especialmente quando potências externas pressionam a CEDEAO a aumentar os controles. Isto estabelece uma hierarquia de mobilidade em que os detentores de recursos ou identidades privilegiadas são os únicos que realmente beneficiam da integração. Todas estas dinâmicas implicam que a estrutura de segurança da CEDEAO precisa ser radicalmente transformada. A segurança regional não pode ser abordada apenas por meio do reforço do policiamento das fronteiras ou de investimentos tecnológicos. Requer vontade política para a reforma institucional na CEDEAO, maior responsabilização entre os membros e uma estratégia clara para negociar com atores externos com base na igualdade.

Requer uma reconceitualização da segurança que inclua a justiça económica, a inclusão política e o desenvolvimento ecologicamente sustentável. Dada a sua posição estratégica, a Nigéria deve liderar esta discussão. Deve impulsionar a CEDEAO para longe do protocolismo, em que faz declarações sem capacidade para cumpri-las, e rumo a uma integração efetiva. Isso engloba a harmonização dos sistemas migratórios, o desenvolvimento de treinamento conjunto para agentes de segurança de fronteiras, a criação de um centro regional de dados de segurança e o desenvolvimento de mecanismos de justiça transnacionais para o julgamento de crimes transfronteiriços.

Conclusão

Este estudo examinou a relação entre o Protocolo da CEDEAO sobre Livre Circulação e os desafios de longa data da segurança nacional da Nigéria. A abordagem não se restringiu a um ponto puramente jurídico ou operacional, mas sim a uma perspectiva interdisciplinar e multinível, baseada na teoria das relações internacionais, na observação empírica de campo, na economia política regional e na dinâmica institucional subnacional. A partir dos referenciais conceituais do Funcionalismo e da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, o presente estudo investigou as promessas e contradições da integração regional em um contexto de instituições frágeis, fronteiras abertas e regimes securitizados. As observações indicam que, embora o Protocolo sobre Livre Circulação tenha sido originalmente concebido como um mecanismo para a integração econômica e a solidariedade regional, sua implementação na Nigéria revelou contradições gritantes. O protocolo em si não é necessariamente o culpado pelos problemas de segurança enfrentados pela Nigéria. Em vez disso, esses problemas são causados por vulnerabilidades preexistentes na gestão de fronteiras, pela corrupção institucional das agências de segurança e pela falta de compartilhamento coletivo de informações de inteligência de segurança entre os países da CEDEAO. Essas fragilidades institucionais possibilitaram que organizações criminosas, rebeldes, traficantes de armas e traficantes de pessoas explorassem padrões de mobilidade legalmente autorizados sob o pretexto de integração regional.

Além disso, o estudo elucidou as forças geopolíticas e transnacionais mais amplas que moldam o ambiente de segurança da Nigéria. Estas incluem a difusão de atores armados das zonas de conflito do Sahel, os efeitos indiretos do comércio internacional de armas e a externalização das agendas europeias de controle migratório, que se cruzam com os déficits de governança interna da CEDEAO. Ao integrar essas dinâmicas globais à análise, o estudo

preenche uma lacuna crítica encontrada na literatura existente, que enfatiza excessivamente relatos localizados de insegurança. Por meio deste estudo, construiu-se, portanto, uma compreensão mais aprofundada sobre como os pactos regionais funcionam dentro de sistemas de poder mais amplos, com capacidades e influência mundial. Ele defende a reconceitualização da segurança não apenas como a ausência de violência, mas também como a presença de boas instituições, boa liderança, estabilidade regional e políticas de desenvolvimento centradas nas pessoas.

Para avançar, a Nigéria precisa repensar sua dupla função como potência hegemônica regional e Estado vulnerável. Deve assumir a liderança na CEDEAO para estabelecer um sistema regional integrado de gestão de fronteiras, com vigilância biométrica, patrulhas transfronteiriças e padronização de dados interinstitucionais. Reformas em nível nacional, com o objetivo de combater a corrupção e instituir congruência institucional, são pré-condições para a aplicação efetiva dos protocolos regionais. O Protocolo da CEDEAO sobre Livre Circulação representa tanto um benefício quanto um perigo potencial. Funcionará como instrumento de integração somente se for apoiado por sólidas capacidades nacionais e regionais para gerir a mobilidade, combater as inseguranças em suas raízes e defender os direitos e a dignidade dos cidadãos além-fronteiras. A futura integração da África Ocidental depende mais da vontade política e da prontidão institucional de seus Estados-membros mais fortes — liderados pela Nigéria — do que de marcos legais.

Apêndice: Entrevistas

Entrevista realizada no Serviço de Imigração da Nigéria, Lagos, Nigéria.

Entrevista realizada no Serviço Aduaneiro da Nigéria, Lagos, Nigéria.

Entrevista realizada no Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais, Lagos, Nigéria.

Entrevista realizada na sede da Comissão da CEDEAO, Abuja, Nigéria.

Entrevista realizada no Ministério das Relações Exteriores da Nigéria, Abuja, Nigéria.

Referências

Aduloju, A. A. (2017). "ECOWAS and Free Movement of Persons: African Women as Cross-Border Victims." Journal of International Women's

Studies, 18(4). 89-105.

Aduloju, A. A. and Okwechime, I. (2016). Oil and Human Security Challenges in the Nigeria's Niger Delta. Critique: Journal of Socialist Theory, 44(4). 505-525.

Ahmed, L. E. and Chilaka, F. C. (2013)." The Political Economy of Criminality Along Nigeria-Benin Republic Borders and Worsening Insecurity in Nigeria." Journal of Social Sciences and Public Policy, 5 (2). 58-78

Akinrinade, O. (1992). From Hostility to Accommodation: Nigeria's West African Policy, 1984-1990." Nigerian Journal of International Affairs, 18(1). 47-77.

Akinyemi, O., Efobi, U., Osabuohien, E. & Alege, P. (2019). "Regional Integration and Energy Sustainability in Africa: Exploring the Challenges and Prospects for ECOWAS," Working Papers of the African Governance and Development Institute. 19/081, African Governance and Development Institute.

Akran, V., & Udeagbala, L. (2022). ECOWAS Regional Security Architecture for Counterterrorism and Counter Insurgency in West Africa: A Discussion of Case Studies and Challenges. NIU Journal of Humanities, 7(1), 197-209. doi:10.58709/niujhu.v7i1.1424

Aluko, O. (Ed.). (1977). The Foreign Policies of African States. London: Hodder and Stoughton Ltd.

Aning, K. and Bah, A. S. (2009). ECOWAS and Conflict Prevention in West Africa: Confronting the Triple Threats. Centre on International Cooperation, New York University.

Anyadike, N. O. (2013). "Boko Haram and National Security Challenges in Nigeria; Causes and Solutions." Journal of Economics and Sustainable Development, 4, (5). 12-23.

Asante S. K. B. (1991). African Development: Adebayo Adedeji's Alternative Strategies. IjebuIfe: Ademeyi Press Limited.

Bach, D. (2016). Regionalism in Africa: Genealogies, institutions and trans-state networks. Routledge.

Bischoff, P. H. (2021). The Politics of Regional Integration in Africa. Oxford University Press.

Bøås, M., & Torheim, L. E. (2013). The Trouble in Mali—corruption, collusion, resistance. Third World Quarterly, 34(7), 1279–1292. https://doi.org/10.1080/01436597.2013 .824647

Booth, K. (2007). Theory of World Security. London; Cambridge University Press.

Buzan B. (1982). People, States and Fear. The National Security Problems in International Relations. Brighton, Sussex: Wheatsheaf Books.

Buzan, Barry and Wæver, Ole. (2003). Regions and powers: the structure of international security. New York: Cambridge University Press.

Dunn C. Kevin and Shaw, M. Timothy (eds.). (2001). Africa's Challenge to International Relations Theory. Basingstoke: Palgrave.

ECOWAS. (1979). Protocol Relating to Free Movement of Persons, Residence and Establishment, Dakar, 29 May, A/P.1/5/79.

ECOWAS. (1981). Annual Report of the Executive Secretary of the ECOWAS, 1980-1981. Lagos: ECOWAS Secretariat.

ECOWAS. (1985). "Supplementary Protocol on the Code of Conduct for the Implementation on the Protocol on Free Movement of Persons, the Right of Residence and Establishment." Lome, 6 July, A/SP.1/7/85.

ECOWAS. (1986). 'Supplementary Protocol on the Second Phase (Right of Residence) of the Protocol on Free Movement of Persons, the Right of Residence and Establishment', Abuja, 1 July, A/SP/.1/7/86.

ECOWAS. (1990). "Supplementary Protocol on the Implementation of the Third Phase (Right of Establishment) of the Protocol on Free Movement of Persons, the Right of Residence and Establishment." Banjul, 30 May, A/SP.2/5/90.

ECOWAS. (1993). "Treaty of ECOWAS." [Revised], Cotonou, 24 July, www.sec.ecowas.int/ sitecedeao/english/stat-1.htm

Edeko, S. E. (2011). The Proliferation of Small Arms and Light Weapons in Africa: A Case Study of the Niger Delta in Nigeria. Sacha Journal of Environmental Studies, 1(2), 55-80.

Emiola, O. K. (2012) "Security Challenges in Nigeria" http://www.murin.org/.../ security_challenge.pdf (accessed on 27 August 2014).

Ezeilo, J. N. (2015). Achievements of the Trafficking Protocol: Perspectives from the former UN Special Rapporteur on Trafficking in Persons. Anti-Trafficking Review, 4. 144—149.

Farrell, M. (2013) "6 African regionalism: External influences and continental shaping forces." The European Union in Africa: Incoherent policies, asymmetrical partnership, declining relevance? edited by Maurizio Carbone, Manchester: Manchester University Press. https://doi.org/10.7765/9781526103291.00014

Fatokun, O. S. & Ibitoye, P. O. (2019). Transnational Insurgency and Border Security Challenges in Lake Chad Basin: The Nigerian Perspective. African Journal of Stability and Development (AJSD), 12(1), 143–163.

https://doi.org/10.53982/ajsd.2019.1201.07-j

Fawole, W. A. (2003). Nigeria's External Relations and Foreign Policy under Military Rule 1966-1999. Obafemi Awolowo University press.

Fayomi, O. O (2013). "Assessing the Contributions of Non-State Actors in Economic Integration in West Africa: A Case Study of Nigerian and Ghanaian Diasporas to Home and Destination Countries of Nigeria and Ghana." GIMPA Ghana May 14 - 18

Garba, F. & Yeboah, T. (2022). Free Movement and Regional Integration in the ECOWAS Sub-Region. In: Teye, J.K. (eds) Migration in West Africa. IMISCOE Research Series. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-97322-3_2

Gawi, Y. A., & Abdullahi, A. (2024). Regional security challenges in West Africa and the imperative for the ECOWAS military intervention. Journal of Global Economics and Business, 5(17), 70–83. https://doi.org/10.58934/jgeb.v5i17.267

Hartmann, C. (2017). ECOWAS and the Restoration of Democracy in The Gambia. Africa Spectrum, 52(1), 85–99.

Henrik, P. (2014), "Nigeria-an Overview of challenges to peace and security." http://www.foi.se/Documents/Persson,%20Nigeria%20%20An%20Overview%20of%20Challenges% 20to%20Peace%20and%20Security,%202014.pdf

Ilesanmi, S. B. (2002). "Economic and Security Intelligence findings of the EHP-Survey." Report Submitted to the House Committee on Public Hearing. Economic Help Project (EHP). Three Arms Zone, Abuja. October 14. 49-65.

Ismail, O. (2015). Toward A Community of Practice: ECOWAS and Peace and Security Policy Communities in West Africa. African Peacebuilding Network (APN) Working Papers: No. 3. https://s3.amazonaws.com/ssrc-cdn1/crmuploads/new_publication_3/%7B1123A621-6D2B-E711-80C4-005056AB0BD9%7D.pdf

ISS (2024). Nigeria. https://futures.issafrica.org/geographic/countries/nigeria/

Jaye, T. and Amadi, S. (eds.). (2011). ECOWAS and the Dynamics of Conflict and Peace Building. Dakar, Senegal: CODESRA.

Jega, A. (2002). Tackling Ethno-Religious Conflicts in Nigeria. The Nigeria Social Scientist, 5 (2). 35-39.

Kicinger A. (2004). "International Migration as a Non-Traditional Security Threat and the EU Responses to this Phenomenon." Paper presented

at the 7th New Faces Conference "Competitive or Complementary? NATO and EU Security Strategies within an ever larger Europe", 8-10 October 2004, Berlin; available as a CEFMR Working Paper 2/2004.

Kuna, M. J. (1960). "The Role of Nigeria in Peace Building: Conflict Resolution and Peace Keeping since 1960." Paper presented at the Workshop on Nigeria and the Reform of the United Nations, organized by the Centre for Democratic Development, Research and Training, Hanwa, Ahmedu Bello University, Zaria, Saturday, June 11, 2005

Lindell, M. T. and Mattsson, K. (2014). Transnational Threats to Peace and Security in the Sahel: Consequences in Mali. FOI-R--3881—SE. https://www.foi.se/rest-api/report/FOI-R--3881--SE

Lorey, D. E. (1999). The U.S.-Mexican Border in the Twentieth Century. Wilmington: Scholarly Resources, Inc.

McDonald, M. (2008). Securitization and the Construction of Security. European Journal of International Relations, 14(4), 563-587. https://doi.org/10.1177/1354066108097553

Mitrany, D. (1943). A Working Peace System. An Argument for the Functional Development of International Organisation. London: Oxford University Press.

Moses, T. S. (2024). The role of Nigeria in the regional integration process in west Africa (1975 - 2023): Case study of Ecowas. International Journal of Science and Technology Research Archive. 7(2). 001-014

Nsaibia, H. (2025). New frontlines: Jihadist expansion is reshaping the Benin, Niger, and Nigeria borderlands. https://acleddata.com/2025/03/27/new-frontlines-jihadist-expansion-is-reshaping-the-benin-niger-and-nigeria-borderlands/

Nwagboso, I. C. (2012). "Security Challenges and the Economy of the Nigerian State." American International Journal of Contemporary Research, 2(6). 244-258.

Nwanegbo, C.J and Odigbo, J. (2013), "Security and National Development in Nigeria: The Threat of Boko Haram," International Journal of Humanities and Social Science, 3 (4), 285-291.

Nwokedi, E. (1984). "The Politics of Inter African Boundary Conflicts: A Study of Nigeria and Her Franco-phone Neighbours." Quarterly Journal of Administration, 19(1 & 2): 85.

Nwolise, O. B. C. (Ed). (2006). Challenges of Sustainable Democracy. lbadan: John Achers Publishers Limited.

Obuoforibo G. (2011). "Nigeria and ECOWAS in the Light of Current

Happenings." Journal of Arts and Contemporary Society, 3. 71-84

Ochoga, O. E., Osimen, G. U., and Pokubo, I. E. (2025). Assessing the security implications of the ECOWAS protocol on free movement in Nigeria. International Journal of Innovative Research and Scientific Studies, 8(2). 621-629.

Okolie, A. M. (2009). Fiscal Federalism and Conduct of Nigeria's External Relations, 1960-2009. Nigerian Journal of Politics and Administration, 2(1&2):75-89.

Ojo, O. J. B. (1980). Nigeria and the formation of ECOWAS. International Organization, 34(4), 571–604. doi:10.1017/S0020818300018853

Oluyemi, O. A. (2024). A Critical Analysis of the European Union (EU) Securitization of African Migration as Societal Insecurity. International Journal of Social Science Research and Review, 7(6), 14-27. https://doi.org/10.47814/ijssrr.v7i6.2149

Omede, A. J. (2000). "Threats and Military Capabilities: A Nigerian Case Study." Ph.D. Thesis (Unpublished), Lagos: University of Lagos.

Omede, A. J. (2006). "Nigeria's Relations with Her Neighbours." Studies of Tribes and Tribals, 4 (1), 7 - 17.

Onifade, C., Imhonopi, D. and Urim, U. M. (2013). "Addressing the insecurity Challenge in Nigeria: The Imperative Moral Values and Virtue Ethics." Global Journal of Human Social Science Political Science, 13(2). 1-12.

Onuoha, F. C. (2013), "Porous Borders and Boko Harams Arms Smuggling Operations in Nigeria." Al Jazeera Center for Studies Report. https://studies.aljazeera.net/en/reports/2013 /09/201398104245877469.html

Orji, K. E. (2012). "National Security and Sustainable Development in Nigeria: Challenges from the Niger Delta." African Research Review, 6(1). 198-211.

Osarhieme, B. O. (2011). "The Evolution of Policy on Security and Defence in Palmer, M. A. (1992). Guardians of the Gulf. New York: Free Press.

Oshewolo, S., Azeez, A., Adesanya, O., Oladipo, T., Olaleye, O., & Ade-Ibijola, O. (2023). Nigeria in ECOWAS Politics: Major Contributions, Dividends and Setbacks. Insight on Africa, 16(2), 127-145. https://doi.org/10.1177/09750878231209706

Rae, Akex (2011). Central Asia: Regional Security Complex. https://anumiddleeastreview. wordpress.com/2011/02/26/central-asia-regional-security-complex/

Raga, S., Lemma, A. and Keane, J. (2023). Spillover effects of the Sahel conflict

on selected West African countries. ODI Emerging analysis. London: ODI https://odi.org/en/publications /the -sahel-conflicteconomic-security-spillovers-on-west-africa.

Rosamond, B. (2000). Theories of European Integration. Houndsmills: MacMillan

Saliu, H. A. (2010). "Nigerian Responses to the US AFRICOM Project." in Eze, O. C, Anigbo, C. A., Dokubo, C. Q. (eds.) Nigeria's Security Interest in Africa. Lagos: Print Serve LTD

Teye, J. K. & Oucho, L. (2024). Policies towards Migration in Africa. In: Crawley, H., Teye, J.K. (eds) The Palgrave Handbook of South–South Migration and Inequality. Palgrave Macmillan, https://doi.org/10.1007/978-3-031-39814-8_28

United Nations (2006). World Economic and Social Survey 2006. Diverging Drowth and Development. New York: United Nations.

United Nations Security Council. (2008). Update Report No. 3: Small Arms http://www.securitycouncilreport.org/update-report/lookup-c-glKWLeMTIsG-b-4046009.php? print=true

Walsh, B. (2020). Revisiting Regional Security Complex Theory in Africa: Museveni's Uganda and Regional Security in East Africa. African Security, 13(4), 300–324. https://doi.org/10.1080/19392206.2021.1873507

Wezeman, P. D., Djokic, K., George, M., Hussain, Z. and Wezeman. S. T. (2023). Trends in International Arms Transfers. Stockholm International Peace Research Institute. https://www.sipri.org/sites/default/files/2024-03/fs_2403_at_2023.pdf.

Yacubu, J.G. (2005). "Cooperation Among Armed Forces and Security Forces in Combating the Proliferation of Small Arms" in A. Ayissi, and S. Ibrahima, (eds.) *Combating the Proliferation of Small Arms and Light Weapons in West Africa: Handbook for the Training of Armed and Security Forces*. Geneva & Switzerland: United Nations Institute for Disarmament Research (UNIDIR).

RESUMO

Este estudo examina os efeitos do Protocolo de Livre Circulação da CEDEAO sobre a segurança nacional na Nigéria, no contexto de um panorama de segurança regional e global mais amplo. A partir de dados primários obtidos por meio de entrevistas estruturadas e trabalho de campo, combinados com fontes secundárias, a pesquisa argumenta que, embora o Protocolo facilite a integração e o comércio regional, ele também interage com a limitada capacidade institucional da Nigéria, suas fronteiras inseguras e a corrupção, amplificando, assim, as vulnerabilidades de segurança. Contudo, atribuir a insegurança à porosidade das fronteiras de forma isolada pode ignorar a complexidade da interação entre redes criminosas transnacionais, instituições multilaterais frágeis de aplicação da lei e a lacuna inerente entre a visão de integração da CEDEAO e as realidades da aplicação da lei em âmbito nacional. Este estudo emprega tanto o funcionalismo quanto a Teoria do Complexo Regional de Segurança para situar as questões de segurança nacional da Nigéria dentro das estruturas de interdependência regional e processos sistêmicos internacionais. Os resultados do estudo sugerem que uma governança de segurança eficaz na Nigéria requer não apenas uma melhor gestão das fronteiras, mas também coordenação regional e reformas institucionais para abordar os fatores internos e externos que impulsionam a insegurança.

PALAVRAS-CHAVE

Governança de Fronteira, CEDEAO, Nigéria, Protocolo de Livre Circulação, Segurança Regional, Integração Sub-regional, Crime Transnacional

Recebido em 11 de abril de 2024
Aprovado em 15 de outubro de 2025

Traduzido por Igor Estima Sardo

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.14, n.28, Jul./Dez. 2025 | p.205-229

IMPASSE POLÍTICO E INTERVENÇÃO DA ONU NA COSTA DO MARFIM

Henry Kam Kah[1]

Introdução

Do final da década de 1990 ao início de 2000, uma série de guerras civis e crises políticas afetou vários países da África Ocidental, incluindo a Costa do Marfim. Como resultado, a autoridade do estado foi virtualmente dissolvida, as instituições governamentais entraram em colapso, milhões se tornaram pessoas deslocadas internamente (IDPs) ou refugiados. Houve, para dizer o mínimo, caos político em vários países da África Ocidental.[2] Quando a candidatura de Alassane Dramane Ouattara para presidente foi rejeitada em 2000 com base em uma identidade contestada, grupos dissidentes surgiram e lançaram ataques coordenados a várias bases do exército nas cidades de Bouaké, Korhogo e Abidjan em 19 de setembro de 2002. Eles exigiram novas eleições presidenciais com Ouattara como candidato. O presidente Laurent Gbagbo respondeu à sua postura contra o estado na mesma medida. O resultado foi o agravamento de uma terrível situação política, social, religiosa e econômica da Costa do Marfim que ameaçava a paz interna.

A rebelião de 2002, que não passou de um golpe fracassado contra Gbagbo, acabou pavimentando o caminho para a criação da ONUCI (Novosseloff, 2018). Embora a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) tenha estabelecido um *groupe de contact* em colaboração com a União Africana (UA) para lidar com a situação antes que saísse do controle, isso não teve sucesso. A França avançou e instou o Senegal a apresentar a questão ao Conselho de Segurança da ONU, onde a França é um membro permanente. O Acordo de Paz de Linas-Marcoussis que se seguiu à crise obrigou todas as partes a aceitar a realização de uma eleição o mais

1 University of Buea, Buea, Camarões. E-mail: henry.kah@ubuea.cm.

2 Jean-Pierre Lacroix, "Peace, Progress and Potential: The Legacy of UN Peacekeeping in Liberia, Côte d'Ivoire and Sierra Leone," https://medium.com/@UNPeacekeeping/peace-progress-and-potential-the-legacy-of-un-peacekeeping-in-liberia-c%C3%B4te-divoire-and-sierra-696ef83cb165, accessed on November 18 2020.

rápido possível. Para manter a paz, um governo de unidade nacional seria criado e Laurent Gbagbo permaneceria no poder até que novas eleições fossem organizadas. No meio disso, o Conselho de Segurança da ONU adotou, em 13 de maio de 2003, a resolução 1479 para estabelecer uma Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim (MINUCI) para monitorar o respeito a um cessar-fogo pelas partes em conflito até a realização de novas eleições.

As coisas, no entanto, se desenrolaram rapidamente porque as *Forces Nouvelles*, um grupo de oposição armada operando na parte norte do país, retiraram-se do governo de reconciliação nacional logo em seguida. Diante de uma crise mais grave, a CEDEAO pediu ao Conselho de Segurança da ONU que ampliasse a missão da MINUCI, convertendo-a em uma operação de manutenção da paz. Foi em resposta a esse chamado que o Conselho, em 27 de fevereiro de 2004, por meio da resolução 1528, estabeleceu a Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (ONUCI) para facilitar a implementação dos acordos de paz e acabar com a guerra civil.[3]

A ONUCI, com uma força de mais de 6000 homens desde o início, deveria supervisionar o desarmamento de grupos de milícias e conduzir as eleições presidenciais agendadas para outubro de 2005. O Secretário-Geral das Nações Unidas foi encarregado de transformar a autoridade da MINUCI e da CEDEAO na ONUCI. A resolução do Conselho de Segurança também autorizou as forças francesas da Operação Licorne a dar apoio à ONUCI. Todos esses desenvolvimentos ocorreram em meio a uma atmosfera política muito tensa. Para piorar a situação, o Parti Démocratique de la Côte d'Ivoire (PDCI) retirou-se do governo de reconciliação nacional em 2004. Isso foi seguido por violentos confrontos entre forças pró-governo e pró-oposição, levando a várias mortes. Outros partidos de oposição também se retiraram do governo e acusaram Gbagbo de prejudicar o processo de paz. Foi graças à pressão externa que as partes em conflito assinaram o acordo de paz de Accra em 31 de julho de 2004. O acordo, como outros antes dele, não foi reconhecido logo em seguida. Isso se deveu à posição arraigada dos beligerantes.

Em reação às crescentes diferenças entre os beligerantes, a UA nomeou Thabo Mbeki para intermediar a paz entre eles e isso culminou no acordo de paz de Pretória. Este acordo obrigou todas as partes do conflito a cessar imediatamente as hostilidades e reafirmar a participação nas eleições presidenciais de outubro de 2005. A eleição não havia ocorrido devido à

3 Agossou Lucien Ahouangan, "Conflict Resolution and the UN Peacekeeping Operation in Côte d'Ivoire," https://www.e-ir.info/2019/02/25/conflict-resolution-and-the-un-peacekeeping-operation-in-cote-divoire/, accessed on November 17, 2020; Role of the United Nations Operation in Cote d'Ivoire Special Report of the Secretary General United Nations Security Council, S/2018/968.

necessidade de resolver questões eleitorais espinhosas e problemas logísticos para garantir eleições livres, justas e transparentes. O impasse levou a outro acordo, o acordo de Ouagadougou de 4 de março de 2007. O Conselho de Segurança da ONU esteve presente para garantir o cumprimento. Quando as partes em guerra concordaram em realizar eleições em 31 de outubro de 2010, o Conselho aprovou a resolução S/RES/1942 que autorizou o envio de 500 capacetes azuis adicionais para a Costa do Marfim para ajudar a manter a paz até uma eleição bem-sucedida.[4] As eleições não conseguiram intermediar a paz e o Conselho de Segurança da ONU aumentou o mandato da ONUCI. O número de capacetes azuis foi aumentado para 12000.[5] O Conselho de Segurança reconheceu o progresso do país após treze anos e em abril renovou a ONUCI por um período final até 30 de junho de 2017, quando todos os componentes uniformizados e civis da ONUCI teriam sido retirados para as autoridades mais uma vez assumirem o controle total de seu país. Esta missão da ONU na Costa do Marfim custou muito à organização, pois mais de 150 capacetes azuis perderam a vida (Editor 2017).[6]

Esferas de Intervenção da ONUCI

A missão da ONUCI era abordar e trazer paz durável na Costa do Marfim, um gigante econômico da África Ocidental do qual países como Burkina Faso e Mali dependiam para sobreviver. Entre suas principais áreas de intervenção estavam acompanhar os partidos marfinenses como parte do Acordo de Ouagadougou, construir coesão social entre o povo, promover a reconciliação nacional, lutar contra a violência de gênero, garantir a manutenção do estado de direito, direitos humanos, justiça transicional, construir segurança comunitária, buscar uma solução pacífica para a crise pós-eleitoral, ajudar o governo a desarmar, desmobilizar e reintegrar ex-combatentes, implementar reformas do setor de segurança e relançar a economia marfinense o mais rápido possível (Cissé 2019; Traughber 2017).

Uma atribuição central da ONUCI era construir harmonia social entre o povo. Ela também deveria garantir a proteção de todos os civis durante o conflito, independentemente de sua persuasão política e afiliação étnica. O

4 Ibid.

5 UN to End Peacekeeping Mission in Ivory Coast, https://www.dw.com/en/un-to-end-peacekeeping-mission-in-ivory-coast/a-19223843, accessed on November 18 2020.

6 ONUCI Reaffirms its Military Impartiality, Press Release ONUCI -971; Transcript of an Interview Given to Afreekelection by the Spokesman of ONUCI, Hamadoun Touré, Abidjan 14 February 2011.

Sr. Alain Le Roy, Chefe das operações de manutenção da paz da ONU em uma visita à Costa do Marfim em dezembro de 2010, no calor das disputadas eleições presidenciais, elogiou a ONUCI por seu sucesso nesta direção. No entanto, ele lamentou os distúrbios preocupantes nas partes oeste e norte do país (Resumo da Coletiva de Imprensa, 29 de novembro de 2010).[7] Ainda em linha com a garantia de que a harmonia social e a confiança fossem concedidas ao povo marfinense, o escritório da ONUCI insistiu que a vontade do povo marfinense deveria ser mantida após as eleições presidenciais de 31 de outubro de 2010. Esta declaração foi feita pelo Representante Especial do Secretário-Geral para a Costa do Marfim, o Sr. Y.J. Choi (Considerações Introdutórias, 1 de novembro de 2010). Ele assegurou ao povo a proteção da ONU e a certificação dos votos do vencedor no segundo turno das eleições.

A ONUCI também protegeu a população por meio de patrulhas dissuasivas regulares,[8] assistência médica (Resumo da ONUCI, 10 de fevereiro de 2011),[9] monitoramento, documentação e condução de inquéritos sobre abusos de direitos humanos. Isso foi para conter a impunidade (Resumo da Coletiva de Imprensa, 13 de dezembro de 2010). Ela também forneceu água potável e cuidados médicos aos pacientes em tempos de crise. Patrulhas diurnas e noturnas foram organizadas em áreas muito sensíveis e potencialmente violentas. Essas ações protegeram civis e trabalhadores humanitários que estavam em perigo imediato. Além disso, a ONUCI registrou e investigou meticulosamente todos os casos de abusos de direitos humanos que lhe foram relatados e garantiu ou ameaçou que os instigadores e perpetradores seriam responsabilizados. O foco eram especialmente aqueles que usaram armas pesadas contra civis após a crise pós-eleitoral de 2010 (Resumo da ONUCI, 24 de março de 2011; Resumo da ONUCI, 21 de abril de 2011).[10] Em um desses casos, as forças de segurança de Gbagbo dispararam granadas de morteiro de 81 mm em um mercado e na área vizinha de Abobo, o que matou ou mutilou mais de 100 pessoas.[11] A ONUCI também confortou os IDPs e lhes garantiu a restauração da vida normal. Em uma visita a um campo de IDPs em Cocody Abidjan em 22 de maio de 2011, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon,

7 Head of UN Peacekeeping Operations Visits Cote d'Ivoire. Press Release ONUCI 952.

8 ONUCI Intensifies its Patrols, Press Release ONUCI – 947.

9 ONUCI Condemns Deadly Violence in Cote d'Ivoire, Press Release ONUCI – 981.

10 General Hafiz Looks Back with Pride at his Record as Head of ONUCI's Force, Press Release ONUCI – 986; ONUCI Concerned about the Use of Heavy Weapons against the Civilian Population in Abidjan, Press Release ONUCI – 985; ONUCI Deplores the Level of Post-Electoral Violence, Press Release ONUCI – 972.

11 81mm Shells Fired on Abobo Claimed about a Hundred Victims, ONUCI Says, Press Release ONUCI- 984.

disse que "Estou muito feliz em conhecê-los, mas também muito triste porque vocês testemunharam e viveram coisas terríveis. Mas meu coração está com vocês e estou aqui para mostrar minha solidariedade e dar-lhes esperança de uma vida normal."[12]

Uma outra missão da ONUCI foi ajudar a construir instituições democráticas estáveis e aceitáveis, embora isso continuasse sendo um problema sério durante as eleições de 2010. O Sr. Y. J. Choi, Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, estava insatisfeito com a Commission Électorale Indépendante marfinense, ou a Comissão Eleitoral Independente, por não divulgar prontamente os resultados da eleição presidencial de 2010 devido à divisão interna entre seus membros. Como certificador das eleições em nome do Conselho de Segurança da ONU e como foi reconhecido pelo governo marfinense, as planilhas de contagem ou os *procès-verbaux* de todo o país mostraram que Alassane Ouattara derrotou o presidente em exercício Laurent Gbagbo. Explicando melhor, o Sr. Choi disse que três métodos de dados foram usados para provar a imparcialidade e o profissionalismo na certificação dos resultados de acordo com a vontade do povo marfinense (Declaração no Segundo Turno, 8 de dezembro de 2010).[13]

Anteriormente, o Sr. Choi garantiu a uma delegação do Encontro dos Houphouëtistas para a Democracia e a Paz (RHDP) que a ONUCI tomaria as medidas apropriadas para corrigir quaisquer erros do primeiro turno de votação para um segundo turno bem-sucedido (Chefe da ONUCI Discute, 24 de novembro de 2010).[14] Ele acrescentou que, mesmo se as reclamações da Majorité Présidentielle ou da Maioria Presidencial fossem levadas em consideração, o vencedor ainda era o candidato da oposição. Isso ocorreu apesar do fato de que um grupo de atores políticos queria impedi-lo por seus próprios motivos (Retranscrição do ponto de imprensa, 3 de dezembro de 2010). Através do Representante Especial da ONU, portanto, ficou claro que o presidente do *Conseil Constitutionnel* ou Conselho Constitucional da Costa do Marfim, o Sr. Paul Yao N'Dré, não tinha o direito de rejeitar os resultados proclamados pelo Presidente da Comissão Eleitoral Independente Youssouf Bakayoko, embora tardiamente.

A estreita supervisão e certificação dos resultados das eleições presidenciais de 2010 na Costa do Marfim pela ONUCI foi apreciada em

12 United Nations Secretary General Visits Camp for Internally Displaced Persons, Press Release ONUCI, - 1020.

13 Y.J. Choi Responds to Questions on the Post-Electoral crisis from the Media in New York, Press Release ONUCI- 965.

14 ONUCI will Help Cote d'Ivoire Close the Post-Election Parenthesis, Press Release ONUCI – 956; ONUCI Chief Meets President Alassane Ouattara, Press Release ONUCI – 944.

vários setores. Por exemplo, uma delegação do Alto Conselho de Reis e Chefes Tradicionais do país, sob a liderança de Sua Majestade Agnini Bilé de Djablin, se reuniu em 31 de maio de 2011 para parabenizar a ONUCI por um trabalho bem feito. A comunidade internacional também apoiou o vencedor das eleições de 2010 e os governantes tradicionais expressaram gratidão à ONUCI "por ter salvado a democracia no país" por meio da paciência, resistência, dedicação e coragem. Isso ocorreu em um cenário de muitas dificuldades no segundo turno da votação. O Representante Especial da ONUCI do Secretário-Geral da ONU também foi elogiado pelos governantes tradicionais pelo apoio logístico da ONUCI. Ela permitiu que reis e chefes tradicionais se encontrassem e que membros do conselho participassem de muitos seminários.[15] De fato, a ONUCI deu total apoio à Comissão Eleitoral Independente, fornecendo a eles apoio logístico, material e de segurança para eleições presidenciais tranquilas em 2010. Após as eleições, o Golf Hotel, onde Alassane Ouattara se hospedou, e todos os membros de seu gabinete foram protegidos pelas forças da ONUCI.[16] Em 21 de maio de 2011, quando ele foi empossado Presidente, uma homenagem brilhante foi paga a todo o mundo e às Nações Unidas em particular pela solidariedade e proteção da democracia.[17] Graças à certificação desta eleição pelo Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, a comunidade internacional respeitou as eleições de novembro. Isso levou à recuperação da crise e à estabilização gradual da Costa do Marfim.[18]

A restauração da paz era a missão central da ONUCI. Os países membros das Nações Unidas que contribuíram com tropas e policiais prometeram apoiar o esforço da missão para restaurar a paz duradoura na Costa do Marfim após o segundo turno das eleições presidenciais em 2010. Eles também prometeram apoio material para a ONUCI ter sucesso na manutenção da paz, segurança e proteção da população.[19] Este mandato teria tido mais sucesso se os Reis e os chefes tradicionais tivessem atendido ao chamado da ONUCI pedindo ao seu povo que entregasse muitas das armas sob sua guarda às autoridades relevantes. Dessa forma, a paz e a segurança

15 ONUCI Chief Receives Kings and Traditional Leaders, Press Release ONUCI – 1027.

16 General Hafiz Looks Back with Pride at his Record as Head of ONUCI's Force, Press Release ONUCI – 986.

17 UN Secretary General Meets with President Ouattara after his Inauguration, Press Release ONUCI – 1017.

18 "Cote d'Ivoire: A Success Story for UN Peacekeeping Missions," https://reliefweb.int/report/cote-divoire/cote-d-ivoire-success-story-un-peacekeeping-missions, accessed on November 18 2020.

19 Troops and Police Contributing Countries Welcome the Work Done by ONUCI. Press Release ONUCI 968.

seriam garantidas na volátil Abidjan e em outras partes do país. [20]

Após a derrota do atual Presidente Laurent Gbagbo, a ONUCI desempenhou um papel fundamental em convencer a opinião pública e a comunidade diplomática a reconhecer o veredicto das urnas.[21] Também esteve no centro das medidas de segurança tomadas antes e durante a posse de Dramane Alassane Ouattara em 21 de maio de 2011. As forças de manutenção da paz foram destacadas para proteger o aeroporto e as principais rotas em Yamoussoukro. Eles também forneceram segurança na Fundação Houphouet Boigny, local da cerimônia de posse. A responsabilidade geral da ONUCI era garantir o sucesso do evento. Outras medidas preventivas antes da instalação foram patrulhas aéreas e terrestres e patrulhas mistas com as *Forces Républicaines de Côte d'Ivoire* (FRCI) (Resumo da Imprensa Semanal da ONU, 19 de maio de 2011).[22] Esse apoio foi necessário para uma cerimônia de posse sem problemas.

Determinada a preservar as vidas de pessoas em áreas inseguras devido à origem étnica, inclinação política, religião ou região, a ONUCI permaneceu em contato permanente com todas as forças ativas na Costa do Marfim. Isso também foi motivado por uma catástrofe humanitária na parte ocidental da Costa do Marfim, após as disputadas eleições de 2010. A ONUCI mobilizou tropas em Duékoué para proteger mais de 10.000 deslocados internos na Missão Católica. Também forneceu proteção aos deslocados internos em campos na União das Igrejas Evangélicas, Nazaré e São José (Resumo da ONUCI, 5 de maio de 2011). Por meio da intervenção das forças da ONUCI, as vidas de muitas populações locais e estrangeiros foram poupadas durante os combates em diferentes partes do país. Cento e cinquenta padres recuperaram a liberdade em Abobo por causa da intervenção da ONUCI (Resumo da ONUCI, 13 de março de 2011).[23] Patrulhas regulares para proteger a população também foram realizadas em lugares como Abobo, a principal área de tensão na capital comercial da Costa do Marfim.[24] A preservação de vidas continuou a ser um problema devido à falta de colaboração entre as autoridades da ONUCI e as autoridades de segurança e políticas. Em um desses casos, em Abidjan, dezembro de 2010, as forças de segurança impediram esses funcionários de investigar alegações de valas comuns (Resumo da ONUCI, 20 de dezembro de

20 ONUCI Chief Receives Kings and Traditional Leaders, Press Release ONUCI – 1027.

21 Déclaration de L'ONUCI a L'occasion des marches du RHDP.

22 Impartial Forces Prepare President Ouattara Investiture, Press Release ONUCI – 1013.

23 Inter-Agency Mission in the Western Cote d'Ivoire, More than 16000I Internally Displaced Persons, Press Release ONUCI – 958.

24 Ivorian Crisis at the Centre of Meeting of Heads of Peacekeeping Missions, Press Release ONUCI - 977

2010). O Chefe da Divisão de Direitos Humanos da ONUCI, Simon Munzu, expressou seu desencanto com isso e argumentou que apenas a ONUCI poderia dizer à comunidade internacional a verdade sobre se havia ou não uma vala comum.

Também era responsabilidade da ONUCI apoiar a sociedade civil, grupos de base e trocar ideias com representantes de partidos políticos a fim de construir a paz após o tumulto das eleições presidenciais de 2010 (Resumo da ONUCI, 12 de maio de 2011). Em um desses casos, a ONUCI apoiou a cruzada de paz da Union générale des femmes de Bondoukou para reforçar a coesão social. Também apoiou o Collectif des ONG et Associations de Bondoukou em sessões de sensibilização no Nordeste de Abidjan destinadas a encorajar a população a preservar a paz.[25] Também organizou sessões de conscientização para mulheres a fim de preservar um pós-eleição pacífico em Nagnenefoun (UNOCI Runs Awareness, 9 de janeiro de 2011). Da mesma forma, a ONUCI programou atividades com jovens de diferentes partidos políticos em diferentes partes do país, em colaboração com todos os setores da sociedade civil (Resumo da ONUCI, 27 de janeiro de 2011) para construir a confiança e reengajar as pessoas em uma coexistência pacífica. Além disso, a ONUCI esteve envolvida em campanhas de conscientização, por exemplo, na região de Worodougou e Odienné, para preparar a população para o fim da crise, a reconciliação nacional e a coesão social (Resumo da ONUCI, 17 de fevereiro de 2011).

Além disso, a ONUCI estava empenhada no desarmamento e na parada pela paz após a violência pós-eleitoral de 2010. O objetivo era atenuar o impasse político e fazer o país voltar à normalidade. Além do desarmamento nos acampamentos do exército na esteira da queda de Laurent Gbagbo, 50 armas leves e 3.000 munições foram recuperadas, incluindo equipamentos de comunicação, em abril de 2011. A equipe de desminagem da ONUCI também esteve envolvida na desminagem em Cocody para salvar a população. O exercício foi estendido por toda a Costa do Marfim para desarmar dispositivos explosivos (Resumo da ONUCI, 21 de abril de 2011; Resumo da ONUCI, 5 de maio de 2011; Resumo da ONUCI, 2 de junho de 2011). A ONUCI organizou, em 14 de abril de 2011, uma passeata pela paz pelas ruas de Abidjan, uma das cidades onde combates e mortes eram ocorrências regulares. Consistia em uma caravana de dezenas de carros. O objetivo era prestar homenagem ao povo da Costa do Marfim que ansiava pelo fim do impasse político e por uma melhoria da segurança no país.[26]

25 ONUCI, NGOs Conduct Sensitisation for a Peaceful Post-Election Environment in Soko and Wélékéhi, Information Note 1030.

26 ONUCI Organises Peace Parade through the Streets of Abidjan, Press Release ONUCI – 1007.

Após a gestão cuidadosa da crise pós-eleitoral de 2010, a ONUCI, através do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, Y.J. Choi, decidiu proteger o Golf Hotel e manter-se perto da população, independentemente da circunstância. A proteção do hotel visava garantir que o governo do presidente eleito Ouattara não se mudasse para Bouake, o que confirmaria ainda mais a divisão da Costa do Marfim em duas.[27] Numa reunião com o presidente eleito, o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU enfatizou de forma clara que a missão da ONUCI era proteger a população a todo custo e garantir a segurança do novo governo preso no Golf Hotel.

Esforços para atenuar o clima político na Costa do Marfim levaram a ONUCI a consultar diferentes personalidades, incluindo o Arcebispo de Abidjan e outras autoridades religiosas. Após a reunião com o Arcebispo Cardeal Jean Pierre Kutwa, o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU insinuou que "Eu vim em busca de orientação espiritual do Cardeal durante esses momentos difíceis."[28] Esse foi, sem dúvida, um momento difícil devido à crescente insegurança em muitas vilas e cidades do país. Por sua vez, o Arcebispo de Abidjan disse à imprensa que "Tentamos, com o Representante Especial, ver o que poderia ser feito para salvar esta nação. Para nós, estamos pedindo a Deus que nos ajude a encontrar o que precisa ser feito. Neste tipo de situação, temos de olhar para Deus.[29] Os líderes religiosos da Costa do Marfim, em geral, estabeleceram sinergia em suas ações para garantir que os candidatos às eleições presidenciais de 2010 não fizessem quaisquer declarações provocativas (Resumo da Conferência de Imprensa, 4 de novembro de 2010). Infelizmente, isso não foi respeitado porque os líderes estavam mais preocupados com o poder a qualquer custo.

A ONUCI também se envolveu em reformas do setor de segurança com suas forças de manutenção da paz assim que a ameaça representada pela violência pós-eleitoral de 2010 passou e as eleições presidenciais ocorreram de forma pacífica em 2015. Tratava-se de um plano de dez anos destinado a ajudar o governo da Costa do Marfim a modernizar seus serviços de segurança e manter-se a par dos novos desafios de segurança que pudessem surgir no futuro. As responsabilidades foram transferidas para os ministérios da Defesa, Interior e Solidariedade e Coesão Social, bem como para a Comissão Nacional de Direitos Humanos, a Polícia Nacional e o Conselho de Segurança

27 Le Chef de L'ONUCI échange avec le Président Ouattara, Communiqué de Presse ONUCI – 970.

28 ONUCI Chiefs Discusses Post-Electoral Situation with Archbishop of Abidjan, Press Release ONUCI -946.

29 Ibid.

Nacional pela ONUCI.[30] Isso visava fazer com que eles implementassem de forma eficaz e acompanhassem as reformas de segurança para ajudar a contribuir com a estabilidade do país.

Através de vários esforços de educação eleitoral, a ONUCI conseguiu combater a desinformação de políticos e outros grupos sectários durante os períodos eleitorais na Costa do Marfim. As informações divulgadas por meio da rádio ajudaram a reduzir a violência de uma forma ou de outra. Também contribuiu para impedir a propagação de rumores por parte de políticos e grupos de interesse. Houve também retórica anti-imigração e ameaças de expulsão de estrangeiros das terras ancestrais,[31] e a ONUCI interveio através dos seus programas educacionais para combater esses problemas. Seus outros programas educacionais encorajaram os marfinenses a esquecer os ressentimentos e a promover o perdão antes das eleições de 2015. Oficiais da ONUCI instruíram os marfinenses sobre a importância da convivência pacífica que levaria ao desenvolvimento das suas vilas. Tudo isso continuou a nutrir o clima de paz e estabilidade necessário para o bem coletivo do povo.

Após os esforços para resolver a crise da Costa do Marfim, o Conselho de Segurança envolveu-se em várias estratégias, incluindo o engajamento diplomático por meio dos esforços regionais de mediação da CEDEAO e da UA. Também garantiu o destacamento de uma força regional, bem como apoiou o destacamento simultâneo de uma força francesa (*Opération Licorne*) para trabalhar em cooperação no sentido de trazer paz à Costa do Marfim e proteger a população. Houve também a implementação de um embargo de armas e diamantes e de sanções direcionadas contra desordeiros que causavam caos pelo país. Foi criada uma comissão de inquérito para investigar abusos de direitos humanos e prometeu-se a extradição dos infratores para o Tribunal Penal Internacional.[32] Essas medidas combinadas ajudaram a atenuar a tensão, mas também alimentaram uma tensão própria.

A diminuição da violência pós-eleitoral e a firme instalação de Ouattara como Presidente levaram a ONUCI a voltar sua atenção para o desarmamento de ex-combatentes, especialmente em Abobo e Yopougon. Igualmente acompanhou o povo da Costa do Marfim no tratamento de questões difíceis,

30 Colleen Traughber, "A Peacekeeping Success Story in Côte d'Ivoire," http://2007-2017-blogs.state.gov/stories/2016/12/08/peacekeeping-success-story-c-te-d-ivoire.html, accessed on November 18 2020.

31 Hannah Smidt, "Mitigating election violence locally: UN peacekeepers' election-education campaigns in Côte d'Ivoire," https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0022343319884993, accessed on November 18 2020.

32 "Cote d'Ivoire: A Success Story for UN Peacekeeping Missions," https://reliefweb.int/report/c-te-divoire/cote-d-ivoire-success-story-un-peacekeeping-missions, accessed on November 18 2020.

como a identidade nacional, que estiveram na origem da crise. Isto foi feito nas duas primeiras semanas de junho pela Divisão de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração da missão. Durante esse período, os ex-combatentes entregaram as armas à ONUCI. A recolha de armas em todo o país visava criar confiança no setor da segurança da Costa do Marfim durante o período pós-crise. Facilitaria também a reconstrução e a revitalização da economia para o bem de todos (Resumo da ONUCI, 16 de junho de 2011). A ONUCI acompanhou o país na organização de um referendo constitucional sobre a questão da identidade que estava na raiz da crise marfinense.[33] Apesar destas nobres medidas de intervenção da ONUCI, os desafios e as críticas que tiveram de superar foram avassaladores e frustrantes, para dizer o mínimo.

Desafios e Críticas

Apesar da intervenção da ONUCI para evitar um impasse político e tornar a Costa do Marfim segura para todos os seus cidadãos, havia desafios a superar. Um deles foram as acusações e os ataques aos Capacetes Azuis pelo povo e pelo governo de Gbagbo. Em 29 de dezembro de 2010, por exemplo, jovens enfurecidos atacaram os Capacetes Azuis em Abobo Abidjan. Esses agentes de manutenção da paz dispararam tiros para o ar para retornar à base em segurança. A Radio Television Ivoirienne (RTI) apresentou um quadro diferente do que realmente aconteceu. Da mesma forma, enquanto estavam estacionados na entrada do Hotel Pullman, à espera de receber o Primeiro-Ministro do Quênia, Raila Odinga, em missão de paz à Costa do Marfim em nome da União Africana (UA), as forças da ONUCI foram alvo de tiros por jovens pró-Gbagbo. A mesma emissora de rádio veiculou uma versão distorcida das coisas na noite do mesmo dia.[34] Da mesma forma, em 10 de janeiro de 2011, um comboio de alimentos para o Hotel Golf acompanhado por uma escolta da ONUCI foi atacado por um grupo de jovens do lado de Gbagbo. Vários ataques provocativos como esses ocorreram entre 10 e 13 de janeiro de 2011 e além, e forçaram as forças da ONUCI a retaliar.[35] A ONUCI ficou desapontada com a RTI e com a atitude indesejável dos garotos de Gbagbo. Este meio de comunicação estatal propagou uma campanha de ódio

33 Role of the United Nations Operation in Cote d'Ivoire Special Report of the Secretary General, United Nations Security Council S/2018/958; Ivory Coast United Nations Operation in Cote d'Ivoire (ONUCI) African Politics, African Peace, World Peace Foundation, 6.

34 Forces from President Gbagbo's Camp Shoot at ONUCI Peacekeepers in charge of Security of Kenyan's Prime Minister's Delegation, Press Release ONUCI – 964.

35 Physical Attack against ONUCI Personnel and Property, Press Release ONUCI – 961; A New Media Campaign against ONUCI, Press Release ONUCI – 957.

e de propaganda anti-ONUCI que fez com que um segmento da população descredibilizasse as suas atividades.

Além disso, alguns segmentos hostis da população e líderes políticos opuseram-se à ONUCI porque esta certificou os resultados do segundo turno em favor do candidato da oposição, Alassane Ouattara, em vez do atual ocupante do cargo, Laurent Gbagbo. (Resumo da Conferência de Imprensa, 29 de dezembro de 2010; Resumo da Conferência de Imprensa, 9 de dezembro de 2010). A ONUCI foi acusada de ficar do lado de um dos grupos, tornando-se, portanto, parcial no caso (Transcrição de uma Entrevista, 14 de fevereiro de 2011). Líderes da operação da ONU apelaram à calma e afirmaram categoricamente que a ONUCI traria paz duradoura à Costa do Marfim porque essa era a sua missão.[36] Apesar desse apelo, os ataques se multiplicaram contra a ONUCI, um dos quais veio do lado de Gbagbo. Ela foi acusada de matar um policial em Daloa, transportar, equipar e acomodar tropas não pertencentes à ONU e estabelecer um canal de televisão a favor do Presidente Ouattara. Essas acusações foram veementemente condenadas pela ONUCI, cujas autoridades na Costa do Marfim reiteraram a sua determinação em proteger civis e ajudar o país a encontrar uma solução permanente para a crise pós-eleitoral.[37]

Outros desafios para a ONUCI executar sua missão estiveram no domínio humanitário, em lugares como os bairros de Yopougon e Abobo, em Abidjan, e partes da região oeste. Violações dos direitos humanos também eram comuns (Resumo da ONUCI, 28 de abril de 2011). Em Duékoué, por exemplo, a paróquia católica ficou sobrecarregada com o número de pessoas deslocadas, especialmente mulheres e crianças. Ela mal lhes fornecia água e eletricidade. Meninas recorreram à prostituição para sobreviver (Nota Informativa, 30 de março de 2011). Este foi o resultado das eleições presidenciais de 2010. Após a violência pós-eleitoral, alguns jovens pró-Gbagbo atacaram e mataram outros. Em um desses casos na área da Riviera de Abidjan, um jovem teve um pneu colocado no pescoço e foi queimado. Eles também lançaram ataques contra a equipe da ONUCI. Enquanto estava em um voo de reconhecimento acima de Duékoué em março de 2011, um helicóptero da ONU foi alvo de tiros das *Forces Républicaines de Côte d'Ivoire* (FRCI), embora não o tenham atingido.[38] Diante disso, a ONUCI lembrava continuamente àqueles que agiam com impunidade que estava chegando o

36 ONUCI Peacekeepers did not shoot at the crowd at Abobo, Press Release ONUCI – 955.

37 ONUCI Denounces the Gbagbo Camp's New Propaganda Phase, Press Release ONUCI – 975.

38 ONUCI Condemns Attack on its Helicopter by the Forces Republicaines, Press Release ONUCI – 987.

momento em que pagariam por seus crimes.[39]

Várias tentativas foram feitas para impedir o movimento das forças da ONUCI e seu quartel-general foi atacado. Isso afetou a eficácia de seu trabalho. Houve também repetidos atos de agressão contra tropas e funcionários da ONUCI, os quais foram lidados com tato (Resumo da ONUCI, 11 de março de 2011).[40] Confrontos regulares entre forças rivais serviram como um obstáculo ao sucesso da ONUCI na Costa do Marfim. Civis bloqueavam o livre movimento de suas forças. As tropas de manutenção da paz da ONUCI laboriosamente desmantelaram barricadas e dispersaram jovens exaltados. Eles usaram gás lacrimogêneo para avançar, como nos dias 26 e 27 de janeiro de 2011 ao entrar em Abidjan.[41] Confrontos violentos comunais entre as Forças de Defesa e Segurança, milícias e mercenários, de um lado, e as Forças Republicanas da Costa do Marfim (FRCI) e dozos (governantes tradicionais) do outro (Resumo da ONUCI, 26 de maio de 2011) frequentemente atrasaram o progresso. Foi preciso tato, diplomacia e outras medidas de intervenção para a ONUCI controlar a situação. O quartel-general da ONUCI também foi atacado pelas Forças Especiais pró-Gbagbo em abril de 2011, com consequências para o assentamento vizinho de Attecoubé, o que foi condenado pela liderança da ONUCI na Costa do Marfim.[42]

Outro desafio e dificuldade para a ONUCI foi a má interpretação do seu reconhecimento de manifestações organizadas pela Rassemblement des Houphouetistes pour la démocratie et de la paix (RHDP) e a certificação dos resultados presidenciais de 2010. Houve também uma disputa em torno de alegações de apoio militar. O Representante Especial do Secretário-Geral da ONU argumentou que as partes em conflito interpretaram erroneamente o papel da ONUCI de salvaguardar os resultados das eleições, para que apenas a pessoa declarada Presidente da Costa do Marfim se tornasse, de fato, Presidente. Um dos lados alegou que a ONUCI não o ajudou com força militar e o outro disse que estava apoiando militarmente o outro lado. Isso levou a frequentes ataques contra as patrulhas da ONUCI, bem como à montagem de postos de controle por oficiais fardados do Presidente Gbagbo na estrada de acesso ao Hotel Golf para bloquear os veículos da ONU, incluindo ambulâncias da ONUCI transportando pessoal médico. Esses bloqueios visavam negar o acesso aos caminhões de abastecimento de comida e água ao Hotel Golf e

39 ONUCI Denounces the Killing of Innocent Civilians, Press Release ONUCI – 988.

40 Video-Conference by Secretary-General's Special Representative for Cote d'Ivoire; ONUCI Deplores Ambush on Peacekeepers in Abidjan, Press Release ONUCI – 959.

41 ONUCI Deplores Continuous Attempts to Hinder its Movements, Press Release ONUCI- 967.

42 ONUCI HG Continues to Come under Fire from Gbagbo's Special Forces, Press Release ONUCI – 998.

provavelmente matar as pessoas de fome. Os Capacetes Azuis e os civis foram privados de alimentos e medicamentos. Além disso, a mídia pública acusou a ONUCI de apoiar as manifestações do RHDP. Essas reivindicações foram negadas pelo Representante Especial do Secretário-Geral da ONU. Houve também intimidação à equipe da ONU pedindo que deixassem a Costa do Marfim (Resumo da Coletiva de Imprensa, 20 de dezembro de 2010).

Um desafio sério que minou de forma persistente a restauração da paz e a proteção dos marfinenses foi a distribuição de armas entre a população, a intransigência dos atores políticos e as ações irresponsáveis da mídia pública e privada (Resumo da ONUCI, 13 de janeiro de 2011). A proliferação de armas frustrou as tentativas de restaurar a paz duradoura na Costa do Marfim. Jovens usaram isso para aterrorizar a população e isso aumentou o número de IDPs, especialmente nas partes oeste e norte do país. A intransigência dos lados de Gbagbo e Ouattara atrasou o processo de paz e a reconciliação nacional na Costa do Marfim. As manifestações do RHDP se tornaram uma bomba-relógio e a milícia pró-Gbagbo atacou as tropas da ONUCI. A mídia também não ajudou as coisas, porque, enquanto a RTI pró-governo se tornou a porta-voz do governo, a mídia privada simpatizava com o RHDP. Isso fez com que a imprensa não desempenhasse o papel de quarto poder numa situação de crise.

Em vários setores, a ONUCI foi acusada de parcialidade. A intervenção das suas forças na crise pós-eleitoral de abril de 2011 — juntamente com as forças militares francesas e as forças leais a Ouattara para prender Laurent Gbagbo e exibi-lo publicamente, humilhando-o — foi veementemente condenada por militantes que criticaram a missão. Por outro lado, os partidários da Rassemblement des Républicains (RDR), de Alassane Ouattara, e o seu aliado, o PDCI, celebraram a ação.[43] A intensidade da violência foi exacerbada pelo apoio a Ouattara, que colaborava com a França, antiga colonizadora da Costa do Marfim, cujos laços com as suas antigas colónias estavam sempre sob os holofotes.

Apesar de críticas virulentas, a ONUCI defendeu as suas ações contra o complexo e o armamento de Gbagbo. Ela argumentou que essa foi uma medida proativa para proteger os civis em Abidjan do tiroteio indiscriminado das forças de Gbagbo. Além disso, seu partido violou o acordo de paz e a ONUCI não poderia ficar passiva e comprometer a paz. O Conselho de Segurança na Resolução 1975 deu à ONUCI um mandato mais forte e, com o apoio das tropas francesas, tentou proteger os civis sob ameaça iminente

43 Hannah Smidt, "Mitigating election violence locally: UN peacekeepers' election-education campaigns in Côte d'Ivoire," https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0022343319884993, accessed on November 18 2020.

de violência física. Ao esclarecer o envolvimento da ONUCI em 11 de abril de 2011, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, insinuou que "As Nações Unidas, juntamente com as forças [francesas], têm... tentado impedir que armas pesadas matem a população civil, e nós realmente tivemos de defender a segurança e proteção das forças de paz das Nações Unidas... Isso é exatamente o que fizemos em conformidade com o mandato do Conselho de Segurança."[44] No entanto, isto foi condenado pelo Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Lavrov, que considerou que as forças de paz foram longe demais em suas operações.

Após o encerramento das operações da ONU na Costa do Marfim em 30 de junho de 2017, a situação da segurança continuou frágil. Embora a recuperação pós-guerra tenha sido rápida, a retirada ocorreu em meio à impunidade, com um exército fraturado e propenso a motins que ameaçava a estabilidade em longo prazo deste gigante econômico da África Ocidental Francesa. Era um sinal de que a paz permanecia provisória (Novosseloff 2018). Embora Ouattara tenha trazido rápida recuperação econômica com investidores internacionais a afluírem ao país, houve problemas de um tipo diferente. Uma onda de motins no exército representou a ruína para o país. Isso expôs claramente a incapacidade do governo em controlar o exército constituído no pós-guerra. Também ficou claro que o governo precisava abordar a impunidade generalizada e a falta de disciplina nas forças armadas. Ex-rebeldes no exército pediram bônus e, em duas ocasiões, forçaram o governo a ceder, enquanto a violência se espalhava pelas cidades e vilas. O acordo de paz de 2007 que integrou líderes rebeldes importantes na administração ainda mostrou que divisões profundas permaneciam mesmo com a partida das operações de paz da ONU na Costa do Marfim.

Em manifestação de medo quanto ao futuro da Costa do Marfim após a ONUCI, um estudante em Abidjan argumentou que "A missão da ONU deveria permanecer lá mais alguns anos durante o processo de reconciliação e reestruturação do exército." Para fortalecer os seus argumentos, ele disse que "As sementes que levaram à crise anterior estão reaparecendo gradualmente."[45] Este incidente revelou que a Costa do Marfim ainda estava a braços com uma cultura de impunidade enraizada, precisando reformar os serviços de segurança, reforçar o estado de direito e sarar as feridas políticas que dividiram o país em um norte controlado por rebeldes e em um sul

44 Rebecca Friedrichs, "Côte D'Ivoire: UN Peacekeeping, Impartiality and Protection of Civilians," https://www.stimson.org/2011/cote-divoire-un-peacekeeping-impartiality-and-protection-civilians/, accessed on November 18 2020.

45 "UN Ends Peacekeeping Mission in Ivory Coast," https://www.voanews.com/africa/un-ends-peacekeeping-mission-ivory-coast, accessed on November 18 2020.

controlado pelo governo. Os comandantes e líderes do exército implicados numa década de graves violações dos direitos humanos em ambos os lados da divisão político-militar não tinham sido responsabilizados por seus atos no momento em que a ONUCI abandonou o país.[46] Não foi, portanto, uma surpresa quando as eleições de 2020 resultaram em muitas mortes. Ouattara desafiou todas as probabilidades, modificou a constituição e concorreu a um terceiro mandato. Os serviços de segurança do país permanecem altamente polarizados e são uma bomba-relógio. Alguma lição foi aprendida com as operações da ONU na Costa do Marfim ao longo de mais de treze anos?

Lições Aprendidas?

A ONUCI esteve na Costa do Marfim de 2004 a 2017, durando mais de treze anos durante os quais tentou garantir eleições livres e justas no país, fortaleceu as instituições frágeis do país, protegeu a população civil e construiu algum nível de confiança entre o povo marfinense. Antes da redução de escala e eventual partida da ONUCI, várias questões foram levantadas baseadas essencialmente na experiência de campo. Essas questões destinavam-se a manter a paz no país, especialmente após as eleições presidenciais bem-sucedidas e pacíficas de 2015 e as eleições legislativas de 2016. O país havia se transformado, por assim dizer, num refúgio de paz, e havia uma aparente necessidade de oportunidades e prosperidade para todos. A ONUCI também se orgulhou de ter construído confiança com as organizações da sociedade civil na Costa do Marfim e o governo, o qual eles esperavam que continuaria depois que a missão terminasse no país. A estabilidade do país teve um custo enorme, entre o qual a morte de mais de cento e cinquenta militares e civis das Nações Unidas.

As autoridades da Costa do Marfim foram convidadas a manter a paz para evitar que isso acontecesse novamente. A economia da Costa do Marfim havia sido reconstruída e os cidadãos do país deveriam sentir o benefício trazido pela paz ao desenvolvimento social. Houve um apelo por uma alternância de poder tranquila nas eleições presidenciais de 2020 se o país quisesse permanecer no caminho da paz e da prosperidade e para fortalecer suas instituições democráticas.[47] Outras questões que a ONUCI aconselhou

46 Joe Bavier, "U.N. Closes Ivory Coast Mission, Security Remains Fragile," https://www.reuters.com/article/us-ivorycoast-un-peacekeepers-idUSKBN19L1VK, accessed on November 18 2020.

47 Statement by Ambassador Peter Wilson, UK Deputy Permanent Representative to the United Nations, on the situation in Cote d'Ivoire, https://www.gov.uk/government/speeches/the-united-nations-operation-in-cote-divoire-will-close-after-13-years-of-service-in-that-time-cote-divoire-has-been-transformed, accessed on November 18 2020.

as autoridades marfinenses a levar em consideração foram a oportunidade de focar na coesão social, na justiça transicional e no crescimento econômico inclusivo. Era hora também de usar a paz e a estabilidade duramente conquistadas para focar no desenvolvimento a longo prazo no país.[48]

Após o anúncio da retirada pela ONU de mais de 6000 capacetes azuis da Costa do Marfim, houve uma profusão de declarações de que tudo tinha corrido bem e de que o país iria prosperar. O Embaixador da França na ONU opinou que a suspensão das sanções mostrava "o incrível caminho percorrido pela Costa do Marfim rumo à paz, reconciliação e segurança."[49] Por sua vez, o Embaixador da Costa do Marfim na ONU, Bouah-Kamon, disse que seu "país focaria agora em implementar a modernização militar e as reformas de segurança."[50] A questão que se coloca hoje é o quão longe o país foi nessa direção. Ouattara aqueceu a atmosfera política mais uma vez com a sua inclinação a agarrar-se ao poder. As rachaduras entre o norte e o sul ainda são visíveis e os falcões políticos continuam brincando com o povo da Costa do Marfim através de suas queixas seculares uns contra os outros. O setor da segurança ainda é volátil e, se não for gerido adequadamente, poderá trazer maior ruína para o país. Por conseguinte, há necessidade de construir sobre os alicerces estabelecidos pela ONUCI e aprender com os seus erros para que a Costa do Marfim possa recuperar de uma vez por todas a estabilidade do passado.

Conclusão

Neste capítulo, examinamos o papel que a ONU, através das suas operações de manutenção da paz, desempenhou ao contribuir para o retorno à paz, abordando os problemas sócio-políticos da Costa do Marfim, embora não sem sérios desafios e críticas. Através das suas numerosas atividades, a ONUCI tentou proteger a população, construir uma sociedade civil viável, prestar assistência humanitária, reformar o setor da segurança, educação cívica eleitoral, entre outros. A missão foi estabelecida na Costa do Marfim por causa do fracasso das partes em respeitar um acordo de cessar-fogo e pela disposição egoísta e egocêntrica dos atores políticos do país, entre outras

48 Colleen Traughber, "A Peacekeeping Success Story in Côte d'Ivoire, "http://2007-2017-blogs.state.gov/stories/2016/12/08/peacekeeping-success-story-c-te-d-ivoire.html, accessed on November 18 2020.

49 UN to End Peacekeeping Mission in Ivory Coast, https://www.dw.com/en/un-to-end-peacekeeping-mission-in-ivory-coast/a-19223843, accessed on November 18 2020.

50 Ibid.

questões. O estabelecimento de uma missão de paz pela ONU abordou uma série de questões e, no momento em que seu mandato terminou, muito havia sido feito e as autoridades marfinenses foram levadas a entender que ainda havia questões difíceis a serem abordadas e acompanhadas. A recente crise após a reeleição de Ouattara, contrária à constituição que ele modificou, mostra que o país está à beira de um precipício e exigiria coragem da classe política para superar as diferenças e convocar verdadeiramente a reconciliação nacional, que proporcionaria um clima sócio-político propício para a Costa do Marfim recuperar a posição invejável do gigante econômico da África Ocidental, deixando a Nigéria de lado.

Referências

81mm Shells Fired on Abobo Claimed about a Hundred Victims, ONUCI Says, Press Release ONUCI- 984.

Ahouangan, Agossou Lucien. "Conflict Resolution and the UN Peacekeeping Operation in Côte d'Ivoire." https://www.e-ir.info/2019/02/25/conflict-resolution-and-the-un-peacekeeping-operation-in-cote-divoire/, accessed on November 17, 2020.

A New Media Campaign against ONUCI, Press Release ONUCI – 957.

"A Peacekeeping Success Story in Côte d'Ivoire." http://2007-2017-blogs.state.gov/stories/2016/12/08/peacekeeping-success-story-c-te-d-ivoire.html, accessed on November 18 2020.

Bavier, Joe. "U.N. closes Ivory Coast mission, security remains fragile." https://www.reuters.com/article/us-ivorycoast-un-peacekeepers-idUSKBN19L1VK, accessed on November 18 2020.

Cissé, Babacar. "Sustainable Peace in Cote d'Ivoire Depends on Strengthening Social Cohesion." In Women, Key Players in Conflict Prevention, UNOWAS Magazine 2019.www.unowas.unmissions.org

"Cote d'Ivoire: A Success Story for UN Peacekeeping Missions." https://reliefweb.int/report/c-te-divoire/cote-d-ivoire-success-story-un-peacekeeping-missions, accessed on November 18 2020.

"Côte d'Ivoire: UN Peacekeeping Mission Ends." https://www.hrw.org/news/2017/06/30/cote-divoire-un-peacekeeping-mission-ends, accessed on November 17 2020.

Declaration de L'ONUCI a L'occasion des marches du RHDP.

Editor, A.T. "UN marks the end of its peacekeeping mission in Côte d'Ivoire." https://africatimes.com/2017/06/30/un-marks-the-end-of-its-

peacekeeping-mission-in-cote-divoire/, accessed on November 18 2020.

Forces from President Gbagbo's Camp Shoot at ONUCI Peacekeepers in charge of Security of Kenyan's Prime Minister's Delegation, Press Release ONUCI – 964.

Friedrichs, Rebecca. "Côte D'Ivoire: UN Peacekeeping, Impartiality and Protection of Civilians." https://www.stimson.org/2011/cote-divoire-un-peacekeeping-impartiality-and-protection-civilians/, accessed on November 18 2020.

General Hafiz Looks Back with Pride at his Record as Head of ONUCI's Force, Press Release ONUCI – 986.

Head of UN Peace keeping Operations Visits Cote d'Ivoire. Press Release ONUCI 952.

Impartial Forces Prepare President Ouattara Investiture, Press Release ONUCI – 1013.

Information Note/1080: ONUCI Worried at the Humanitarian Situation at Duékoué, Duékoué 30 March 2011.

Inter-Agency Mission in the Western Cote d'Ivoire, More than 16000I Internally Displaced Persons, Press Release ONUCI – 958.

Introductory Remarks by SRSG Y.J. Choi on the Conduct of the Presidential Elections, Abidjan 1 November 2010.

Introductory Remarks to the Press Conference by Y.J. Choi SRSG, ONUCI, Abidjan 20 December 2010.

Ivory Coast United Nations Operation in Cote d'Ivoire (ONUCI) African Politics, African Peace, World Peace Foundation.

Ivorian Crisis at the Centre of Meeting of Heads of Peacekeeping Missions, Press Release ONUCI – 977.

Lacroix, Jean-Pierre. "Peace, Progress and Potential: The Legacy of UN Peacekeeping in Liberia, Côte d'Ivoire and Sierra Leone." https://medium.com/@UNPeacekeeping/peace-progress-and-potential-the-legacy-of-un-peacekeeping-in-liberia-c%C3%B4te-divoire-and-sierra-696ef83cb165, accessed on November 18 2020.

Lacroix, Jean-Pierre. "Opinion: UN peacekeeping at a crossroads." https://www.devex.com/news/opinion-un-peacekeeping-at-a-crossroads-92440, Nov 18 2020.

Le Chef de L'ONUCI Echange avec le President Ouattara, Communiqué de Presse ONUCI – 970.

"Mitigating election violence locally: UN peacekeepers' election-education campaigns in Côte d'Ivoire." https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0022343319884993, Nov 18 2020.

Novosseloff, Alexandra. 2018a. Lessons Learned from the UN's Transition in Cote d'Ivoire. International Peace Institute.

Novosseloff, Alexandra. 2018b. The Many Lives of a Peacekeeping Mission: The UN Operation in Cote d'Ivoire. International Peace Institute.

Physical Attack against ONUCI Personnel and Property, Press Release ONUCI – 961.

Resolution 1842 (2008) Adopted by the Security Council in its 6004th Meeting on 29 October 2008.

Retranscription du point de presse du Representant special du Secretaire general de l'ONU pour la Cote d'Ivoire, Abidjan, Le 3 December 2010.

Role of the United Nations Operation in Cote d'Ivoire Special Report of the Secretary General United Nations Security Council, S/2018/968.

Seventeenth Progress Report of the Secretary General on the United Nations Operation in Cote d'Ivoire. United Nations Security Council, S/2008/451.

Sixteenth Progress Report of the Secretary General on the United Nations Operation in Cote d'Ivoire. United Nations Security Council, S/2008/250.

Smidt, Hannah "Mitigating election violence locally: UN peacekeepers' election-education campaigns in Côte d'Ivoire," https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0022343319884993, accessed on November 18 2020.

Statement by Ambassador Peter Wilson, UK Deputy Permanent Representative to the United Nations, on the situation in Cote d'Ivoire, https://www.gov.uk/government/speeches/the-united-nations-operation-in-cote-divoire-will-close-after-13-years-of-service-in-that-time-cote-divoire-has-been-transformed, accessed on November 18 2020.

Statement on the Second Round of the Presidential Election Held on 28 November 2010 by Y.J. Choi SRSG, ONUCI, Abidjan 8 December 2010.

Summary of Press Conference of the Head of UN Department of Peacekeeping Operations: Alain Le Roy Denounces Incitement to Hatred against ONUCI, Abidjan 29 December 2010.

Summary of Press Conference by the Special Representative of the UN Secretary General for Cote d'Ivoire.

Summary of Press Conference of Chairman of Monitoring Committee on Resolution 1946: ONUCI Will Record Obstructions to Peace Process, Abidjan 13 December 2010.

Summary of Press Conference of the Special Representative of the UN Secretary General for Cote d'Ivoire: ONUCI Chief Welcomes the Announcement of the Provisional Election Results, Abidjan 4 November 2010.

Summary of Press Conference of the Special Representative of the UN Secretary General for Cote d'Ivoire, Abidjan 29 November 2010.

Summary of Press Conference of the Special Representative of the UN Secretary for Cote d'Ivoire: ONUCI will Continue to Serve Ivorians, Special Representative YJ Special Representative Ekoi Eko Mandem.

Summary of Press Conference of the Special Representative of the UN General assembly for Cote d'Ivoire 20 December 2010, Abidjan 8 December 2010.

Summary of ONUCI Weekly Press Conference: ONUCI Reiterates its Appeal for Calm Face with Increasing Violence, Abidjan 13 January 2011.

Summary of ONUCI Weekly Press Conference: Y.J. Choi to Attend African Union Summit in Addis Ababa, Abidjan 27 January 2011.

Summary of ONUCI Weekly Press Conference: ONUCI Chief Returns to Abidjan after Missions to Addis Ababa and New York, Abidjan 10 February 2011.

Summary of ONUCI Weekly Press Conference: Two West African Countries Offer Troops to ONUCI, Abidjan 17 February 2011.

Summary of ONUCI Weekly Press Conference: ONUCI Chief Deplores the Increasing Suffering of Ivorians and Reaffirm the Mission's Impartiality, Abidjan 11 March 2011.

Summary of ONUCI Weekly Press Conference: ONUCI Appeals to Military Forces to Preserve the Lives of the Population, ONUCI, Abidjan 13 March 2011.

Summary of ONUCI Weekly Press Conference: Post Electoral Violence Claims New Victims Says ONUCI, Abidjan 24 March 2011.

Summary of ONUCI Weekly Press Conference: ONUCI Deplores Fighting in Yopougon and Abobo, Abidjan 21 April 2011.

Summary of ONUCI Weekly Press Conference: ONUCI's Future Role under Preparation, Abidjan 5 May 2011.

Summary of UN Weekly Press Conference: ONUCI Mobilises Resources for Inauguration of President Ouattara, Abidjan 19 May 2011.

Summary of ONUCI Weekly Press Conference: Post-Elections Violence Claims More than 1000 Lives in Western Cote d'Ivoire, According to ONUCI Report, Abidjan 26 May 2011.

Summary of ONUCI Weekly Press Conference: The Humanitarian Situation Remains a Cause for Concern, the Humanitarian Coordinator Stressed, Abidjan 28 April 2011.

Summary of ONUCI Weekly Press Conference: ONUCI Associates Itself with the Mourning of Ivorian People, Abidjan, 12 May 2011.

Summary of ONUCI Weekly Press Conference: ONUCI Concerned about the Situation in Schools in the Southwest of Cote d'Ivoire, Abidjan 2 June 2011.

Summary of ONUCI Weekly Conference: Some 1200 Ex-Combatants Hand in their Weapons to ONUCI, M'Bahiarkro 16 June 2011.

"The United Nations Operation in Cote d'Ivoire will close, after 13 years of service. In that time, Cote d'Ivoire has been transformed." https://www.gov.uk/government/speeches/the-united-nations-operation-in-cote-divoire-will-close-after-13-years-of-service-in-that-time-cote-divoire-has-been-transformed, Nov 18 2020.

Transcript of an Interview Given to Afreekelection by the Spokesman of ONUCI, Hamadoun Touré, Abidjan 14 February 2011.

Traughber, Colleen. "A Peacekeeping Success Story in Côte d'Ivoire," http://2007-2017-blogs.state.gov/stories/2016/12/08/peacekeeping-success-story-c-te-d-ivoire.html, accessed on November 18 2020.

Troops and Police Contributing Countries Welcome the Work Done by ONUCI. Press Release ONUCI 968.

"UN Ends Peacekeeping Mission in Ivory Coast." https://www.voanews.com/africa/un-ends-peacekeeping-mission-ivory-coast, accessed on November 17 2020.

UN Secretary General Meets with President Ouattara after his Inauguration, Press Release ONUCI – 1017.

UN to End Peacekeeping Mission in Ivory Coast, https://www.dw.com/en/un-to-end-peacekeeping-mission-in-ivory-coast/a-19223843, accessed on November 18 2020.

ONUCI Chiefs Discusses Post-Electoral Situation with Archbishop of Abidjan, Press Release ONUCI -946.

ONUCI Chief Discusses Security Arrangements for Election Run-off with RHDP, Abidjan 24 November 2010.

ONUCI Chief Meets President Alassane Ouattara, Press Release ONUCI –

944.
ONUCI Chief Receives Kings and Traditional Leaders, Press Release ONUCI – 1027.
ONUCI Concerned about the Use of Heavy Weapons against the Civilian Population in Abidjan, Press Release ONUCI – 985.
ONUCI Condemns Attack on its Helicopter by the Forces Republicaines, Press Release ONUCI – 987.
ONUCI Condemns Deadly Violence in Cote d'Ivoire, Press Release ONUCI – 981.
ONUCI Denounces the Gbagbo Camp's New Propaganda Phase, Press Release ONUCI – 975.
ONUCI Denounces the Killing of Innocent Civilians, Press Release ONUCI – 988.
ONUCI Deplores Ambush on Peacekeepers in Abidjan, Press Release ONUCI – 959.
ONUCI Deplores Continuous Attempts to Hinder its Movements, Press Release ONUCI- 967.
ONUCI Deplores the Level of Post-Electoral Violence, Press Release ONUCI – 972.
ONUCI HG Continues to Come under Fire from Gbagbo's Special Forces, Press Release ONUCI – 998.
ONUCI Intensifies its Patrols, Press Release ONUCI – 947.
ONUCI, NGOs Conduct Sensitisation for a Peaceful Post-Election Environment in Soko and Wélékéhi, Information Note 1030.
ONUCI Organises Peace Parade through the Streets of Abidjan, Press Release ONUCI – 1007.
ONUCI Peacekeepers did not Shoot at Crowd at Abobo, Press Release ONUCI – 955.
ONUCI Reaffirms its Military Impartiality, Press Release ONUCI -971.
ONUCI Runs Awareness-Raising Session for Women in Nagnenefoun on Preserving Peaceful Post-Election Environment, Information Note 1031, Korhogo 9 January 2011.
ONUCI will Help Cote d'Ivoire close the Post-Election Parenthesis. Press Release ONUCI – 956.
United Nations Secretary General Visits Camp for Internally Displaced Persons, Press Release ONUCI, - 1020.
"UN to end peacekeeping mission in Ivory Coast." https://www.dw.com/en/

un-to-end-peacekeeping-mission-in-ivory-coast/a-19223843, Nov 18 2020.

Video-Conference by Secretary-General's Special Representative for Cote d'Ivoire.

Y.J. Choi Responds to Questions on the Post-Electoral crisis from the Media in New York, Press Release ONUCI- 965

RESUMO
Neste artigo, argumentamos que a missão de manutenção da paz das Nações Unidas na Costa do Marfim contribuiu para o retorno da paz no país, mas encontrou enormes desafios e críticas contundentes. A missão foi estabelecida em abril de 2004 com o objetivo de normalizar a tensa atmosfera política em um país dividido onde forças rebeldes (*Forces Nouvelles*) controlavam o Norte da Costa do Marfim e as forças do governo controlavam a parte Sul do país. A missão deveria construir a segurança comunitária, a confiança nas pessoas e nas instituições e proteger os direitos humanos em um país dilacerado pela guerra civil. Antes do acordo de cessar-fogo de 2002-2003 entre os beligerantes, o terreno político da Costa do Marfim estava fortemente poluído, sem acordo sobre quase todas as questões espinhosas. Isso ampliou as fissuras regionais e políticas no país, e a precária situação dos direitos humanos reacendeu a violência política. Além disso, a concertação eleitoral anterior alimentou a desconfiança entre os políticos e a indisciplina reinava suprema no exército, ameaçando a paz. Comandantes do exército haviam sujado as mãos na exploração ilícita de recursos naturais e soldados ergueram postos de controle clandestinos para extorquir dinheiro da população. A violência de gênero era generalizada e falcões políticos, tragicamente iludidos, não protegiam a população. Através de uma análise de conteúdo de documentos essencialmente produzidos pelas operações da ONU na Costa do Marfim (ONUCI), concluímos que ela foi capaz de navegar por inúmeros obstáculos em meio a acusações, contra-acusações e críticas virulentas.

PALAVRAS-CHAVE
ONUCI, Costa do Marfim, Operações de Paz, Guerra Civil, Direitos Humanos

Recebido em 11 de setembro de 2024
Aprovado em 27 de outubro de 2025

Traduzido por Eduardo Kenzo Maruju

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.14, n.28, Jul./Dez. 2025 | p.230-252

O CONSTRUTIVISMO SOCIAL EM RI PODE MOLDAR AS POLÍTICAS EXTERNAS? UM CASO DAS RELAÇÕES COREIA DO NORTE-CHINA

Anmol Mukhia[1]

Introdução

Por que a Coreia do Norte e a China ainda são consideradas irmãs de sangue na política do Nordeste Asiático? A resposta a essa pergunta reside nas relações simbólicas abordadas neste artigo. A Coreia do Norte funciona como uma zona tampão no Nordeste Asiático, com uma área de apenas 120.540 km², menor do que a província de Jilin, na China, com a qual compartilha a maior parte de sua fronteira junto ao estuário do rio Yalu. É importante compreender a cultura norte-coreana, que se distingue por sua história e sua forte ligação com a China no que diz respeito à "Guerra da Coreia" (1950-53), em vez de se basear na percepção dos realistas sobre fatores materiais, utilizando pressupostos de "equilíbrio de poder" ou "ameaça". Observar essas relações norte-coreanas por meio de fatores materiais leva a uma compreensão incompleta, pois ignora a conexão social e cultural que persiste entre a RPDC (República Popular Democrática da Coreia ou Coreia do Norte) e a RPC (República Popular da China ou China), o que pode ser atribuído a conexões históricas e simbólicas de longa data. A RPDC e a RPC mantêm relações de "lábios e dentes", especialmente desde a Guerra da Coreia, de 1950 a 1953. Na Coreia do Norte, essa amizade é conhecida como young ch'inson (amizade coreano-chinesa), e na China, essa relação é chamada de youyì (友谊) ou Kunshan (親善) entre a China e a RPDC (Kwon, Heonik 2013). Cerca de 2 milhões de pessoas da etnia coreana vivem na Prefeitura Autônoma Coreana de Yanbian, na China, e em suas redondezas (Kim, 2003, p. 103). A Coreia

1 South Asian University, Nova Deli, Índia. E-mail: anmol.mukhia@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9815-5729..

do Norte e a China têm um entendimento simbólico comum de "irmãos de sangue" desde a década de 1950 (Yoon & Lee, 2013, p. 19). A denominação de "irmãos de sangue" tem origem na aliança militar entre os dois países durante a Guerra da Coreia. Oficialmente, a relação entre esses dois Estados também simboliza "relações de lábios e dentes", referindo-se ao profundo vínculo entre a Coreia do Norte e a China.[2]

A Guerra da Coreia teve início às 4h da manhã de domingo, 25 de junho de 1950, quando as forças norte-coreanas marcharam em direção à Coreia do Sul a partir do Corredor de Uijongbu, numa tentativa de reunificar a Coreia (Thomas & Abbott, 1986, p. 3). No entanto, o exército sul-coreano, por outro lado, conseguiu repelir os soldados norte-coreanos, não por conta própria, mas com a ajuda dos Estados Unidos. Isso levou a China a intensificar suas atividades nas fronteiras, com o objetivo de eliminar qualquer hegemonia estrangeira no Nordeste Asiático. Na noite de 19 de outubro de 1950, mais de 360 mil Voluntários do Povo Chinês cruzaram o rio Yalu para socorrer seus irmãos simbólicos norte-coreanos. Lee Kwon-mu escreve no jornal Rodong Sinmun, em um artigo intitulado "Laços invencíveis entre os povos coreano e chinês, cimentados com sangue", destacando a amizade e a solidariedade durante a guerra patriótica de libertação do povo coreano.[3] Muitos analistas, no entanto, não aprofundam a explicação das relações entre a Coreia do Norte e a China como uma aliança, ou partem do modelo realista do "equilíbrio de poder" e do "equilíbrio de ameaças". A perspectiva realista considera ainda que o Estado age em seu próprio interesse e é motivado pelo desejo de sobrevivência e segurança (Slaughter, 2011, p. 1-2). A literatura existente conta com trabalhos extensos sobre as relações entre a Coreia do Norte e a China como uma "Aliança Assimétrica", "Camaradagem" ou "Relação Especial" (Dwivedi, 2012; Cho, 2021; Hoshino & Hiraiwa, 2020). Essa literatura tem se concentrado no "problema da economia", no "problema da guerra" ou no "problema do comunismo versus capitalismo", o que leva os Estados a se unirem em seu apoio. Todas essas questões também contribuem para a compreensão das relações simbólicas da Coreia do Norte, mas não chegam a explicar os laços mais fortes que são produto da construção social. Ignorar as diferenças sociais levou a uma falta de compreensão em muitos níveis: categorização social, violência étnica, problemas de migração e, mais importante, políticas de base cultural, etc.

2 Xinhua News, Liu Yushan visita a Coreia do Norte. 9 de outubro, 2015. URL: http://www.xinhuanet.com/world/cnleaders/liuyunshan/lys201510chx/yw.htm (acessado: 21.06.2021).

3 FBIS Daily Report, Foreign Radio Broadcasts, FBIS-FRB-55-062 em 1955-03-30, sob a manchete: North Korea (1955: FFF3). URL: http://phw01.newsbank.com/cache//fbis2/fullsize/sp_1315B186B9EBAAD0.pdf (accessado: 23.02.2018).

De acordo com Jonathan Corrado (2021), os formuladores de políticas ocidentais (principalmente dos EUA) não conseguiram prever o interesse da China na Guerra da Coreia e a ligação sociocultural da Coreia do Norte com a China (Corrado, 2021, p. 1). Asmolov (2020) afirma que o governo chinês relembra a Guerra da Coreia como uma ocasião em que a China defendeu nobremente a Coreia do Norte contra uma invasão externa. Além disso, a Guerra da Coreia foi percebida como uma guerra contra a própria China, na qual o Ocidente contribuiu para a escalada do conflito contra todo o mundo comunista. Ele argumenta que a entrada da China na Guerra da Coreia foi, portanto, vista não como um conflito, mas como uma medida preventiva contra a Terceira Guerra Mundial.[4] Foi percebida como uma medida defensiva que gradualmente construiu a ideia de camaradagem.

Eu defendo que a explicação construtivista pode ser adequada para explicar a dinâmica das relações entre a Coreia do Norte e a China, pois ela leva em conta a história e as dinâmicas sociais dentro dos próprios Estados para determinar seus resultados. Os construtivistas sociais veem "a anarquia como aquilo que o Estado faz dela" como os fatores normativos que levam o Estado a demonstrar suas ações. As constantes interações sociais entre os líderes norte-coreanos e chineses ao longo da Guerra Civil Chinesa (1927-49) e da Guerra da Coreia (1950-53) os levaram a obter uma compreensão mais profunda da assimilação das culturas, ideias e ideologias uns dos outros, em comparação com um mundo menos interativo. A confiança mútua e a cooperação por meio da troca de ideias e interesses entre os Estados se desenvolveram ainda mais para buscar a paz. A explicação construtivista pode explicar melhor o dinamismo das relações entre a Coreia do Norte e a China ao analisar a história e a dinâmica social do Estado.

Estrutura Conceitual

A abordagem construtivista das relações internacionais difere das abordagens realista e liberal ao afirmar que rejeita a base material da interação social. Em vez disso, ela sustenta que as interações sociais criam um entendimento comum e moldam a realidade material. Em um espectro mais amplo, o Construtivismo Social nas Relações Internacionais explica a afirmação epistemológica de que o conhecimento é socialmente construído, a afirmação ontológica de que a realidade social é construída e a afirmação reflexiva de que

4 Asmolov, K., "How Truthful is China's Stance on the Korean War?", New Eastern Outlook. 16 de nov., 2020. URL: https://journal-neo.org/2020/11/16/how-truthful-is-china-s-stance-on-the-korean-war/ (accessado: 06.05.2022).

conhecimento e realidade são mutuamente constitutivos (Jung, 2019, p. 2). De acordo com Alexander Wendt (1999), as relações internacionais são uma realidade socialmente construída com base em dois princípios construtivistas básicos: 1) a associação humana é determinada principalmente por ideias compartilhadas, e não por forças materiais, e 2) as identidades e os interesses de um ator são construídos por ideias compartilhadas, e não por uma natureza pré-determinada (Wendt, 1999, p. 1).

As teorias construtivistas abordam as ciências sociais, analisando como a "realidade", incluindo os "interesses" que, em parte, definem a identidade do ator, é socialmente construída (Katzenstein et al., 1998, p. 646). Robin O. Andreasen (2000), em seu estudo, destaca a raça (raça coreana, raça amarela, etc.) como socialmente construída (Andreasen, 2000, p. 654). As interações sociais criam um entendimento compartilhado da realidade material ou das estruturas da vida cotidiana. Por sua vez, essas estruturas ajudam a reforçar ou enfraquecer novos entendimentos compartilhados. O artigo de Wendt (1992) "Anarchy is what the State makes of it" sugere que a anarquia no sistema internacional não é um dado construtivista, mas herdada pelo próprio sistema. Da mesma forma, a existência de um Estado não se baseia em fundamentos materiais, mas em um entendimento e crença compartilhados que dão sentido a esses fundamentos. Por exemplo, os EUA mantêm um arsenal nuclear de cerca de 7.500 ogivas, e a Rússia possui um número semelhante; a França tem cerca de 300 ogivas, a China cerca de 250, o Reino Unido cerca de 200, a Índia 100, o Paquistão 100, Israel 80 e a Coreia do Norte possui aproximadamente oito ogivas. Cada uma dessas ogivas nucleares poderia causar danos imensos, destruindo rapidamente uma cidade como Nova York ou São Francisco. No entanto, por que é que consideramos as oito ogivas nucleares da Coreia do Norte como uma crise existencial para a segurança dos EUA, mas não expressamos nenhuma preocupação com as 200 do Reino Unido? Por que é que os EUA estão tão preocupados com a ameaça representada pelo potencial desenvolvimento de armas nucleares pelo Irã, mas não com a posse efetiva dessas armas por parte de Israel? Wendt oferece uma possível explicação: os Estados agem de maneira diferente em relação aos inimigos do que em relação aos amigos, porque os inimigos são ameaçadores e os amigos não. A política externa de cada país pode ser vista, em parte, pelo menos como um reflexo da história da nação e do entendimento comum que se tem dela.

Um construtivista argumenta que essas ideias e interesses são relevantes nas relações internacionais. Eles rejeitam as afirmações realistas de que a natureza do sistema internacional é um dado adquirido, bem como os requisitos de autossuficiência e sobrevivência decorrentes dessa

afirmação. Também criticam as afirmações liberais sobre a possibilidade inerente de cooperação e a preocupação primordial com a proteção dos direitos humanos e o estabelecimento de uma ordem internacional liberal. De fato, os construtivistas argumentam que as ideias e identidades moldam as identidades nacionais, os objetivos da política externa e todas as relações internacionais. A cultura política, a natureza do governo, a história e a política interna podem moldar as identidades nacionais, que podem ser únicas para países específicos. O Estado possui identidades, e os Estados-nação não são todos iguais. A Coreia do Norte e a China apresentam identidades muito diferentes das da Coreia do Sul e dos EUA. Além disso, como resultado, o Estado se comporta de maneiras diferentes.

O construtivismo também nos oferece uma maneira de refletir sobre o papel das normas na política global. As normas são padrões de comportamento adequado para atores específicos nas relações internacionais, que determinam como os atores devem agir. As normas não estão necessariamente codificadas no direito internacional e servem como um guia para o comportamento de um Estado. Elas surgem à medida que atores individuais promovem ideias sobre como o sistema internacional deve funcionar e como deveria ser. Por meio da persuasão, eles podem convencer outros atores — eventualmente, Estados e organizações internacionais — da importância dessas normas. As normas se tornaram operacionais por meio da prática, e normas de "relações de lábios e dentes" ou de "irmãos de sangue" incentivaram a Coreia do Norte e a China a apoiarem-se mutuamente durante a Guerra da Coreia.

Assim, o significado coletivo constitui as estruturas em torno das quais organizamos nossas ações. Esse entendimento compartilhado também se manifesta no âmbito interno, afetando a política externa e a tomada de decisões. A seguir, apresentamos os pontos-chave relativos ao construtivismo social: 1) Em primeiro lugar, a identidade é importante, e as crenças sobre o sistema internacional moldam sua função e estrutura, bem como sua realidade. 2) Os interesses dos atores não devem ser considerados como um dado adquirido; em vez disso, devem ser vistos como reflexos de suas identidades e baseados em percepções que podem mudar ao longo do tempo. 3) O interesse não existe para ser descoberto; ele é construído por meio da interação social. 4) As normas são importantes; o entendimento compartilhado, ou seja, as normas de comportamento esperado, pode moldar ou restringir o comportamento dos atores no sistema internacional. Este artigo utilizará a abordagem construtivista e se concentrará nas seguintes premissas básicas nas relações norte-coreanas: i) a interação entre a Coreia do Norte e a China não é moldada por fatores materiais, mas principalmente por fatores ideacionais; ii) os fatores ideacionais mais significativos neste contexto são a

crença intersubjetiva de "irmãos de sangue" ou "relações de lábios e dentes"; iii) e essas crenças constroem as identidades e os interesses dos atores.

Os fatores ideacionais na transição das relações entre a Coreia do Norte e a China. Um construtivista não possui um modelo ou método único para interpretar o discurso intersubjetivo. Ele escolhe o método e as ferramentas analíticas mais adequadas à questão de pesquisa, com o auxílio de rastreamento de processos, entrevistas, observação participante, análise de conteúdo etc., para captar significados intersubjetivos (Finnemore & Sikkink, 2001). O construtivismo convencional tradicionalmente se concentra em conjunturas históricas, onde se desenvolvem novos arranjos estruturais e interações entre estruturas e agentes existentes. Por exemplo, Iain Johnston desenvolveu um argumento construtivista para explicar a consistente estratégia de segurança militante da China (Katzenstein et al., 1998, p. 676). Os construtivistas convencionais seguem as tarefas metodológicas dos campos nacionalista ou utilitarista, reunindo evidências e fundamentando-as com uma explicação. O artigo explicará as relações entre a Coreia do Norte e a China, destacando significados sociais e culturais através das lentes do construtivismo convencional (Startt & Sloan, 2003). Os relatórios do Foreign Broadcast Information Service (FBIS) e o jornal Pyongyang Times (semanal) são estudados contextualmente para coletar os dados e acompanhar o padrão. Isso nos ajuda a entender por que a Coreia do Norte e a China eram consideradas "irmãos de sangue" ou mantinham uma relação de "lábios e dentes" a partir da abordagem do construtivismo social.

Estado como um Construto Social

Para compreender a Coreia do Norte como uma construção social, precisamos entender como os Estados são socialmente construídos. O fator material de um Estado consiste principalmente em seu território, população, economia etc., mas os Estados também são criados por ideias (comunismo), cultura (secular, étnica) e normas (Estado de Direito). O que faz da Coreia do Norte – a Coreia do Norte? É a infraestrutura? Ou são as forças armadas? Ou é o sistema de governo? Os construtivistas argumentam que é o senso compartilhado de identidade reivindicado pelos norte-coreanos. Além disso, é uma crença compartilhada que provém da própria existência norte-coreana. No sistema internacional, um Estado não poderia existir sem seu território, nem um território sem o Estado. No entanto, quando o sistema internacional muda, as fronteiras estatais também mudam, e as pessoas dentro dele adotam ou encontram novas identidades e culturas com base em suas normas. Isso pode ser refletido na biografia traduzida de Kim Il Sung publicada em Pyongyang,

que mostra que ele frequentou o ensino médio em Jilin (nordeste da China), conhecida como a "Segunda Xangai", onde se reuniam revolucionários coreanos. Ele aprendeu gradualmente a conduzir e organizar o sindicato dos camponeses em Xinantun, na aldeia de Jiangdong, em Kalun Dahuanggou, etc. (Foreign et al., 2008). Aos poucos, a sociedade norte-coreana adotou oficialmente a ideologia comunista após conquistar sua independência do domínio japonês, mas antes da introdução da sociedade revolucionária na década de 1920. A maioria dos coreanos adotou a ideologia comunista tendo como pano de fundo o movimento camponês e de libertação, cujos membros haviam entrado em contato principalmente com grupos comunistas russos e chineses. Por exemplo, os bolcheviques chegaram ao poder na Rússia (antiga URSS) em outubro de 1917. A "Revolução Bolchevique" causou a primeira impressão de reconstrução da identidade por meio da revolução entre os camponeses coreanos sob o "domínio japonês" (1910-1945). Gradualmente, a nova identidade política comunista passou a ser vista como a identidade da sociedade coreana. Dois partidos comunistas entre os grupos coreanos foram formados no mesmo ano. Em janeiro de 1918, o Partido Bolchevique Coreano (KBP) foi formado em Irkutsk, na Sibéria Ocidental, e em junho de 1918, o Partido Socialista Coreano (KSP) foi formado em Khabarovsk, localizado na Sibéria Oriental. Ambos os partidos tinham como objetivo a libertação nacional do domínio imperialista japonês e a busca pela construção de sua própria identidade. O último grupo mudou-se para Xangai em 1919, juntando-se a outros cidadãos coreanos, e, em 1925, foi formado o Partido Comunista Coreano (KCP) em Seul (Kwon, 2010, p. 286-287). Em 1927, o PCK formou uma frente unida de nacionalistas. Em 1930, a ideologia comunista entre os coreanos se espalhou pelo interior do país, mobilizando os grupos de camponeses e trabalhadores que compartilhavam os mesmos interesses de liberdade e luta de classes. Nessa época, Kim Il Sung (o primeiro presidente da Coreia do Norte) lutava contra o poder "imperialista" japonês sob a orientação do Partido Comunista Chinês. Ao longo dos anos do final da década de 1930 e início da década de 1940, um grupo de camaradas comunistas coreanos, além de Kim, incluindo Il Yu, que mais tarde se tornaria vice-primeiro-ministro da Coreia do Norte, viajou para Yan-an (a "Capital Vermelha" do Partido Comunista Chinês), para se juntar à "Guerra de Resistência" chinesa (movimento de libertação da China, 1937-1945) contra o Japão imperialista.

A existência da Coreia do Norte, em outras palavras, não repousa sobre fundamentos materiais, mas sobre um entendimento e uma crença compartilhados que conferem significado a esses fundamentos materiais. Após o movimento de luta pela liberdade contra o domínio japonês, a parte norte da Coreia ficou sob ocupação soviética de 1945 a 1948, conferindo um caráter

vitorioso à ideologia comunista. No entanto, após a fundação da República Popular Democrática da Coreia em 9 de setembro de 1948, as ideologias comunistas floresceram na Coreia do Norte. Em junho de 1949, surgiu a ideia de um partido comunista unificado, o Partido dos Trabalhadores da Coreia (KWP), com o plano de fundir os partidos comunistas do Norte e do Sul. Kim Il Sung foi eleito por unanimidade como presidente, e Pak Hon Young foi o vice-presidente da Coreia do Norte (Kwon, 2010, p. 288). O número de filiados ao partido aumentou drasticamente de 0,0005% (4.530 membros) em 1945 para 8% no ano de 1948 (725.762 membros) (ibid., p. 290). A maioria dos membros do Partido dos Trabalhadores da Coreia (KWP) era composta por camponeses sem experiência política prévia (Kwon, 2010, p. 288-291). Havia, ao todo, cinco grandes facções políticas identificadas: 1) os nacionalistas indígenas, 2) os comunistas locais, 3) os repatriados da China, conhecidos como a facção Yan-an, 4) os repatriados da União Soviética, chamados de facção soviética, e 5) os seguidores de Kim Il Sung que haviam participado de atividades guerrilheiras, chamados de facção Kapsan ou grupo Partisano. Muitas disputas políticas e reportagens controversas foram divulgadas pelo jornal do partido Rodong Sinmun, porta-voz do PTC (Kim, 1975, p. 65-76). Kim Il Sung eliminou o grupo Yan-an em 1956, o grupo soviético entre 1957 e 1959 e seu próprio grupo Kapsan em 1967 na luta pelo poder (Lee, 1995, p. 17-19). O construtivismo social explica como os líderes constroem ideias e tomam decisões que se tornam realidade. Nessa perspectiva, a própria realidade é construída ao longo do tempo. Quando o líder apresenta uma ideia contestada e, se ela sobreviver, ela se torna a realidade do Estado. Além disso, a construção de qualquer partido político é realizada por meio de ideias aceitas por uma vasta maioria da sociedade (Horton, 2020, p. 13). O construtivismo social define essa ideia como um conceito desenvolvido ao longo do tempo por meio de uma "intersecção" de fatores materiais, históricos e institucionais (ibid).

Coreia do Norte e China nas Lentes do Construtivismo Social

Numa abordagem sistêmica, um Estado permite a cooperação no contexto do "Dilema do Prisioneiro" para evitar conflitos. Suponha que esses atores acreditem que a cooperação não só é possível, mas também benéfica. Nesse caso, eles agirão de acordo para proteger seus interesses (Binding, 2017, p. 19). Os construtivistas sociais têm considerado essas visões como constitutivas dos conflitos e da paz ou da escolha de aliados ao longo da história, com foco nos aspectos culturais. Tais explicações podem ajudar os construtivistas a compreender a pressão por reformas políticas ou mudanças

políticas radicais. No entanto, elas não explicam por que a Coreia do Norte e a China mantiveram laços estreitos durante a Guerra da Coreia. Timothy Hildebrandt (2003), em seu relatório sobre "Uneasy Allies", afirma que o provérbio "mais próximos do que os lábios e os dentes" já foi usado na propaganda para promover relações mais fortes entre a Coreia do Norte e a China. Por exemplo, há muitas semelhanças entre o desenvolvimento dos movimentos comunistas coreano e chinês. O desenvolvimento do movimento comunista coreano teve início antes de 1945, enquanto o movimento comunista chinês surgiu antes da fundação da República Popular da China, em 1949. As atividades comunistas em ambos os países começaram entre o final da década de 1910 e o início da década de 1920, quando a Coreia se encontrava sob o domínio colonial japonês e a China sob o domínio semicolonial. Ambos os países possuíam sociedades agrícolas tradicionais durante esse período e precisavam modernizar suas sociedades semifeudais. Em ambos os países, os movimentos revolucionários foram liderados pela base rural e camponesa, e os intelectuais introduziram a ideologia comunista. Ideologias e normas emergem em um contexto de entendimento mutuamente constituído. As normas surgem com atores individuais promovendo ideias (ideologia) sobre como o sistema internacional deveria funcionar e o que deveria ser. Os construtivistas argumentam que a Coreia do Norte e a China acabaram acreditando que eram comunistas. Alternativamente, e mais importante, começaram a agir como se o comunismo fosse uma luta para alcançarem seu objetivo. Livres das restrições estruturais, os indivíduos escolheram se identificar como comunistas, e o poder da identidade e das ideias, para os construtivistas, levou à formação da metáfora dos "irmãos de sangue" nas relações entre ambos.

Duas das canções revolucionárias mais queridas na Coreia do Norte, no contexto metafórico da música, são *Canção do Amor Camarada* (1980) e *Canção da Amizade Coreano-Chinesa*, que retratam bem a moral da camaradagem revolucionária nascida das dificuldades das lutas guerrilheiras anticoloniais:

> "Por mais árduo que seja o caminho, escalaremos as colinas das dificuldades.
>
> Por mais forte que seja o vento do fogo, permaneceremos juntos na vida e na morte.
>
> Não se pode comprar, nem mesmo com toneladas de ouro, o amor sem limites dos camaradas.
>
> Que nossa determinação viva para sempre, olhando para a Estrela

Única" (Kwon, 2013).

A Canção da Amizade Coreano-Chinesa diz:

"Somos irmãos fiéis, camaradas de sangue.
Nosso coração guarda intensamente a amizade coreano-chinesa.
Por nosso propósito comum, de mãos dadas,
marchamos em uníssono, cantando nossa canção de amizade" (ibid).

Um dos critérios culturais essenciais é a "ideologia", que leva os Estados a escolherem seus amigos e inimigos. Uma pessoa ou grupo constrói uma ideologia para agir e tomar decisões (Freeden, 2006, p. 20). O construtivismo social reflete que a ideologia desempenha um papel fundamental na percepção de ameaças por parte de um líder e na definição de seus interesses (Jung, 2019, p. 6). Observa-se que a amizade entre Kim Il Sung e Mao Zedong baseava-se na ideologia do "marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário". A esse respeito, Kim Il Sung a denomina uma "aliança de luta entre irmãos de classe" (ibid.). Quando nem a ONU nem as forças chinesas se mostraram dispostas a deixar o solo coreano, Zhou Enlai reiterou que "a China agora se prepara para a Terceira Guerra Mundial". O Resumo Diário de Inteligência (DIS) revelou que 116.000 soldados chineses estavam presentes na Manchúria, número que aumentou para 217.000 a 246.000 no final de setembro, com um efetivo potencial de 450.000 homens prontos para lutar como força de reação rápida, se necessário.[5] Durante a Guerra da Coreia, o NKDP divulgou documentos desclassificados mostrando que a China também estava oferecendo instruções táticas, de setembro a outubro de 1950, a Kim Il Sung para vencer uma "guerra prolongada". Esse período resultou em uma série de trocas entre Zhou e o embaixador Ni Zhiliang, que também era responsável por transmitir as observações de Zhou a Kim Il Sung. Zhou então enviou um observador militar chinês à Coreia e convidou o líder norte-coreano, Pak Il-u, para a China a fim de obter um relatório detalhado da situação no terreno.[6] Em 11 de fevereiro de 1950, Mao Zedong apoiou o exército de Kim com equipamentos adicionais,

5 Cohen, E. A., "The Chinese Intervention in Korea", Unclassified CIA Historical Review Program. 1950: p.56. URL: http://www/foia.cia.gov/sites/default/files/document_conversions/44/1988-11-01.pdf (acessado: 24.06.2016).

6 Kraus, C. Zhou, "Enlai and China's Response to the Korean War", North Korea International Documentation Project, E-DOSSIER 9, 2012. URL www.wilsoncenter.org/nkidp (acessado: 21.05.2019).

como aeronaves e motores, ferramentas de aviação, munição e modelos para a fabricação de rodas de aeronaves. Para o envolvimento dos estudantes nos combates, o documento de requisição assinado por Mao Zedong em 15 de fevereiro de 1950 incluía 42 aeronaves (20 IA 18, 10 R9 e 12 T2), 24 motores, 200 paraquedas e 10.000 cartuchos de munição, que o general Liu Yalou encomendou ao general Shtemenko.[7]

Entre 1953 e 2019, ocorreram 169 visitas oficiais entre delegados norte-coreanos e chineses. Após a Guerra da Coreia, registrou-se uma série de visitas políticas de alto nível da Coreia do Norte: cinco visitas na década de 1950, duas na década de 1960, seis na década de 1970 e dezoito na década de 1980. Esses contatos indicaram onze "visitas amigáveis" (seis da China), 20 "visitas oficiais" (incluindo visitas amigáveis oficiais); foram realizadas cinco "visitas não oficiais" (a Coreia do Norte fez três visitas), incluindo a "visita de Estado" de Kim Il Sung em 1982 e assim por diante. A manchete do Pyongyang Times (4 de setembro de 2010) "Kim Jong Il faz visita não oficial à China" destacou a visita de Kim à China acompanhado pelo vice-presidente da Coreia do Norte Kim Yong Chun, Kim Ki Nam, Thae Jong Su, Kang Sok Ju, Jang Song Thaek, Hong Sok Hyong, Kim Yok Il, Kim Yang Gon, Choe Ryong Hae, Kim Phyong Hae e Pak To-Chun. Do lado chinês estava Hu Jintao, acompanhado por Ling Juhua, Dai Bingguo, Wang Jiarui, Yang Jiechi, Zhang Ping, Chen Deming, Liu Jieyi e Liu Hongeai. A notícia relatou que Kim Jong Il enfatizou a amizade norte-coreana durante essa visita, destacando os laços inalterados apesar da passagem do tempo e das gerações. O *Pyongyang Times* reflete a relação amigável de Hu Jintao com a Coreia do Norte. Esse período abriu muitas portas para o comércio, a educação e o intercâmbio de ideias e cultura entre os dois países.

As delegações entre a RPDC e a RPC durante a década de 1950 incluíram 35 visitas à China e 44 à Coreia do Norte, das quais Kim Il Sung acompanhou seis visitas essenciais. Os construtivistas sociais definem isso como intersubjetividade, em que se desenvolve um entendimento comum entre indivíduos cuja interação se baseia em interesses compartilhados que moldam sua comunicação. Essa intersubjetividade fornece a plataforma para a comunicação e apoia mutuamente a ampliação da compreensão de novas informações e atividades. Assim, o conhecimento de "amizade",

7 Documento No. 1. Telegram de Zhou Enlai para Bulganin), (fonte: *Jianguoyilai Zhou Enlaiwengao* (Zhou Enlai's Manuscripts since the Founding of the PRC), vol. 2, *Zhonggongzhongyangwenxianyanjiushi* (CPC Central Historical Documents Research Office) e *Zhongyangdang'anguan* (Central Archives), eds., (Beijing: *Zhongyangwenxianchubanshe*, 2008: 299-300. Traduzido por Jingxia Yang e Douglas Stiffler), NKIDP e-Dossier no. 9, 13 de abril, 1950. URL www.wilsoncenter.org/nkidp (acessado: 20.09.2018).

"parceiros" ou "irmandade" deriva de interações culturais. Essa construção de conhecimento é influenciada pela intersubjetividade formada por fatores culturais e históricos da comunidade.

A Guerra da Coreia chegou ao fim com a assinatura de um armistício em 27 de julho de 1953 entre os EUA, a China, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. No entanto, isso também marcou uma vitória para os "irmãos de sangue", dando sentido ao vínculo social entre eles. Em sua mensagem de Ano Novo, Kim Il Sung se dirigiu a "todos os soldados e oficiais das unidades de voluntários chineses" como "irmãos de sangue".[8] Sua mensagem de Ano Novo foi amplamente transmitida de 1º a 9 de janeiro de 1951.[9] Da mesma forma, a mensagem do Dia Internacional da Mulher foi dirigida a líderes como Stalin, Mao e Kim Il Sung, com sincera gratidão pelo apoio e compromisso, culminando na vitória final.[10] Assim, as imagens dos líderes foram retratadas como símbolos heróicos com uma conexão entre as respectivas culturas nas formas de "Óperas de Pequim" (yangbanxi) na RPC e "óperas revolucionárias" (hukmyung kageuk) no caso da RPDC (Kim, 2005, pp. 2-3). Mustapha Fersi (1983), em seu trabalho publicado em Pyongyang (capital da Coreia do Norte), destaca o trecho da entrevista de Kim Il Sung à Agência de Notícias Xinhua em 23 de abril de 1981. Em suas próprias palavras, Kim diz: "A Coreia do Norte e a China são vizinhas ligadas pela mesma montanha e pelo mesmo rio. Durante séculos, as pessoas estiveram próximas de camaradas de armas e irmãos de classe cujos destinos estão ligados entre si na revolução socialista e na construção de um exemplo de internacionalismo proletário." Ele diz ainda: "Nenhuma força na terra pode destruir a grande amizade entre a Coreia do Norte e o povo chinês, que está selada com sangue nas chamas da árdua luta revolucionária" (Fersi, 1983, pp. 207-8). Quando o conselheiro de estado e ministro da Segurança Pública da China, Meng Jianzhu, visitou a Coreia do Norte em Fevereiro de 2011, escreveu no livro de visitantes: "Kim Il Sung viverá nos corações do povo chinês" (*The Pyongyang Times*, 19 de Fevereiro de 2011).

Coreia do Norte e China no Contexto Presente

8 Far East Survey, North Korea: "Fight on to attain the Final Victory," 5 de jan. 1951. URL: https://archive.org/details/KoreanWarCIA (acessado: 15.02.2018).

9 Far East Survey, North Korea: "Fight on to attain the Final Victory" (Continução), 18 jan. 1951. URL: https://archive.org/details/KoreanWarCIA. (acessado: 17.02.2018)

10 Far East Survey, North Korea: Continuing Faith in Ultimate Victory. March 15, 1951. URL: https://archive.org/details/KoreanWarCIA (accessed: 17.02.2018)

Mesmo no contexto atual, o líder da Coreia do Norte, Kim Jong Un, e o presidente da República Popular da China, Xi Jinping, prometeram fortalecer a cooperação por ocasião do aniversário do tratado de amizade entre os dois países, assinado em 11 de julho de 1961. Esse tratado de amizade foi assinado anteriormente devido à instalação de um governo militar na Coreia do Sul em maio de 1961, o que a Coreia do Norte interpretou como um fortalecimento dos laços da Coreia do Sul com os EUA (Hoshino & Hiriwa, 2020, p. 20). De acordo com a Agência de Promoção do Comércio e Investimento da Coreia (KOTRA), com sede em Seul, o comércio bilateral aumentou entre 2000 e 2015, enquanto em 2014 atingiu 6,86 bilhões de dólares (Albert, 2019).

O comércio entre a Coreia do Norte e a China não tem se mantido estável desde as sanções da ONU. No entanto, uma parte significativa do comércio da Coreia do Norte com países terceiros passa, em grande parte, pela China, o que faz com que os dois países dependam um do outro. Hoshino e Hiriwa (2020) acrescentam que Pequim e Pyongyang tornaram-se mais dependentes uma da outra. Eles classificam essa dependência em quatro fatores: segurança nacional, ideologia socialista, laços tradicionais e relações econômicas. Em 20 de junho de 2019, Xi Jinping visitou Pyongyang, marcando sua primeira viagem à Coreia do Norte. Durante sua visita, ele prometeu construir a nova ponte sobre o rio Yalu, projeto que havia sido prometido anteriormente pelo primeiro-ministro chinês Wen Jiabao em 2009 e interrompido após a conclusão de apenas 3 km em 2015, com um custo de 350 milhões de dólares para a China.[11]

Apesar dos benefícios econômicos obtidos pela Coreia do Norte, o teste nuclear realizado por Pyongyang em outubro de 2006 levou Pequim a apoiar a decisão do Conselho de Segurança da ONU sobre as sanções da Resolução 1718 (ibid., 2019). Com a aproximação cada vez maior da China à Coreia do Sul, os contínuos testes nucleares de Pyongyang, entre outros fatores, alguns chegaram a prever que a Coreia do Norte e a China não mantêm mais uma relação de "lábios e dentes".[12] Desde o teste nuclear da Coreia do Norte em 2016, a Coreia do Sul tornou-se proativa na instalação do THAAD (sistema americano de defesa antimísseis balísticos) e estreitou laços com os EUA. Isso também se deveu à relutância da China em pressionar a Coreia do Norte, enquanto a Coreia do Sul instava a comunidade internacional a intervir. A

11 Wertz, D., China-North Korea Relations, The National Committee on North Korea. Nov. 2019. URL: https://www.ncnk.org/resources/briefing-papers/all-briefing-papers/china-north-korea-relations (acessado: 4.10.2021).

12 Wen, P. e Shepherd, C. 'Lips and teeth' no more as China's ties with North Korea fray, Reuters, 8 set. 2017. URL: https://www.reuters.com/article/us-northkorea-missiles-china-idUSKCN1BJ0IN (acessado: 27.01.2022).

China se opôs veementemente à implantação do THAAD na Coreia do Sul, vista como uma ameaça à Península Coreana (Hoshino & Hiriwa, 2020, p. 26). Isso contribuiu ainda mais para a continuidade do legado histórico das relações no cenário geopolítico.

Análise da Guerra da Coreia

A Guerra da Coreia não é apenas parte da história política; muitos historiadores especializados em guerra continuam interessados nos fatores socioculturais e a recordam como uma guerra psicológica, o que contribuiu para a construção das noções de relações culturais (Hong, 2018, p. 244-245). Tanto a Coreia do Norte quanto a Coreia do Sul distribuíram aproximadamente 2,5 milhões de panfletos ou folhetos de propaganda durante a Guerra da Coreia, refletindo as visões das conexões histórico-culturais, mas isso também é outra vertente dos estudos "ideacionais". Hong (2018) afirma que foi a primeira vez que o exército dos EUA se deparou com a propaganda comunista, o que levou estudiosos de diversas disciplinas a investigar a história da Guerra da Coreia e os laços entre a RPDC e a RPC (ibid). Além disso, pesquisas anteriores, incluindo relatórios governamentais, forneceram informações significativas sobre a guerra psicológica, embora a maior parte delas seja de perspectivas ocidentais, principalmente dos Estados Unidos (Kim & Haley, 2018, p. 938). Outros estudiosos, a partir de uma perspectiva cultural, compreenderam que a propaganda comunista era muito superior à propaganda da ONU. Chung (2004) dividiu as informações veiculadas na propaganda da Guerra da Coreia em duas grandes categorias: i) interesses pessoais e ii) política e ideologias. Essa pesquisa anterior oferece algumas perspectivas sobre a propaganda da Guerra da Coreia no que diz respeito aos seus temas. Schneider e Ingram (1993) afirmam que as construções sociais influenciam a agenda política, as ferramentas e a fundamentação que legitimam as escolhas políticas. Eles afirmam que os comunistas tentaram se concentrar mais em fortalecer a fé de seus soldados e em mantê-los focados. Ao mesmo tempo, a propaganda da ONU centrou-se mais em apresentar informações sobre sua superioridade com base em suas armas avançadas (ibid).

A partir do Pyongyang Times, sob a ótica do construtivismo, percebe-se que as relações entre a Coreia do Norte e a China são vistas como socialmente construídas. O construtivismo social ilustra a realidade social de que essas 350 armas nucleares chinesas são menos ameaçadoras para a Coreia do Norte do que os cinco THAAD americanos adquiridos pela Coreia do Sul. Isso reflete que não se trata da arma nuclear ou do míssil balístico (poder

material), mas sim de atribuir significado à estrutura material (estrutura ideacional). Nessa perspectiva, a relação social entre a Coreia do Norte e a China e entre os EUA e a Coreia do Sul é percebida no entendimento compartilhado (intersubjetividade) com base em suas interações. Assim, isso mostra que armas nucleares ou mísseis não têm significado a menos que os compreendamos através do contexto social, e isso muda ao longo do tempo dependendo das ideias e crenças de um ator.

Essa agência e essa estrutura são construídas mutuamente, o que implica que a estrutura influencia a agência e a agência influencia a estrutura. Sob a ótica do construtivismo, a realidade social das "relações de lábios e dentes" ou de "irmãos de sangue" entre a Coreia do Norte e a China representa a estrutura intersubjetiva (ideias e crenças compartilhadas por ambos os Estados), na qual a Coreia do Norte e a China são os atores capazes de alterar a estrutura existente ou a relação social de amizade. Essa mudança depende das crenças e ideias dos Estados. Esse sistema de crenças é, no entanto, construído constantemente por meio da indústria cultural. Por exemplo, o Pyongyang Times (28 de agosto de 2010) relata que o empresário chinês Zhang Joangrong, que trabalhava na Coreia do Norte, avistou três meninas coreanas à deriva perto da costa da cidade de Rason (região de Kwanbuk, na Coreia do Norte). Ele e seu amigo Yuan Xinwang correram para resgatar as meninas, mas, infelizmente, perderam a própria vida. Esse incidente consagrou Zhang como uma figura heróica na Coreia do Norte e exaltou o legado da amizade entre a Coreia do Norte e a China, transmitido de geração em geração. Na Coreia do Norte, essa amizade é conhecida como "young ch'inson" (amizade coreano-chinesa); na China, essa relação é chamada de "youyi ou Kunshan" (laços entre a RPC e a RPDC). O papel das ideias é crucial na construção da vida social e está centralmente ligado ao social, e não ao material (Cho, 2009, p. 79). A história dos soldados chineses na Guerra da Coreia é continuamente lembrada por meio de selos postais emitidos na Coreia do Norte.

O Departamento Estatal de Selos emitiu selos oficiais comemorativos do 60º aniversário dos voluntários chineses na Guerra da Coreia, a fim de manter viva a história entre os dois países (The Pyongyang Times, 18 de setembro de 2010). A construção da Ponte da Amizade Sino-Norte-Coreana no rio Yalu, entre a Coreia do Norte e a China, constitui outro exemplo simbólico de uma imagem construída de amizade. Este local fervilha com o tráfego em rápido crescimento de mercadorias e matérias-primas entre os dois países. Esta ponte liga a cidade de Dandong (antiga Andong), cidade fronteiriça da China na província de Liaoning, e Sinuiju, uma das cidades mais setentrionais da Coreia do Norte. Outros comemoram pontos simbólicos, como a "Torre da Amizade" (Uuitap) de Pyongyang. Sua função principal é servir como um

memorial de guerra dedicado aos mártires chineses que lutaram na Guerra da Coreia. Dentro dessa torre de granito de trinta metros de altura, o memorial mantém os registros de 22.700 soldados chineses mortos em combate. O construtivismo social afirma que a "guerra" é um fenômeno de construção social. Isso significa que os atores podem influenciar a guerra ao agir sobre o sistema de estrutura de agentes (Binding, 2017, p. 19). Essa visão difere da visão realista, que argumenta que a estrutura anárquica determina o comportamento dos Estados. Os construtivistas argumentam que "a anarquia é o que os Estados fazem dela" e depende do significado que os atores atribuem a ela.

As identidades e os interesses dos atores são outros fatores centrais nas relações entre a Coreia do Norte e a China. O construtivismo defende que as identidades são criadas por meio da interação social com outros atores e constituem interesses e ações. A identidade de um pequeno Estado implica um conjunto de interesses que difere da identidade de um Estado mais poderoso. Suponhamos que o foco do pequeno Estado seja a sobrevivência. Nesse caso, o Estado mais significativo está preocupado em exercer influência sobre ele em assuntos políticos, econômicos e militares (Theys 2018: 2). Durante a "Guerra Civil Chinesa" (1927-1949), entre o Partido Comunista Chinês (PCC) e os nacionalistas, 100 mil residentes de etnia coreana foram persuadidos a se juntar às forças comunistas chinesas, onde serviram como base de apoio estratégico ao PCC na Manchúria. As 156ª, 164ª e 166ª divisões, que constituíam as melhores unidades de combate do Exército Popular de Libertação (EPL) da China, eram compostas principalmente por esses soldados de etnia coreana que participaram da batalha. Assim, as identidades também são construídas com o envolvimento de vários atores, com base em seus interesses e interações.

Outros fatores, como as normas sociais, são igualmente importantes para o construtivismo social. As normas sociais desempenham um papel essencial na formação das identidades. Em outras palavras, as identidades e os interesses dos Estados são moldados por normas que implicam preferências e ações consequentes (Hopf, 1998, p. 175). A identidade de um Estado deve estar em conformidade com as normas que os construtivistas sociais chamam de "lógica da adequação", acreditando que seus comportamentos são adequados. De acordo com o construtivismo social, os Estados relevantes devem adotar essas normas e internalizá-las em suas práticas. Por exemplo, a Agência Central de Notícias da Coreia é um veículo de mídia estatal na Coreia do Norte. Foi fundada em 5 de dezembro de 1946 e tem desempenhado continuamente um papel essencial no apoio ao seu regime. Da mesma forma, veículos de notícias chineses, como a Agência Xinhua e o People's Daily Online, são

administrados pelo governo militar e, ao mesmo tempo, são conhecidos por receberem altos salários por seu trabalho. O Estado administra jornais oficiais na Coreia do Norte, como o Jornal do Partido dos Trabalhadores (Minju Choson) (Oh & Hassing, 2000, pp. 4-12).

Uma análise de conteúdo minuciosa do *Pyongyang Times* (de junho de 2010 a junho de 2011) revela 16 manchetes dedicadas a Kim Il Sung e 25 manchetes elogiando as relações entre a Coreia do Norte e a China durante a Guerra da Coreia. Os artistas das exposições de artes plásticas e fotografia relataram as práticas mais criativas em sua dedicação aos líderes Mao e Kim. Este jornal suscita reflexões sobre os objetivos das relações exteriores, já que o Estado articula continuamente a ideia de "superioridade" ou "aliados" como propaganda para salvaguardar seus interesses. Isso indica que a propaganda constrói ideias e se torna realidade quando elas são aceitas pela sociedade. Na política internacional, a propaganda é geralmente direcionada a públicos-alvo de formadores de opinião (Newman, 1951, p. 60). A palavra "propaganda" (Xuan Quan) em si não carrega necessariamente a mesma conotação negativa na cultura chinesa, mas é vista como uma abordagem centrada no autor (West, 1992, p. 386). Assim, os fluxos de ideias moldados pelo ambiente da mídia estatal e, por meio dessa representação, nas interações cotidianas, constroem simultaneamente a realidade social. O caso das relações de devoção norte-coreanas tem sido, portanto, bem-sucedido e sobreviveu na história da política mundial.

Conclusão

Os fatores ideacionais entre a Coreia do Norte e a China foram essenciais para a formação da identidade estatal e da cooperação ao longo da Guerra da Coreia. Os "fatores ideacionais" (cultura e identidade), que se opõem aos "materialistas" (poder e tecnologia), enfatizam o papel das ideias e da identidade na atribuição de significado às estruturas materiais. O construtivista social vê o conhecimento compartilhado e a identidade nacional nas relações norte-coreanas como distintos devido às suas ideias compartilhadas, e não a fatores materiais. Os valores culturais enraizados nas ideias de Confúcio, o "interesse" comum de se opor ao imperialismo, a adoção da ideologia comunista tanto por Mao Zedong quanto por Kim Il Sung e a imagem percebida de "irmãos de sangue" ao longo da Guerra da Coreia moldaram a amizade entre os dois países a um nível extraordinário.

Não são apenas a distribuição de poder e riqueza e as condições geográficas que explicam o comportamento dos Estados, mas também ideias,

identidades e normas. A anarquia e a distribuição de poder não são suficientes para nos dizer quais. Por exemplo, o poder militar da China teve um significado estrutural diferente para a Coreia do Norte do que para a Coreia do Sul, apesar de suas posições estruturais. Os mísseis da Coreia do Norte tiveram um significado diferente para a China do que para os EUA. A distribuição de poder pode influenciar os cálculos dos Estados, mas a forma como isso ocorre é determinada pela compreensão e expectativa intersubjetivas da distribuição de conhecimento que compõem sua concepção de si e dos outros. Supondo que a Coreia do Norte e a Coreia do Sul decidam que são, de fato, irmãos de sangue, a Guerra da Coreia estará encerrada. Os significados coletivos constituem a estrutura em torno da qual organizamos nossas ações. Esse entendimento compartilhado também se manifesta internamente, afetando a política externa e a tomada de decisões.

Desde o fim da Guerra Fria, a Coreia do Norte tem atuado como um Estado-tampão para a China, sendo o único país do Nordeste Asiático a ser considerado mais do que um simples parceiro. Esse Estado-tampão situa-se entre a China e as alianças dos EUA com a Coreia do Sul e o Japão. O construtivismo distingue entre a situação internacional real e o que os atores importantes sabiam naquele momento. O comportamento de vários Estados pode variar em um determinado momento, ou o comportamento de um único Estado pode mudar ao longo do tempo. A questão norte-coreana parece diferente aos olhos de Pequim do que aos de Washington. A China, assim como os EUA, não deseja uma Coreia do Norte nuclear, mas os interesses estratégicos chineses diferem dos objetivos dos Estados Unidos. Em vez da hegemonia dos EUA no Nordeste Asiático, a China está mais preocupada com a sobrevivência do regime, que é governado pelo legado familiar da dinastia Kim na Coreia do Norte após a era de Kim Il Sung. Como a realidade é subjetiva, a mídia controlada pelo Estado na Coreia do Norte e na China continuará a criar camaradagem por meio das indústrias culturais, revigorando as ideias, os interesses e a ideologia de seus cidadãos de geração em geração.

No entanto, o construtivismo social ressalta que as relações simbólicas de "irmãos de sangue" ou de "lábios e dentes" entre a Coreia do Norte e a China não são imutáveis, mas "sujeitas a mudanças". A China tem demonstrado mais interesse em cultivar relações econômicas significativas com a Coreia do Sul do que em revitalizar sua parceria ideológica com a Coreia do Norte. A China também se posicionou contra a Coreia do Norte durante seus testes nucleares em 2006 e aprovou as sanções da Resolução do Conselho de Segurança da ONU, o que marcou o declínio no relacionamento até a visita de Kim Jong Un a Pequim. Existe um ponto de inflexão entre cada estágio. Algumas normas não conseguiram ganhar força, e outras nunca saíram do

estágio emergente. Outras começam a se propagar, mas perdem impulso e nunca são operacionalizadas. A Coreia do Norte e a China relembraram a irmandade em outubro de 2019, o que levou ambos os países a celebrar novamente os 70 anos de "amizade invencível".

Assim, o ciclo de vida das normas continua com seu crescimento e influência. As normas emergem quando atores individuais promovem ideias sobre como o sistema internacional deve funcionar e o que ele deveria ser. Por meio da persuasão, eles podem influenciar outros atores a reconhecerem a importância dessas normas, como a "amizade eterna". Isso leva a um efeito cascata, no qual cada vez mais atores adotam a norma e se comportam como se ela fosse verdadeira. O motivo é que buscam aumentar sua legitimidade, ou um líder estatal pode desejar ser visto como atuante em um tema importante no cenário internacional, ou ainda sofrer pressão interna ou externa para confirmar sua posição. A Coreia do Norte e a China se comportam de acordo com os princípios delineados nas normas. A China sempre apoiou a Coreia do Norte em termos de ajuda econômica, e a Coreia do Norte sempre apoiou a China em questões de soberania e territoriais. A China aspira a ser a próxima superpotência, enquanto a Coreia do Norte ficou para trás e luta constantemente por sua sobrevivência. Contudo, enquanto essas normas persistirem, as relações de "irmandade sanguínea" entre a Coreia do Norte e a China continuarão sendo construídas dentro da estrutura do conhecimento, o que ainda é singular na história sociopolítica do século XXI.

Referências

Andreasen, R. O. (2000), Biological Reality or Social Construct?, Philosophy of Science, 67, 653-666.

Albert, E. (June 25, 2019), The China-North Korea Relationship, Council on Foreign Relations. URL: https://www.cfr.org/backgrounder/china-north-korea-relationship

Binding, M. (2017), "The Social Construction of War," Canadian Military Journal, 18 (1), 16-22.

Corrado, J. (2021), Rethinking Intelligence Failure: China's Intervention in the Korean War, International Journal of Intelligence and Counter Intelligence, 0, 1–21.

Chung, Y. W. (2004), Leaflets and the nature of the Korean War as psychological warfare. The Review of Korean Studies, 7 (3), 91-116.

Cho, Y. C. (2009), "Conventional and Critical Constructivist Approaches

to National Security: An Analytical Survey, The Korean Journal of International Relations, 49 (3), 75-102.

Cho, S. (Dec. 21, 2021), China and North Korea: A New Peak of Comradeship, Italian Institute for International Political Studies. URL: https://www.ispionline.it/en/pubblicazione/china-and-north-korea-new-peak-comradeship-32716

Dwivedi, S. S. (2012), North Korea-China Relations: An Asymmetric Alliance, North Korea Review, 8 (2), 76-93.

Finnemore, M., & Sikkink, K. (2001), Taking stock: The constructivist research program in international relations and comparative politics, Annual Review of Political Science, 4, 391-416.

Freeden, M. (2006), "Ideology and Political Theory," Journal of Political Ideologies, 11 (1), 3-22.

Fersi, M. (1983), The Sun in the East, Pyongyang: Foreign Languages Publishing House.

Foreign Languages Publishing House (2008), Kim Il Sung: With the Century, Excerpt (2), Pyongyang, Korea.

Hoshino, M. and Hiraiwa, S. (2020), Four factors in the "special relationship" between China and North Korea: a framework for analyzing the China-North Korea Relationship under Xi Jinping and Kim Jong-un, Journal of Contemporary East Asia Studies, 9 (1), 18-28.

Hildebrandt, T. (2003), Introduction to 'Uneasy allies: fifty years of China-North Korea relations': special report. Asia Program Special Reports (115). Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington D.C.

Hong, S. C. (2018), Propaganda leaflets and Cold War frames during the Korean War, Media, War & Conflict, 11 (2), 244–264.

Hopf, T. (1998), The promise of constructivism in international relations theory, International Security, 23 (1), 171-200.

Horton, H. (2020), "North and South Korea: Division by constructions," Honors Thesis, University of Tennessee, Chattanooga.

Jung, H. (2019), The Evolution of Social Constructivism in Political Science: Past to Present, SAGE Open, Pp. 1-10. First Published Feb. 27, 2019. URL: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2158244019832703

Kim, I. P. (1975), Communist Politics in North Korea, New York: Praeger Publishers.

Kim, S. J. (2003) "The Economic Status and Role of Ethnic Koreans in China" in The Korean Diaspora in the World Economy (Edited by C. Fred

Bergsten and Inbom Chol), Institute for International Economics: Washington D. C.

Kim, S. Y. (2005), "Revolutionizing the family: a comparative study on the filmed propaganda performances of the People's Republic of China and the Democratic People's Republic of Korea, 1966-1976", Thesis (Ph.D.), Northwestern University.

Kim, S. and Haley, E. (2018), Propaganda strategies of Korean War-era leaflets, International Journal of Advertising, 37 (6), 937-957.

Kwon, S. (2010). "State building in North Korea: from a 'self-reliant' to a 'military-first' state." Asian Affairs, 34 (3), 286-296.

Kwon, Heonik (2010), North Korea Politics of Long Going, Critical Asian Studies, Vol. 42 (1), 3-22.

Kwon, Heonik (2013), The Korean War and Sino-North Korean Friendship, The Asia-Pacific Journal, Vol. 11 (32), No. 4, August 12, 2013. URL: http://www.newfocusintl.com (Accessed on 12 July 2013).

Katzenstein, P. et al. (1998), International Organization at Fifty: Exploration and Contestation in the Study of World Politics, International Organization, 52 (4), 645-685.

Lee, I. S. (ed.) (1995), North Korea, the Land that Never Changes: Before and After Kim Il Sung. Seoul: Naewoe Press.

Newman, R. T. (1951), Propaganda: An Instrument of Foreign Policy, Columbia Journal of International Affairs, 5 (2), 56-64.

Nigel, T and Peter Abbott (1986), The Korean War, 1950-53, Osprey Men-at-Arms series No. 174, Great Britain: Reed International Books Limited.

Oh, K. D. and Hassing, R. C. (2000), "North Korea Through the Looking Glass," Brooking Institution Press, Washington DC.

Startt, J. D. and Sloan, W. D. (2003), Historical methods in mass communication, Northport, AL: Vision Press.

Slaughter, A. M. (2011), "International Relations, Principal Theories." Max Planck Encyclopedia of Public International Law, 2011. URL: https://scholar.princeton.edu/sites/default/files/slaughter/files/722_intlrelprincipaltheories_slaughter_20110509zg.pdf.

Schneider, A. and Ingram, H. (1993), Social Construction of Target Populations: Implications for politics and policy, American Political Science Review, 87 (2), 334-347.

The Pyongyang Times (Jun. 19, 2010), 'Korean performance holds Chinese audience spellbound.' No. 25 (2,591), Pyongyang, Democratic People's Republic of Korea.

The Pyongyang Times (Aug. 28, 2010), 'Chinese risks his life to rescue Korean girls' No. 35 (2,601), Pyongyang, Democratic People's Republic of Korea.

The Pyongyang Times (Sep. 4, 2010), 'Kim Jong Il pays an unofficial visit to China.' No. 36 (2,602), Pyongyang, Democratic People's Republic of Korea.

The Pyongyang Times (Sep. 18, 2010), 'DPRK, Chinese university presidents meet.' No. 38 (2,604), Pyongyang, Democratic People's Republic of Korea.

The Pyongyang Times (Sep. 18, 2010), 'Stamps feature Chinese soldiers' entry into the Korean war.' No. 38 (2,604), Pyongyang, Democratic People's Republic of Korea.

The Pyongyang Times (Feb. 19, 2011), 'DPRK, Chinese university presidents meet.' No. 38 (2,604), Pyongyang, Democratic People's Republic of Korea.

The Pyongyang Times (Feb. 19, 2011), 'Chinese public security minister visits Pyongyang.' No. 38 (2,604), Pyongyang, Democratic People's Republic of Korea.

Theys, S. (Feb. 23, 2018), Introducing Constructivism in International Relations Theory, E-IR Foundations. URL: https://www.e-ir.info/2018/02/23/introducing-constructivism-in-international-relations-theory/

Wendt, A. (1992), Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics", International Organization, Vol. 46 (2): 391-425.

Wendt, A. (1999) Social Theory of International Politics First Edition. Cambridge: Cambridge University Press.

West, P. (1992), The Korean War and the Criteria of Significance in Chinese Popular Culture, The Journal of American-East Asian Relations, 1 (4), 383-408.

Yoon, S. H. and Lee, S. O. (2013), From old comrades to new partnerships: dynamic development of economic relations between China and North Korea, The Geographical Journal, 179 (1): 19-31.

RESUMO

De tempos em tempos, as relações entre a Coreia do Norte e a China têm sido analisadas por diversos estudiosos como um subproduto ou um Estado-satélite da China. Frequentemente debatemos poder, guerra e aliados a partir de uma perspectiva realista. No entanto, a abordagem construtivista não tem sido muito abordada. Os desenvolvimentos significativos durante a Guerra da Coreia foram simbólicos, envolvendo ideias compartilhadas e a criação de identidades, que foram cruciais para compreender as escolhas e preferências do Estado na tomada de decisões de política externa. Neste artigo, recorro à abordagem construtivista para analisar as relações entre a Coreia do Norte e a China durante a Guerra da Coreia. Dessa forma, a explicação construtivista pode ser adequada para explicar a dinâmica dos laços entre a Coreia do Norte e a China, pois ela considera a história e a dinâmica social dentro dos Estados para determinar seus resultados.

PALAVRAS-CHAVE

Coreia do Norte, China, Guerra da Coreia

Recebido em 9 de setembro de 2024
Aprovado em 14 de outubro de 2025

Traduzido por Augusto Camatti

PARCEIROS

O Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) foi o primeiro centro voltado exclusivamente ao estudo e à pesquisa em Relações Internacionais no Sul do Brasil. Estabelecido em 1999 junto ao Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre 2014 e 2018 esteve associado à Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Atualmente está subordinado à Reitoria da universidade através do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV). Seu objetivo sempre foi o estudo crítico e inovador das transformações do Sistema Internacional pós-Guerra Fria. Paralelamente, tem buscado contribuir para a retomada da discussão de um projeto nacional para o Brasil no plano da análise das opções estratégicas para a inserção internacional autônoma do país, a partir da perspectiva do mundo em desenvolvimento.

Os estudos exploratórios desenvolvidos pelo NERINT sobre os novos países em desenvolvimento conheceram notável expansão desde o limiar do Século XXI. A cooperação com instituições estatais, empresariais, acadêmicas e sociais foi intensificada, bem como o contato direto com centros na América Latina, África e Ásia, além dos já existentes com a Europa e a América do Norte. Um dos resultados dessa nova realidade foi a implantação de um curso de graduação em Relações Internacionais (2004), o melhor do Brasil segundo avaliação do Ministério da Educação (2017), e consequentemente do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS, além de um Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI, 2010). Duas revistas também foram criadas: a semestral bilíngue Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais e a bimestral Conjuntura Austral. Além disso, desde 2016 o NERINT oferece um Boletim de Conjuntura trimestral e bilíngue, a cargo dos seus Pesquisadores Assistentes. O NERINT também está vinculado à linha de pesquisa em Política Internacional e Defesa do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL) da UFRGS, criado em 1973. Como atividade editorial, o NERINT publicou duas coleções de livros: a Coleção Relações Internacionais e Integração e a Coleção Estudos Internacionais. Atualmente, edita a Série Estratégia, Defesa e Relações Internacionais. Assim, além da pesquisa avançada e de propiciar intensa atividade editorial, o NERINT deu origem a pesquisas e programas de graduação e pós-graduação diferenciados.

PPGEEI

O Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) iniciou suas atividades em 2010, com cursos de Mestrado e Doutorado, ambos propiciados por qualificados professores e pesquisadores com experiência internacional. Ele é resultado dos avanços obtidos nas áreas de pesquisa e ensino (Graduação e Pós-Graduação) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Suas raízes estão no Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), um centro criado em 1999 que realiza pesquisas, seminários e edita dois periódicos. Conta também com o apoio do Núcleo de Estudos em Tecnologia, Indústria e Trabalho (NETIT/FCE) e do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), sediado no Instituto Latino Americano de Estudos Avançados (ILEA/UFRGS). Em 2004, foi iniciado um curso de Graduação em Relações Internacionais na FCE/UFRGS, em 2005 foi formado o Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL) e, em 2012, este transformou-se no Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA). Tudo isto permitiu a formação de uma massa crítica, apoiada em ampla biblioteca especializada.

A tradição de pesquisa que deu origem ao PPGEEI baseou-se numa análise prospectiva das tendências mundiais dos anos 1990. A notável expansão da diplomacia e da economia brasileiras a partir do início do século XXI confirmou a perspectiva adotada, que permitiu a intensa cooperação com os organismos diplomáticos e econômicos internacionais do Brasil. O curso já é uma referência na análise estratégica da inserção das potências emergentes e das relações internacionais Sul-Sul.

A visão diferenciada do PPGEEI dá ênfase a métodos estratégicos, teóricos e aplicados, sempre baseados em rígidos princípios acadêmicos e científicos. Por esta razão, tem sido procurado por estudantes de todo o Brasil e de vários países, e tem estabelecido parcerias em todos os continentes. Por essas razões, é um programa focado na compreensão das rápidas transformações pela qual passa o sistema internacional. Publica em parceria com o NERINT as revistas *Conjuntura Austral* (bimestral) e *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* (semestral e bilíngue). O PPGEEI possui três linhas de pesquisa:

Economia Política Internacional

Enfoca a inserção internacional da economia brasileira e de outros grandes países em desenvolvimento na América do Sul, na Ásia e na África; aborda as características e os efeitos da globalização; e desenvolve estudos comparados e setoriais preocupados com os efeitos da internacionalização de empresas e segmentos produtivos. Especial atenção é dada às crises financei-

ras internacionais e seus reflexos no Brasil e nos demais países do Sul.

Política Internacional

Enfatiza a análise do processo de formação, implementação e avaliação de política externa. Procura confrontar padrões de inserção internacional de países estratégicos de América do Sul, África e Ásia, considerando padrões institucionais, política comercial, estruturas de intermediação de interesses e atuação de atores da sociedade civil no eixo Sul-Sul das relações internacionais contemporâneas.

Segurança Internacional

Aborda os principais problemas de segurança no sistema internacional a partir de uma perspectiva que leva em conta os Estados mais poderosos no nível global, mas que introduz de maneira sistemática o problema das balanças regionais de poder, o eixo Sul-Sul, a existência de complexos regionais de segurança e o impacto das tecnologias de informação na Era Digital.

CEGOV

O Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é um centro interdisciplinar vinculado à Reitoria, cujo objetivo é estudar a ação governamental no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a missão do CEGOV é articular seus pesquisadores em áreas interdisciplinares prioritárias e realizar projetos de pesquisa aplicada. O CEGOV também desenvolve atividades de extensão e de ensino, e serve como espaço para coordenação e interlocução entre pesquisadores, grupos de pesquisa, cursos de graduação e programas de pós-graduação da UFRGS, voltados para as políticas públicas. O CEGOV preza pela excelência acadêmica no desenvolvimento de seus projetos e pelo progresso da UFRGS como instituição de ensino de reconhecimento internacional. Além disso, desde sua criação o CEGOV tem procurado contribuir para a interação institucionalizada entre a comunidade acadêmica da UFRGS e instituições da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

As atividades do CEGOV estão articuladas através de Grupos de Trabalho (GTs) responsáveis pela formulação, implementação e avaliação de projetos interdisciplinares em áreas como política internacional, governança, processos decisórios, controle democrático, entre outras. Os GTs recebem o auxílio da Equipe de Apoio Técnico (AT) em todas as etapas dos projetos. O AT também é responsável pela manutenção da estrutura organizacional do CE-

GOV e pelo desenvolvimento de ferramentas e processos que facilitem a integração dos pesquisadores ao CEGOV. O CEGOV também congrega núcleos de pesquisa tradicionais da UFRGS, como o NERINT e o CEBRAFRICA.

CEBRAFRICA

O Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) tem suas origens no Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL), um programa estabelecido em 2005 através de um convênio entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Suas atividades de pesquisa são desenvolvidas junto ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT).

Em março de 2012 o CESUL foi ampliado para abranger o conjunto geográfico do continente africano, transformando-se em CEBRAFRICA, enquanto a Série Sul-Africana, que publicou cinco livros, foi transformada em Série Africana, com novas obras no prelo. O objetivo segue sendo o mesmo: realizar pesquisas, apoiar a elaboração de teses, dissertações e trabalhos de conclusão, congregar grupos de pesquisa em temas africanos, realizar seminários, promover intercâmbio de professores e estudantes e estabelecer redes de pesquisa e projetos conjuntos com instituições africanas e africanistas, publicar obras produzidas no Brasil ou traduzidas e ampliar a biblioteca especializada fornecida pela FUNAG.

As pesquisas têm por objetivo o conhecimento do continente africano e de suas relações com o Brasil, nas seguintes áreas: Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e sua Transformação e Correntes de Pensamento. São parceiros do CEBRAFRICA conceituadas instituições do Brasil, Argentina, Cuba, México, Canadá, África do Sul, Angola, Moçambique, Senegal, Cabo Verde, Egito, Nigéria, Marrocos, Portugal, Reino Unido, Holanda, Suécia, Rússia, Índia e China. As pesquisas em andamento versam sobre a "A presença do Brasil, da China e da Índia na África", "A África na Cooperação Sul-Sul", "Conflitos africanos", "Integração e desenvolvimento na África", "As relações da África com as Grandes Potencias" e "As relações interafricanas".

NORMAS DE SUBMISSÃO

1. A revista AUSTRAL publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
2. A revista está dividida em duas seções: Artigos e Resenhas
3. Os artigos de pesquisa devem limitar-se a 70 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé) e as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 4,5 mil caracteres (incluindo espaços) e não devem conter notas de rodapé;
4. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
5. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor-data ou nota-bibliografia), referenciando a literatura citada ao final do texto;
6. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
7. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação, filiação institucional (com o nome completo da instituição) e e-mail para contato;
8. O completo preenchimento, pelo(s) autor(es), do formulário de submissão do artigo é imprescindível;
9. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho.
10. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
11. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português ou espanhol e 3 palavras-chave em inglês; Título em português ou espanhol e em inglês; Resumo em português ou espanhol e Abstract em inglês, ambos preferencialmente com até 100 palavras.
12. As contribuições devem ser feitas através do website: www.seer.ufrgs.br/Austral.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. Os manuscritos submetidos deverão constituir produção intelectual própria dos autores. É vedada a utilização de ferramentas de inteligência artificial generativa na elaboração, total ou parcial, dos manuscritos submetidos, abrangendo, entre outros aspectos, a produção textual e a elaboração de referências bibliográficas. Todos os manuscritos serão verificados pelo software Plagius. Serão indeferidos quaisquer manuscritos em que forem identificados indícios de utilização de ferramentas de inteligência artificial generativa na produção textual e fontes de pesquisa.
2. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
3. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não possuindo tamanho maior do que 2MB)
4. URLs para as referências foram informadas quando possível.

5. O texto está em espaço simples; usa fonte Times New Roman de 12 pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

NÚMEROS ANTERIORES

Disponível online em:
www.seer.ufrgs.br/Austral

Volume 14, Número 27 (Jan./Jun. 2025)

Editor's Note
Sino-Russian Cooperation and its Impacts on Central Asia *(Giorgio Romano Schutte and Diego Noveli Valadares)*
Disinformation in International Relations: Examining the Vulnerabilities of Brazil *(Leandro Loureiro Costa)*
Reflections on Brazil and Defense Cooperation: Between Historial Advantages and Challenges (1822-present) *(Kamilla Raquel Rizzi and Danielle Jacon Ayres Pinto)*
The Ukranian War as an Anti-Systemic Imperative and its Geopolitical Consequences: the Rise of the BRICS Influence *(Charles Pennaforte)*
Canada's Contributions to Peacekeeping in Lebanon: Preserving Peace and Stability *(Mohamad Zreik)*
The Rise of Right-Wing Populism in the European Union: Causes and Consequences *(Adrian Cuevas Talens)*
A New Scramble? Geopolitical Economy of Multi-polarity in the Sahel and its Implications for Africa's Economic Sovereignty *(Al Chukwuma Okoli and Abdulkareem Alhassan)*
Energy and Natural Resources in the Argentina-China Relationship: Interests, Cooperation and Challenges *(Julián Bilmes)*
Ecopolitics and Ecological Trends in the Middle East. Realism or Utopia? *(Katarzyna Czornik)*

Volume 13, Número 26 (Jul./Dec. 2024)

Editor's Note
Mackinder's Heartland Thesis and the One Belt, One Road Initiative: Russia's Growing Dependence on China and the Ukraine War *(Hanna Samir Kassab)*
Hybrid Multilateralism: Greenpeace in the Global Climate Governance *(Ninda Soraya, Ali Muhammad and Sitti Zarina Binti Alimuddin)*
Astropolitics and USA-China's New Geopolitical Rivalry Area *(Seyedmohammad Seyedi Asl)*
Kangaroo Concerns About Swimming Dragon Ambitions *(Saira Aquil and Waheed Ur Rehman)*
From Soft Balancing to Bandwagoning: Contemporary Brazil–US Relations in South America *(Augusto Leal Rinaldi)*
Russia's Deterrence Strategy in Nagorno-Karabakh: Implications for the Ukraine Invasion *(Miguel Paradela López)*
Options of Jordan Foreign Policy in Light of "Deal of the Century" Regionally and Internationally *(Sahar Tarawneh)*
Security Sector Reform and Peacebuilding: Analyzing Yemeni Civil Conflict Deadlocks *(Fe-*

lipe Duran and Marcial Alécio Garcia Suarez)
ASEAN People-Centered Regionalism and Strategy to Build Its People's Identity through Social Media Discourse *(Sugito Sugito)*
Book's Review of "A theory of global power", by José Luís Fior *(Helio Caetano Farias)*

Volume 13, Número 25 (Jan./Jun. 2024)

Editor's Note
Turkey's Dilemma And Strategic Stability *(Jean-Pier de Vasconcellos Esquia and José Miguel Quedi Martins)*
India's Strategic Choices in the Multipolar World *(Surendra Kumar Yadawa)*
Indonesia's G20 Presidency and Middle Power Diplomacy: Building Bridges between Developed and Developing Countries *(Tatok Djoko Sudiarto, Febry Triantama and Bimantoro Kushari Pramono)*
The Great Reset and the near-term implications for the Chinese economy: a post pandemic outlook*(Ramnath Reghunadhan and Joe Thomas Karackattu)*
U.S. Grand Strategy in the Early Cold War: Priorities, Concerns and Policy Actions *(Humayun Javed)*
The Impact of the Ukraine War on Antarctic Geopolitics through Fuzzy Cognitive Maps *(Luiz Octavio Gavião and Michael Bilac Barbosa de Oliveira)*
Development and metric validity of "Logistic Friction Scale (LFS)" for assessment of military border organizations' supply *(Tássio Franchi, Angela Nogueira Neves, Luis Fernando Tavares Ferreira, Eduardo Xavier Glaser Migon)*
Chinese migrant workers in Indonesia: a contested security issue *(Ali Maksum)*
Three Truly Realist Perspectives on the Russo-Ukrainian War *(Paulo Fagundes Visentini)*

Volume 12, Número 24 (Jul./Dez. 2023)

Editor's Note
Tribute to Samuel Guimarães
Global South versus Geopolitical South: a debate on the analytical relevance of the concepts *(Rubens de Siqueira Duarte and Hugo Bras Martins da Costa)*
The twilight of US dollar hegemony and the coming multipolar world*(Armin Krishnan and Hanna Samir Kassab)*
Contemporary British Politics in Africa*(Alisa Shishkina and Nikolay Medushevskiy)*
Analysis of Sweden's Attempt to Join the North Atlantic Treaty Organization After the Earthquake in Turkey: A Disaster Diplomacy Perspective*(Rista Herjani, Indianti Aghina Habiba and Surwandono Surwandono)*
New enemies, old strategies: Barack Obama's foreign policy from the perspective of the two presidencies thesis *(José Francelino Galdino Neto and Marcos Aurélio Guedes de Oliveira)*
Different global contexts of the Confucius Institute: a systematic literature review *(Ademir Macedo Nascimento and Kerou Xu)*
The governments of Mauricio Macri and Jair Bolsonaro: ideology, pragmatism and foreign policy *(André Coelho, Mariano Treacy and Beatriz de Mello)*
Review of the book "O Pensamento Autoritário Brasileiro e a Crise Mundial", by Paulo Fagundes Visentini *(José Miguel Quedi Martins)*

Volume 12, Número 23 (Jan./Jun. 2023)

Editor's Note
Latin America and the international scene: changes, dilemmas and challenges:
The Consolidation of the Brazilian Space Program: Changes and Challenges in the Third Space Age *(Marco Aurélio Chaves Cepik, Jaíne Garcia de Souza and Vanessa Redel Dal-Berto)*
The Crossroads between Actors, Norms, Practices and Institutions: mass migration from Venezuela in South America *(Sérgio Luiz Cruz Aguilar)*
MERCOSUR and post-COVID 19 exit strategies in terms of sustainable development: renewable energies and climate change*(Amalia Margarita Stuhldreher and Virginia Morales Olmos)*
Latin America and China's Belt and Road Initiative:Challenges and proposals from a Latin American perspective *(Victor Ramiro Fernandez, Juliana Gonzalez Jauregui and Gabriel Esteban Merino)*
Framing conditionality of foreign aid: a critical approach to international cooperation processes *(María Eugenia Vega and Oscar Parra)*
Articles:
When the Earth is not enough: the role of Outer Space in China's Grand Strategy *(Paulo Afonso Brardo Duarte, Neslihan Topcu and Daniel Santos)*
Unavoidable Clashes: Exploring the Implications of a China-Russia Alliance on Global Geopolitics *(Sanjar Yakhshilikov)*
The blind spot of the Islamic Emirate of Afghanistan relation with India: The second reign since August 2021 *(Mohammad Khalid Khawrin)*
The Belt and Road Initiative and the fate of Presidential mega infrastructures in Africa *(Amabilly Bonacina and Mamoudou Gazibo)*
A Tale of Two Jihads: Unraveling the Atrocities of the Islamic State in the Greater Sahara (ISGS) and Jama'at Nasr al-Islam wal Muslimin (JNIM) in the Sahel *(Frederick Appiah Afriyie)*
NERINT Strategic analysis: The Brazilian challenge of reactivating Unasur and strengthening Mercosur*(Leonardo Granato)*

Volume 11, Número 22 (Jul./Dez. 2022)

Editor's Note
The Putin Doctrine: What is It? The Russian Strategic Issue and the Enlarged National Security*(José Alexandre Altahyde Hage)*
Political Analysis of the Purchase and Technology Transfer Process for Gripen Fighters *(Francisco Pôrto Júnior e Marco Antõnio Alves)*
The East Mediterranean Gas Forum: Convergence of regional and energy security concerns*(Stefy Joseph e Aneetta Thomas Peedikayi)*
United States Foreign Policy towards Jordan from the Political and Security Dimensions from 1990 to 2017*(Ala Alkhawaldeh e Ayman Hayajneh)*
The Foreign Policy of Post-revolutionary Iran: Expediency at the Crossroad of Supra-Nationalism and Sovereignty *(Hamoon Khelghat-Doost)*
The Belt and Road Initiative: Dynamics for Latin America and the Caribbean region *(Anurag Tripathi, Abhishek R.L. e Arun Teja)*
Maritime Diplomacy in the Indian Ocean: A Way Forward for Pakistan *(Zaeem Hassan Mehmood e Ramla Khan)*

Toward an Effective Asean Mutual Legal Assistance in Combating Non-Traditional Security Threats in the Southeast Asia Region *(Syafrinaldi Syafrinaldi, Rendi Prayuda and Syafri Harto)*

Volume 11, Número 21 (Jan./Jun. 2022)

Editor's Note
The Systemic Cycles of Accumulation in the Work of Giovanni Arrighi: The 2008 Crisis, the End of US Hegemony and the Role of China *(Analúcia Danilevicz Pereira and Igor Estima Sardo)*
US Power and the Multinational Tech Companies of the Digital Era: An Analysis of the Obama and Trump Governments Oligopolization (2009-2021) *(Cristina Soreanu Pecequilo and Francisco Luiz Marzinotto Jr.)*
China's Contribution to the Stabilization of 'Democratic' Afghanistan *(Lukasz Jurenczyk)*
The Sultanate of Oman's Foreign Policy Towards the Yemeni Crisis: Pillars and Limitations *(Khamis bin Ali Al-Sunaidi and Sahar Tarawneh)*
Maritime Security in the Indo-Pacific Region: A View from the Geostrategic Position of the Malacca Strait *(Nguyen Tuan Binh, Tran Xuan Hiep and Tran Hoang Long)*
The European Community's Contradictory External Behaviour: The Promotion of Integration in Latin America in the Late 1980s *(Mayte Anais Dongo Sueiro)*
Fault Lines in Civilizations and Right-Wing Extremism: Germany's Experiment with Domestic Responsibility Vs. International Obligation *(Stefy Joseph and Rhea Anthony)*
Mozambique: A Comparative Study of the Foreign Policy of the Samora Machel and Joaquim Chissano Governments *(Ercilio Neves Brandão Langa)*
NERINT STRATEGIC ANALYSIS (2021/2) *(various authors)*

Volume 10, Número 20 (Jul./Dez. 2021)

Editor's Note
AUSTRAL: 10 Years of South-South Cooperation *(Paulo Fagundes Visentini and Guilherme Thudium)*
The Sino-Russian Geopolitics in Eurasia and China-USA Disputes: Asia-Pacific-Greater Eurasia vs Indo-Pacific *(Marcos Cordeiro Pires and Lucas Gualberto do Nascimento)*
China and Russia: The Naval Projection of Land Powers *(Paulo Fagundes Visentini)*
Revitalization of Maritime Silk Road Based on the Security Implications and Cooperation *(Hélio Henkin, Rafael Pentiado Poerschke and Ricardo Dias da Silva)*
The Dynamics of the Succession of Currencies in the 21st Century – A Case of Chinese Financial Leadership? *(Gustavo de Moraes and Leonardo Giacomin)*
The Enduring Relevance of Naval Power: Defence, Security and Power Projection at Sea in Changing Strategic Environments *(Samuel Oyewole and Abiodun Duyile)*
Prioritization of Multilateral Agreements on Export Control of Defense Products and Sensitive Technologies by Hierarchical Analysis Process *(Luiz Octavio Gaviao, Luciano Dias Dutra and Sergio Kostin)*
Defense Expenditure and Strategic Capabilities: Dissimilarities Among South American Countries *(Angela Nogueira Neves and Tássio Franchi)*
Globalization and the Changing Concept of NATO *(Umair Pervez Khan and Kashaf Sohail)*
Failed Strategy? The Legacy of Barack Obama's Presidency in The Middle East and North Africa *(Magdalena Lewicka and Michal Dahl)*

Security Studies in International Relations: Evolution, Approaches and Contemporary Challenges *(Ali Muhammad and Sugeng Riyanto)*
Regional Implementation of the United Nations Global Counter Terrorism Strategy in West Africa: Issues And Challenges *(Enoch Ndem Okon and Dodeye Uduak Williams)*
New Dawn or Eternal Twilight? *(Vladimir Shubin)*
NERINT STRATEGIC ANALYSIS (2021/2) *(various authors)*

Volume 10, Número 19 (Jan./Jun. 2021)

Editor's Note
Taking Stock of the Thirty Years of Mercosur *(Leonardo Granato)*

National Defense and Development: Dialogues Between the Meaning of Hélio Jaguaribe's "Autonomy" Concept and the National Strategy of Defense *(Luiz Felipe Brandão Osorio)*

The Reform of the Brazilian Anti-Dumping Regime: A Partial Review of the Determinants and The Implications of Decree 8,058/2013 *(Pedro Nogueira da Gama Correio)*

A Zone of Twilight? Peace and Conflict in Latin America and the United Nations
(Sezai Özçelik)

The Dragon's Footprints in the South Pole: A Study on Chinese Strategies and Actions in Antarctica and its Implications for Brazil *(Alana Camoça Gonçalves de Oliveira)*

Colombian Military Transformation: Strategic Reality and Overcoming Resistances
(Víctor M. Mijares and Paula Alejandra González)

The Development of Geo-economics: A Path Towards an Institutional Liberalism Approach *(Ricardo Vega Perez)*

Revisiting the US-China Trade War: A Strategic Assessment *(Ramla Khan and Zaeem Hassan Mehmood)*

The US Strategy for Short-Term Military Artificial Intelligence Development (2020-2030) *(Daniel Barreiros and Ítalo Barreto Poty)*

The Importance of the Middle East in Russian Foreign Policy *(Seyed Javad Emam Jomehzadeh, Sanaz Rostamjabri and Mahnaz Goodarzi)*

Africa and the 'Globalization Bargain': Towards a Collective Economic *(Al Chukwuma Okoli and Atelhe George)*

War and Conflict in the African Sahel as the Result of an Historic and Permanent War Between Two Empires: The Arab-Islamic Empire and The Western Empire
(Mamadou Alpha Diallo)

NERINT STRATEGIC ANALYSIS (2021/1) *(various authors)*